

173/2007



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio

**Traços da Participação Feminina na Institucionalização
de Práticas Científicas no Brasil:**

**Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas
e Científicas do Brasil, 1939-1951.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre em Política Científica e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Margaret Lopes

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Léa Velho

CAMPINAS – SÃO PAULO
Agosto - 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

So52t

Sombrio, Mariana Moraes de Oliveira.

Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil : Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientadores: Maria Margaret Lopes, Lea Velho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Lutz, Bertha 2. Gênero. 3. Ciência. 4. Mulheres.
5. Feminismo. I. Lopes, Maria Margaret. II. Velho, Lea Maria Leme Strini. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. IV. Título.

Título e subtítulo em inglês: Features of feminine participation in the Institutionalization of scientific practices in Brazil: Bertha Lutz and the “Brazilian Inspection Council on Artistic and Scientific Expeditions”, 1939-1951.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Lutz, Bertha, Gender, Science, Women, Feminism.

Titulação: Mestre em Política Científica e Tecnológica.

Banca examinadora: Magali Romero Sá, Nara Azevedo.

Data da Defesa: 10-08-2007.

Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM

POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

AUTORA: MARIANA MORAES DE OLIVEIRA SOMBRIO

**Traços da Participação Feminina na Institucionalização
de Práticas Científicas no Brasil:
Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições
Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951.**

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

CO-ORIENTADORA: Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho

Aprovada em 10/08/2007

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

Maria Margaret Lopes - Presidente

Profa. Dra. Nara Margareth Silva Azevedo

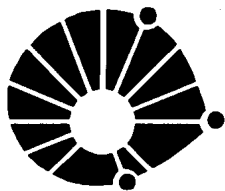
Nara Margareth Silva Azevedo

Profa. Dra. Magali Romero Sá

Magali Romero Sá

Campinas, 10 de agosto de 2007

200750700



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E

TECNOLÓGICA

Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil:

Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951.

Resumo

Dissertação

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio

A dissertação discute a participação das mulheres nas ciências com o objetivo de compreender quais condições, fatores e estratégias influenciaram o acesso feminino às instituições científicas brasileiras no início do século XX. Para elaborar esse estudo foi analisada a trajetória da cientista e militante feminista, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), contemplando principalmente sua atuação como representante do Museu Nacional do Rio de Janeiro no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, entre os anos de 1939 e 1951. Bertha Lutz foi uma das primeiras mulheres brasileiras a ingressar oficialmente em uma instituição científica, depois de ser aprovada em concurso público para o cargo de “secretário” do Museu Nacional, em 1919. Nesse mesmo ano, fundou uma associação feminista intitulada Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher e, desde então, dedicou-se intensamente às ciências e ao movimento feminista. Com o passar dos anos, deixou o cargo de “secretário” para assumir o de naturalista, consolidando uma carreira estável e bem-sucedida em ciências naturais. Como membro do Conselho de Fiscalização, participou do processo de construção da nascente política científica nacional, fiscalizando e licenciando expedições científicas realizadas em território brasileiro.

Apoiando-se na idéia recorrente na bibliografia sobre gênero e ciências e história das mulheres de que a participação feminina nas ciências foi maior do que imaginamos, mas poucos são os registros existentes e os olhares lançados sobre essa experiência, consideramos que resgatar e analisar trajetórias de mulheres que atuaram como cientistas, relacionando essas experiências com seus contextos específicos, é um passo importante para que possamos compreender os diferentes modos pelos quais o gênero influenciou e continua influenciando a construção de práticas científicas, e para refletir sobre as influências sociais, políticas e econômicas que atingem essas práticas.

Palavras-chave: gênero e ciências, mulheres e ciências, Bertha Lutz, feminismo, Conselho de Fiscalização, política científica.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

Features of Feminine Participation in the Institutionalization of Scientific Practices in Brazil:

Bertha Lutz and the “Brazilian Inspection Council on Artistic and Scientific Expeditions”, 1939-1951.

Abstract

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio

This dissertation discusses the participation of women in sciences with the objective of understand which conditions, factors and strategies had influenced the feminine access to Brazilian’s scientific institutions at the beginning of 20th century. To elaborate this study we analyzed the trajectory of the scientist and feminist, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), contemplating mainly its performance as representative of the National Museum of Rio de Janeiro in the “Brazilian Inspection Council on Artistic and Scientific Expeditions”, between the years of 1939 and 1951. Bertha Lutz was one of the first Brazilian women civil servant, after being approved in a public competition for the position of “secretary” of the National Museum, in 1919. In this same year, she created a feminist association entitled “League for the Intellectual Emancipation of Woman” and, since then, dedicated herself intensely to practice sciences and to the feminist movement. A few years later, she left the position of “secretary” to assume the position of naturalist, and consolidated a steady and well-succeeded career in natural sciences. As member of Inspection Council, she took part in the process of formulating national scientific policies, process that was just starting in Brazil.

Based on the recurrent idea present in the bibliography on gender and sciences and women’s history that the feminine participation in sciences was more important than we imagine, but there are few registers and a small number of analyses about this experiences, we consider that to rescue and to analyze trajectories of women that had worked as scientists, relating these experiences with its specific contexts, are an important contribution and can help the understanding of the different ways in which the gender influenced and it continues to influence the construction of sciences, and to reflect about the social, economical and political influences, that affects the scientific activity.

Keywords: gender and sciences, women and sciences, Bertha Lutz, feminism, scientific policies.

Agradecimentos

Este trabalho não teria se concretizado sem a participação e o apoio de algumas pessoas que foram fundamentais nessa trajetória de pesquisa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Paulo e Neide, que sempre me incentivaram em todas as minhas escolhas e me ajudaram a conhecer o caminho dos livros, da escrita e da pesquisa. Quando decidi estudar história, ficaram felizes, mesmo sabendo que a carreira de historiadora poderia ser difícil, e acompanharam de perto os momentos de deslumbramento e desilusão com o curso que havia escolhido, sem me deixar desanimar. À minha irmã, Catarina, que mesmo distante, sempre torce por mim.

Aos amigos de graduação, Cris, Mari, Vanessa, Lericé, Arthur, Nicolau, Renato, Gabriel, Zé, Fer, e todos os outros que me acompanharam durante esses anos, devo a companhia insubstituível em tantas manhãs, tardes e noites que passamos na Unicamp, quase minha segunda casa nos últimos sete anos, e não consigo imaginar como teria sido passar esses anos sem a amizade de vocês. As aulas, discussões, almoços, cafés, e intermináveis conversas na cantina foram fundamentais para que eu nunca me desapaixonasse da História.

Em alguns desses amigos, encontrei uma nova família. Carol, Carla, Gisela, Marina, Renata e Paulo foram fundamentais nesse percurso, e sempre me lembrarei das risadas, dos planos, do carinho, do apoio e das palavras de otimismo com que me ajudaram a prosseguir nessa trajetória. Glycia e Marina, companheiras em tantos momentos bons, Bruno e Musa, que vieram com a maré... Tive muita sorte de poder contar com todos vocês na minha vida.

Lívia e Aline, minhas eternas irmãs, companheiras de casa por tantos anos, dividimos tudo e compartilhamos uma amizade linda e incondicional. Sem a presença de vocês eu já teria desistido há muito tempo. Foi muito importante escutar o que vocês achavam da minha pesquisa e contar com suas palavras, opiniões e idéias, sempre precisas e bem vindas.

Ao Daniel, meu companheiro de vida, pela paciência, pelo carinho, pelo cuidado e pelo amor que sempre teve comigo, especialmente nos últimos dois meses de reclusão, em que o fim da dissertação me consumiu, seu apoio foi essencial para que eu conseguisse passar por isso e sem você eu nunca teria chegado até aqui. Sua confiança me fez acreditar um pouco mais em mim.

Minha orientadora, Margaret, merece um agradecimento especial, não só por corrigir, ler e reler todos os textos, projetos, relatórios e rascunhos da dissertação, mas principalmente por acreditar que eu seria capaz de fazer isso, de pesquisar e escrever, e por me dar a primeira oportunidade de trabalhar em algo que gosto muito. Ao longo desses anos, me incentivou, me orientou, me ensinou e também se tornou uma grande amiga.

Agradeço também aos colegas do Pagu, Regiane, Jadison, Helder, Januária, Lara, Grazielle, Giovana, todos me ajudaram de alguma forma a concretizar esse trabalho, e especialmente à Lia, companheira de pesquisa, com quem dividi muitas idéias, conquistas e aflições no decorrer desse trabalho. À professora Mariza Corrêa, coordenadora do projeto temático “Gênero e Corporalidades”, agradeço pelo apoio e inspiração.

Nos arquivos em que me aventurei, sempre contei com o apoio de pessoas gentis que não só me ajudaram a encontrar o que precisava, mas também me trataram com respeito e contribuíram com idéias importantes para o desenvolvimento da pesquisa. No MAST, agradeço especialmente à ajuda de Araci e Ládía, entre outros funcionários sempre presentes, e no Museu Nacional, à Silvia, Maria José e Guilherme, sempre prontos a ajudar.

Nas inúmeras semanas que passei no Rio de Janeiro, sempre fui muito bem acolhida e hospedada por minha prima, Tatiana, e suas companheiras de casa, Carina e Renata, que ajudaram

a tornar mais divertidos os dias que passava nos arquivos, e também por um grande amigo, Guedes, que me ofereceu um canto reconfortante em sua casinha, além de sua companhia insubstituível após dias exaustivos de pesquisa.

Quando ingressei no mestrado em política científica, pude contar com a ajuda de muitas pessoas para dar encaminhamento à minha pesquisa. Gostaria de agradecer às amigas Tharsila e Gabi, por se envolverem com meu trabalho e por compartilharmos nossas angústias de pós-graduandas juntas cada vez que nos sentíamos perdidas, aos demais colegas do DPCT, impossível citar todos aqui, espero encontrá-los novamente pelo mundo afora. À minha co-orientadora, Léa, e à professora Conceição, pela acolhida tão importante no novo departamento e pelos comentários e opiniões sobre a minha pesquisa, e às queridas funcionárias Valdirene e Ednalva, que nunca me deixaram faltar nada. Ao professor Tamás Szmercsányi, pelos ensinamentos no curso de história social da ciência e da tecnologia, difícil, mas compensador.

Gostaria de agradecer ainda às professoras Leila Mezan Algranti e Magali Romero Sá, pela leitura cuidadosa do meu texto de qualificação e pelos comentários imprescindíveis que me inspiraram e contribuíram muito para a construção desta dissertação; novamente, à Léa Velho, pela correção precisa da versão final da dissertação e pelo constante incentivo, e à querida amiga Sheila, que se dispôs a revisar meu texto final e o fez com a maior dedicação.

As amigas Flávia, Francine, Talía e Sabrina, que mesmo tendo seguido outros caminhos, se fizeram presentes em toda essa empreitada, me ajudando nos momentos ruins e comemorando comigo os momentos mais felizes.

Por fim, agradeço também à FAPESP, pelo apoio e financiamento à pesquisa. Sem a bolsa de mestrado, não teria conseguido concluir esta dissertação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - As teorias acadêmicas da década de 1970 – Reformulações	
historiográficas e a contribuição dos estudos de gênero à história das mulheres	11
1.1) Sobre os estudos de gênero e ciências.....	19
1.2) Do privado ao público - educação e profissionalização feminina.....	27
CAPÍTULO 2 - Bertha e sua Época.....	40
2.1) Institucionalização de práticas científicas na primeira metade do século XX.....	42
2.2) Principais marcos da trajetória científico-política de Bertha Lutz (1894-1976).....	50
CAPÍTULO 3 - Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e	
Científicas do Brasil (1939-1951)	66
3.1) Os primeiros passos no Conselho de Fiscalização e as disputas institucionais	68
3.2) O Conselho procura sua institucionalização	93
3.3) O cotidiano do Conselho - o exercício da fiscalização	103
3.3.1) Pareceres e Relatórios	103
3.3.2) Tecendo Redes	113
3.4) O campo e o meio-ambiente	124
3.5) O aparecimento das expedicionárias	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
FONTES PRIMÁRIAS	172

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.

Michelle Perrot, As mulheres ou os silêncios da história.

Apresentação

A pesquisa realizada para elaboração desta dissertação começou a ser desenvolvida na iniciação científica que fiz no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP, apoiada pelo PIBIC/CNPq, durante o curso de graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Este trabalho de iniciação científica era parte de um projeto de pesquisa da Prof^a. Dr^a. Maria Margaret Lopes, intitulado “*Feminismos, anfíbios, políticas – a trajetória de Bertha Maria Júlia Lutz nas ciências naturais*”, cooperação PAGU/UNICAMP – FAEP (nº. 0324/02) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, que já contava com o apoio da bolsista Lia Gomes Pinto de Souza, responsável por investigar, principalmente, documentos relativos à trajetória política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976).

O trabalho que realizei na iniciação científica consistiu, basicamente, em encontrar e reunir parte da documentação relativa à trajetória profissional de Bertha Lutz, importante líder do movimento feminista brasileiro e naturalista do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, a partir disso, elaborar reflexões sobre a participação das mulheres nas ciências no Brasil objetivando contribuir com a construção da história das mulheres e das ciências em nosso país. Para falar sobre mulheres sem tratá-las como parte isolada de outros atores ou instituições sociais esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos estudos de gênero que se caracterizam por buscar compreender a experiência dos diferentes gêneros a partir de uma perspectiva relacional desses indivíduos com a sociedade em que estão inseridos. Além dos estudos de gênero, tive a oportunidade de me aprofundar nos estudos sobre gênero e ciências, e comecei a me interessar cada vez mais por esses temas e por outros com os quais não tinha muita familiaridade como política científica, história das ciências e estudos sociais da ciência e da tecnologia.

A partir dessa sistematização inicial de fontes sobre a carreira científica de Bertha Lutz e estimulada pelo interesse em compreender melhor as discussões sobre gênero e ciências, elaborei um projeto de mestrado com a proposta de continuar essa pesquisa a partir de um recorte mais específico da trajetória de Bertha Lutz que permitisse tanto uma

análise mais profunda sobre sua participação nas ciências como uma análise crítica sobre a participação das mulheres nas instituições científicas brasileiras.

Motivada pelo ingresso no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica estabeleci como recorte para elaboração dessa dissertação a atuação de Bertha Lutz em um órgão do Estado intitulado - Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1933-1968), no qual ela trabalhou como representante do Museu Nacional de 1939 até 1956. Através desse trabalho ela participou ativamente do processo de construção de políticas científicas relacionadas à proteção do patrimônio ambiental e cultural brasileiro, e sua participação consolidou uma abertura para as mulheres ingressarem em instituições científicas. Seus ideais feministas estavam explícitos em seu discurso em qualquer ambiente, inclusive no profissional, tornando-se impossível dissociar completamente os diferentes âmbitos de sua atuação.

A pesquisa de mestrado foi desenvolvida com apoio da FAPESP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Margaret Lopes e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Léa Velho, no DPCT – Departamento de Política Científica e Tecnológica, e vinculada ao PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, através do projeto temático FAPESP “Gênero e Corporalidades” (nº 03/13691-0), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Mariza Corrêa.

Introdução

A partir da análise da participação da cientista e militante feminista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB)¹, esse estudo buscou resgatar traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil, entre os anos de 1939 e 1951. Apoiando-se na idéia recorrente na bibliografia sobre gênero e ciências e história das mulheres de que a participação feminina nas ciências foi maior do que imaginamos, mas poucos são os registros existentes e os olhares lançados sobre essa experiência, tentou-se demonstrar como Bertha Lutz participou do processo de construção de políticas científicas no Brasil trabalhando no Conselho de Fiscalização. Através dos contatos que estabelecia e dos processos em que trabalhava foi possível encontrar pessoas com quem estreitou laços e que a ajudaram a construir sua carreira, além de outras mulheres que se aventuraram em expedições científicas no território brasileiro nesse mesmo período. Sua ligação com as ciências naturais fez com que se envolvesse em discussões importantes da época relativas ao estudo e à proteção do patrimônio natural brasileiro, como a criação de Parques Nacionais ou a organização de Museus e de suas atividades educacionais. A partir desse estudo de caso, buscou-se fazer uma reflexão geral sobre as influências sociais, políticas e econômicas que atingem a prática científica com o intuito de compreender melhor as interações entre as ciências e a sociedade.

No Conselho de Fiscalização, Bertha Lutz desenvolveu um trabalho totalmente independente daquele que realizava em conjunto com o pai, Adolpho Lutz, demonstrando aspectos de seus próprios ideais, suas concepções sobre ciências e sobre o desenvolvimento das instituições científicas no país. Diferentemente de outras documentações em que o nome do pai, referências e homenagens estão mais constantemente presentes, no Conselho, a menção literal ao nome do pai é menos marcante, embora não falte quando se trata de expedições explicitamente relacionadas com os temas de investigação a que ele se dedicava.

¹ O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil será citado no decorrer do texto simplesmente como Conselho de Fiscalização ou pelas siglas CFEACB e CFE.

A realização dessa pesquisa também permitiu compreender um pouco mais sobre um período singular da história das ciências brasileiras, entre as décadas de 1930 e 1950, que se caracterizou como uma fase de consolidação das ciências básicas, da pesquisa científica e de institucionalização das ciências no Brasil. A criação do Conselho de Fiscalização (1933) insere-se nesse contexto, período em que o Estado brasileiro assumiu uma forte ideologia nacionalista que passou a ser incorporada em todas as instituições públicas brasileiras frente a reivindicações dos setores intelectualizados da sociedade que, desde o final do século XIX, vinham questionando a atuação do Estado e suas práticas políticas - argumentavam que o incentivo às ciências era peça fundamental para o desenvolvimento do país, além de questionarem a falta de controle do Estado em relação às expedições estrangeiras em suas incursões pelo Brasil.

Junto à criação do CFEACB outros órgãos foram criados pelo Estado com o intuito de definir novas políticas públicas visando promover objetivos diversos, entre eles, a proteção dos bens da nação. Nesse período, Bertha Lutz consolidou sua carreira científica trabalhando no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Conselho de Fiscalização, e envolvendo-se com inúmeras outras pesquisas e instituições, inserindo-se em redes de cooperação científica, em movimentos políticos e participando de todos os processos que faziam parte da construção de uma carreira científica bem-sucedida aos olhos da sociedade da época.

O recorte temporal estabelecido para realizar essa pesquisa, entre os anos de 1939 e 1951, tem início no ano em que Bertha Lutz ingressou no Conselho de Fiscalização e se estende até o ano em que foi criado o CNPq, fato considerado um marco nas práticas científicas brasileiras. Antes disso, as ciências no Brasil tinham um caráter marcadamente fragmentado, e com a criação do CNPq, o governo buscava centralizar as atividades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento de ciência e tecnologia no país. O CNPq assumiu as atividades do CFEACB após sua extinção, em 1968.

Ao pesquisar a participação de Bertha Lutz nesse Conselho, foi possível compreender melhor as atividades e o funcionamento desse órgão, encontrar expedicionários e expedicionárias que excursionaram pelo Brasil nesse período e observar os valores e objetivos envolvidos nesse processo. As opiniões e causas políticas de Bertha Lutz transpareciam nos debates entre os conselheiros, nas causas que defendia, em seus

pareceres e relatórios. Suas concepções sobre ciências, próprias de sua geração, também ficam explícitas nessa documentação e demonstram sua imersão em uma ideologia de ciência neutra, objetiva, universal, capaz de impulsionar o progresso das nações e sociedades.

Na esfera dos “estudos sociais da ciência e da tecnologia”, os “novos sociólogos da ciência vêm argumentando há anos que não há nada no mundo científico que o diferencie das demais esferas da atividade humana. A ciência, como qualquer outra forma de conhecimento, é socialmente construída e incorpora os valores e práticas de seu contexto, incluindo aqueles que permeiam a relação entre gêneros” (VELHO e PROCHAZKA, 2003:8).

Considerando o gênero como um dos condicionantes das posições hierárquicas nessas instituições, esta investigação buscou compreender quais fatores contribuíram para que Bertha Lutz fizesse parte da comunidade científica da época e quais foram suas contribuições a essa comunidade. Através de suas redes de sociabilidade, da documentação do CFEACB e da bibliografia foi possível encontrar outras mulheres que praticaram ciências no Brasil, nesse período. O resgate de trajetórias de mulheres que praticaram ciências em períodos em que a presença delas não era tão comum nessas instituições contribui com a desconstrução de idéias tradicionais que consideram as ciências como uma prática exclusivamente masculina.

As análises feministas da ciência ainda são um campo pouco explorado. Margaret Lopes e Maria Conceição da Costa (2005: 82) lembram que, no caso brasileiro, ainda é importante discutir “o papel que os próprios estudos de gênero e a historiografia feminista locais têm jogado na construção da invisibilidade da área de estudos de gênero e ciências, em um quadro senão de negação, de ausência de qualquer valorização da História das Ciências como um todo no Brasil e em diversos países latino-americanos”.

Os estudos de gênero e ciências começaram a se consolidar através do trabalho de estudiosas feministas que criticaram o determinismo biológico e os preceitos sócio-biológicos que tentavam dotar de cientificidade as doutrinas sobre a inferioridade das mulheres. Algumas análises mais aprofundadas desenvolvidas no âmbito da História das ciências estimularam reflexões sobre como “o gênero tem sido um fator estruturador significativo das instituições e práticas científicas e como as hierarquias de gênero têm

direcionado pesquisas e moldado prioridades e teorias científicas” (SCHIEBINGER, 2003, apud LOPES, 2006 b: 3).

Ao longo da História da Ciência e da Tecnologia a presença das mulheres é pequena, no entanto, essas autoras argumentam que seu número não é tão ínfimo como aparenta ser. Sua participação também é ocultada pelas concepções do que é ciência e tecnologia e pela desvalorização das atividades realizadas por mulheres. A falta de direito à propriedade intelectual também fez com que os registros da participação feminina em pesquisas e invenções científicas permanecessem no nome de seus pais, maridos ou outros familiares, excluindo seus nomes dessa documentação (GARCIA e SEDEÑO, 2006).

Através da recuperação das histórias de mulheres nas ciências os estudos de gênero e ciências procuraram enfatizar as circunstâncias sociais, familiares ou econômicas que tornaram possível a essas mulheres se destacar em um ambiente que lhes era hostil.

Historiadores ingleses e norte-americanos analisaram implicações de gênero na História das Ciências enfrentando, entre outras coisas, a questão de que as atividades das mulheres permaneceram e têm permanecido fora das análises do *mainstream* das culturas ocidentais, ao contrário das atividades dos homens (LOPES, 2006 b). Essa sub-representação das mulheres fez com que suas atividades recebessem menos importância e fossem pouco registradas pelos historiadores.

A pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação teve uma perspectiva mais externalista, buscando compreender como as determinações de gênero influenciam a relação que cada sujeito, homem ou mulher, estabelece com as instituições científicas, e como se inseriram nelas em um momento histórico específico, não tratando especificamente do conteúdo da ciência produzida. No caso de Bertha Lutz, os enfoques principais estão nas relações sociais que ela desenvolveu com seus contemporâneos, e na tentativa de compreender como ela se inseriu e se manteve atuante nas instituições de que participou.

O primeiro capítulo da dissertação apresenta alguns parâmetros conceituais que contextualizarão teoricamente o estudo de caso desenvolvido nessa pesquisa. Inclui referências bibliográficas sobre as diferentes áreas de estudos citadas acima e busca compreender como mudanças teóricas profundas ocorridas na academia a partir da década de 1970 contribuíram com o desenvolvimento desses estudos.

É importante ressaltar que os estudos de gênero, de gênero e ciências, de história das mulheres ou de mulheres e ciências da década de 1970 começaram a se desenvolver sob uma forte motivação política, influenciados pelas teóricas feministas que buscavam resgatar o passado das mulheres, problematizar sua opressão social e sua ausência na História.

Em uma vertente mais sociológica, os estudos de gênero e ciências abrangem pesquisas que identificam um processo de exclusão social e institucional das mulheres nas ciências até os dias de hoje. Essas pesquisas argumentam que as experiências das mulheres em diversas áreas do conhecimento demonstram que a estrutura da instituição científica ainda reproduz preconceitos enraizados nos princípios de neutralidade, objetividade e racionalidade que representam um modelo masculino de fazer ciências, e concluem que uma importante contribuição das mulheres a essa instituição está no questionamento desses princípios (OSADA, 2006). Apesar da participação das mulheres nas instituições científicas ter aumentado, isso não implicou em uma reformulação da estrutura científica que se consolidou a partir desses princípios identificados como masculinos, e esses princípios continuam comprometendo a relação entre as mulheres e as ciências.

A adoção de um ponto de vista feminino às ciências não significa criar um modo feminino de fazer ciência, mas sim consolidar uma ciência mais acessível às mulheres (OSADA, 2006), já que o “modelo masculino de fazer ciência é apontado como um dos fatores que mais afasta as mulheres dessa prática” (VELHO, 2006: 3). Além desse modelo diminuir a motivação das mulheres para ingressarem em carreiras científicas por não existir uma identificação direta dessa atividade com o que é tido como feminino, ainda permanece uma segregação hierárquica nas instituições, onde os postos mais altos na hierarquia científica e os grupos responsáveis pela tomada de decisões são ocupados e formados primordialmente por homens (VELHO e LEÓN, 1998; OSADA, 2006; FAULKNER, 2000).

Apesar das mulheres terem conquistado, atualmente, níveis de escolaridade iguais ou até superiores aos dos homens, elas continuam tendo mais dificuldades em conseguir empregos na área de ciência e tecnologia. Nos países latino-americanos as mulheres “precisam, em média, dois anos mais de escolaridade do que os homens para ter as mesmas oportunidades de emprego formal e quatro anos mais de escolaridade que eles para receber

o mesmo salário. A disparidade em termos de renda permanece um dos mais importantes indicadores de desigualdade de gênero na América Latina” (VELHO e PROCHAZKA, 2003: 2-3).

O segundo capítulo procura contextualizar o ambiente científico brasileiro entre as décadas de 1930 e 1950 e traçar um quadro geral sobre a cientista e militante feminista, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), incluindo diversos aspectos de sua trajetória como o trabalho no Museu Nacional, as pesquisas de campo, seus artigos científicos, a atuação política no movimento feminista e a ligação com o pai, Adolpho Lutz. A contextualização sobre o estado das práticas científicas brasileiras no período é importante para compreendermos em que contexto foi criado o Conselho de Fiscalização e a construção da carreira científica de Bertha Lutz.

O terceiro capítulo corresponde à atuação de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB) entre os anos de 1939 e 1951. O capítulo busca demonstrar como se deu essa participação, como ela se inseriu nesse grupo predominantemente masculino, qual a dimensão de seu trabalho político no âmbito científico visto que através do CFEACB ela se envolveu diretamente na elaboração de políticas de proteção ambiental no Brasil, como sua ideologia feminista influenciou este trabalho e como esse trabalho ajudou-a a consolidar uma autoridade científica.

A documentação existente sobre Bertha Lutz é muito ampla e está dispersa em várias instituições. Para elaborar essa dissertação foram pesquisados, inicialmente, os documentos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e o acervo documental do Fundo Bertha Lutz, depositado no Museu Nacional do Rio de Janeiro, que possibilitaram reconstruir parte de sua trajetória política e profissional. Parte deste material foi fotografado e está disponível no Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Em meio a essa documentação encontramos publicações científicas de Bertha Lutz, correspondências, ofícios, textos, rascunhos e muitas informações referentes à atuação de Bertha no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.

Também encontramos informações referentes à atuação política de Bertha Lutz no Centro de Memória da Unicamp (CMU), em meio ao arquivo do senador Adolpho Gordo

que, por defender o voto feminino, correspondia-se com Bertha Lutz. Além das correspondências, ele reuniu jornais, textos e panfletos que registraram a luta pelos direitos das mulheres empreendida pelas feministas e por outras pessoas solidárias a essa causa, entre as décadas de 1920 e 1930.

A partir das informações reunidas nessa primeira etapa, foi possível encontrar nomes de cientistas com quem Bertha se relacionou através do trabalho no Conselho de Fiscalização, causas ambientais que defendeu, congressos de que participou, etc. O passo seguinte foi pesquisar o próprio acervo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, que está depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro (MAST), buscando encontrar os processos nos quais Bertha Lutz trabalhou e compreender como era o seu trabalho nesse órgão, de que modo ela se inseriu nesse grupo e qual a importância dessa experiência em sua vida profissional. Ao analisar essa documentação também encontramos outras mulheres que praticaram ciências nesse período, no Brasil, e esses dados foram inseridos na dissertação com o objetivo de problematizar a presença de mulheres nesse ambiente que ainda oferecia resistência à presença feminina.

No MAST, foram pesquisados os dossiês das expedições em que ela deu parecer, as atas das reuniões do Conselho entre os anos de 1939 e 1951, e alguns documentos sobre a estrutura organizacional do Conselho de Fiscalização, que possibilitaram uma visão maior da relação entre Bertha e o grupo de conselheiros, e com os próprios objetivos e ideais desse órgão.

Pela leitura das atas foi possível observar sua participação nas reuniões e identificar outros processos nos quais Bertha Lutz havia trabalhado, que não haviam aparecido na documentação do Museu Nacional.² Os dossiês dos processos em que ela trabalhou continham pareceres redigidos por ela, informações sobre as expedições e, algumas vezes, correspondências entre Bertha e os expedicionários.

Além da documentação relativa a Bertha Lutz, também foram pesquisados os dossiês de expedições empreendidas por mulheres entre os anos de 1939 e 1951. Os nomes dessas mulheres foram encontrados pelas atas e no Inventário do Arquivo do CFEACB. As

² O Fundo Bertha Lutz, que se encontra no Museu Nacional do Rio de Janeiro, possui uma caixa de documentos referentes somente à atuação de Bertha Lutz no CFEACB.

esposas de expedicionários que acompanhavam seus maridos e atuavam como pesquisadoras ou assistentes também foram incluídas nessa pesquisa e, com apoio da bibliografia, esses dados permitiram elaborar reflexões gerais sobre as condições que influenciavam a participação de mulheres nas ciências, no início do século XX.

Grande parte do material usado na dissertação faz parte de arquivos ainda não organizados. Alguns documentos do Fundo Bertha Lutz já estão catalogados, como os documentos referentes à sua atuação no CFEACB, por exemplo, mas muitos documentos utilizados nessa pesquisa, relativos a outros âmbitos de seu trabalho no Museu Nacional, ainda não haviam sido inventariados. O mesmo ocorreu com o arquivo do Senador Adolpho Gordo, no Centro de Memória da Unicamp. O arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino também está sendo organizado e só foi possível consultá-lo através de cópias de documentos cedidas pelas pessoas responsáveis por organizar essa documentação. O único arquivo utilizado nessa pesquisa que está completamente organizado é o do Conselho de Fiscalização, depositado no MAST. Por essas condições, algumas referências documentais não estão exatas, tendo sido citadas as caixas em que os documentos estão guardados nos arquivos, ou a descrição do que é o documento (incluindo números, datas, nomes ou locais).

Ao resgatar a participação de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil foi possível compreender um pouco mais sobre a própria atuação desse órgão e sobre o trabalho que ele realizava. Além de permitir reconstruir a atuação de Bertha Lutz nesse espaço, a ampla documentação acabou explicitando inúmeras outras questões a respeito das influências sociais que atingem as ciências e permitiu conhecer uma prática específica da política científica brasileira do período, que era o controle da presença de estrangeiros realizando pesquisas científicas no Brasil, empreendida com o objetivo de proteger os recursos naturais brasileiros e beneficiar os institutos científicos nacionais, frente à crescente depredação do meio ambiente que já se encontrava em estágio avançado naquela época.

Capítulo 1

As teorias acadêmicas da década de 1970 – Reformulações historiográficas e a contribuição dos estudos de gênero à história das mulheres

A década de 1970 foi um momento de importantes mudanças em teorias acadêmicas na área de ciências humanas. O pensamento feminista, já fortemente inserido nos meios acadêmicos, propôs a utilização do conceito de gênero como ferramenta de análise para os estudos sobre mulheres, com o objetivo de relacionar a experiência feminina a um contexto mais amplo.

A “História das Mulheres” ou os “estudos sobre mulheres” pareciam não ser suficientes, pois tentavam suplementar um registro até então incompleto de suas experiências, sem fazer uma análise mais profunda das relações que permeavam e mantinham a condição subordinada das mulheres na sociedade, e também por criar uma categoria - “as mulheres” – como se fossem um sujeito único, universal, sem levar em conta as diferenças existentes entre elas (SOHIET, 1997; SCOTT, 1988).

O conceito de gênero surgiu nos debates acadêmicos no âmbito da antropologia, com o intuito de suprir essa necessidade de relacionar a experiência feminina a seus contextos sociais, políticos e culturais, e principalmente, ao outro sexo. Este conceito foi considerado um avanço importante em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher” ao situar as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social (PISCITELLI, 2004).

A discussão de gênero também expôs a necessidade de que se ultrapassasse a idéia de vitimização das mulheres e que a relação entre a opressão feminina e a dominação masculina fosse analisada de maneira mais complexa, buscando-se compreender como os sistemas de poder são construídos e mantidos na lógica social (PERROT, 2001; SOHIET, 1997; SCOTT, 1988).

A partir da introdução desse novo conceito a “História das Mulheres” abriu espaço para análises que contemplassem uma “história da relação entre os sexos” ao invés de enfocar somente as mulheres, e o gênero se consolidou como uma possível categoria de análise histórica. Essa nova referência analítica buscava compreender a significância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico, tentando explorar não apenas os

territórios do feminino, e sim construir uma história das relações entre os sexos que pudesse contribuir para a reescrita da história geral (THÉBAUD, 2004).

Os estudos sobre história das mulheres se desenvolveram sob a influência da história social, que buscava resgatar a história de grupos até então excluídos da grande narrativa da civilização ocidental, e sob muitas críticas das teóricas feministas, que desde o final dos anos 1970 já se ocupavam em criticar diversos âmbitos sociais, como as ciências, por exemplo, assunto que veremos mais à frente. Os historiadores buscaram encontrar todas as evidências possíveis da experiência feminina, construindo a história das mulheres quase como um suplemento separado da História Geral. A busca e o registro dessas experiências foi útil ao tornar visível a participação feminina, ao gerar informação sobre o trabalho das mulheres e ao alterar os padrões de significância histórica (SCOTT, 1988).

No entanto, em visões retrospectivas da área, constatou-se que faltava ainda a esses estudos a incorporação de uma reflexão mais profunda sobre os mecanismos que mantinham a opressão social da mulher.

“Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da História. Isso conduziu a uma reflexão em torno da História enquanto produto da dominação masculina em dois níveis: dos próprios acontecimentos e da sua elaboração empreendida pelo relato” (PERROT, 1995: 20).

Apesar das contribuições trazidas por esses primeiros estudos, a história das mulheres precisava ter uma abordagem mais relacional, e para que isso fosse possível a própria construção da categoria “mulher” precisava ser questionada. As pesquisas sobre história das mulheres começaram a se desenvolver no âmbito da história social e, com a incorporação do conceito de gênero, caminharam em direção a “uma história mais preocupada com as representações, e consciente da importância dos símbolos, refletindo intensamente acerca de algumas noções, tais como cultura e poder que envolviam a experiência feminina” (PERROT, 1995: 21).

A metodologia proposta pelo conceito de gênero influenciou os historiadores a contrariarem a estrutura historiográfica em termos universais, demonstrando que não existe uma classe, raça ou gênero homogêneos. Ao tentar compreender as experiências femininas no contexto de suas interações sociais e, ao encontrar várias feminilidades e masculinidades, tornou-se claro que os significados atribuídos à diferença sexual variam de acordo com seu contexto social, lugar, história e tempo. O principal ponto dessa proposição metodológica é acabar com a noção de “fixidez” e propor que os historiadores examinem os modos pelos quais as identidades de gênero são constantemente construídas, relacionando isso a outras atividades, organizações sociais e representações culturais históricas específicas. O gênero é um dos modos como o poder se articula na sociedade, assim como classe ou raça (SCOTT, 1988).

Ao mesmo tempo em que o conceito de gênero surgiu nos debates acadêmicos, a pesquisa historiográfica estava passando por um momento de reformulação geral. A ampliação de objetos de pesquisa e recursos metodológicos favoreceu a incorporação das mulheres e da perspectiva de gênero nos estudos históricos. Essa incorporação acompanhou um movimento maior dentro da historiografia, que pode ser descrito como uma crescente importância dada aos aspectos culturais de grupos diversos, proporcionando a inclusão de um maior número de objetos históricos em reação às limitações da história política e econômica (BURKE, 2005). Com as modificações da História Cultural, novos âmbitos da vida humana passaram a ser explorados, promovendo o aparecimento de histórias de grupos antes excluídos pelas principais correntes históricas, como as mulheres, e também operários, prisioneiros, escravos, e assim por diante (SOHIET, 1997; PERROT, 1988).

As mudanças ocorridas na História Cultural durante a década de 1970 deveram-se ao desenvolvimento de um contexto cultural favorável ao surgimento de novos questionamentos e à contestação da prática histórica hegemônica de caráter masculino, com trabalhos pioneiros em sociologia do trabalho feminino ou antropologia da família, e uma abertura da disciplina histórica ao campo do cotidiano e à vida privada, que vai ao encontro da experiência feminina (THÉBAUD, 2004).

Essa nova fase passou a ser conhecida entre os historiadores como Nova História Cultural e seu desenvolvimento abriu caminhos para diversos trabalhos sobre a história das mulheres, facilitados por seus novos métodos e enfoques. No entanto, apesar das

facilidades que acompanharam essa nova linha de pensamento, é importante dizer que o principal motivo da busca pelo passado das mulheres foi político. Buscando as origens da opressão feminina, o movimento das mulheres deu o principal impulso, que influenciou pesquisadores e militantes nas Universidades a escreverem sobre a vida das mulheres (THÉBAUD, 2004).

O desenvolvimento da História Cultural reforçou o crescimento da abordagem do feminino apoiando-se em outras disciplinas, como a antropologia, lingüística, literatura, filosofia, sociologia e psicanálise, na busca por desvendar as diversas dimensões desse objeto. A interdisciplinaridade tem papel fundamental no estudo sobre mulheres.

O interesse pela cultura popular tornou a antropologia ainda mais importante para os historiadores, vinculando o estudo dos símbolos à vida cotidiana explorada pelos historiadores sociais. O aumento de tais estudos na década de 1970 acabou proporcionando a ascensão da “micro-história”, que apareceu como uma reação à globalização, enfatizando os valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais.

Uma das razões mais importantes para “a reação contra a grande narrativa da civilização ocidental partiu da consciência cada vez maior daquilo que ela havia deixado de fora ou tornado invisível”. As teóricas feministas se inseriram nessa corrente e impulsionaram estudos em história das mulheres, tanto com o intuito de desmascarar os preconceitos masculinos, como de enfatizar a contribuição feminina para a cultura, que permanecia quase invisível na grande narrativa tradicional (BURKE, 2005: 64).

A História das Mulheres pensada a partir do conceito de gênero se desenvolveu sob a influência da Nova História Cultural porque ela era mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual. Sob a influência de diversos autores como, por exemplo, Michel Foucault e Jacques Derrida, a História passou a incluir em seus estudos o modo como certas idéias ou temas são excluídos de um sistema intelectual de acordo com preferências políticas, dando importância às práticas e representações, e também aos diferentes espaços, como público e privado, masculino e feminino, pessoal e impessoal, e assim por diante (BURKE, 2005). Assim, a partir da escolha de novos objetos de estudo, tornou-se possível encontrar a participação das mulheres e escrever suas histórias, pois sua invisibilidade nas produções historiográficas devia-se mais à escolha de temas e à falta de importância atribuída às suas atividades, do que a alguma incapacidade ou inatividade por parte delas.

A Nova História Cultural não provocou uma ruptura com a História Cultural Clássica, mas promoveu sua continuação a partir de novos enfoques. O que ocorreu na década de 1970 foi mais uma mudança de ênfase na prática historiográfica do que a ascensão de alguma coisa nova (BURKE, 2005).

A preocupação com a construção da identidade, ou seja, de como o indivíduo é construído dentro de certos papéis, enfatizada dentro da Nova História Cultural, trouxe contribuições aos estudos de Gênero a partir do questionamento sobre quais seriam os fatores responsáveis por determinar as diferenças entre indivíduos masculinos e femininos e sobre os diferentes papéis assumidos por homens e mulheres.

A teoria do “essencialismo” considerou as características associadas ao masculino e ao feminino como naturais, próprias de cada indivíduo desde o nascimento. A crítica ao essencialismo, ressaltada dentro da Nova História Cultural, questionou essa suposta naturalidade das diferenças entre masculino e feminino, alegando que as inúmeras diferenças são construções culturais, responsáveis por determinar diferentes papéis sociais entre homens e mulheres quase sempre em posições hierárquicas, com as mulheres ocupando as posições inferiores.

Os estudos de gênero não precisam necessariamente se referir às mulheres, mas o foco na atuação delas foi o ponto de partida para a compreensão do modo como operam as forças que moldam os sistemas históricos de diferenciação sexual. O conceito de gênero foi marcado pela ênfase na operação do sistema e pela importância de se compreender a “totalidade” e não apenas as mulheres (PISCITELLI, 2004).

O conceito de gênero contribuiu muito e continua contribuindo para transformar a história das mulheres, além de ter tornado explícita a necessidade de uma revisão da História Geral que observasse atentamente as implicações de gênero, classe, nacionalidade ou raça embutidos na historiografia tradicional. A partir da consolidação deste conceito propõe-se que qualquer análise de um período de transformação não dê atenção somente às modificações materiais e jurídicas, mas também ao modo com que homens e mulheres dão sentido a estas novas experiências e reconstróem subjetivamente essas transformações (THÉBAUD, 2004).

Observar a História sob o ângulo das mulheres ou dos estudos de gênero permite compreender melhor a construção das relações sociais hierárquicas, mas a história do gênero não precisa ser somente a análise das diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. O ideal seria contemplar também a história das similitudes e dos momentos em que as identidades de gênero são menos importantes que as outras, como raça, por exemplo. A história das hierarquias privilegia os momentos de confronto, mas também é interessante analisar os lentos processos de transformação cultural, as formas de resistência, etc (THÉBAUD, 2004).

O conceito de gênero está sempre em constante discussão. Sua pertinência é questionada e posta em confronto com outras categorias de análise como a classe social, por exemplo. Mas ele propõe uma reflexão sobre as diferenças entre mulheres e homens, e as múltiplas identidades dos indivíduos, identidades designadas, reivindicadas, construídas ou representadas, e propõe também uma releitura sexuada dos acontecimentos e fenômenos históricos, que pode contribuir para a explicação de problemas clássicos em história social, política ou cultural (THÉBAUD, 2004).

Ainda nessa discussão teórica é importante ressaltar que o próprio conceito de gênero já passou por muitas reformulações. Um dos principais pontos questionados é a dicotomia sexo/gênero, que classifica gênero como um conceito socialmente construído, e sexo como uma diferenciação biológica “natural” entre homens e mulheres. Essa dicotomia é contestada por autores que afirmam que o sexo biológico também é um conceito culturalmente construído, considerando que os conceitos científicos estão sujeitos a influências sociais, políticas e econômicas, assim como qualquer outro discurso. A perspectiva relacional, própria dos estudos de gênero, que propõe que características masculinas e femininas sejam definidas uma em relação às outras, também pressupõe que estes termos – masculino, feminino ou sexo – não sejam considerados auto-evidentes e sim pensados de acordo com sua historicidade. Esses debates se mantêm firmes e demonstram a fluidez imanente ao conceito de gênero que, longe de estar fixo, permanece em constante metamorfose. (PISCITELLI, 2004; JORDANOVA, 1989; LOPES, 2006 b).

Um consenso que pode ser identificado nesses debates é a afirmação do caráter socialmente construído do gênero; no entanto, a negação do essencialismo continua

comprometida pela manutenção do conceito de “sexo biológico” que identifica diferenciações “naturais” entre os gêneros sem incorporar toda crítica feita às ciências, principalmente pelos estudos sociais da ciência e da tecnologia, que compromete o conteúdo dessas definições biológicas. O corpo é tão construído quanto o gênero do indivíduo, e essa discussão está fortemente presente nos estudos de gênero e ciências.

Nos debates mais recentes entre as autoras que estudam gênero, apesar das especificidades, os esforços por eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual persistem, pensando gênero não como um conceito que construa identidades fixas, mas como um modo de descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos (PISCITELLI, 2004).

Marcados pela interdisciplinaridade, os estudos de gênero sofreram influência de múltiplos campos de conhecimento, como da história das ciências, campo que também iniciou um processo de renovação no começo dos anos 1970 e que será explorado nessa dissertação. A partir deste momento, historiadores das ciências passaram a contestar a natureza das práticas científicas e as maneiras de estudá-las.

Dominique Pestre (1996) explicitou algumas das proposições teóricas levantadas por essa reformulação historiográfica, entre elas, a preferência por abandonar a categoria “Ciência” e, ao invés disso, priorizar campos disciplinares múltiplos, o que enfatizou a importância de situar “as ciências” em seus contextos históricos. O autor também ressaltou a importância de identificar a influência dos praticantes das ciências no conteúdo que é produzido, argumentando que:

“[...] aquele que pratica as ciências é alguém que adquiriu uma cultura, que foi formado, modelado por um certo meio, que foi fabricado no contato com um grupo e com ele compartilhou as atividades – e não uma consciência crítica operante, um puro sujeito conhecedor. Aculturado num conjunto de práticas, de técnicas, de habilidades manuais, de conhecimentos materiais e sociais, ele é parte intrínseca de uma comunidade, de um grupo, de uma escola, de uma tradição, de um país, de uma época” (PESTRE, 1996: 16).

Na década de 1970 os sociólogos da ciência começam a contestar fortemente a visão tradicional da ciência apoiados em observações e análises que demonstraram que objetivos sociais são incorporados nos métodos científicos e que o desenvolvimento das ciências acompanha necessidades e processos sociais próprios de cada época. A observação histórica das ciências foi fundamental para chegar a essas proposições demonstrando o reflexo de concepções científicas no desenvolvimento social e político e a influência social na construção das ciências.

Essa percepção da ciência como suscetível aos mais diversos projetos sociais levou à idéia de construção social da ciência e da tecnologia, que surgiu em oposição à concepção tradicional sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade e procurando desmistificar a idéia de que a ciência é uma prática neutra, universal, objetiva e racional. Os teóricos da construção abordaram a ciência como historicamente localizada, com lugar em contextos sócio-políticos específicos e interagindo profundamente com a sociedade, contrapondo a concepção tradicional que trata as ciências e a tecnologia como atividades autônomas e independentes da sociedade, que possuem uma lógica própria, são guiadas pela objetividade e por métodos científicos neutros que a orientam na busca pela verdade (SANTOS e ICHIKAWA, 2006).

Essas correntes construtivistas surgiram no início da década de 1970 e, no âmbito dos estudos sociais da ciência e da tecnologia inserem-se nas correntes de estudos pós-mertonianas também conhecidas como “a nova sociologia da ciência”. A principal característica desse campo de estudos é a crítica ao modelo hegemônico que engloba as concepções tradicionais sobre como é produzido o conhecimento científico.

A partir dessa década a idéia de construção social passa a atingir inúmeros campos de estudos e novas propostas começam a aparecer em diversos ramos das ciências humanas, como no caso já citado dos estudos historiográficos. O construtivismo se incorporou à História questionando de que maneira os pesquisadores escolhem seus objetos de estudo e, a partir disso, questionaram como se dá a construção social da realidade (PISCITELLI, 2004).

A ascensão do construtivismo no final do século XX proporcionou uma ferramenta afiada tanto aos estudos sociais das ciências e à história das ciências, que queriam desmistificar uma suposta neutralidade do discurso científico, como às historiadoras

feministas que objetivam não apenas acabar com a invisibilidade das mulheres na História, mas também escrever sobre o passado “a partir de um ponto de vista feminino”. “Os historiadores tomaram cada vez mais a consciência de que diferentes pessoas poderiam ver o mesmo evento a partir de perspectivas muito diversas” (BURKE, 2004: 101).

Os autores adeptos do construtivismo passaram a considerar as produções científicas como qualquer outro tipo de produção cultural humana e a encarar o discurso científico como mais uma narrativa sobre a sociedade. Nessa linha de pensamento, as feministas, a partir da década de 1970, criticaram o conteúdo de diversos ramos das ciências naturais e biológicas marcados pelos efeitos dos preconceitos de gênero na seleção, organização e interpretação de dados. Os estudos e críticas da História das Ciências também transformaram a noção estabelecida de que a “Ciência” tivesse qualquer tipo de status epistemológico especial, superior, racional ou universal. Esses estudos se baseiam na premissa de que todas as possíveis expressões da produção do conhecimento são construções sociais (LOPES, 1998).

Os estudos de gênero e ciências que também têm origem na década de 1970 revelaram aspectos interessantes da relação entre ciências e sociedade e contribuíram com o questionamento sobre o caráter supostamente neutro das ciências. As posturas das diferentes epistemologias feministas abordaram questões centrais para as análises sobre ciência, tecnologia e sociedade (GARCIA e SEDEÑO, 2006).

As diversas correntes do pensamento feminista concordam com a existência da subordinação feminina, mas não sem questionar o caráter natural dessa subordinação, e afirmam que tal subordinação é produto das maneiras como a mulher é construída socialmente. A idéia de construção é fundamental nessa linha de pensamento, pois se algo é construído também pode ser desconstruído ou modificado. Desse modo o construtivismo tem muito a oferecer ao pensamento e aos ideais feministas (PISCITELLI, 2004).

1.1) Sobre os estudos de gênero e ciências

Considerando todas essas implicações sociais e históricas que atingem a prática científica, estudiosas feministas das ciências passaram a criticar a “Ciência” por ela não ter incorporado as mulheres nem em sua estrutura e nem em sua História. Um dos objetivos

fundamentais das teorias feministas tem sido problematizar a ausência de mulheres na história do pensamento social, científico e político.

Através dessa problematização as feministas desse campo disciplinar específico buscavam impulsionar uma igualdade de condições entre homens e mulheres nas ciências, enfatizando a necessidade de que certos aspectos das ciências e de sua cultura se abrissem à análise de gênero e argumentando que o problema poderia estar mais na estrutura da “Ciência” do que nas próprias mulheres.

Nesse contexto de crítica à “Ciência”, os estudos de gênero e ciências começam a aparecer na década de 1970 e desenvolveram-se, a princípio, em torno do problema de como aumentar o número de mulheres trabalhando em ciências (SCHIEBINGER, 2001). O termo “*gender and sciences*” apareceu pela primeira vez em 1978, como título de um artigo de Evelyn Fox Keller, que mais tarde daria origem a seu livro “*Reflections on Gender and Science*”, sendo este um dos textos mais importantes desse campo de estudos até os dias de hoje (LOPES, 1998).

A emergência desse campo de estudos também foi influenciada pela reflexão acadêmica sobre a consolidação de movimentos feministas na transição do século XIX para o XX e sobre as modificações que esses movimentos do início do século haviam impulsionado, considerando que, mesmo com o fortalecimento desses movimentos no decorrer do século XX a situação das mulheres nas ciências permanecia profundamente desfavorável. A partir dessa constatação, na década de 1970, as feministas se empenharam em construir um novo projeto que fosse capaz de romper com barreiras da divisão tradicional entre os gêneros apoiando-se na idéia de que campos de conhecimento fortemente estabelecidos teriam que ser questionados.

Em um texto posterior, Evelyn Fox-Keller (2006) reflete sobre o movimento das mulheres das décadas de 1970 e 1980, também conhecido como “o feminismo de segunda onda”, e afirma que esse movimento foi, acima de tudo, um movimento político que tinha como objetivo mudar as condições das mulheres, sabendo que para isso seria necessário transformar o mundo. Esse projeto político acabou resultando em um projeto intelectual - a teoria feminista - que foi entendida por suas próprias autoras como uma outra forma de política. Pretendia, através da análise, expor o papel que as implicações de gênero desempenham em nossa organização social, e isso significava reexaminar pressupostos

estabelecidos em todos os campos acadêmicos: história, literatura, sociologia, ciências naturais, ciências políticas, etc.

Nesse contexto, Fox-Keller explicitou que a dificuldade de integrar as mulheres às ciências estava enraizada em pressupostos das próprias disciplinas científicas. Partindo de uma argumentação psicanalítica ela explorou a associação entre masculinidade e pensamento científico e argumentou sobre como essa associação entrava em conflito com nossa imagem de ciência racional e emocionalmente neutra (LOPES, 2006 b).

Essas concepções redirecionaram a pesquisa histórica sobre a participação das mulheres nas ciências demonstrando que, para compreender a sua atuação, seria necessário ultrapassar o domínio de uma realidade objetiva que tratasse do que as mulheres haviam feito ou não, sendo necessário penetrar em um terreno mais filosófico de imagens e estereótipos sexuais responsáveis por determinar funções sociais, ou seja, como aspectos masculinos e femininos haviam se incorporado às ciências delimitando campos de atividades, características e funções.

Sendo uma das principais divisões sociais, o gênero teve suas polaridades reproduzidas nas instituições científicas, separando espaços masculinos e femininos, fazendo com que as experiências vivenciadas por homens e mulheres nessas instituições seguissem trajetórias distintas, reproduzindo características sociais influenciadas por uma separação muito mais profunda entre masculino e feminino que teve origem na divisão social que determinou os homens como pertencentes ao mundo público e as mulheres, ao privado.

A mitologia popular e os estereótipos de gênero contribuíram com a manutenção dessa separação de espaços ao reconhecer as ciências como uma atividade de caráter masculino a partir da concepção de que os homens seriam seres racionais e objetivos, portanto dignos de praticar ciência no espaço público, e as mulheres seriam mais sentimentais, emocionais e não-competitivas, destinadas às atividades de âmbito privado (FOX KELLER, 1991). Além disso, a ciência foi produzida por um grupo particular da humanidade: homens brancos e de classe média, e isso fez com que ela tendesse a ideais identificados como masculinos (SCHIEBINGER, 2001).

Essa convergência de fatores fez com que essas concepções fossem aceitas como “verdade” no século XIX, período em que as ciências se encontravam em processo de

profissionalização e institucionalização e, a partir dessa verdade, uma mulher cientista seria facilmente identificada como uma contradição: como cientistas elas seriam mulheres atípicas, e como mulheres elas não serviriam para “a Ciência” (ROSSITER, 1984).

A “Ciência”, segundo Evelyn Fox-Keller (1991: 12), “pode ser definida como um conjunto de práticas e um corpo de conhecimento delineado por uma comunidade, que não se define unicamente pelas exigências da prova lógica e da verificação experimental”, é uma grande instituição sujeita à influência da sociedade.³

Muitos historiadores e sociólogos, referenciando-se em Thomas Kuhn, que argumentava que a neutralidade científica apoiava-se mais na ideologia do que na história real, têm tentado identificar as forças políticas e sociais que afetam a produção do conhecimento científico (FOX KELLER, 1991).

Kuhn (1978) apontou a importância de estudar as ciências de forma contextualizada, situando-as em locais e tempos determinados, evitando assim o anacronismo de tentar comparar concepções científicas do passado com concepções da ciência contemporânea. Enfatizou também a importância da participação dos grupos na construção dessas ciências e como as opiniões dessas pessoas influenciaram a definição dos campos científicos e do conhecimento produzido.

A partir dessas concepções é possível inserir o gênero como um fator determinante na construção das ciências. A influência do elemento humano passa a ser primordial na definição do campo científico à medida que reproduz mitos e superstições concernentes ao grupo social em que convive no desenvolvimento de suas atividades, como Fox Keller (1991) identificou em relação ao masculino e ao feminino. A “Ciência” está tão sujeita a essas influências como qualquer outra coisa. O desenvolvimento da atividade científica extrapola a sua lógica interna. Considerando que, com o advento da ciência moderna, a produção de conhecimento científico se fechou em instituições que excluíram formalmente as mulheres ao não aceitá-las como profissionais, pode-se dizer que a ciência moderna, institucionalizada e profissionalizada, se constituiu sob forte influência de ideais comuns a um grupo masculino, reproduzindo características comuns a esse grupo e desvalorizando características associadas ao feminino.

³ Tradução própria.

Além da predominância do elemento masculino na estrutura científica, a historiografia, que também tem seu conteúdo influenciado pelo contexto em que se desenvolve, priorizou fazer o registro das concepções dominantes das ciências e não se preocupou em registrar a participação das mulheres, assim como a de outros grupos excluídos por raça, classe ou etnia que, mesmo enfrentando barreiras propositalmente colocadas em seu caminho, fizeram ciência.

Resgatar e compreender a participação das mulheres ou o modo como o feminino foi tratado pelas ciências significa mais do que simplesmente corrigir uma “injustiça histórica”. A compreensão desse processo ajudará a entender como a dualidade masculino-feminino e a ambivalência das características atribuídas aos dois gêneros influenciaram a produção de ciência. A divisão do mundo em duas esferas principais e separadas influenciou mais do que inicialmente conseguimos imaginar. Ao tentar ampliar nossa compreensão da ciência através da inclusão do feminino buscamos mais do que encontrar as mulheres que participaram desse processo. Procuramos também compreender “os domínios da experiência humana que foram relegados às mulheres, como o pessoal, o emocional e o sexual” (FOX KELLER, 1991: 17).⁴

Compreender como as mulheres se inseriram e se inserem nas ciências significa entender como as características associadas ao feminino influenciaram a estrutura das ciências. A recuperação das trajetórias de mulheres que se aventuraram pelas ciências poderá, além de trazer à tona suas histórias, ampliar a noção estabelecida do que é ciência e demonstrar a profundidade dos mecanismos em que o gênero influenciou a produção do conhecimento.

Desse modo, teóricas feministas passaram a analisar a invisibilidade das mulheres na história das ciências como parte de um jogo no qual atuavam forças políticas e sociais que comprometeram sua participação tanto no aspecto prático como no reconhecimento de suas contribuições e influenciaram o conhecimento produzido pelas ciências.

Ao incorporar a discussão de gênero nos estudos sobre a história das mulheres nas ciências torna-se possível elaborar reflexões relacionadas ao contexto em que elas atuavam e que podem contribuir com a compreensão de mecanismos sociais mais amplos. No Brasil essas discussões ainda estão se consolidando como um campo de estudos e por isso, nessa

pesquisa, foram utilizadas inúmeras referências bibliográficas internacionais. Apesar da comparação do caso brasileiro com outros países esbarrar em diferenças contextuais, esse tipo de abordagem pode ser útil como um exemplo de metodologia a ser seguida. As semelhanças encontradas permitem compreender a atuação de mulheres na busca por seus direitos de forma mais ampla e demonstram a existência de movimentos políticos comuns à maioria dos países ocidentais que acompanharam esse processo de ingresso feminino nas instituições científicas: os movimentos feministas.

“Na História das Ciências em âmbito internacional, as análises de gênero se inseriram nas correntes principais presentes na disciplina nos diferentes momentos que marcaram a retomada desse campo de estudos nas três últimas décadas. Tais análises de gênero voltadas para a ciência consideraram não só aspectos institucionais da participação das mulheres nas práticas científicas e seus indicadores de produtividade, mas fundamentalmente, aspectos contextuais, conteudísticos e culturais nas diferentes áreas disciplinares científicas” (LOPES; SOUZA; SOMBRIO, 2004).

Historiadoras feministas argumentaram que o período consagrado como o da Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII delimitou mudanças profundas no conceito de natureza, e essas mudanças tiveram fortes implicações para as mulheres intelectuais, assim como para as características atribuídas à pesquisa científica e a seus resultados. Nesses séculos, um interesse renovado nas diferenças sexuais se embutiu em construções taxonômicas e teorias de História Natural, levando a novas definições de diferenças sexuais e a novas maneiras de marcar as implicações sociais da identidade sexual. As análises críticas sobre a Revolução Científica têm se alargado inclusive para acompanhar as idéias complexas e sutis sobre a natureza em relação ao sexo e às diferenças sexuais anteriores ao século XVI. Estudar o gênero nas ciências é estudar a masculinização ou feminilização de idéias, práticas e instituições, assim como os modos que as próprias ciências construíram o gênero como um tópico de investigação empírica (KOHLSTEDT e LONGINO, 1997).

⁴ Tradução própria.

A “objetividade” científica foi um dos conceitos fortemente contestados pelos estudos sociais da ciência e, posteriormente, pelas teóricas feministas que incorporaram o construtivismo em sua argumentação.

Segundo Donna Haraway (1995), “os adeptos da construção social deixam claro que as ideologias oficiais sobre a objetividade e o método científico são péssimos guias, particularmente no que diz respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado”.

As feministas se apoiaram em correntes de construção social em busca de uma ferramenta que permitisse a desconstrução das alegações de “verdade” de uma ciência hostil às mulheres e a demonstração da especificidade histórica radical. O avanço nesse campo de estudos deixou claro que apenas demonstrar a segregação histórica e os modos de construção de tudo não seria o suficiente para o projeto feminista de incorporar as mulheres às ciências, e a ciência às mulheres. A análise das ciências necessária a esse projeto deve ser ética e política. Não é possível que as mulheres participem do mundo considerado “tipicamente masculino” sem que os homens também incorporem o mundo “tipicamente feminino”. É preciso se apoiar no poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (HARAWAY, 1995).

Haraway (1995) critica as dicotomias da recente teoria feminista, como o binômio sexo/gênero, e argumenta que o projeto feminista requer um conhecimento múltiplo, e não dicotômico, que ressalte as parcialidades ao invés da universalidade, e busque conexões entre as diferentes partes.

“O mundo é um sujeito ativo e não um recurso esperando para ser registrado pelos projetos burgueses ou masculinistas. A fêmea biológica que aparece nas explicações correntes do discurso biológico já não tem mais as mesmas características de alguns anos atrás. O corpo é um agente. A diferença sexual é biologicamente teorizada, e não intrínseca, sendo assim possível alterar a política biológica do corpo” (HARAWAY, 1995: 16).

Além da objetividade, o conceito de “universalismo” da ciência, proposto por Merton, também foi muito criticado pelos estudos sociais da ciência. Merton (1979) estabeleceu pressupostos sobre a atividade científica aonde afirmava que as pretensões científicas estariam submetidas a “critérios impessoais”, em consonância com a observação e com o conhecimento já previamente confirmado. A aceitação dos pedidos de ingresso nos registros científicos, por exemplo, não dependeria de atributos pessoais ou sociais do requerente, pois “a objetividade excluiria o particularismo” (MERTON, 1979). O imperativo do universalismo está baseado no caráter “impessoal” da ciência, mas sendo a ciência direcionada por escolhas sociais pode-se dizer que seu conteúdo é totalmente “pessoal”.

Para que esse conceito de universalismo se tornasse legítimo, foi necessário demonstrar que alguns indivíduos, como as mulheres ou os negros, por exemplo, eram inferiores e incapazes de realizar qualquer tipo de trabalho científico, justificando, assim, a baixa presença destes grupos na produção do conhecimento científico. A História registra diversos momentos em que as mulheres foram julgadas incapazes de praticar ciência: seu corpo já foi considerado apenas uma versão inferior do corpo masculino, seus cérebros considerados menores e incapazes, sua capacidade de raciocínio lógico foi subjugada, sua participação nas instituições científicas foi vetada, seu acesso às universidades foi negado e a possibilidade de trabalhar na esfera pública já foi praticamente inexistente (SCHIEBINGER, 2001).

Estando fora das instituições em que era praticada a ciência, ficava difícil para as mulheres contestar seu conteúdo ou participar de sua produção. Foi com o fortalecimento do movimento feminista que as portas das instituições científicas começaram a se abrir para as mulheres.

A ciência busca um conhecimento do mundo confiável e de coerência lógica, porém, temos que entender como os objetos científicos são alimentados pelos compromissos sociais e políticos comuns de grupos ou indivíduos particulares. Uma ideologia objetivista, que proclama o anonimato, o desinteresse, a impessoalidade, e que exclui o sujeito, põe uma máscara sobre estas práticas ao não considerar as interações que a ciência tem com a sociedade (FOX KELLER, 1991).

A construção do saber científico entendido como objetivo e universal impõe sua visão do que é a natureza humana, e até mesmo do que é natureza e natural. Porém, o que se chama de universal é produto de um contexto social e histórico específico (SILVA, 1998).

A “Ciência” não deve ser tratada como um conjunto unificado, e sim como uma soma de sistemas e representações parcialmente articuladas. Sua aparente universalidade, o fato dela ser descrita como “verdadeira em qualquer parte” e compreendida “nos mesmos termos” não permite uma análise completa de seu caráter social e de suas multiplicidades. Não é possível separar o conceitual do político; sempre misturados, a lógica de uns redefine permanentemente a dinâmica dos outros (PESTRE, 1996).

Quando as portas das carreiras científicas começaram a se abrir para as mulheres, conceitos tradicionais da ciência foram questionados e as suas contradições foram expostas. Novos objetos passaram a ser estudados e novas práticas se constituíram. Muitos campos sofreram verdadeiras revoluções com a participação das mulheres, mas fortes preconceitos de gênero ainda podem ser encontrados na prática científica. Por isso é tão importante que se realizem pesquisas para acompanhar o desempenho das mulheres nas carreiras científicas e que se proponham medidas para estimular a participação e inclusão das mulheres nas ciências.

1.2) Do privado ao público - educação e profissionalização feminina

Quando o interesse pela história das mulheres começou a crescer entre acadêmicos e militantes do movimento feminista, a principal intenção desses grupos era que as mulheres fossem vistas como sujeitos históricos participativos, e para isso seria preciso reavaliar padrões de significância histórica (SCOTT, 1998). A reviravolta da História nas últimas décadas facilitou esse processo de re-significância histórica ao abrir caminho para que se escrevessem histórias de âmbitos da vida social nunca antes explorados e de grupos sociais até então excluídos dos seus interesses. Ao aparecerem histórias “marginais”, como a história das emoções, da sexualidade, da alimentação, dos costumes populares, das vestimentas, do cultivo de plantas, entre outras, as mulheres começaram a aparecer como agentes da história. Essa reorientação conceitual e teórica permitiu que as mulheres fossem

incluídas e suas experiências passaram a ser valorizadas. A história passou a ser construída incluindo os âmbitos da vida social relegados às mulheres.

A exclusão oficial das mulheres das instituições científicas no ocidente teve início no final do século XVIII e início do XIX, acompanhando o período de profissionalização e institucionalização da ciência ocidental moderna (SCHIEBINGER, 2001).

Londa Schiebinger (2001) contribuiu muito com essa discussão ao pesquisar, num contexto bastante amplo, a história das mulheres nas ciências. Ela afirma que com a institucionalização da ciência no século XIX, o acesso informal às ciências antes desfrutado pelas mulheres acabou. Numa época em que as atividades domésticas passavam por privatização, a ciência estava sendo profissionalizada. Com a crescente polarização das esferas pública e privada, a família deslocou-se para a esfera doméstica privada, enquanto a ciência migrava para a esfera pública da indústria e da universidade. Impedidas formalmente de frequentar as universidades em diversos países europeus e nos Estados Unidos, muitas mulheres ficaram sem opções e acabaram confinadas aos espaços domésticos e aos cuidados com o lar. As mulheres ingressaram em carreiras modernas na ciência somente após o movimento das mulheres das décadas de 1870 e 1880 as impulsionarem às universidades. Nos anos que se seguiram, as mulheres foram, aos poucos, conquistando espaços nas universidades, mas ainda encontravam dificuldades em conseguir empregos depois que terminavam seus cursos, recebiam salários menores e não conseguiam ascender na hierarquia das instituições científicas.

Margaret Rossiter (1984) também se tornou referência fundamental nas discussões sobre gênero e ciências ao investigar a participação feminina na ciência norte-americana, afirmando que o lugar secundário ocupado pelas mulheres na história das ciências nos Estados Unidos não pode ser diretamente relacionado à sua falta de mérito, mas sim a obstáculos intencionalmente colocados à sua presença nas instituições científicas em fins do século XIX. Estes obstáculos foram, em parte, resultado da convergência de duas grandes tendências na história americana entre 1820-1920: de um lado, o aumento da educação superior e expansão de empregos para mulheres da classe média; do outro, o crescimento, burocratização e profissionalização da ciência e da tecnologia nos EUA. Embora simultâneos esses dois movimentos não parecem se relacionar, em grande parte por causa das diferentes concepções culturais do período. Apesar de passarem a frequentar

universidades, a formação acadêmica não proporcionou tantas oportunidades de emprego a essas mulheres.

Ao analisar a experiência das mulheres norte-americanas nesse período, encontra-se a inconsistência de ser preferível educar as mulheres do que empregá-las. É possível verificar até mesmo que a intenção de educá-las tinha o objetivo de melhorar seu desempenho como mães ou esposas, contribuindo assim para o fortalecimento da República Americana. A historiadora Linda Kerber nomeou esse processo de “*Republican Motherhood*”. De acordo com essa ideologia política, as mulheres poderiam e deveriam ser educadas, desde que restringissem o uso desse aprendizado à “esferas claramente femininas”, como cuidados com a casa e a família, aumentando a moral e o patriotismo de seus filhos. Entre 1820 e 1880, a participação feminina nas universidades americanas se deu sob a influência dessa ideologia (ROSSITER, 1984).

No Brasil, no início da década de 1920, o discurso do movimento feminista continuava se apoiando nessa mesma premissa para justificar a reivindicação por educação e profissionalização das mulheres – quanto mais elas aprendessem, melhor seria para seus filhos e sua família. Desde o século XIX esse era um argumento presente nos jornais feministas. Mulheres instruídas seriam melhores mães e esposas e a participação no espaço público não comprometeria sua função doméstica. Segundo Susan Besse (1999: 123), no início do século XX, no Brasil, toda a sociedade (incluindo as feministas) concordava que:

“A educação feminina era fundamental para fomentar a evolução e o progresso do Brasil [...] A comunidade intelectual do Brasil, profundamente influenciada pelo movimento eugenista, considerava a educação feminina essencial para o aprimoramento da saúde das mulheres e para prepará-las para atender as exigências, que eram cada vez maiores, da maternidade competente e da administração eficiente de seus lares. Considerava-se que somente mulheres com adequada educação intelectual, profissional, cívica, moral e doméstica seriam capazes de cumprir a missão sublime de proteger a saúde, alimentar as mentes e formar o caráter dos futuros cidadãos.”

Margareth Rossiter (1984) explica que nos Estados Unidos somente a partir da década de 1870 as mulheres com formação científica passaram a se agrupar em

organizações científicas e a procurar trabalho, “invadindo” um território “exclusivamente masculino”. Nesse contexto, o processo da chamada “profissionalização” da ciência entre 1880-1890, começou a apresentar uma reação, consciente ou não, dos homens contra a crescente feminização da cultura americana, incluindo a ciência, até o fim do século. Essa nova repressão à profissionalização feminina em fins do século XIX, tanto na ciência como em outros campos, impulsionou a politização e a consolidação dos movimentos de mulheres, o que levaria a sua emancipação política alguns anos depois.

A busca por reconhecimento científico e por espaço para exercer suas profissões fez com que as mulheres cientistas das décadas de 1880 e 1890 preferissem não adotar uma estratégia radical de confrontar diretamente as esferas já dominadas pelos homens e escolhessem seguir uma tática mais moderada de estabelecer carreiras profissionais separadas das ocupadas pelos homens, criando espaços profissionais “mais femininos” e evitando, assim, o conflito direto. Desse modo, nessas décadas, apesar da crença nos princípios de universalidade e neutralidade da ciência, criou-se um mercado de trabalho separado para as mulheres, coincidindo com o período em que o número de mulheres procurando empregos no campo científico mais aumentou.

A estrutura da ciência também estava mudando entre as décadas de 1880 e 1910. O trabalho científico estava se profissionalizando e se burocratizando. Nos Estados Unidos e também na Europa, a burocratização da ciência resultou na segregação sexual no meio profissional dos Museus de História Natural, no fim do século XIX. Alguns dos novos empregos que estavam surgindo representavam boas oportunidades para as mulheres, pois os homens rejeitavam trabalhos de menor remuneração e menor status e também aqueles que envolviam algum tipo de serviço social encarado como “feminino”. Esse tipo de serviço social acabou sendo incorporado pelos cursos de “Economia Doméstica” que envolviam atividades relacionadas à nutrição, culinária, saúde, higiene, cuidados com crianças e com a infância, cuidados com o ambiente doméstico, etc (ROSSITER, 1984).

Historicamente as mulheres se encontram concentradas nas disciplinas científicas de menor status e de menor remuneração. Isso pode ajudar a entender sua concentração inicial em alguns campos das ciências naturais, como botânica, história natural e zoologia, que nunca tiveram a mesma importância que as ciências exatas ou médicas. Algumas pesquisas demonstram que até os dias de hoje, o campo que abrange as disciplinas

conhecidas como “*hard sciences*” é de domínio masculino, enquanto áreas como botânica ou farmácia são principalmente ocupadas por mulheres (VELHO, 1998; SCHIEBINGER, 2001).

A biologia tem se consolidado como um campo de maior presença feminina, mas a crescente importância de alguns ramos dessa área, como a genética, por exemplo, fez com que os homens reaparecessem e ocupassem as posições mais altas nas instituições que realizam pesquisas relacionadas a essa especialidade. Nos ramos de menor status dentro da biologia a concentração maior continua sendo de mulheres (SCHIEBINGER, 2001).⁵

A presença feminina nas ciências naturais tem sido atribuída pela historiografia a funções tradicionalmente ocupadas por mulheres como o cultivo de plantas, agricultura, preparação de alimentos, cuidados com animais, cuidados com os filhos, e demais atividades do âmbito privado e doméstico. A divisão socialmente instituída entre espaço público e privado acabou direcionando as escolhas das mulheres, que começaram a dar os primeiros passos na ciência através de caminhos minimamente familiares às suas atividades tradicionais. Os obstáculos impostos pelos homens também fizeram com que as mulheres preferissem explorar campos aonde não tivessem que competir tão duramente com eles e pudessem realizar algum trabalho científico sem que os preconceitos de gênero as tirassem definitivamente da área e da pesquisa.

“Em sua obra significativamente intitulada *o Homem e o Mundo natural*, Keith Thomas sugere que a jardinagem atraía as mulheres “para quem outras esferas de atividade eram vedadas” e que as flores eram vistas como “domínio particular da mulher” (THOMAS, 1984). Uma das contribuições mais fascinantes para o debate do gênero vem do *Cultivating Women, Cultivating Science* de Ann Sheteir, que examina a mudança de lugar das mulheres na botânica no período entre 1760 e 1860 (SHETEIR, 1996) [...] Entretanto, Sheteir diz que entre 1830 e 1860 os esforços para estabelecer a botânica como ciência resultaram na marginalização das mulheres. Ela sugere que as tradições de observação e de campo da história natural

⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre este assunto ver a dissertação de mestrado - “Fazendo Gênero nas ciências: uma análise das relações de gênero na produção do conhecimento do projeto genoma da Fapesp”, de Neide Mayumi Osada, DPCT - IG - Unicamp, Campinas, 2006 – que analisa a participação de

foram substituídas pela pesquisa e pelo laboratório – “a profissionalização da botânica também significou sua masculinização (SHETEIR, 1996).”⁶

A força conquistada pelo movimento feminista na década de 1920 fez com que muitas feministas proclamassem que as “portas da ciência” haviam se aberto para as mulheres, mas a sua condição submissa, em posições mais baixas e de menor importância do que as dos homens, ainda se mantinha (ROSSITER, 1984).

Para as mulheres norte-americanas que conquistaram o direito de votar em 1920, nem a militância feminista nem os protestos contra a política discriminatória de empregos levaram a alguma mudança muito expressiva quanto ao acesso às carreiras científicas. Apesar do período entre 1900 e 1920 ter sido um momento de grande agitação política para elas, sua situação profissional não sofreu grandes modificações. O sistema de empregos permaneceu altamente discriminatório. Ainda assim, muitas mulheres cientistas foram ativistas no movimento feminista ou no movimento sufragista, apoiando a luta pelo voto feminino e reformas mais drásticas, como a reivindicação por salários iguais (ROSSITER, 1984). Mesmo não tendo conquistado tanto espaço no ambiente profissional, essas mulheres que militaram por seus direitos na década de 1920, como Bertha Lutz, defenderam e estimularam a educação feminina, consolidando uma participação nas universidades e aumentando a quantidade de mulheres com formação acadêmica.

Apesar das conquistas impulsionadas pelos movimentos feministas da década de 1920, entre 1930 e 1960, a proporção de mulheres doutoras despencou, em consequência da ascensão do fascismo na Europa, da Guerra Fria e do macartismo⁷ nos EUA. As mulheres em sua maioria foram excluídas da “idade de ouro” da ciência americana do pós-guerra, um

mulheres nas ciências biológicas no Brasil, mais especificamente, no Projeto Genoma da Fapesp entre 1992 e 2005 e discute as contribuições e dificuldades enfrentadas por mulheres nesse campo específico.

⁶ Citação do texto de Dickenson, John. “*Marianne North: uma naturalista do século dezenove o Brasil?*”, em *Cadernos Pagu* (15), pp. 145-164, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

⁷ Macartismo (*McCarthyism*) é o nome pelo qual é conhecida a política surgida nos Estados Unidos nos anos 1950 caracterizando-se pelo combate às “atividades antiamericanas”, surgidas da crescente disputa entre os Estados Unidos e a URSS. O nome origina-se de Joseph McCarthy, senador republicano cuja paranóia o levou a acusar milhares de americanos de serem militantes socialistas. A “caça as bruxas”, como ficou conhecido esse período, perdurou até que a própria opinião pública americana ficasse indignada com as flagrantes violações dos direitos individuais, graças em grande parte, a atuação do jornalista Edward R. Murrow na rede americana de TV CBS, o que levou McCarthy ao ostracismo. Ele morreu em 1957, já totalmente desacreditado (Pesquisa Google, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Macartismo>).

período de crescimento recorde em termos de recursos investidos, pessoas formadas e empregos criados (SCHIEBINGER, 2001).

Não são conhecidos estudos equivalentes ao de Margaret Rossiter (1984) e Londa Schiebinger (2001) sobre a experiência das mulheres brasileiras nas ciências de modo geral. Estudos recentes têm resgatado trajetórias de algumas cientistas ou de áreas específicas como enfermagem e medicina, por exemplo⁸, e as pesquisas sobre educação feminina têm contribuído para uma maior compreensão da atuação feminina nas ciências, ajudando a entender de que forma as mulheres começaram a ingressar em carreiras científicas no Brasil.

Susan Besse (1991: 124) não fala especificamente sobre as mulheres nas ciências, mas explica que “as pioneiras do feminismo brasileiro propuseram a questão da educação feminina no decorrer da segunda metade do século XIX” e diz que essa educação fornecida às mulheres no século XIX era precária e rudimentar. Foi somente em 1879 que o governo tornou legal e obrigatória a educação das meninas junto com os meninos nas escolas públicas primárias e permitiu o ingresso de mulheres em instituições de ensino superior. Antes disso não eram permitidas as escolas mistas e poucas mulheres conseguiam ter educação suficiente para ensinar outras meninas.⁹ Em 1880 foram instituídas escolas normais mistas que formavam professores primários e secundários e, a partir daí, a educação primária feminina começou a se expandir de maneira significativa.¹⁰ Além dos

⁸ Ver, por exemplo: MOTT, Maria Lúcia. “Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920)”, em *Cadernos Pagu* (13), PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 1999; e RAGO, Elizabeth. “A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX”, em *Cadernos Pagu* (15), PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 2000; entre outros.

⁹ Susan Besse (1991) informa que em 1872 o censo registrava apenas 18 mulheres na cidade de São Paulo e 313 no Rio de Janeiro que trabalhavam como professoras primárias e secundárias (BESSE, 1991, p.125, apud HAHNER, 1997, pp. 94-95).

¹⁰ No final do século XIX um número crescente de mulheres da classe média urbana começou a buscar educação e em resposta a isso, em 1890, no Estado de São Paulo, ocorreu uma reforma do ensino primário e da escola normal. Sob a direção de Antônio Caetano de Campos, duas mulheres se destacaram nesse processo – Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que estudara nos Estados Unidos e a norte-americana Márcia Browne. Juntas elas introduziram no Brasil técnicas pedagógicas que haviam aprendido nos Estados Unidos. A partir dessa década as escolas normais se expandiram como um campo de predomínio feminino. Em 1920 as mulheres já perfaziam 75,1% dos professores primários em São Paulo e 81,2% no Rio de Janeiro. Apesar dessas conquistas, permaneciam restritas a esse campo se concentrando principalmente nos cursos preparatórios para o magistério e nas escolas comerciais onde se formavam datilógrafas e estenógrafas, e ingressavam no ensino superior em número ainda menor que os homens. Foi depois de 1930 que as mulheres progrediram mais rapidamente nas carreiras acadêmicas devido a reformas e à expansão do ensino secundário. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, na Universidade de São Paulo, em 1934, também aumentou as oportunidades das mulheres adquirirem educação superior. Contudo, em

colégios normais, as mulheres só podiam “obter educação secundária acadêmica em escolas particulares [...] ou com tutores particulares”, o que dificultava o acesso da maior parte da população que não tinha condições de pagar por essa educação (BESSE, 1991: 125).

Besse (1991) ainda diz que a escola secundária mais conceituada do Brasil – o Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro – só se tornou mista em 1922; assim, independentemente das instituições de ensino superior terem sido abertas às mulheres em 1879, poucas mulheres tinham educação suficiente para serem aprovadas nos exames de ingresso das instituições acadêmicas (BESSE, 1991, apud SAFFIOTI, 1969).

A visão de Susan Besse e de outros autores altamente críticos quanto à qualidade e às limitações da educação oferecida às mulheres a partir da década de 1930 vem sendo contestada por estudos recentes que enfatizam ser mais interessante ressaltar os aspectos positivos da educação feminina do que os negativos. Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira (2006: 217) dizem que a ênfase desses argumentos negativos na historiografia sobre o assunto encobre o que mais interessa ressaltar, que são:

“os aspectos mais dinâmicos desse processo, aos quais se pode imputar a transição do perfil educacional da população feminina que, em um curto período de tempo, do início da república à década de 1940, evoluiu do analfabetismo para a educação em nível superior, direcionando-se em número cada vez maior, para as profissões científicas que, sabemos, constituíam um monopólio masculino”.

Partindo dessa visão mais otimista quanto à situação educacional das mulheres podemos argumentar que qualquer oportunidade educacional ou de emprego conquistada por elas representava uma abertura no espaço público, o que contribuiu com mudanças efetivas em seus papéis sociais. As limitações iniciais e a tendência para profissões determinadas foram parte de um processo lento de transformação cultural e de mudança na estrutura familiar. O próprio discurso do movimento feminista nas décadas de 1920, 1930 e 1940 defendia a idéia de que as mulheres deveriam se instruir para se tornarem melhores

1940, mesmo com o censo registrando que 48,9% dos diplomados no ensino secundário eram mulheres, desse percentual 33,5% haviam se diplomado no curso de magistério, estando ainda longe de alcançar igualdade de educação e oportunidades profissionais com os homens (BESSE, 1991).

mães e esposas e que a inserção nessas novas atividades não interferiria em seus papéis tradicionais.

No início do século XX o Brasil estava se transformando de uma sociedade patriarcal e rural para uma sociedade urbana e industrial. Os novos valores burgueses delineavam a construção de uma nova sociedade. A industrialização acelerada e a “crescente intervenção do Estado na família” favoreceram a abertura de espaços para as mulheres na esfera pública (AZEVEDO e FERREIRA, 2006).

Segundo Azevedo e Ferreira (2006: 223), tanto o processo de modernização e incorporação de valores burgueses no Brasil como as mudanças nas relações de gênero adquiriram características associadas à permanência de certos valores da sociedade patriarcal brasileira dos séculos anteriores. “A revolução burguesa brasileira teria se efetivado sem estabelecer uma ruptura com a tradição, não havendo incompatibilidade entre a velha ordem social e a aceleração da acumulação capitalista”. Para estes autores, os aspectos contraditórios das modificações nos sistemas de gênero no início do século XX devem-se a essa manutenção de características tradicionais mesmo com o processo de modernização burguesa ocorrido neste período. Ao mesmo tempo em que se manteve a subordinação da mulher ao poder masculino criaram-se “as condições institucionais que permitiram a alteração de seus papéis sociais, notadamente, no que concerne a sua participação na esfera pública”.

Disso conclui-se que a crescente urbanização e a valorização desses espaços urbanos proporcionaram melhores condições às mulheres. No Brasil esse processo pode ser visualizado, sobretudo, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. “Os dois maiores centros econômico-financeiros e políticos do país se tornaram os principais redutos urbanos do projeto civilizador republicano” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 226).

No novo contexto urbano e republicano as famílias foram estimuladas a freqüentarem ambientes públicos e a interagir socialmente; intensificam-se as atividades públicas como festas e comícios populares, esportes, cinemas, danças, etc. Muitas dessas atividades já ocorriam com freqüência desde o início do século XX, contudo, nos anos 1920 essas experiências adquirem outra significação e consolidam um novo estilo de vida caracterizado por uma nova relação entre os espaços urbanos e privados que permitiram às mulheres a ocupação de diversos espaços públicos.

A nova economia de mercado e seu crescimento acelerado induziram as mulheres às profissões em ambientes não domésticos, mas não sem enfrentarem críticas e resistência masculina. Mesmo com esses empecilhos as mulheres passaram a ocupar espaços profissionais e educacionais. “A educação em geral e, em particular, a educação feminina se tornaram um tema de debate público nos anos 1920 e 1930” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 234).

Esse crescimento da educação feminina no início do século XX foi muito significativo para que as mulheres tivessem acesso às carreiras científicas no Brasil. No final dos anos 1930 as mulheres já ocupavam todos os níveis escolares, incluindo os cursos superiores.

A naturalista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) cursou as primeiras séries do ensino no Brasil e concluiu seus estudos superiores no exterior. Algumas mulheres com melhores condições financeiras e apoio de suas famílias iam estudar na Europa e nos Estados Unidos. Nesses países, conviviam com os crescentes ideais de emancipação feminina instigados principalmente pelo movimento feminista e, muitas vezes, voltavam ao Brasil influenciadas por essas idéias, como no caso de Bertha Lutz que, logo após concluir seus estudos na França voltou ao Brasil e criou, em 1919, uma associação feminista intitulada Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher.

Essas mulheres que integraram o movimento feminista conduzido por Bertha Lutz na década de 1920 eram, em geral, mulheres instruídas, egressas da classe média urbana, que conseguiram influenciar as decisões do governo e estimular o apoio à educação feminina no país. Algumas delas estudaram fora do país, mas muitas outras freqüentaram escolas brasileiras. Mesmo em condições precárias de educação, essa instrução inicial contribuiu para a educação das mulheres brasileiras e para a conscientização da necessidade de educação feminina. Aquelas que integraram o movimento feminista das décadas de 1920 e 1930 tinham como consenso a necessidade de melhores condições educacionais, mas elas mesmas haviam se educado nas condições que existiam antes desse período. O processo educacional que teve início nos últimos anos do século XIX educou as mulheres que viriam a lutar por melhores condições nas décadas de 1920 e 1930.¹¹

¹¹ O advento da república foi determinante para a educação das mulheres ao separar a Igreja do Estado e, portanto, a educação religiosa da educação laica, e isso impulsionou a criação de escolas públicas primárias

Também é importante ressaltar que o discurso que defendia a educação feminina como condição para que as mulheres se tornassem melhores mães e melhores donas de casa e contribuíssem, assim, para o progresso do país era um discurso específico de certos grupos de atuação política e representavam uma forma tática de retórica, um meio de alcançar seus objetivos. O grupo que militava com Bertha Lutz utilizou esse discurso em vários momentos, mas o feminismo de Bertha Lutz assumiu características diversas durante sua vida e seus muitos anos de militância.

Na bibliografia referente à história da educação no Brasil os anos 1920 são apontados como o momento em que foram “formuladas as idéias fundamentais e empreendidas as ações pioneiras que lançaram as bases institucionais da moderna organização escolar brasileira, consolidadas nos anos 1930 e 1940”. Ao mesmo tempo em que estava sendo proposta a universalização da educação no nível primário também eram propostas formas especiais de educação que se definiam de acordo com categorias como classe ou gênero (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 239).

Nesse contexto, as mulheres obtiveram espaço para desempenhar funções públicas na “sociedade moderna”, mas sua educação acabava sendo voltada para conduzir espaços limitados de atuação como administração da vida doméstica (equivalentes aos já citados cursos de Economia Doméstica nos Estados Unidos), educação escolar de crianças e adolescentes, educação sanitária e assistência social. “Embora se considere que esse tipo de escolarização reiterasse os compromissos ideológicos de gênero [...] também se promovia a efetiva escolarização e profissionalização de parcela da população feminina em uma escala sem precedentes” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 241).

Essa postura mais relativista quanto à educação feminina permite a visualização de um início do século XX com maior participação das mulheres a partir da valorização de suas atividades. Essas novas experiências de escolarização foram sendo apropriadas e resignificadas pelas mulheres e abriram caminho para o ingresso em carreiras científicas.

Pouco se sabe a respeito das mulheres cientistas brasileiras. Através da recuperação de suas histórias torna-se possível avaliar a relação entre a desigualdade promovida pela

mistas. A aceitação da educação laica foi fundamental para as mulheres que passaram a ter a oportunidade de estudar disciplinas rejeitadas pela Igreja Católica, como as disciplinas científicas, priorizando o aprendizado moral e voltado para as obrigações familiares. A crença de que a educação feminina contribuiria para o progresso do país também facilitou o acesso das mulheres à educação (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 236).

divisão social de gênero e sua posição subordinada na hierarquia científica, não com o intuito de justificar o porquê do baixo número de mulheres cientistas, mas com o objetivo de fazer uma análise crítica ao modo como as ciências se constituíram, incorporando diversos tipos de preconceito e divisões sociais. A partir disso é possível contestar o caráter universal e objetivo da “Ciência”, já que ideologias políticas e sociais afetam tanto a estrutura das instituições científicas quanto o conhecimento que é produzido e sua importância.

No Brasil, a sociedade urbana e industrial se construiu conservando valores tradicionais do sistema patriarcal, o que restringiu a participação das mulheres às oportunidades que surgiram com a ampliação do acesso à educação secundária e superior e ao mundo do trabalho. Educação e trabalho feminino eram concebidos como uma extensão de seu papel familiar, ao qual eram reduzidas. Certamente, a organização social do campo científico refletiu tais circunstâncias sociais e culturais e, em particular, limitou para as mulheres as oportunidades de treinamento e formação nas poucas instituições de pesquisa existentes – museus, observatórios, institutos públicos de pesquisa agrícola e de saúde (AZEVEDO, 2004).

Com o intuito de identificar a contribuição das mulheres cientistas à formação da atividade científica no Brasil, pretende-se, nesta dissertação, resgatar parte da trajetória profissional de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), cientista e militante feminista, através da análise de sua documentação. Ao ingressar no Museu Nacional do Rio de Janeiro via concurso público em 1919, Bertha Lutz passou a fazer parte de uma comunidade científica que foi amplamente responsável pela institucionalização das ciências biológicas no país. Seu trabalho como representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil permitiu que ela atuasse diretamente na regulamentação e fiscalização de expedições estrangeiras no país, ajudando a consolidar a então nascente política científica brasileira. Bertha participou de um período muito importante para a institucionalização da prática científica no Brasil ao mesmo tempo em que lutava pela educação e profissionalização das mulheres, que contou com apoio decisivo do movimento feminista no qual ela foi personagem fundamental.

Este trabalho busca articular a biografia singular de Bertha Lutz com as problematizações mais amplas da história cultural e social desse período inicial de profissionalização das mulheres. Pretende-se também contribuir para o fim do mito da invisibilidade das mulheres na história das ciências, trabalhando a historicidade dessa questão com uma consciência crítica de gênero, não tratando a experiência feminina como um assunto isolado, mas contextualizando suas experiências numa estrutura maior, na qual divisão social e as marcas culturais de gênero as mantiveram confinadas a uma posição subordinada dentro das ciências. Os saberes foram constituídos de uma maneira que legitimou sua exclusão.

A participação igualitária das mulheres na ciência é um processo em andamento, que se deu lentamente e continua se desenvolvendo. Para que a participação das mulheres aconteça de maneira mais justa, é preciso que sejam revistos os papéis socialmente estabelecidos do que é feminino e masculino, e é necessário analisar e desconstruir os conflitos de gênero dentro das ciências.

Capítulo 2

Bertha e sua Época

Neste capítulo, buscamos demonstrar um pouco do estado em que as práticas científicas se encontravam, no Brasil, no momento em que Bertha Lutz se inseriu nesse ambiente e consolidou sua carreira científica. Nas décadas de 1920 e 1930, o governo brasileiro começou a incentivar fortemente a consolidação das ciências básicas e das atividades de pesquisa no país. Nesse período foram criadas as primeiras universidades brasileiras e a Academia Brasileira de Ciências, entre outros órgãos que visavam promover o desenvolvimento da pesquisa científica.

Em 1879, o governo brasileiro permitiu que mulheres ingressassem em instituições nacionais de ensino superior; porém, as restrições à presença delas e os altos custos da educação secundária continuaram dificultando seu acesso à formação acadêmica. Mesmo assim, no início do século XX, já não eram poucas as mulheres que exerciam alguma atividade científica no país. Nas primeiras décadas já encontramos Dona Maria Bandeira atuando como pesquisadora de musgos no Jardim Botânico e Mary Jane Rathbun trabalhando como cientista no Museu Nacional. Sem contar as médicas brasileiras que surgiram entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX: Maria Augusta Generoso Estrela, formou-se em medicina nos Estados Unidos, em 1881; Rita Lobato, graduou-se na escola de Medicina da Bahia, em 1887; Ermelinda Lopes de Vasconcelos, recebeu seu título na escola de medicina do Rio de Janeiro, em 1888; Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, formou-se nos Estados Unidos, em 1881; e também Antonieta César Dias, Francisca Barreto Prager, Amélia Pedroso Benebian, Carlota Pereira de Queiroz e Maria Renotte atuaram como médicas nesse período, no Brasil (HAHNER, 2003; RAGO, 2000; MOTT, 2000; LOPES e SOUZA, 2005).

Foi a partir da década de 1920, com o surgimento de novas propostas no sistema de educação brasileiro, que as condições educacionais sofreram mudanças significativas, e começou-se a aceitar efetivamente o ingresso de mulheres nas mais diversas instituições. Contando também com pressões do movimento feminista liderado por Bertha Lutz, meninas passaram a ser aceitas no colégio Dom Pedro Segundo, uma das instituições de educação secundária mais bem conceituadas do país na época. As políticas educacionais

postas em prática na era Vargas (1930-1945), devem ser compreendidas “como parte de um conjunto de políticas sociais orientadas simultaneamente para a (re)organização do trabalho, da família, da educação [...] e da saúde”. Por essa perspectiva, o processo de escolarização e profissionalização feminina pode ser entendido como parte de um processo de mudanças sociais que extrapolou a esfera restrita da educação escolar e inseriu-se em um contexto maior de transformação dos papéis atribuídos a cada gênero (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 238).

A criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil também se deu na era Vargas e evidencia que, ao mesmo tempo em que eram implementadas mudanças no sistema educacional, o governo buscava incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas no país, formulando políticas para proteção de nossos recursos ambientais e culturais e formas de aumentar os acervos materiais das instituições científicas brasileiras. Além disso, a criação desse órgão relaciona-se com o crescimento do ideal nacionalista característico do período, que incentivou um maior controle da presença de estrangeiros no país, assim como a preservação do patrimônio nacional.

A segunda parte deste capítulo refere-se a aspectos gerais da trajetória de Bertha Lutz e busca explicitar acontecimentos importantes de sua atuação política e profissional. Foi elaborada a partir de relatórios de pesquisa e artigos já publicados em conjunto com a Prof^ª. Dr^ª. Maria Margaret Lopes e com a mestranda, Lia Gomes Pinto de Souza, durante nosso trabalho de reunião e organização da documentação de Bertha Lutz.

A documentação sobre a atuação política e profissional de Bertha Lutz é muito vasta e, mesmo com inúmeros trabalhos existentes sobre ela, ainda há muito o que ser pesquisado. Grande parte desse material permanece inédito e encontra-se em fase de organização no Museu Nacional e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

2.1) Institucionalização de práticas científicas na primeira metade do século XX

A atividade científica possui uma historicidade constituída pela modificação de objetos e métodos de pesquisa, pelos objetivos aos quais se destina e por inúmeros outros fatores. “Instituição científica” é um termo que designa mais do que simplesmente os

lugares de produção científica. Refere-se a um conjunto de práticas, idéias e discursos vivenciados por inúmeras pessoas e com reflexos que atingem a sociedade de modo geral (ALVES, 2001).

A primeira metade do século XX caracteriza-se por importantes transformações nas práticas científicas no Brasil. O período analisado nesse estudo (1939-1951) insere-se nesse contexto de transformações e institucionalização das ciências brasileiras. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil corresponde a um lugar específico desse processo de institucionalização das ciências no país que incorporou preocupações e objetivos pertencentes a esse momento histórico particular. A escolha por desenvolver uma análise de gênero é apenas um recorte possível para que possamos compreender melhor os significados desse processo de institucionalização das ciências no Brasil e um modo de demonstrar como influências sociais atingem as instituições e práticas científicas.

No início do século XX o Rio Janeiro era a cidade mais urbanizada e a capital do país, caracterizada por um ideal de modernização e progresso inspirado nos países europeus. Buscava-se transformar, modernizar e higienizar a cidade, apoiando-se em discursos médicos e científicos. Os engenheiros transformaram a fisionomia da cidade construindo ferrovias e alargando avenidas; os médicos e sanitaristas provocaram verdadeiras revoltas ao impor a adoção de práticas nunca antes assumidas pela população, tudo em busca do progresso nacional. Essas atitudes representaram o pensamento dos governantes e da elite intelectualizada do país que começavam a considerar a ciência como peça indispensável à tão almejada modernização vista nos centros urbanos europeus e desejada pela elite brasileira.

As transformações eram tamanhas que muitas práticas científicas e filosóficas de alto valor no século XIX perdiam sua importância e davam lugar a novos métodos e enfoques. O positivismo perdia sua força e dava lugar a novas doutrinas filosóficas. A história natural, por sua vez, também deixa de ter a importância que teve no século XIX, materializada nos inúmeros museus e coleções de história natural característicos deste século. A mudança era inevitável. As correntes de pensamento tradicionais não foram

excluídas, mas tiveram que abrir espaço para o surgimento de novas teorias, práticas e discursos (ALVES, 2001).

As décadas de 1920 e 1930 assistiram à consolidação das ciências básicas no Brasil (MASSARANI e MOREIRA, 2001). A Sociedade Brasileira de Ciências (SBC) foi criada em 1916 e em 1922 se transformou na Academia Brasileira de Ciências, onde professores, cientistas, engenheiros, médicos e outros profissionais liberais se opuseram aos positivistas e articularam novas estratégias para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. Foi também nesses anos que começaram a aparecer as primeiras faculdades de filosofia, ciências e letras do país. Nos anos após a segunda guerra mundial, intensificou-se a valorização internacional e social das atividades científicas e da figura dos cientistas.

A Academia Brasileira de Ciências se constituiu com o objetivo de promover a “ciência pura”, desinteressada, contrária ao “utilitarismo” da ciência. Tinha a intenção de impulsionar o desenvolvimento das ciências que não tivessem caráter industrial ou comercial, mas acreditava-se que “embora a ciência pura não se submetesse a imperativos determinados pela demanda material ou pela prestação de serviços, essa demanda seria também satisfeita”. Esse movimento pela ciência pura era inspirado em movimentos similares ocorridos em países europeus como a França, por exemplo, país que exercia grande influência cultural sobre o Brasil e que era um centro importante de produção científica (ALVES, 2001: 190).

As primeiras instituições de ensino superior brasileiras foram criadas no início do século XIX e as primeiras universidades brasileiras foram criadas nos anos 1930. Foi na década de 1920, período de grande conturbação social¹², que o movimento pela criação de universidades ganhou força. Esse movimento foi encabeçado pela Academia Brasileira de Ciências e pela Associação Brasileira de Educação e tinha o objetivo de renovar a educação no país (DANTAS, 1988: 271).

Na década de 1930 foram criadas as universidades do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e de São Paulo que, apesar de terem objetivos políticos distintos, possuíam muitas características em comum como, por exemplo, a contratação de professores estrangeiros

¹² Época em que se fortalecem os movimentos modernista e feminista, causando verdadeiras transformações em práticas sociais e culturais.

que, além de suprir a necessidade de professores especializados no Brasil, também significava um rompimento com as instituições de ensino superior existentes no país até então, e a propagação do ideal de desenvolver pesquisa científica desinteressada, o que contribuiu com a implantação da pesquisa científica no país (DANTAS, 1988).

O período entre 1930 e 1950 é considerado pela bibliografia sobre o assunto como uma fase de consolidação das ciências básicas, da pesquisa científica e de institucionalização das ciências no Brasil. Por isso é possível afirmar que o período em que Bertha Lutz consolidou sua carreira científica foi um momento muito significativo para a história das ciências no país.

O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB) foi criado no início da década de 1930, momento em que o Estado brasileiro assumia uma forte ideologia nacionalista que passou a ser incorporada em todas as instituições públicas brasileiras, “orientando o processo de reorganização da estrutura do Estado e respondendo à solicitação de atuação mais eficaz deste em prol do patrimônio brasileiro”. Junto à criação do CFEACB outros órgãos foram criados pelo Estado com o intuito de definir novas políticas públicas visando promover objetivos diversos, entre eles, a proteção dos bens da nação (GRUPIONI, 1998: 23).¹³

Inúmeros Conselhos foram criados na era Vargas e constituíram-se em espaços de negociação de interesses em um contexto de transição entre as formas tradicionais de dominação, características da República Velha e a consolidação de uma “dominação burocrática de perfil autoritário” (MICELI, 1982: 404, apud. GRUPIONI, 1998:23).

¹³ Durante as décadas de 1930 e 1940 o Estado brasileiro criou inúmeros Institutos e Conselhos com o intuito de reorganizar e modernizar sua estrutura administrativa. Grupioni (1998: 23) cita como exemplo as seguintes instituições: (1931) – Comissão de Defesa da Produção do Açúcar – Decreto 20.761; (1932) – Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor – Portaria do Ministério da Agricultura; (1934) – Conselho de Defesa Nacional – Decreto 23.873; Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Decreto-lei 25, de 30 de novembro; (1937) – Instituto Nacional do Livro – Decreto 93, de 21 de dezembro; (1938) - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Lei 378; Conselho de Imigração e Colonização – Decreto-lei 406 e extinto em 1954 com a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Conselho Nacional do Petróleo – Decreto 395; Instituto Nacional do Mate – Decreto 375; (1939) – Comissão de Abastecimento – Decret-lei 1607; Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; Comissão de Defesa da Economia Nacional – Decreto-lei 1641; (1940) – Instituto Nacional do Sal – Decreto 2300; (1942) – Comissão de Defesa Econômica – Decret-lei 4807; (1946) – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – Decreto 21.355.

A ideologia nacionalista assumida pelo Estado foi responsável por impulsionar a criação desses órgãos institucionais que visavam consolidar uma união nacional e, ao mesmo tempo, censurar manifestações contrárias a essa ideologia, fiscalizando e protegendo o patrimônio histórico, artístico, cultural e científico do Brasil. No final da década de 1930, com o início da segunda guerra mundial e participação do Brasil no conflito, o Estado fortaleceu mais ainda a política de aversão aos estrangeiros, que se reflete diretamente em seus órgãos institucionais, incluindo o Conselho de Fiscalização.

Em 11 de maio de 1933, Getúlio Vargas, através do Decreto 22.698, incumbiu o Ministério da Agricultura de fiscalizar expedições estrangeiras de qualquer natureza e nacionais sem vínculo institucional que estivessem sendo realizadas no território brasileiro. Segundo este decreto, os grupos estrangeiros que desejassem adentrar o território brasileiro deveriam obter autorização através do Ministério das Relações Exteriores. Essas expedições estrangeiras deveriam ser acompanhadas por um representante do governo brasileiro, cabendo ao Estado custear as despesas desse representante. “Proibia-se a exportação de qualquer bem natural, histórico, legendário ou artístico do país sem autorização do governo, e de qualquer espécime botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico, a menos que existissem similares nos institutos científicos ligados ao Ministério da Agricultura ou ao Museu Nacional”. Também ficava estabelecido que todo o material coletado pelas expedições deveria ser dividido igualmente com instituições científicas brasileiras e era obrigatória a apresentação de relatórios, cópias de filmes e fotografias ao Governo brasileiro, permanecendo os direitos autorais em posse dos expedicionários. O órgão responsável por esse trabalho seria o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil que foi instituído no dia 28 de julho do mesmo ano, através da publicação de seu regulamento (GRUPIONI, 1998: 54).

Criado com a intenção de fiscalizar a realização de expedições no território brasileiro, de proteger o patrimônio artístico, científico e cultural nacional e beneficiar instituições científicas brasileiras com a aquisição e doação de duplicatas de material coletado por expedicionários, além dos materiais apreendidos ilegalmente, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil foi cenário de muitas

disputas, “envolvendo órgãos do governo, instituições acadêmicas e figuras importantes do campo intelectual brasileiro” (GRUPIONI, 1998: 52).

Divido “entre o campo político e o intelectual” o CFEACB relacionou-se com diversos outros órgãos e participou de inúmeras discussões de importância fundamental para o Estado brasileiro na época. Entre as áreas de atuação do CFEACB estava a proteção das populações indígenas, de seus bens e territórios, que era compartilhada com outras instituições, como o SPI – Serviço Nacional de Proteção aos Índios (1918, Decreto-lei 8072)¹⁴ e o CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios, (1939, Decreto-lei 1794)¹⁵ (GRUPIONI, 1998: 30-44). No que se referia às ciências naturais, a principal instituição com quem o CFEACB relacionava-se era o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para onde era enviada a maior parte do material apreendido e adquirido por ele.

O primeiro regulamento do CFEACB indicava que o órgão deveria ser composto por sete membros, representantes de disciplinas científicas e institutos distintos, sendo nomeados pelo Ministro da Agricultura. A princípio, os conselheiros deveriam ser os assistentes-chefes do Instituto de Biologia Vegetal e do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, dois professores do Museu Nacional, o chefe da seção do Museu Histórico, um professor da Escola Nacional de Belas-Artes e o chefe da seção do Serviço Geográfico Militar. Essa estrutura sofreria várias modificações ao longo de sua existência. Já na primeira revisão do regulamento ocorrida no ano seguinte à criação do Conselho modificou-se a forma de indicação e a composição dos membros do Conselho. Os membros não seriam mais os chefes de seção, e sim especialistas das áreas cobertas pelo Conselho, devendo ser indicados pelos institutos dos quais viessem, e seus nomes teriam que ser aprovados pelo ministro da agricultura. As áreas de “botânica, zoologia e mineralogia

¹⁴ Antes de intitular-se SPI este órgão recebia o nome de SPILTIN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. O SPILTIN foi criado em 1910 e se transformou em SPI em 1918, momento em que o Estado assumia para si a tarefa de intervenção sobre as populações indígenas. Seu primeiro diretor-geral foi o Marechal Cândido Rondon e entre suas diretrizes estava a abolição da catequese e de qualquer vínculo com a Igreja, reservando exclusivamente ao Estado a tarefa de proteger e prestar assistência aos índios (GRUPIONI, 1998: 35).

¹⁵ “Na prática, o CNPI funcionou como órgão consultivo da direção do SPI, notadamente na gestão Rondon (de 1939-1955), sendo responsável pelo encaminhamento de parte considerável dos problemas fundiários envolvendo índios e no aperfeiçoamento da legislação indigenista, no período de sua atuação” (GRUPIONI, 1998: 42).

passaram a ter representantes dos departamentos nacionais do Ministério da Agricultura: de produção vegetal, animal e mineral” (GRUPIONI, 1998: 56).

O processo de criação do Conselho de Fiscalização ocorrido na década de 1930 insere-se em um contexto de reivindicações dos setores intelectualizados da sociedade que, desde o final do século XIX, vinham questionando a atuação do Estado e suas práticas políticas, “apontando a ciência como fundamental para o desenvolvimento do país e exigindo o controle do Estado em relação às expedições estrangeiras em suas incursões pelo Brasil”. Esse momento caracteriza-se tanto pela percepção das ciências e de suas aplicações como motor de progresso social, assim como pelo “processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país” que correspondia à ideologia nacionalista e ao projeto modernizador burguês que vigorava na sociedade brasileira naquele momento (LISBOA, 2004: 33, 36).

Algumas idéias provindas do movimento modernista que circulavam em torno de um conceito de brasilidade foram incorporadas pela sociedade e, ao mesmo tempo, “esvaziadas em seus próprios significados [...] à medida que se implantava o nacionalismo como política do Estado, num regime cujas bases autoritárias consagradas em 1937 foram se consolidando, gradativamente, desde a ruptura política processada em 1930” (CHUVA apud. LISBOA, 2004: 37). Nesse contexto, discutia-se sobre o valor e a proteção do patrimônio brasileiro e implantavam-se políticas científicas, artísticas e culturais de valorização do nacional.

Simultaneamente ao processo de formação do Estado Nacional brasileiro que teve início no século XIX, a temática sobre a natureza ganhou importância na construção da memória e da história da nação que se construía. “De símbolo de brasilidade, a natureza assumiu gradualmente seu caráter de materialidade para o desenvolvimento econômico” (LISBOA, 2004: 46).

O debate sobre a natureza ganhou força no Brasil na década de 1930 com o interesse de pessoas de inúmeros segmentos sociais. Cientistas, estudiosos, representantes do governo e pessoas ligadas a concepções conservacionistas empenharam-se em dar relevância às áreas de conhecimento da botânica e da zoologia, enfatizando posturas

defensoras de seus ecossistemas, como por exemplo, a reivindicação pela criação dos parques nacionais.

“Surgiram também a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e a Sociedade dos Amigos das Árvores, sendo que esta última foi fundada pelo cientista Alberto José de Sampaio, diretor do Museu Nacional, que defendia a criação de um Serviço Florestal e a vigilância das florestas privadas” (LISBOA, 2004: 58).¹⁶

No ano de 1934 foi realizada a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores e patrocinada por Getúlio Vargas. Para Alberto José de Sampaio¹⁷, os principais objetivos da conferência eram dar visibilidade ao assunto através da popularização do conhecimento técnico sobre o mesmo, procurando conscientizar as novas gerações e discutir métodos de proteção à natureza. (LISBOA, 2004).

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização presidida por Bertha Lutz, foi uma das instituições que apoiaram esse evento e, durante sua realização, foi representada pela professora Alda da Fonseca (da Instrução Municipal).¹⁸ As outras instituições que enviaram seus representantes à conferência foram a Associação Brasileira de Educação, a Associação Brasileira de Higiene Mental, Associação Brasileira de Farmacêuticos, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Histórico de Ouro Preto, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Tijuca

¹⁶ Segundo Lisboa (2004: 58), esses dados foram retirados de DUARTE, Regina Horta. Nação, natureza e território: Cândido de Mello-Leitão e a biologia no Brasil, in *Territórios e Fronteiras* -Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, vol.1, n.1, jul-dez 2000, p. 142.

¹⁷ Alberto José Sampaio (1881-1946) nasceu em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Ingressou no Museu Nacional em 1905, após ser aprovado em concurso público para a função de assistente da seção de botânica. Em 1912, tornou-se chefe dessa seção, cargo que ocupou até 1937. Na época em que ingressou no Museu interrompeu seus estudos em medicina, e os anos de trabalho nesta instituição o levaram a se consagrar como um ilustre botânico. Dedicou-se aos estudos de orquídeas, filicíneas e bignoniáceas. Teve papel de destaque na elaboração da legislação de proteção dos recursos naturais redigida em 1934 e participou da criação do Código Florestal. Segundo Franco e Dummont (2005: 133), “foi Sampaio quem formulou, da maneira mais clara e detalhada, um projeto que unia preocupações específicas com o cuidado do mundo natural a idéias relacionadas à construção da nacionalidade”.

Tennis-Club, Instituto Nacional de Música, Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro e a Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia.

Diversos temas foram objeto de debate entre os intelectuais nas décadas de 1930 e 1940, como trabalho, indústria, educação, saúde, manifestações culturais, a modernização da sociedade e dos órgãos estatais, os direitos das mulheres, o patrimônio histórico e natural do Brasil e a proteção da natureza, sendo que setores significativos da sociedade mobilizaram-se em torno dessas questões. Em relação à proteção da natureza, havia um grupo de pessoas, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que se empenharam em estimular a elaboração de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro e sua implementação pelo Estado. Parte do sucesso conquistado por este grupo deve-se ao fato de, na época, suas preocupações terem sido relacionadas à questão da identidade nacional. Isto acabou resultando na “apropriação e elaboração de tradições de pensamento que envolviam um conhecimento científico do mundo natural e a idéia de que ele devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos” (FRANCO, 2000: 2).

A participação da FBPF nessa primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza demonstra que também esse grupo organizado de mulheres empenhou-se em participar dessas discussões sobre ciências, patrimônio e proteção à natureza que emergiam na primeira metade do século XX buscando inserir-se em debates fundamentais e inovadores na época. Considerando que Bertha Lutz era a presidente da FBPF, é possível dizer que seu envolvimento com o ambiente científico influenciou e encontrou apoio nesse grupo de mulheres que procurava ocupar cada vez mais espaços públicos e participar de processos decisórios importantes para a sociedade em que viviam. Através da FBPF, Bertha Lutz e suas companheiras do movimento feminista se inseriram em uma das discussões mais inovadoras e promissoras da época que era o desenvolvimento das ciências no Brasil e a proteção ao patrimônio natural e cultural brasileiro. Composta por mulheres de classe média, intelectualizadas, a FBPF acabou sendo também um espaço de sociabilidade para essas mulheres que buscavam encontrar redes de apoio e se inserir em espaços de trabalho científico no Brasil.

¹⁸ Boletim do Museu Nacional, vol. XI, nº1, Rio de Janeiro, Primeira Conferência Brasileira de Proteção á

A partir dos anos 1950 “teve início o período contemporâneo da história das ciências no Brasil, com a diversificação, ampliação e difusão pelo país das atividades de pesquisa e com a institucionalização dos programas de formação de pessoal especializado” (DANTAS, 1988: 274).

Em 15 de janeiro de 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, órgão governamental com o objetivo de promover a ciência e a tecnologia no Brasil, consolidando um novo momento das ciências brasileiras. Isso porque antes de sua criação os processos decisórios envolvendo as ações e orientações de política científica tinham um caráter marcadamente fragmentado, divididos em inúmeras instituições e conselhos, o que também foi um dos motivos para a consolidação desse órgão. O Conselho de Fiscalização foi extinto em 1968 e as atividades que desempenhava foram assumidas pelo CNPq.

Após o fim da segunda guerra mundial, diversos países passaram a investir na criação de conselhos nacionais de pesquisas, apoiados na crença de que só o desenvolvimento científico e o incentivo à ciência pura seriam capazes de torná-los competitivos no mercado mundial e de melhor equiparem seus exércitos frente ao crescente desenvolvimento da indústria armamentista. Acompanhando essa tendência, o Brasil criou o CNPq que centralizou a administração de atividades científicas ligadas ao Estado.

Na primeira metade do século XX homens e mulheres trabalharam em prol do desenvolvimento das ciências no Brasil, mas a participação que as mulheres tiveram nesse processo é pouco lembrada pela historiografia brasileira. Trabalhos recentes têm buscado resgatar trajetórias de mulheres que construíram carreiras científicas e contribuíram com a construção das ciências no país.

2.2) Principais marcos da trajetória científico-política de Bertha Lutz (1894-1976)

Na busca por encontrar as mulheres que participaram do ambiente científico brasileiro no início do século XX, nos deparamos com uma personagem famosa, importante líder do movimento feminista brasileiro, que atuou como naturalista do Museu Nacional do

Natureza – Relatório Geral, março de 1935.

Rio de Janeiro por 45 anos, consolidando uma carreira científica estável e bem-sucedida; entretanto, Bertha Lutz não costuma ser lembrada por sua participação na história das ciências brasileiras.

Embora haja inúmeros estudos existentes sobre Bertha Lutz e sobre sua participação na luta pelos direitos da mulher, grande parte de sua documentação ainda é inédita e sua vasta atuação em diferentes atividades e espaços instiga o desenvolvimento de um maior número de análises e pesquisas sobre sua vida.

Além de militar pela causa feminista Bertha Lutz exerceu com êxito os direitos que buscava estender a todas as mulheres. É importante dizer que no início do século XX já não eram poucas as mulheres que participavam do meio científico no Brasil ou que trabalhavam fora do ambiente doméstico, ainda que o meio acadêmico permanecesse de difícil acesso para elas (LOPES e SOUZA, 2005).

Bertha Lutz nunca foi admitida na Academia Brasileira de Ciências, principal associação de incentivo ao desenvolvimento da “ciência pura” no Brasil, mas ela se firmou como cientista nesse ambiente cultural, principalmente em um espaço que, nas décadas de 1920 e 1930, possuía grande prestígio no cenário carioca e nacional – o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nesse período, o Museu era um dos pólos dinamizadores das atividades educacionais e de divulgação científica do país, sendo local de inúmeras iniciativas modernizadoras da época no que se refere a práticas educacionais, de divulgação científica e de formação de coleções científicas no país.¹⁹

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Marie Gertrude Fowler e do famoso cientista brasileiro, Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical. Ela concluiu seus estudos superiores na França; graduou-se em Ciências Naturais na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris – Sorbonne, em 1º de março de 1918, obteve seus certificados de Estudos Superiores de Botânica em 20 de junho de 1916, de Química Biológica em 18 de outubro de 1916 e de Embriologia Geral em 23 de outubro de 1917 (LOPES, 2006 a). Em Londres e em Paris, no

¹⁹ Em 1926 duas mulheres foram convidadas a participar da Academia Brasileira de Ciências: a física polonesa Marie Curie, que acabara de visitar o Brasil, e a zoóloga alemã Emília Snethlage, que foi diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (CORRÊA, 2003). A próxima cientista a ser admitida na Academia dez anos depois seria a paleontóloga norte-americana-brasileira Carlota Joaquina de Paiva Maury, em 1937.

movimento de mulheres europeu que se radicalizava nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, Bertha Lutz especializou-se em feminismo e sufragismo enquanto completava seus estudos superiores (SAFFIOTI, 1969).

Quando voltou ao Brasil, em 1918, começou a trabalhar junto com seu pai no Instituto Oswaldo Cruz como tradutora de inglês, francês e alemão. Foi também nesse ano que ela tornou pública sua campanha feminista ao redigir o manifesto “Cartas de Mulher”, publicado na *Revista da Semana*, periódico do Rio de Janeiro que dava espaço a discussões variadas, entre elas, a causa feminista, em 28 de dezembro de 1918. Este manifesto marcou o início da campanha de Bertha Lutz pelos direitos femininos no Brasil. Através dele, ela divulgou suas preocupações em relação à educação e a profissionalização feminina e propôs que as mulheres brasileiras se organizassem em uma associação com o intuito de capacitá-las a participar ativamente da vida pública e de apoiar sua emancipação profissional e intelectual (LOPES; SOUZA; SOMBRIO, 2004):

“[...] Não devemos resignar-nos a ser as únicas subalternas num mundo ao qual a liberdade sorri. Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecê-la. É certo que muito, que quase tudo, no estado atual depende do homem. Mas uma das maiores forças de emancipação e progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrair; para que, olhando sua esposa, suas irmãs e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher. Para conseguirmos esse resultado, para mostrarmos a nossa equivalência, um esforço individual e coletivo é necessário.”²⁰

Bertha trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz até setembro do ano seguinte, quando ingressou no Museu Nacional após ser aprovada em segundo lugar no concurso público realizado pelo Museu para o cargo de “secretário” e ter sido escolhida pela Congregação

²⁰ LUTZ, Bertha. “Cartas de Mulher”. Publicado originalmente em *Revista da Semana*, 28-12-1918. Transcrição do documento em HAHNER, June. “Emancipação do Sexo Feminino – A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940”, apêndice F, EDUNISC, Florianópolis, 2003.

para assumir o cargo. A repercussão de sua aprovação no concurso gerou polêmica na sociedade carioca que não estava acostumada a ver mulheres ingressando no funcionalismo público. Foi também no ano de 1919 que Bertha Lutz fundou a associação feminista intitulada Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde se transformaria na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Ela foi a segunda mulher do país a assumir um cargo público e sua aprovação não foi vista com bons olhos por muitas pessoas. Ela foi classificada em primeiro lugar entre dez candidatos após passar pelas provas do concurso e receber os votos de seis membros da Congregação do Museu contra quatro dados ao candidato Mourão dos Santos e dois ao candidato Annibal Pinto de Souza, no dia 18 de agosto de 1919 (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003).

Nos dias que se seguiram à divulgação do resultado, vários jornais cariocas (*Rio Jornal, Tribuna, Jornal do Commercio e A Rua*) “criticaram a Congregação por ter se investido de poder de julgamento superior à comissão examinadora”. As críticas eram direcionadas ao então diretor do Museu, Bruno Lobo, e também à Bertha Lutz “que foi alvo de comentários machistas como este: Desde que as mulheres começaram a concorrer aos cargos públicos, notou-se um fato, que caracteriza bem a nossa índole: o primeiro lugar passaram (sic) a ser seu a todo custo” (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003: 207).

Apesar das controvérsias, Bertha Lutz assumiu o cargo e, no decorrer dos anos em que permaneceu no Museu, deixaria o cargo de “secretário” para assumir a função de naturalista. Em entrevista dada à Branca Moreira Alves²¹, Bertha Lutz demonstrou a importância que sua mãe, Amy Fowler, teve na sua decisão de aceitar o emprego e relatou as dificuldades que enfrentou enquanto prestava o concurso:

“Quando fomos fazer, eram 10 homens e eu. A primeira era de português. Caiu um trecho de Camões. Analisei e voltei pra casa. Disse pra minha mãe: “eu acho que não vou voltar porque a minha prova de português não foi boa”, ela disse: “Você

²¹ Essa entrevista foi realizada por Branca Moreira Alves para sua dissertação de Mestrado: “Em busca de nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919-1932, fatos e ideologia”, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977.

não vai voltar? Pra que você foi se inscrever se agora não vai voltar. Agora você não voltando, toda mulher que for entrar em um concurso fica prejudicada pelo que você fez, porque você se inscreveu e largou no meio. De modo que você pense bem”. E acabou me incitando a voltar...eu voltei, e foi muito bom. Porque aliás eu tinha tirado uma nota muito boa. Mas alguns deles erraram. Aliás, tinha lá um candidato, eu achei uma coisa muito curiosa, porque no dia seguinte ele mandou uma carta ao diretor do Museu dizendo que viu que tinha uma mulher fazendo o concurso e que isso era contra todas as boas normas da moral e da família, de modo que ele então não queria continuar. O engraçado é que ele me viu lá na prova e não disse nada. Foi só depois que ele largou. Afinal, eu tirei primeiro lugar e fui nomeada [...] no meu caso também consultaram o consultor jurídico, Raul Penido, que deu o mesmo parecer.”

Bertha trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro por 45 anos e se aposentou em 3 de agosto de 1964, aos 70 anos. Na época em que ingressou no Museu, ele era um dos principais locais de difusão das atividades educacionais e de divulgação científica do Brasil, sendo precursor de inúmeras iniciativas referentes às práticas educativas e comunicativas dos museus. Enquanto Bertha Lutz construía sua carreira científica nesse espaço, algumas figuras importantes para a história das ciências brasileiras foram seus colegas, como, por exemplo, Roquette Pinto, antropólogo, pesquisador, diretor da instituição, idealizador da Rádio Sociedade, criador dos Serviços Educativos em museus no país; Alberto José de Sampaio, naturalista, chefe da seção de botânica; Heloísa Alberto Torres, pesquisadora, diretora do museu, especialista em etnologia indígena, entre outros.²²

Assim como seus pares, que dividiam seu tempo entre pesquisas, atividades educativas, de divulgação científica e de políticas científicas, Bertha Lutz sempre esteve envolvida com os mecanismos de funcionamento e interesses de setores dessa comunidade científica. Totalmente inserida nesse grupo que já adotava estratégias de internacionalização de suas atividades, voltando-se primordialmente para os Estados

²² Nesse período a comunidade científica brasileira estava centralizada no Rio de Janeiro, onde se encontravam as mais importantes instituições científicas e as mais antigas escolas profissionais (DANTAS, 1988).

Unidos, Bertha trabalhou muito durante os anos iniciais de sua carreira para consolidar-se profissionalmente e em seus propósitos feministas.

Foi no ano de 1919 que Bertha apresentou sua primeira publicação científica, no volume comemorativo do centenário do Museu, que consistia em:

“um índice alfabético por autores de trabalhos publicados nos *Archivos do Museu Nacional* de 1876 a 1919. Em 1926 publica “Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera indica L*”, nos *Archivos do Museu Nacional* – seu primeiro trabalho de cunho naturalista, do qual encontramos referência também datada de 1923. De 1926 também data “The Flora of The Serra da Bocaina”, resultado de excursões realizadas naquele local em 1925, e apresentado no Congresso Comemorativo do Bi-centenário da *American Philosophical Society of Philadelphia* (EUA) e publicado nos seus anais” (LOPES e SOUZA, 2006 d).²³

Ainda no início de sua carreira no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Bertha Lutz viajou para os Estados Unidos a serviço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio²⁴, ao qual se subordinava o Museu Nacional, para permutar o material em duplicata coletado durante as expedições realizadas pela Comissão Rondon²⁵ com material equivalente de tribos norte-americanas (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003: 212), e para:

“Estudar os meios de intensificar as permutas de material e o estreitamento de relações científicas entre o Museu Nacional e os Museus norte-americanos, a organização de ambos, os processos administrativos e sua aplicação ao nosso país,

²³ “Índice dos Archivos do Museu Nacional”, organizado por Bertha M. J. Lutz. Volumes I – XXII. 1876-1919. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1920. (Arquivo Nacional, Fundo FBPF – Cx. 11, pacote 1).

²⁴ As citações que se seguem são de documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo/Coleção FBPF, Cx. 11, pacote 5, Ofício nº 256 (03/1922). Museu Nacional do Rio de Janeiro, “Bertha Lutz a serviço do Ministério da Agricultura, Ind. e Comércio nos EUA” (carta de Sérgio Carvalho a Bertha Lutz - 15/04/1922); Museu Nacional do Rio de Janeiro – Seção de Antropologia e Etnografia. Of. nº 257 (23/03/1922); Carta- Gabinete do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Simões Lopes a Bertha Lutz (23/03/1922).

²⁵ Em 1907, o Marechal Rondon, major do Corpo de Engenheiros Militares da época, foi nomeado chefe da comissão que deveria construir a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, a primeira a alcançar a região amazônica, e que foi denominada “Comissão Rondon”. As expedições realizadas por essa comissão tinham o objetivo de explorar a região amazônica e seus trabalhos se desenvolveram de 1907 a 1915. Nesta mesma época estava sendo construída a ferrovia Madeira-Mamoré, que junto com o desbravamento e integração telegráfica de Rondon ajudaram a ocupar a região do atual estado de Rondônia. Em 1910, o Marechal Rondon passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

com especial referência à divulgação dos conhecimentos da História Natural e ao papel didático no ensino dos diferentes ramos da mesma”²⁶.

Além disso, o Ministro também a incumbiu de visitar e estudar os principais estabelecimentos educacionais:

“[...] de trabalhos manuais e de economia doméstica, quer os privativos de cada sexo, quer os filiados no regime de co-educação, tão generalizado na pedagogia norte-americana. A própria cidade de Baltimore, para onde vos dirigis, oferecer-vos-á grandes oportunidades à execução da primeira parte dessa incumbência, desde as diversas hierarquias do curso primário até ao Instituto Politécnico. Quanto à instrução teórica e prática de economia doméstica, depareis em quase toda a União americana, modelos dos mais valiosos, que vão do ensino elementar às Faculdades de ciência doméstica incorporadas nos Institutos Pratt, Drexel, Amour, Lewis e outros. As escolas primárias rurais, mormente as complementares (rural School Consolidated) que, em breve, serão ensaiadas no Brasil, merecem, por igual, vossa atenção e delas vos ocupareis, como dos demais estabelecimentos, no relatório que deveis apresentar a este Ministério.”²⁷

A educação feminina sempre foi uma das principais bandeiras do feminismo de Bertha Lutz e do grupo que a seguia na década de 1920. Como já foi dito no capítulo anterior, esse período é apontado como o momento em que foram lançadas as bases institucionais da moderna organização escolar brasileira, consolidada nos anos 1930 e 1940. Em 1919, Bertha Lutz fundou uma associação feminista intitulada “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”. Em 1922, como resposta aos apelos dessa associação ao Ministério da Educação e com a participação de Bertha Lutz como representante do Museu Nacional no Congresso de Educação, ocorrido nesse mesmo ano, foi permitido o ingresso de meninas no Colégio Dom Pedro II, uma das instituições de ensino secundário mais bem conceituadas da época.

²⁶ MN. Ofícios n° 256 e 257, 03/1922, de Bruno Lobo, diretor de 1915 a 1923 e de Roquette Pinto, ainda diretor da seção de Antropologia e Etnografia.

²⁷ Carta do Gabinete do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (Rio, 23-03-1922), de Simões Lopes para a Secretária Bertha Lutz.

Nesse contexto, Bertha viajou a Baltimore, ainda em 1922, a serviço do governo, para conhecer instituições educacionais e estudar aspectos do sistema educacional americano. Essa viagem serviu para consolidar objetivos distintos e ao mesmo tempo complementares. Enquanto estudava meios de estreitar relações entre o Museu Nacional e os Museus norte-americanos também visitou instituições educacionais diversas, algumas direcionadas à educação feminina. Essas visitas foram realizadas com o objetivo de reunir informações que pudessem contribuir com a melhoria das instituições educacionais brasileiras e fornecer melhores condições de aprendizado à população e às mulheres. Conheceu instituições de ensino superior que ofereciam cursos de Ensino Doméstico, visando reunir informações e artifícios que pudessem contribuir para o projeto feminista de melhorar as condições de educação das mulheres brasileiras. Seu trabalho científico nunca esteve dissociado de seus ideais feministas.

Durante este período que permaneceu nos Estados Unidos, Bertha também participou da Conferência Pan-americana de Mulheres, realizada em abril, pela Liga das Mulheres Eleitoras da NAWSA (National American Woman Suffrage Association), em Baltimore. Essa conferência foi considerada um marco da dimensão mundial assumida pelo movimento feminista organizado. Foi nessa conferência que Bertha Lutz conheceu Carrie Chapman Catt, líder da NASWA, que ajudaria Bertha a fundar a FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - ainda no ano de 1922. A FBPF substituiu a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (1919), e foi presidida por Bertha Lutz durante 50 anos. Ela também aproveitou essa oportunidade para formar, junto com outras delegadas latino-americanas, o núcleo da futura União Interamericana de Mulheres, da qual seria eleita presidente em 1925.

Essa viagem aos Estados Unidos, em 1922, foi muito significativa para Bertha Lutz, pois a partir desses acontecimentos fortaleceu-se a rede de relações do movimento feminista brasileiro organizado por ela e também se fortaleceram suas relações com instituições científicas norte-americanas, o que contribuiu positivamente para seu trabalho no Museu Nacional e, mais tarde, no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. As correspondências levantadas no fundo Bertha Lutz do Museu Nacional demonstram que, além de Baltimore, Bertha também esteve em Nova York, Buffalo, Lincoln, Colorado-Arizona e Chicago, tendo sido eleita correspondente oficial da

Buffalo Society of Natural History e Membro Correspondente do Museu Americano de História Natural de Nova York.²⁸ Ao retornar, ela enviou ao Ministro da Agricultura publicações relativas ao ensino de Economia Doméstica nos Estados Unidos e assuntos agrícolas.

Na Conferência Interamericana de Mulheres de Washington, em 1925, Bertha Lutz e várias outras mulheres feministas reuniram-se para discutir preocupações vigentes na época, como trabalho feminino em indústrias e fábricas, instalação de creches para filhos de operárias e à proteção ao trabalho das mulheres e crianças. Nessa ocasião, como já foi dito, ela foi eleita presidente da União Interamericana de Mulheres, e ao retornar ao Brasil foi homenageada por ter recebido esse título em um evento realizado por mulheres brasileiras no salão nobre do Club de Engenharia do Rio de Janeiro, espaço importante para a comunidade científica da época, onde também foi homenageado Albert Einstein em sua visita ao Brasil. A cerimônia contou com a presença de personalidades importantes no período, como o Presidente interino do Club, Dr. Getúlio das Neves, a escritora e feminista histórica Júlia Lopes de Almeida, o Ministro do Peru, os engenheiros membros do Conselho Diretor, Eduardo Limoeiro e Floresta de Miranda, o Sr. Vice-Presidente da República, o Sr. Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, “representantes da nação nas duas Casas do Congresso, representantes graduados de todas as classes sociais”, o Almirante José Carlos de Carvalho, membro do clube, grande número de membros do Conselho Diretor e sócios do Club e “elevadíssimo número de Senhoras da primeira classe da nossa sociedade [...] constituindo a mais seleta reunião e enchendo-se literalmente o vasto salão nobre” segundo a notícia publicada na Revistas do Instituto de Engenharia.²⁹ Em seu discurso de agradecimento pela homenagem, Bertha Lutz disse:

“Nós, que estamos habituados às aplicações modernas da sciencia, que dominando o tempo e o espaço, anulam a distância, dificilmente compreendemos as barreiras que separam entre si as comunidades humanas, quase até os nossos dias [...] desde,

²⁸ Cartão de Membro Correspondente do Museu Americano de História Natural - *The American Museum of Natural History*. Seventy-Seventh Street and Central Park West. New York, NY. “Admit Miss Bertha Lutz and friends to the Member’s Room and to All Member’s Lectures. Until December 31, 1937”. E outro cartão idêntico válido até 31-dez-1938. Presidente: F. Trubee Davison. (Cartão a ser apresentado na entrada-porta). Arquivo Nacional, Fundo-Coleção FBPF, Cx. 11, Homenagens a Bertha Lutz.

porém, que o progresso material fez ruir estas barreiras, as correntes das grandes idéias transpondo vitoriosamente as fronteiras, não as diferenças, mas a semelhança entre os homens [...] o surto de progresso material dos últimos cem anos, modificando profundamente a estrutura da sociedade e facilitando a infiltração de idéias novas operou uma verdadeira transformação na vida da mulher. Obrigada pelas indústrias nascentes, pela pressão econômica, sempre mais forte, a seguir as suas ocupações tradicionais, removida do lar para as oficinas coletivas, entrou em contato com um mundo mais amplo [...]”.

Nessa passagem de seu discurso é possível perceber a importância dada pelas feministas da década de 1920 ao trabalho feminino que, estimulado por modificações econômicas de ordem global, foi capaz de colocar as mulheres em contato com um mundo mais amplo e proporcionar-lhes novas oportunidades e condições de vida. A ciência aparece como um dos fatores que proporcionaram essa nova condição ao transformar o mundo do trabalho e propor novas idéias capazes de romper com limites sociais.

Nessa viagem aos Estados Unidos, em 1925, Bertha ainda reuniu coleções botânicas para o Museu Nacional, estudou métodos de divulgação e técnicas de preparo e organização de mostruários de Museus de História Natural, organização de Hortos Botânicos, visitou museus para crianças em Brooklyn e Boston e permutou coleções com as seções de Botânica e Entomologia do Museu Nacional de Washington.

No Museu Nacional do Rio de Janeiro, Bertha Lutz exercia atividades rotineiras próprias do trabalho científico. Em seu relatório do ano de 1925 ela descreve resumidamente o trabalho que havia realizado naquele ano, como “a organização de fichas para a seção de botânica”, o replantio para estudo de sementes de *Arachis nhambiquare*, a “determinação de 63 espécimes do Herbário do Museu”, e “excursões à Serra da Bocaina”. Os resultados de suas excursões à Serra da Bocaina foram apresentados no Congresso Comemorativo do Bi-Centenário da American Philosophical Society of Philadelphia e publicados no artigo “The flora of the Serra da Bocaina”, nos anais do congresso, em 1926.³⁰

²⁹ “Homenagem das Senhoras Brasileiras à illustre Presidente da União Interamericana de Mulheres”, Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1925. Fundo/Coleção FBPF, Arquivo Nacional.

³⁰ Relatório relativo ao ano de 1925, Museu Nacional, 09/01/1926.

Bertha Lutz realizou pesquisas de campo durante toda sua carreira científica. Viajava sozinha ou acompanhada por auxiliares. O funcionário do Instituto Oswaldo Cruz, Joaquim Venâncio, foi seu principal assistente. Algumas vezes seu irmão a acompanhava para tirar fotografias para ela. Em seu livro – *Brazilian Species of Hylas*, as fotos dos batráquios³¹ que Bertha estudava foram todas tiradas por Gualter Lutz.³²

Um projeto de lei sobre *A Nacionalidade da Mulher Casada* foi apresentado por Bertha Lutz ao Senado, ainda em 1925 e correspondia ao encaminhamento de programas debatidos pela União Interamericana de Mulheres. Uma versão em inglês do projeto foi publicada no Boletim da União Pan-Americana (Washington, 1926, nº 2) e intitulada *Nationality of Married Women in the American Republics* e em 1933 foi publicada pela FBPF com o título *A Nacionalidade da Mulher Casada - Seção de Estudos Jurídicos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1933). Bertha utilizou este projeto para desenvolver a tese que apresentou à Faculdade de Direito de Niterói para concorrer à livre-docência de Direito Internacional Privado. Ela havia estudado Direito na Universidade do Brasil entre os anos de 1928 e 1933, e sua tese intitulava-se *A Nacionalidade da Mulher Casada perante o Direito Internacional Privado*.

Os anos iniciais de atuação da FBPF foram caracterizados por muitas conquistas e pela expansão de seus ideais através da criação de filiais em vários estados do país. As mulheres integrantes deste grupo tinham como objetivo promover a educação e elevar o nível de instrução das mulheres, proteger as mães e a infância através da obtenção de garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, auxiliar as mulheres na escolha de profissões, estimular o espírito de sociabilidade entre elas, assegurar direitos civis e políticos fundamentais e estreitar relações com outros países americanos a fim de promover a paz e a justiça no Hemisfério Ocidental.³³ As feministas utilizaram diversas estratégias em busca da concretização desses objetivos - tentavam estabelecer relações com a

³¹ Anfíbios, da classe de vertebrados de pele nua, sangue frio, que passam por metamorfose e respiram sucessivamente por guelras e pulmões (rãs, sapos e pererecas).

³² *Brazilian Species of Hylas* foi o último trabalho feito por Bertha Lutz. Publicado pela Universidade do Texas em 1973, até hoje é uma obra de referência para os estudos da área. É uma compilação das pesquisas que Bertha resgatou do pai e a continuação dessas pesquisas, realizadas por ela. No livro ela agradece especialmente ao seu assistente, Joaquim Venâncio, e a seu irmão, Gualter Lutz, pelo apoio para a consolidação desse trabalho, mas inúmeros outros nomes e instituições aparecem como colaboradores neste estudo que foi desenvolvido durante toda a sua vida (LOPES, SOUZA, 2006 d).

imprensa, juristas e políticos, buscavam sempre o apoio da opinião pública, organizavam congressos e procuravam estimular a união das mulheres. Mesmo sem questionarem suas funções relativas à família e a maternidade, as feministas lideradas por Bertha Lutz insistiam na necessidade de direitos trabalhistas iguais, auxílio e proteção às mães trabalhadoras e educação, condições necessárias para que as mulheres pudessem se dedicar a profissões fora do ambiente doméstico.

Em 1928, Bertha Lutz e suas companheiras da FBPF, Carmem Portinho e Maria Amália Faria³⁴, sobrevoaram a cidade do Rio de Janeiro em um aeroplano jogando panfletos que reivindicavam direitos eleitorais para as mulheres. Este ato virou matéria de jornal publicada no periódico *O Paiz*, em maio desse ano.³⁵ Poucos anos depois as mulheres conquistaram o direito ao voto, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1932. Em 1929 Bertha participou junto com outras feministas da fundação da *União Universitária Feminina*, que foi criada com o objetivo de incentivar e ajudar as mulheres que se formavam.

No período entre fevereiro de 1927 e outubro de 1930, Bertha Lutz foi designada pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio a servir em comissão como Assistente da Seção de Botânica do Jardim Botânico. Em 1932 publicou um artigo pelo “American Museum of Natural History” de Nova York (volume XXXII, n. 6, pp. 539-550), intitulado *Wild Life in Brazil* (LOPES e SOUZA, 2005).

Bertha também era especialista em organização de museus. Na década de 1930 ela provavelmente foi a única profissional especializada em museus no país. Em sua ficha funcional no Museu Nacional ela descreve suas habilitações profissionais como:

“Zoologia, Botânica, inclusive trabalhos de Laboratório e de Campo, de Excursão; Organização de museus e suas atividades educacionais e cita entre seus cursos de aperfeiçoamento, seus **Estudos especiais sobre o papel educativo dos Museus Modernos**, na América do Norte, a convite da Association of American Museums – 1932” (LOPES, 2006 c).

³³ Estatutos da FBPF. Fundo/Coleção FBPF, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento citado em ALVES, 1977, op. Cit.

³⁴ Respectivamente tesoureira e secretária interina da FBPF.

³⁵ Jornal encontrado no CMU - Centro de Memória da Unicamp, no Arquivo do Senador Adolpho Gordo, que por apoiar a causa do voto feminino se correspondia com Bertha Lutz.

Em 1932 ela recebeu, por intermédio da União Pan-Americana e da Associação Americana de Museus, um prêmio da Carnegie Corporation e Endowment for International Peace para permanecer por dois meses e meio nos Estados Unidos visitando 58 museus em vinte cidades, a fim de estudar os departamentos e serviços educativos mantidos por essas instituições. Durante essa viagem, participou da convenção anual da Association of American Museums realizada em Cambridge, de 14 a 18 de maio de 1932 e teve oportunidade de conhecer personalidades de grande influência na museologia da época. Ao retornar ao Brasil, apresentou o relatório *O papel educativo dos museus americanos (ou do Museu Moderno)* ao então diretor do Museu Nacional, Roquette Pinto. Nesse relatório ela informa que pesquisou mais detalhadamente os museus especializados em fins educativos e os departamentos educativos daqueles em que preponderava a educação popular, e que “deu enfoque maior também aos museus científicos, vista a especialização às ciências naturais no Museu Nacional” em que trabalhava (LOPES, 2006 c).

No final de 1937, Bertha Lutz assumiu a chefia da seção de botânica do Museu Nacional, em substituição ao naturalista Alberto José de Sampaio que havia tirado uma licença prêmio de um ano. Foi designada para essa função pelo então diretor do Museu, Alberto Betim Paes Leme.³⁶

Bertha Lutz construiu sua carreira científica em meio à comunidade científica do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX e compartilhou das mesmas preocupações e dos mesmos projetos vivenciados por essa comunidade. Suas redes de contatos internacionais e a convivência em outros países a colocaram em contato com outros ambientes científicos que também influenciaram sua formação. Privilegiada pela oportunidade de poder viajar inúmeras vezes para participar de eventos científicos ou feministas e por ser fluente em inglês, francês e alemão, Bertha Lutz incorporou conhecimentos diversos, conheceu muitas pessoas com quem estabeleceu redes de contatos e apoio político e profissional e consolidou uma formação intelectual que a capacitou como uma importante cientista no Brasil.

³⁶ BR MN MN.DR PE, ASS. 5. Arquivo. Livro de Assentamentos. Assentamentos de Bertha Maria Júlia Lutz. Registro dos assentamentos dos empregados do Museu Nacional. Livro dos funcionários, número 3.

Em seus discursos é possível perceber que ela possuía concepções de ciência concernentes com contexto histórico em que vivia e com as principais epistemologias da época. A idéia de ciência como motor de progresso da sociedade fica sempre evidente, assim como sua aceitação de um ideal de ciência neutra e objetiva. Não fazia parte de seu discurso toda essa crítica de gênero aos métodos científicos que começa a aparecer na academia somente a partir da década de 1970. Também identificamos uma apologia constante aos ideais de ciência norte-americanos próprios desse momento em que os Estados Unidos estão se firmando como potência hegemônica, no período entre-guerras e principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Bertha Lutz incorporou a preferência pelo discurso científico americano, assim como o discurso das feministas americanas. Sua atuação pública se construiu influenciada pelos grupos que participava e caracterizada por um pensamento específico sobre as ciências.

Em 1933 ela participou da Comissão Preparatória do Ante-Projeto da Constituição promulgada em 1934. Nessa ocasião Bertha Lutz escreveu um texto intitulado “13 Princípios Básicos” que compilava suas sugestões à Constituição brasileira e foi publicado pela FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Esses projetos de lei foram apresentados à Câmara enquanto Bertha Lutz era a Presidente da Comissão Especial de Estatuto da Mulher da Câmara dos Deputados. Muitas das proposições que ela elaborou foram aceitas pela Constituinte e incorporadas à legislação brasileira. Suas sugestões defendiam direitos políticos e jurídicos das mulheres e enfocavam questões relativas à profissionalização e educação feminina. Nesse texto é possível perceber o amplo uso que ela fazia de metáforas naturalistas e o modo como utilizava seu conhecimento científico para dotar de autoridade seu discurso e defender suas posições políticas. O primeiro princípio proposto por Bertha Lutz era a “Racionalização do Poder” e para justificar esse princípio ela escreveu:

“As constituições modernas pensam assim, fazendo coincidir a noção do Estado com a noção do Direito. Colocado deste modo o problema no terreno objectivo passa a ser um problema tecnico, o de encontrar meios adequados de harmonizar a vontade do povo e a autoridade do governo, de equilibrar os ramos do poder, de

concatenar as instituições jurídicas em um conjunto lógico, desapassionado e racional.

Este processo só a ciência poderá fornecer, porque só ella possui uma methodologia aperfeiçoada e só ella cultiva uma attitude inteiramente objectiva e imparcial. Procura a verdade sem idéias preconcebidas e, uma vez encontrada, a aclama tal qual ella seja sem procurar dar-lhe feição artificial.

A technica scientifica alliada á soberania do direito promove a racionalização do poder.”³⁷

Podemos ver claramente suas concepções de ciência sendo transpostas para seu discurso político nesse trecho do projeto. Sua crença na neutralidade da ciência fica explícita quando diz que a ciência “procura a verdade sem idéias preconcebidas” e propõe que esta metodologia seja utilizada para “equilibrar os ramos do poder” na sociedade, para pensar de maneira lógica a relação entre “vontade do povo” e “autoridade do governo”. Mais do que um método objetivo e racional, a ciência se transforma em um ideal social capaz de promover o bem geral da nação nas palavras de Bertha Lutz. Esse ideal de ciência é característico desse período em que as ciências eram reconhecidas por cientistas e intelectuais como neutras, objetivas, racionais e universais, e essa opinião era predominante nos meios científicos. Somente na década de 1960 começam a aparecer estudos que questionam essas concepções. As palavras de Bertha Lutz demonstram que sua formação científica se constituiu influenciada por essa concepção das ciências e que sua atuação se deu sob essa ideologia.

Em julho de 1936, ela assumiu um curto mandato na Câmara dos Deputados como suplente do deputado Cândido Pessoa que havia falecido. Sua atuação como deputada durou até novembro de 1937, quando teve início a ditadura de Getúlio Vargas.

Adolpho Lutz faleceu em outubro de 1940. Após a morte do pai, Bertha se empenhou em dar continuidade às suas pesquisas e começou a realizar um trabalho amplo de organização de seus arquivos e publicações, que incluíram a realização de viagens para recuperar seus trabalhos e pesquisas de campo para dar continuidade às suas coleções. Entre as décadas de 1940 e 1950 ela publicou inúmeros artigos científicos e consolidou-se como uma importante cientista e pesquisadora.

Em 1939 ela ingressou como representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, no qual permaneceu até 1956. Trabalhando neste órgão, ela acompanhou de perto a crescente preocupação com o patrimônio ambiental brasileiro, que começava a ser encarado como um problema grave pelos governantes e as iniciativas voltadas para o objetivo de fortalecer e estimular o crescimento das instituições científicas brasileiras. Nesse momento, a elite intelectualizada do país e os governantes começam a se preocupar com essas questões e iniciam um processo de criação de políticas para proteção e preservação desse patrimônio e formas de impulsionar o desenvolvimento da pesquisa científica. Quando saiu do Conselho de Fiscalização, em 1956, se tornou representante do Museu Nacional no Conselho Florestal Federal (CFF).

Bertha Lutz se aposentou em 3 de agosto de 1964, aos setenta anos de idade. Ainda representou o Brasil na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, organizada pela ONU, em 1975, no México. Bertha faleceu em 16 de setembro de 1976, vítima de pneumonia, em uma casa de repouso do Rio de Janeiro onde estava internada. No enterro, seu caixão foi carregado apenas por mulheres, o que representou uma última homenagem à sua militância feminista, causa à qual se dedicou por toda a vida (LOPES e SOUZA, 2006 e).

³⁷ Em todos os documentos citados a grafia original foi preservada.

Capítulo 3

Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1939-1951)

Devido à imensa quantidade de documentos, a maioria ainda inéditos e em fase de organização, sobre os 45 anos em que Bertha Lutz trabalhou como cientista no Museu Nacional do Rio de Janeiro e, principalmente, devido ao interesse em resgatar sua participação na construção da política científica brasileira, este capítulo foi elaborado a partir de um recorte de sua trajetória profissional que corresponde à sua atuação como representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB) entre os anos de 1939 e 1951. O recorte temporal inicia-se no ano em que ela ingressou no Conselho de Fiscalização e termina no ano em que foi criado o CNPq, fato considerado um marco na história das ciências brasileiras e que consolida uma nova fase de construção de políticas científicas, como explicado no segundo capítulo.

O Conselho de Fiscalização foi um órgão criado pelo Estado em 1933 com a função de fiscalizar e licenciar expedições científicas nacionais (sem vínculo institucional) e estrangeiras no território brasileiro, controlando todo tipo de material que fosse considerado parte do patrimônio científico nacional (LISBOA, 2004). Sua formação se deu em um momento em que o Estado brasileiro buscava definir o que seria um patrimônio científico-cultural brasileiro, explicitando essa preocupação através da formulação de políticas para sua proteção (GRUPIONI, 1998). O trabalho exercido pelo Conselho influenciou diretamente a formação de coleções nas instituições científicas brasileiras, particularmente as coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O CFEACB já foi estudado por pesquisadores como Luís Grupioni (1998), Araci Lisboa (2004) e William Gama (2004), mas não são conhecidos estudos específicos sobre a atuação de seus membros ou sobre a participação de Bertha Lutz neste Conselho. Ela foi, por dezessete anos (1939-1956), a única mulher integrante deste grupo, e o resgate de sua participação poderá contribuir para a construção de uma reflexão mais ampla sobre a inserção das mulheres nas ciências, sobre os mecanismos sociais que permeiam a atividade científica e sobre a história das ciências no Brasil.

Além de atuar diretamente da fiscalização e do licenciamento das expedições científicas, Bertha Lutz também teve uma importante participação na estruturação e organização do CFEACB. O exercício de cada membro influenciava diretamente o modo como as diretrizes do Conselho eram praticadas, pois a cada vez que o grupo se alterava os regulamentos passavam a ser interpretados sob novas perspectivas que incorporavam a visão e as ideologias de cada novo integrante, provocando mudanças na forma de atuação do Conselho. Cada representante provinha de uma instituição diferente e isso também fazia com que eles tivessem interesses e prioridades diversas que refletiam em seu trabalho no Conselho. “[...] os princípios legais de controle e fiscalização das expedições não se alteraram ao longo dos anos de sua existência. O que mudou, e isso várias vezes, foi a forma de composição e indicação dos membros do Conselho, o que, por sua vez, interferiu nos modos de atuação do órgão [...]” (GRUPIONI, 1998: 71-72).

Portanto, os membros do Conselho foram importantes para sua constituição, para seu funcionamento e para sua história. Nesse sentido, buscaremos analisar neste capítulo a atuação de Bertha Maria Júlia Lutz como conselheira, ou seja, a maneira como ela desempenhou esta função, como seu trabalho influenciou os modos de atuação do Conselho e como esta experiência refletiu em sua carreira profissional e em outros âmbitos de sua vida.

Segundo Araci Gomes de Lisboa (2004), quando Bertha Lutz ingressou no Conselho de Fiscalização, este órgão passava por um momento de reajustes, frente a novos rumos da política nacional. Os membros que foram empossados em 28 de dezembro de 1939, entre eles Bertha Lutz, tiveram a oportunidade de expor suas idéias e propostas e a possibilidade de incorporá-las ao novo regimento, colocando em prática suas preocupações acerca do patrimônio natural brasileiro.

No período de 1939 a 1951 foram distribuídos inúmeros processos a Bertha Lutz, entre pedidos de licença, análises de relatórios e exames de material apreendido pelo Conselho. Entre os expedicionários que tiveram seus pedidos, relatórios ou expedições ilegais analisados por Bertha Lutz estavam Hans Krieg, Walter Glidden, Mulford e Racine Foster, Hugh e Marian Cutler, Heinz Himmelreich, Joseph R. Bailey, Theilhard de Chardin e Pierre Leroy, Harst Klee e Heinrich Wenzel, Adolph Schneider, Helmut Sick, Christopher A. W. Sandeman, T. H. Goodspeed, Emílio Thomsen Junior, Gottfried Kiener e Oswald

Karl Schmidt, Kaethe e Oswald Schmidt, Francis H. Hunnewell, Ryszard Tomski, Miguel Angel Palácios, Floyd Glenn Lounsbrery, Marcel Liévin Roos, Marcel Homet, Alphonse Hoge, além de casos de material apreendido sem a identificação dos expedicionários e processos de outras ordens.

Além de analisar pedidos e relatórios de expedicionários, Bertha Lutz costumava se envolver nos projetos de reforma do regulamento do Conselho, elaborou estudos sobre o funcionamento do órgão, proferiu palestras para os outros conselheiros e chegou a ser eleita vice-presidente por seus companheiros. Todas essas atividades estão registradas nas atas do CFEACB, nos dossiês dos casos em que deu parecer, nos documentos relativos às atividades organizacionais do órgão e nos rascunhos datilografados ou manuscritos encontrados em meio à sua documentação, no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Fundo Bertha Lutz).

Organizamos a análise desse amplo material segundo alguns temas que consideramos importantes para compreender a atuação de Bertha Lutz no CFEACB. A primeira parte do capítulo refere-se aos primeiros anos em que ela atuou como conselheira; a segunda parte explora a visão dela sobre o CFEACB e suas propostas para melhorar o funcionamento do órgão. Na terceira parte foram analisados os pareceres elaborados por Bertha Lutz relativos aos pedidos de licença e relatórios que ela analisava, e também as correspondências que mantinha com alguns expedicionários. O quarto item refere-se às pesquisas de campo que realizava e compartilhava com os conselheiros, e às questões ambientais em que se envolveu. Por fim, o quinto item explora a participação de mulheres em expedições científicas realizadas no Brasil, registradas pelo CFEACB, no período analisado nesta dissertação (1939-1951).

3.1) Os primeiros passos no Conselho de Fiscalização e as disputas institucionais

Bertha Lutz passou a fazer parte do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil em dezembro de 1939, substituindo sua companheira de trabalho - Heloísa Alberto Torres - que até então havia representado o Museu Nacional no CFEACB. Os membros do Conselho eram indicados pelo Ministro da Agricultura e nomeados pelo Presidente da República. A nomeação de Bertha Lutz foi publicada no

Diário Oficial do dia 15 de dezembro de 1939.³⁸ Nesse mesmo momento, outros novos membros também ingressavam no Conselho devido a problemas ocorridos entre os antigos conselheiros e o recente presidente do órgão – Francisco de Assis Iglesias (agrônomo, Diretor do Serviço Florestal) - que representava e defendia os novos rumos que alguns representantes do governo tentavam atribuir ao Conselho de Fiscalização. Esses problemas levaram ao desmembramento do Conselho e à indicação de novos representantes, e inserem-se em um contexto de fortes disputas políticas por autonomia e poder no interior dos órgãos governamentais ligados às ciências e aos recursos naturais brasileiros.

Heloísa A. Torres tornara-se diretora do Museu Nacional, em 1938, por decreto-lei do Presidente da República Getúlio Vargas, permanecendo no cargo até 1955 (RIBEIRO, 2000). Bertha Lutz assumiu a função de representante do Museu Nacional no CFEACB após o desmembramento ocorrido em 1939, quando Heloísa e outros membros se desligaram do órgão, tomando para si a responsabilidade de participar do grupo responsável por fiscalizar a circulação de expedicionários e cientistas no Brasil e a saída de material científico do território brasileiro.

A reforma do regulamento oficializada em 27 de junho de 1939 pelo Decreto nº 4.450 foi o principal motivo de discórdia entre os conselheiros que deixaram o Conselho nesse episódio. Foram inúmeras as reformulações ocorridas no regulamento do CFEACB nos primeiros anos de atuação desse órgão. A principal inovação nessa reforma foi a substituição do representante do Departamento Nacional de Produção Vegetal pelo Diretor do Serviço Florestal, que passou a ocupar, automaticamente, a função de presidente do Conselho.³⁹ Isso fez com que o presidente, Paulo Campos Porto, integrante da comissão que deu origem ao Conselho e seu primeiro presidente, fosse automaticamente substituído pelo Diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias. Além disso, o novo decreto suprimia um parágrafo do regulamento que determinava que os representantes dos institutos fossem especialistas nas diferentes áreas do conhecimento (botânica, zoologia,

³⁸ BR MN MN.DR.PE, Ass.5 – Registros dos assentamentos dos empregados do Museu Nacional, Livro de funcionários número 3 - Assentamentos de Bertha Maria Júlia Lutz: “Ministério da Agricultura – Decretos de 13 de dezembro de 1939 – O Presidente da República resolve – de acordo com o artigo 2º do decreto nº 1016, de 6 de agosto de 1936, nomear membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: A Dra. Bertha Maria Júlia Lutz, como representante do Museu Nacional do Ministério de Educação e Saúde (Diário Oficial de 15 de dezembro de 1939, p. 28573)”.

etnologia, artes, etc), permitindo que qualquer técnico daqueles institutos pudesse se tornar conselheiro, o que preocupou muito os membros do órgão (GRUPONI, 1998).

Araci Lisboa (2004) explica que as reformas propostas no Decreto 4.450 foram instituídas sem o consentimento do grupo que integrava o CFEACB, surpreendendo seus membros e provocando revolta. Para Heloísa A. Torres essa mudança traduzia a intenção de afastar o presidente do Conselho, Paulo Campos Porto.⁴⁰

Na reunião do dia 3 de agosto de 1939 Heloísa A. Torres e outros membros do CFEACB formaram uma comissão para elaborar outras propostas para uma nova reforma do regulamento e, posteriormente, apresentá-las ao Governo.⁴¹

A comissão formada para redigir a reforma⁴² compartilhava a opinião defendida por Heloísa de que o CFEACB se encontrava “desvirtuado de suas funções”, envolvendo principalmente a questão, manifestada por ela, de que ao Conselho “interessava mais a representação de técnicos do que de institutos” e que essa era uma das questões que deveriam ser resolvidas com a reforma do regulamento. Também propunha, entre outros elementos, a mudança do Ministério responsável pelo CFEACB, do da Agricultura para o das Relações Exteriores.⁴³

Para Heloísa Alberto Torres, as mudanças estabelecidas pelo novo Decreto desvirtuavam o Conselho de suas funções, pois tais mudanças haviam ocorrido em função da reforma realizada no Ministério da Agricultura que procurava direcionar suas atividades não mais para o desenvolvimento da “ciência pura”, mas para atividades de “ciência aplicada”. Além disso, ela defendia a idéia de que o Conselho fosse vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e não ao Ministério da Agricultura, para que o licenciamento das expedições estrangeiras pudesse ser facilitado (LISBOA, 2004). As

³⁹ A composição dos membros do CFEACB e as instituições das quais estes provinham estão descritas no segundo capítulo, página 43.

⁴⁰ Paulo Campos Porto tornou-se naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1914. A primeira reforma proposta para o Ministério da Agricultura tornou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro uma superintendência de institutos subordinados a esse Ministério. Criou-se o Instituto de Biologia Vegetal – IBV, em 1934, e Paulo Campos Porto foi nomeado o superintendente desse instituto. Foi reconhecido como biólogo em 1939. De 1942 a 1944 foi secretário de Agricultura da Bahia e posteriormente foi nomeado diretor do Jardim Botânico, permanecendo nessa função de 1951 a 1958 (LISBOA, 2004).

⁴¹ Ata da 150ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 72, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁴² Fizeram parte dessa comissão, além de Heloísa Alberto Torres, Menezes de Oliva e Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

⁴³ Ata da 150ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 72, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

discussões sobre ciência pura e ciência aplicada marcam esse período e foram impulsionadas pela constituição da Academia Brasileira de Ciências em 1916, como explicitado no segundo capítulo.

Na reunião do Conselho de 13 de setembro de 1939, o projeto de reforma elaborado pela Comissão foi lido por Heloísa A. Torres e aprovado pela maioria dos conselheiros, mas não recebeu apoio do então presidente - Francisco de Assis Iglesias.⁴⁴ Entre as modificações propostas pela Comissão, estava a sugestão de retirar do Conselho o representante do Serviço Florestal, no caso, o próprio presidente. Como justificativa Heloísa argumentou que “O Serviço Florestal dedicava-se à ciência aplicada, tendo por finalidade a defesa florestal e o reflorestamento, nada tinha de afim esse Serviço com as finalidades do Conselho [...]”, e em resposta o presidente disse que essa distinção entre ciência pura e aplicada não existia porque “a ciência era uma coisa só”.⁴⁵

Na reunião seguinte houve uma nova discordância entre os conselheiros e o presidente do Conselho sobre a forma como e para quem o projeto de reforma deveria ser apresentado. Heloísa e os demais conselheiros da comissão queriam enviá-lo diretamente ao Presidente da República e Francisco de Assis Iglesias queria enviá-lo ao Ministro da Agricultura que era o responsável pelo Conselho de Fiscalização.⁴⁶ Os conselheiros também voltaram a discutir a necessidade dos membros serem ou não especialistas das diferentes áreas cobertas pela fiscalização do CFEACB (LISBOA, 2004).

Os conselheiros insistiam na importância dos representantes dos institutos serem especialistas enquanto o presidente, funcionário de confiança do ministro, continuava defendendo a não-especialização dos membros do Conselho (GRUPIONI, 1998). Essa discussão refletia a disputa por autonomia em relação ao controle de expedicionários no país entre o Governo e os institutos representados.

Essas discussões acabaram levando ao desmembramento do CFEACB. Nenhum dos conselheiros compareceu à reunião seguinte, somente o presidente, e a situação tornou-se insustentável. A próxima reunião só viria a ocorrer dois meses e meio depois, com mudança quase total de seus membros, com a saída de Heloísa Alberto Torres, tendo permanecido somente o conselheiro José Flexa Ribeiro, representante da Escola Nacional

⁴⁴ Ata da 154ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 90, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁴⁵ Idem.

de Belas Artes⁴⁷, e o presidente, Francisco de Assis Iglesias. Araci Lisboa (2004) ainda diz que outro fato que poderia estar vinculado à saída dos conselheiros foi o episódio ocorrido entre o Conselho de Fiscalização e a Fundação Rockefeller, em fevereiro de 1937, quando todo o material coletado pela instituição norte-americana que seria exportado para os EUA, foi interceptado pelo Conselho, que autorizou a saída de somente parte do material. Isso teria provocado uma represália ao CFEACB, resultando na exoneração de seu grupo fundador. Com isso, o governo brasileiro conseguiu expandir sua influência e arbítrio no controle das expedições e nas relações dos pesquisadores estrangeiros com os institutos oficiais (GRUPIONI, 1998).

Depois disso, o Museu Nacional passou a ser representado no Conselho de Fiscalização por Bertha Lutz que enfrentou problemas, no início de sua atuação como conselheira, com a antiga representante do Museu no Conselho, Heloísa Alberto Torres.⁴⁸ As disputas que elas travaram nesse período refletem esse conflito maior por espaços de atuação entre os órgãos do Governo os institutos científicos oficiais. Apesar dos desentendimentos ocorridos nesse momento, a documentação relativa ao trabalho de Bertha Lutz no Museu Nacional e a correspondência trocada entre ela e Heloísa demonstra que se apoiavam dentro do Museu e que existia uma relação de amizade e cooperação entre elas.

Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres possuíam personalidades e objetivos diferentes⁴⁹, mas ingressaram em instituições públicas contemporaneamente e se destacaram em suas carreiras científicas nas primeiras décadas do século XX. Compartilharam o mesmo ambiente de trabalho por muitos anos, trabalharam juntas para manter a qualidade das coleções e pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional e

⁴⁶ Ata da 155ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 97, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁴⁷ Flexa Ribeiro era professor de História da Arte, crítico literário, poeta e jornalista, foi o único membro do CFEACB que permaneceu no grupo desde sua criação até sua extinção (1933-1966), chegando a ocupar o cargo de presidente (LISBOA, 2004).

⁴⁸ Sua nomeação está registrada numa página do relatório anual do Museu intitulada - “*Ocorrências – Generalidades/cont.2*”, aonde se segue o seguinte parágrafo – “*A naturalista Bertha Lutz é nomeada para representar o Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas[...]*”, o que não nos diz muita coisa sobre como ela foi escolhida para assumir esta função - Livro de Relatórios do Museu Nacional, Relatório de Atividades de 1938. Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Aspectos da trajetória de Heloísa Alberto Torres podem ser encontrados nas seguintes obras: Ribeiro, Adélia Maria Miglievich. “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000; Corrêa, Mariza. “Antropólogas e Antropologia”, Capítulo IV, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

estabeleceram uma relação de cumplicidade que contribuiu para o trabalho de ambas. Desenvolviam trabalhos em áreas disciplinares diferentes e não cooperavam diretamente em suas pesquisas, mas contavam com o apoio uma da outra. Heloísa foi de importância fundamental para que Bertha conseguisse concretizar seus projetos de divulgar a memória do pai e de organizar suas coleções e publicações. “Em 1941 a diretora do Museu Nacional autorizou-a a estudar ou promover o estudo do material coligido por Adolpho Lutz, e a zelar por ele. Entregou-lhe uma sala mais espaçosa, onde coubessem os espécimes, e autorizou Bertha a realizar excursões para o melhor desempenho daqueles estudos” (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003: 228).

Bertha Lutz ingressou no Museu Nacional via concurso público seis anos antes de Heloísa A. Torres ingressar no Museu, também por concurso. Nas duas ocasiões a entrada das cientistas recebeu destaque dos jornais da época por marcar o ingresso de mulheres em instituições nas quais sua presença era rara ou inexistente até então.⁵⁰ Bertha foi a segunda mulher aprovada em um concurso público no país. Até então, o funcionalismo público era exclusivamente masculino no Brasil.

Segundo Ribeiro (2000), Heloísa A. Torres nunca assumiu publicamente qualquer ligação com o movimento feminista e, mesmo assim, quando ingressou no Museu Nacional seu nome foi associado à conquista pela mulher de espaços públicos, exemplo para as gerações seguintes. Já Bertha Lutz, no mesmo ano em que ingressou no Museu Nacional, fundou a Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher, demonstrando publicamente sua orientação feminista.⁵¹ Os vínculos que Heloísa Alberto Torres estabeleceu com o movimento feminista da época não foram muito tratados pela literatura, mas ao se analisar a correspondência trocada entre ela e Bertha Lutz aparecem indícios de que ela era simpática à causa das feministas.

A comunidade científica da época começava a incorporar suas primeiras figuras femininas que, ao se inserirem nesse meio, conviveram em um mundo predominantemente masculino, mas não sem defender suas opiniões ou deixando-se subjugar pelos outros

⁵⁰ No segundo capítulo, foi comentada a repercussão que a aprovação de Bertha Lutz no concurso público do Museu Nacional teve nos jornais da época.

⁵¹ Sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF – ver: Alves, Branca Moreira. “Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919/1932, fatos e ideologia”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977; e também: Sohiet, Raquel. “Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937”. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF – Universidade Federal Fluminense, 1974.

cientistas. Tanto Bertha quanto Heloísa eram figuras fortes e se esforçaram para manter boas relações nesse ambiente composto majoritariamente por homens, no qual as mulheres começavam a aparecer. Dedicaram-se muito a suas carreiras e algumas “funções tradicionalmente femininas” como casamento e maternidade não fizeram parte de suas vidas. Nenhuma delas se casou ou teve filhos. Embora fossem de origens sociais diferentes, ambas contaram com seus nomes de família para construírem suas carreiras, o que lhes trouxe prestígio científico e social. Bertha era filha de Adolpho Lutz, cientista de grande destaque na história das ciências brasileiras, e nasceu um ano após seu pai ocupar o cargo de Diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo. Heloísa era filha de Alberto Torres, político carioca que se destacou em fins do século XIX e início do XX por suas posturas nacionalistas e abolicionistas. Heloísa possuía um sobrenome tradicional e influente na sociedade carioca, enquanto Bertha era filha de profissionais que construíram sua reputação em torno do trabalho em ciências.

No dia 28 de dezembro de 1939, Bertha reuniu-se pela primeira vez com os integrantes do Conselho de Fiscalização, todos homens, para a realização de uma sessão extraordinária na sala da biblioteca do Serviço Florestal. Ao abrir a sessão, o presidente do Conselho, Francisco de Assis Iglesias, agradeceu aos novos membros “a gentileza de terem aceito o convite feito pelo Sr. Ministro da Agricultura para pertencerem ao CFEACB.” O conselheiro Angyone Costa, representante do Museu Histórico Nacional, pediu a palavra para propor:

“que se lavrasse em ata um voto de congratulações ao presidente Dr. Francisco de Assis Iglesias pela maneira hábil e inteligente com que soube reconstituir o Conselho e, bem assim, levar ao seu espírito a convicção de que todos na comissão estão dispostos a prestigiar sua ação auxiliando a obra notável que na pasta da Agricultura está realizando o eminente Dr. Fernando Costa, Ministro da Agricultura, voto esse que foi unanimemente aprovado.”⁵²

O novo grupo de conselheiros, empossados após a disputa entre os antigos membros e o novo presidente que apoiava o Ministro, demonstrava então seu apoio ao lado vencedor

⁵² Ata da 156ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 102, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

e às posturas assumidas pelo Ministério da Agricultura, que conseguiu manter sua hegemonia sobre o controle das expedições artísticas e científicas realizadas no país e buscava diminuir a autoridade dos institutos nesse processo.

A idéia de reformar o regulamento continuou e sugeriu-se que fosse designada uma nova comissão para elaborar outro projeto de reforma do regimento do Conselho que substituiria o atual. A nova comissão foi formada pelo presidente do Conselho, Francisco de Assis Iglesias e por Flexa Ribeiro.

Já nessa primeira reunião de que participou, Bertha Lutz ficou responsável pela análise de um caso bastante conturbado. O expedicionário em questão era o Sr. Hans Krieg⁵³, pesquisador alemão acusado de realizar uma expedição sem a autorização do Conselho e de coletar materiais científicos ilegalmente no Brasil.⁵⁴

O Sr. Hans Krieg iniciou sua expedição sem requisitar a licença necessária ao CFEACB, que tentou impedir sua realização. O governo alemão intermediou a discussão e solicitou o pedido de licença, que foi então concedida, mas somente para realizar a expedição, sem permissão para coletar qualquer tipo de material. Mesmo assim, o Sr. Hans Krieg continuou desrespeitando as orientações do Conselho e “tendo regressado de sua excursão, trouxe abundante material científico, que pretendia levar para a Alemanha. Por ordem do Conselho, porém, a Alfândega de Santos apreendeu o material coletado por esta expedição e determinou que o material fosse remetido ao Rio de Janeiro a fim de ser incorporado aos institutos nacionais”.⁵⁵ Entre o material apreendido encontravam-se vários espécimes zoológicos como peixes, sapos, cobras, aves, esqueletos de animais, e também pedras preciosas.

Bertha Lutz ficou responsável por dar o parecer inicial sobre o material apreendido. Após analisar o caso, elaborou um parecer que apresentou na reunião do Conselho no dia

⁵³ Nasceu em 18 de junho de 1888, Doutor em Filosofia e Medicina, professor na Universidade de Munique e Diretor do Jd. Zoológico, participou como biólogo na expedição alemã ao “Gran Chaco” em 1925 e retornou em 1932, publicando ao final dessas duas expedições um álbum iconográfico sobre a fauna e flora da região. Em 1937-1938 retornou à América do Sul para estudar geografia, meteorologia e zoologia nos territórios do Paraguai e Brasil. Foi nessa última vigem que teve o material que coletou apreendido pelo CFEACB. Também foi diretor do Museu Zoológico de Munique. (Pesquisa Google: <http://www.libriadelplata.com.ar/catalogo.html>).

⁵⁴ Ata da 156ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 102, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁵⁵ A citação foi retirada de uma reportagem publicada pelo jornal “O Jornal”, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1938. Documento encontrado no Dossiê CFE.T.2.100 – Expedição Hans Krieg, p. 48, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

24 de janeiro de 1940, onde propôs que o presidente designasse uma comissão de conselheiros e um funcionário do Conselho para procederem o exame do material apreendido e fazer sua separação por categorias, segundo a natureza e as divisões taxonômicas ou científicas a que pertencessem. Feito isso, o material de cada especialidade deveria ser entregue pelo Conselho a técnicos de sua confiança para fazer o respectivo estudo dentro de um determinado prazo, ficando-lhes facultada a escolha para qual instituto deveria ser o mesmo remetido. O presidente elogiou a maneira clara com que ela expôs seu parecer que foi posto em votação e unanimemente aprovado.

A comissão designada para analisar o material foi formada pelos conselheiros Bertha Lutz, João Anyone Costa⁵⁶ e Armando de Carvalho Dias⁵⁷. Anyone Costa propôs que o presidente requisitasse do Museu Nacional os volumes apreendidos para serem examinados na sede do Serviço Florestal pela comissão, com o que todos concordaram. Ainda nessa reunião, Bertha participou da discussão sobre a reformulação do regulamento do CFEACB, apresentando suas idéias e sugerindo novas alterações que ainda não haviam sido discutidas no plenário.⁵⁸

Já nesse primeiro processo, Bertha deparou-se com dificuldades para lidar com a burocracia do CFEACB e com as pressões políticas que atuavam sobre esse trabalho. Era preciso tratar o processo de tal modo que as instituições brasileiras envolvidas com o caso ficassem satisfeitas e que o expedicionário, Sr. Hans Krieg, fosse responsabilizado por suas ações ilegais. Ao longo dos anos, Bertha Lutz se adaptou muito bem a esse trabalho, mas não sem deixar registradas algumas críticas ao funcionamento do CFEACB e ao modo como as decisões eram realmente tomadas, sob influência de inúmeros fatores externos. Por exemplo, em meio aos seus papéis relativos ao CFEACB guardados em seu arquivo no Museu Nacional, encontra-se o rascunho de um texto escrito por ela, aparentemente com o intuito de estreitar relações entre o Conselho e instituições de História Natural dos países liberais, no qual ela disse:

⁵⁶ Era especialista em arqueologia brasileira e cultura indígena. Natural do Rio Grande do Norte foi admitido no Museu Nacional como praticante gratuito da seção de botânica. No CFEACB era representante do Museu Histórico Nacional.

⁵⁷ Engenheiro cartográfico, representante do Serviço Geográfico Militar no CFEACB.

⁵⁸ Ata da 158ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 110, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

“The Council for the Fiscalization of Scientific and Artistic Expeditions was created so as to suppress the trading in natural history specimens [...] It belongs to a large body of councils of different kinds , with which the government tries to substitute the Legislative Body (Parliament) in unconstitutional periods. Like the others it suffers from lack of technique [...] chauvinism and a certainty that it knows best [...] In practice a friend at court is more important then the written text regulating the council. This regulation is now being examined with a view to reforming it. The introduction of measures of interest to the advancement of science are up against strong barriers, the chief being the wish to retain most of the clumsy text and its arid spirit, also the present day nationalism tendencies (1941).”⁵⁹

O rascunho não tem o nome da pessoa para quem o texto seria enviado e algumas passagens são um pouco confusas, mas ele mostra explicitamente que Bertha não estava satisfeita com o modo como o CFEACB desempenhava suas funções, que ela via muitos problemas no grupo que formava o Conselho e que era crítica a algumas características da política dominante na época. Disse que o órgão sofria de falta de técnica e extremo nacionalismo, e que ter um amigo na sessão era mais importante do que o regulamento escrito do Conselho. Talvez por isso ela tenha se empenhado tanto nas reformas do regulamento. Em meio aos seus documentos no Museu Nacional também se encontram inúmeros rascunhos das propostas de reforma que fazia, nas quais, muitas vezes, obteve sucesso. Apesar da opinião negativa expressa nesse texto, a documentação do CFEACB indica que ela se dedicou intensamente não só às reformas e à organização do CFEACB, mas também aos processos com os quais se envolvia, mesmo com todos os problemas existentes no órgão. No decorrer dos anos em que atuou como conselheira ocorreram inúmeras modificações no regulamento e na composição do Conselho, e Bertha consolidou uma participação importante nesse espaço.

O processo político de reconhecimento e proteção do patrimônio natural brasileiro não aconteceu isolado dos objetivos políticos e pessoais de setores das elites brasileiras envolvidas com questões de caráter científico. No Brasil, na década de 1930, o debate sobre a conservação da natureza ganhou força envolvendo atores diferenciados, como autoridades

⁵⁹ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR MN BL. O. CFEA - N° 13

governamentais, cientistas e pessoas ligadas a concepções conservacionistas (LISBOA, 2004), e os interesses desses diferentes atores, muitas vezes, entravam em conflito.

Para conseguir a licença que permitia a realização das expedições, cada expedicionário deveria preencher um formulário do CFEACB no qual explicava o roteiro, os objetivos, a duração da diligência e informações gerais sobre seus integrantes. Esse formulário deveria ser enviado ao Conselho por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Os expedicionários também deveriam requerer uma permissão especial para coletar material caso quisessem levar alguma coisa do Brasil para seus países de origem. Além disso, o Conselho de Fiscalização exigia que, no fim da expedição, cada expedicionário deixasse no Brasil duplicatas do material que tivesse coletado (zoológico, biológico, geológico, etnográfico, arqueológico, etc), relatórios sobre as pesquisas que havia realizado, cópias de filmes e fotografias. Se os espécimes coletados não fossem conhecidos por nenhum museu ou instituição científica brasileira, não poderiam sair do Brasil e seriam retidos pelo CFEACB. As duplicatas e os espécimes raros seriam encaminhados para instituições científicas federais, assim como o material apreendido por ter sido coletado ilegalmente. Muitas instituições tinham interesse em incorporar estes materiais às suas coleções, o que valorizava muito o trabalho exercido pelo CFEACB. Isso fazia com que os membros do Conselho permanecessem sempre sujeitos a pressões externas que, muitas vezes, acabavam influenciando suas decisões sobre o destino de cada material.

A discussão sobre qual seria o destino do material coletado por Hans Krieg e o parecer de Bertha Lutz sobre o caso foram responsáveis por causar um desentendimento entre ela e Heloísa Alberto Torres registrado na correspondência trocada entre elas sobre o caso⁶⁰. Bertha indicara um especialista do Museu Paulista, o Dr. Oliveira Pinto⁶¹,

⁶⁰ Os documentos sobre a expedição Hans Krieg, pareceres e correspondências, foram encontrados no Fundo Bertha Lutz, que se encontra em fase de organização no Museu Nacional do Rio de Janeiro, referência documental - BR.MN.BL.O.CFEA, n°5, e no dossiê sobre esta expedição - CFE.T.2.100, Expedição Hans Krieg, Acervo do CFEACB, MAST – RJ.

⁶¹ Olivério M. de Oliveira Pinto foi um importante ornitólogo brasileiro. Ingressou no Museu Paulista em 1929, onde se dedicou à organização sistematizada da coleção de aves. Manteve um programa de expedições científicas a várias regiões do Brasil, além de fomentar o intercâmbio com instituições congêneres estrangeiras. Seu profundo conhecimento de sistemática e biogeografia ajudou-o a produzir um dos marcos da ornitologia brasileira: *O Catálogo das aves do Brasil* (1° vol-1938, 2° vol-1944), que é até hoje fonte de consulta obrigatória para qualquer interessado na ornitologia brasileira. (Pesquisa Google - http://www.inep.gov.br/download/cibec/obras_raras/XIII.pdf)

ornitólogo de grande reputação, para analisar as aves, e pediu-lhe que indicasse alguém para analisar os outros espécimes zoológicos, indicações inicialmente aceitas pelos conselheiros, como consta na ata do Conselho do dia 24 de janeiro de 1940. Na carta escrita em 27 de março de 1940 ao Dr. Oliveira Pinto, Bertha escreveu:

“[...] o Conselho nos encarregara de consultar V.S. sobre quem melhor poderia estudar os esqueletos e pelles de mamíferos da mesma expedição [...]

O Museu está muito desfalcado, mercê de aposentadorias, lutas internas, etc [...] Eu trabalho so em batrachios, embora encarregada também da flora regional que coleciono, dando início ao herbário carioca-fluminense.”⁶²

Heloísa Alberto Torres esperava que fosse indicado para analisar este material o encarregado da Divisão de Zoologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Moojen de Oliveira⁶³, e ficou descontente com a indicação de outra pessoa. Isto a levou a intervir junto ao CFEACB, argumentando que o próprio regimento do órgão determinava que todo material apreendido das expedições não-licenciadas fosse encaminhado para instituições federais e não estaduais, e requisitou para o Museu Nacional a responsabilidade pelo exame do material. Escreveu diretamente ao Ministro da Agricultura⁶⁴, responsável pelo CFEACB, no dia 4 de abril de 1940, pedindo para que a decisão sobre quem seria o responsável pela análise do material fosse revista:

“[...] considerando que esse colendo órgão havia, no caso, adotado norma não prevista no seu regulamento e altamente prejudicial aos interesses do Museu

⁶² Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR.MN.BL.O.CFEA, nº5.

⁶³ Ingressou na seção de zoologia do Museu Nacional em janeiro de 1939, chefiou as divisões de Invertebrados e Vertebrados entre julho de 1939 e janeiro de 1941 e a divisão de Zoologia entre junho de 1941 e março de 1945, cargo para o qual seria reconduzido em maio de 1948, tendo desempenhado papel de destaque na revisão dos estatutos do Museu Nacional promovida na década de 1950. Acabou se tornando um dos grandes mastozoólogos brasileiros. (Ávila-Pires, Fernando Dias. “João Moojen - 1904-1985”, em *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 63, nº1, pp. 7-12, jan-mar 2005).

⁶⁴ Que naquele momento era Fernando Costa, engenheiro agrônomo da cidade de Pirassununga-SP, da qual foi vereador e prefeito, além de deputado estadual, secretário estadual da Agricultura e Ministro da Agricultura. Em 1941 foi nomeado Interventor Federal do Estado de São Paulo e criou 10 escolas práticas de agricultura espalhadas pelo interior do Estado (Amparo, Araçatuba, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto). *Jornal da USP*, ano XXI, nº755.

Nacional, único estabelecimento federal de história natural, interpus, junto ao Conselho, um recurso a sua decisão.

[...] dirijo-me a V. Ex [...] para expor ao S. Ex. Ministro da Agricultura [...] o prejuízo que da manutenção da medida adotada advirá para este instituto e pedir a esse titular o favor de encarecer perante o presidente do CFE a importância do recurso apresentado.”⁶⁵

Uma forte disputa institucional permeava este conflito. O Museu Nacional lutava por hegemonia e para manter seu posto de principal instituto científico oficial do país e, naquele momento, a diretora Heloísa agia como sua interlocutora. Bertha Lutz também era funcionária do Museu Nacional, mas agia de acordo com outros interesses, buscando ampliar seus espaços de atuação. No ano seguinte (1941), Bertha iria a São Paulo em função de sua pesquisa sobre batráquios e da organização das coleções de seu pai para trabalhar exatamente no Museu Paulista. Em carta de 3 de março de 1941, ela escreveu de São Paulo à Heloísa, em papel timbrado da FBPF, dando notícias de seu trabalho científico naquela cidade. Disse que progredia satisfatoriamente, pois “existia bastante material de batráquios para comparação com a coleção Lutz⁶⁶ e para confronto dos tipos dos professores Lutz e Miranda Ribeiro”.⁶⁷

Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres desempenharam a função de representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização com diferentes interesses, e, ao mesmo tempo, de formas parecidas. As duas pareciam estar preocupadas com o rumo que o desenvolvimento científico brasileiro tomaria, importando-se em abrir caminho para a cooperação científica internacional entre as instituições brasileiras e os pesquisadores licenciados pelo Conselho de Fiscalização. Ajudavam pessoalmente os expedicionários a conseguir as autorizações necessárias para excursionar no país, mas com claros interesses nas coleções e estudos feitos por eles. O controle das expedições contribuía para o desenvolvimento das pesquisas realizadas pelas instituições brasileiras e consolidava uma importante fonte de conhecimento sobre o patrimônio ambiental brasileiro.

⁶⁵ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR.MN.BL.O.CFEA, n°5.

⁶⁶ Coleção de batráquios feita por seu pai, Adolpho Lutz; pesquisa em que ela deu continuidade após a morte dele.

⁶⁷ MN. Arquivo. Ofício MN n° 293, São Paulo, 03/07/1941.

No entanto, é possível perceber o constante empenho de Heloísa A. Torres em beneficiar o Museu Nacional, instituição da qual foi diretora, enquanto Bertha Lutz não demonstrava essa predileção. Mesmo sendo funcionária desta mesma instituição, ela defendia os interesses do Museu Nacional somente quando considerava que isso era o melhor para o que ela entendia como “Ciência”, empenhando-se também em manter boas relações com outras instituições científicas brasileiras, como é possível perceber já nesse primeiro processo com o qual se envolveu. Desse modo, buscava consolidar seu nome, sua carreira e espaços de atuação.

A profissão de naturalista e o trabalho no CFEACB acabaram encaminhando Bertha Lutz a se envolver em causas relacionadas à botânica e à zoologia como, por exemplo, a criação dos Parques Nacionais e a proteção da fauna e da flora brasileiras (assuntos que serão abordados no decorrer do texto), enquanto Heloísa dedicou-se principalmente ao desenvolvimento da pesquisa etnológica no Brasil e ao Museu Nacional. Segundo Ribeiro (2000: 67), Heloísa, como diretora do Museu Nacional e membro influente do CFEACB, “pôde criar e executar um programa institucional, largamente documentado, que visava, entre outros aspectos, o treinamento de antropólogos em áreas e temas de pesquisa específicos, com especial valorização da etnologia”. Bertha Lutz atuou no Conselho de Fiscalização de forma mais geral, colaborando com diversos institutos e se envolvendo principalmente no desenvolvimento do campo das ciências naturais no Brasil.

Na reunião do Conselho do dia 12 de março de 1940, os conselheiros discutiam sobre o material do caso Hans Krieg e Bertha Lutz se justificou em resposta ao ofício de Heloísa Alberto Torres que contestava a decisão do CFEACB, dizendo que ao consultar o Dr. Oliveira Pinto sobre a possibilidade de estudar o material, não havia prometido àquele cientista a incorporação do mesmo material ao Museu Paulista. Entretanto, insistindo em sua opinião inicial, Bertha argumentou que: “o Instituto Oswaldo Cruz também possui coleções, tão boas quanto o Museu Nacional e aliás tratadas com mais carinho que aquelas”, deixando explícito que não fazia questão que o material fosse encaminhado para o Museu Nacional, mas sim para alguma instituição aonde pudesse ser melhor aproveitada.⁶⁸ Essa discussão também evidenciou que, dada a diversificação e ampliação dos espaços institucionais de pesquisa que vinham ocorrendo, o Museu Nacional não era

mais como fora ao longo do século XIX – a única instituição federal que se dedicava à História Natural - posição que Heloísa parecia continuar a reivindicar.

O conselheiro Flexa Ribeiro lembrou Bertha Lutz que, de acordo com o regulamento do Conselho, o material realmente só poderia ser incorporado a institutos federais. O presidente do Conselho pediu então que “para adiantar a marcha do serviço fosse logo votada a incorporação do material ao Museu Nacional”. Bertha Lutz declarou que “no fundo este fato traduz uma vaidade ferida do Museu Nacional por ter escolhido outros técnicos que não os seus para estudar o material” e explicou então que “se propôs que fosse indicado pelo Dr. Oliveira Pinto um técnico para estudar os mamíferos foi porque, ao seu ver, o Sr. Moojen, apesar de ser uma pessoa inteligente, não tem competência para tanto”.⁶⁹

Nesse episódio Bertha Lutz deixou transparecer certo descontentamento com o Museu Nacional que, aparentemente, devia-se à situação de desfalque de especialistas em que o Museu se encontrava, mas que também demonstrava a existência de uma forte disputa de autoridade entre ela e Heloísa Alberto Torres. Enquanto Heloísa defendia os interesses do Museu Nacional, Bertha defendia que se diversificassem as instituições consultadas e beneficiadas pelo CFEACB.

Por sua posição no CFEACB, Bertha Lutz investiu-se de uma autoridade que não possuía como funcionária do Museu Nacional, e marcou um espaço próprio de atuação, buscando estabelecer contato com outras instituições e outros cientistas. Criticou explicitamente o especialista indicado por Heloísa para analisar o material apreendido, alegando que ele não tinha competência para isso. Preferiu manter uma rede própria de relações ao invés de trabalhar somente com o Museu Nacional. Apesar de se apoiarem, de sua cumplicidade e de uma relação que se manteve ao longo dos anos, Bertha e Heloísa também consolidaram suas carreiras científicas disputando espaços e garantindo esferas de atuação separadas.

O desentendimento ocorrido entre elas acabou criando uma situação delicada para o Conselho de Fiscalização que, segundo seu próprio regulamento, realmente não poderia encaminhar o material para instituições estaduais. Alguns anos depois, essa regra foi

⁶⁸ Ata da 165ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p.126, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁶⁹ Idem.

contestada novamente pelos conselheiros devido às limitações que ela impunha, o que levaria à sua exclusão do regimento do CFEACB, como será explicado adiante. Bertha Lutz foi a primeira conselheira que tentou ultrapassar esse limite imposto pelo regulamento, mas sua tentativa fracassou e ainda a deixou em uma situação desconfortável. Heloísa Alberto Torres repreendeu formalmente sua atitude, enviando-lhe um ofício que dizia:

“Rogo o obséquio de informar, por escrito, esta diretoria sobre a sua atuação como representante do Museu Nacional junto ao CFEACB, especialmente com referência ao caso do material apreendido ao expedicionário Hans Krieg.

Determino que, a partir desta data, não seja nenhum parecer ou qualquer sugestão do representante do Museu, sobre matéria que interesse a este instituto, submetido a votação sem prévio exame e aprovação desta diretoria” (17/04/1940).⁷⁰

Quanto à solicitação para que levasse ao conhecimento da diretoria as informações do CFEACB que interessassem ao Museu, Bertha respondeu a Heloísa que as reuniões do Conselho eram sigilosas, como bem deveria saber sua antiga representante, e que ela nunca havia tido intenção de prejudicar o Museu Nacional, instituição da qual ela também fazia parte, argumentando que de modo algum ela deixaria de contemplar os “interesses da Ciência” que, em sua visão, estavam acima dos de uma única instituição científica. Essa postura demonstra sua aceitação de um ideal de ciência neutra e universal, comum ao pensamento dos cientistas e estudiosos da época.

Como membro do CFEACB, Bertha tomava conhecimento de informações a que ninguém mais tinha acesso, nem Heloísa, e isso a deixava em uma posição privilegiada. Essa foi a maneira que Bertha encontrou para justificar sua opção por priorizar outra instituição e para responder aos questionamentos da diretora do Museu, sem deixar de lembrar sua posição de autoridade e competência científica:

“[...] só hoje tive a oportunidade de consultar o CFE no Brasil, consulta essa indispensável, em vista de serem secretas as sessões do mesmo, ex-vi da lei.

⁷⁰ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR.MN.BL.O.CFEA, n°5.

Não se achando o CFE autorizado a modificar a modalidade secreta de seus trabalhos, nem a permitir aos seus membros se externarem sobre os mesmos, vejo-me, infelizmente, privada de apresentar a V. Ex., relatório pormenorizado sobre o caso da expedição Krieg.

Pode, entretanto ficar V. Ex. certa de que não ficaram nem ficarão descurados pela representante do Museu Nacional, os interesses do mesmo e da sciencia.

[...] dentro das atribuições legais e responsabilidades technicas dos meus cargos de naturalista do padrão mais elevado de que dispõe este instituto e de membro do CFEACB, para o qual o S. Ex. Sr. Presidente da República houve por bem me nomear, terei sempre a maior satisfação em ouvir essa diretoria e com ela cooperar em tudo que disser respeito aos interesses científicos do Museu Nacional”(05/05/1940).⁷¹

Após a longa discussão sobre o destino do material, a influência de Heloísa Alberto Torres e do Museu Nacional prevaleceram e a maior parte do material acabou sendo enviada para lá para ser examinada. Uma parte menor foi enviada a outras instituições, entre elas o Museu Paulista e o Museu Geológico. Bertha Lutz viu sua tentativa de cooperação científica com o Museu Paulista frustrar-se.

Essa situação demonstra como o trabalho do CFEACB estava suscetível à influência de uma rede externa de poder e autoridade científica em que os objetivos e contatos políticos eram capazes de modificar decisões do órgão, e objetivos pessoais ou interesses políticos estavam imiscuídos em discursos que proclamavam o objetivo de enaltecer “puramente” o conhecimento científico.

Finalmente, Bertha Lutz foi obrigada a escrever ao Dr. Oliveira Pinto para dar explicações. Na carta enviada a ele em 13 de junho de 1940 ela escreveu:

“[...] sobre o caso das aves que iam ser enviadas a V. S. para estudo, caso este em que involuntariamente, a muito contragosto, posso ter incorrido em falta com V. S.

⁷¹ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR.MN.BL.O.CFEA, n°5.

Pedindo desculpas a V.S. aguardo ensejo mais feliz de cooperação científica independente da localidade.”⁷²

A coleção de animais apreendida da expedição Krieg, em 1938, só foi incorporada pelo Museu Nacional em 1940, após o complicado processo de análise desse material.

Foi assim que Bertha Lutz iniciou seu trabalho no Conselho de Fiscalização. Condizente com sua personalidade forte, sua atitude nada surpreende a quem conhecia sua disposição para implementar mudanças, como já fazia há anos atuando no movimento feminista. Essa entrada enérgica e contestatória marcou o início de anos de dedicação ao Conselho de Fiscalização e à defesa do patrimônio ambiental brasileiro. Ao indicar procedimentos que extrapolavam os limites impostos pelo regulamento teve, a princípio, o consentimento dos outros conselheiros que não viram problema algum em indicar um especialista de uma instituição estadual para analisar o material, mas, com a contestação da influente diretora do Museu Nacional os conselheiros voltaram atrás e decidiram não ultrapassar os limites do regulamento do CFEACB, e assim Bertha Lutz teve sua opinião vencida. O CFEACB permaneceu enviando os materiais que adquiria somente a institutos científicos federais.

Na reunião do dia 29 de setembro de 1942, em meio a uma discussão sobre a apreensão de material de uma expedição não identificada, o conselheiro Angyone Costa, representante do Museu Histórico Nacional, pediu ao presidente que fosse examinada sua sugestão de encaminhar o material adquirido pelo Conselho a instituições estaduais. O presidente respondeu que cada caso seria analisado individualmente para depois se decidir para qual instituição cada material seria encaminhado. Bertha Lutz imediatamente lembrou que já fizera proposta semelhante assim que entrou no Conselho, quando discutiam sobre o destino do material apreendido da expedição Hans Krieg, e na época, sua sugestão fora motivo de discórdia e conflitos entre o Conselho de Fiscalização e o Museu Nacional. Ela disse aos conselheiros que sempre foi do “parecer de que em alguns casos fosse examinada a possibilidade de encaminhar-se o material adquirido pelo Conselho para instituições não

⁷² Idem.

situadas na Capital da República, levando-se em consideração a possibilidade de aproveitamento e o critério faunístico e florístico da região”.⁷³

Flexa Ribeiro entrou na discussão e argumentou que “quando o Conselho foi fundado não existia unificação entre os Estados, mas agora existe, graças a Getúlio Vargas, portanto era justo que agora fosse dada maior interpretação ao regimento do Conselho”. Bertha Lutz pediu que lhe fosse atribuída a prioridade da proposta, pois havia sido a “primeira a bater-se no Conselho por esse assunto”, e seu pedido foi aceito por todos.⁷⁴ Finalmente, a discussão que Bertha Lutz havia levantado em seus primeiros meses de atuação no Conselho, responsável pelo desentendimento ocorrido entre ela e Heloísa Alberto Torres, que, na verdade, representava mais uma disputa de autoridade entre o CFEACB e o Museu Nacional do que entre elas, encontrou apoio do Conselho. Bertha fez questão de reivindicar a autoria da proposta que havia feito já há alguns anos e que viria a beneficiar inúmeras instituições científicas brasileiras.

O confronto com a diretora do Museu evidencia a existência de um contexto de expansão dos institutos científicos brasileiros e dos profissionais da área no país, com modificações das antigas estruturas de poder; mas é importante dizer que sua posição no caso do expedicionário Hans Krieg não significa que Bertha Lutz não estivesse atenta à necessidade de atender os interesses do Museu Nacional, apesar do modo como agiu nesse primeiro processo, de acordo com seus critérios de competência científica. A despeito das disputas políticas e institucionais envolvidas no trabalho do Conselho, Bertha zelou pelo Museu Nacional nos 17 anos em que trabalhou no CFEACB e nas diversas situações em que defendeu essa instituição.

E não obstante as disputas e opiniões divergentes que marcaram o caso Hans Krieg, Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres mantiveram uma relação de companheirismo e cumplicidade ao trabalharem juntas no Museu Nacional por muitos anos, consolidando carreiras científicas estáveis dentro da mesma instituição, na qual foram as duas primeiras cientistas mulheres a ingressarem oficialmente, via concurso público, e concretizaram uma participação nas ciências que contribuiu para desenvolvimento do trabalho de todas as mulheres. As correspondências que trocaram ao longo desses anos demonstram que se

⁷³ Ata da 308ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 91, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

apoiavam dentro e fora do Museu. O simples fato de elas estarem lá já fazia diferença. Nesse momento, elas eram as únicas mulheres trabalhando no Museu Nacional na função de cientistas e as únicas também no Conselho de Fiscalização.

Heloísa desempenhou um papel importante na vida de Bertha Lutz, contribuindo com a consolidação de sua carreira como naturalista do Museu Nacional e apoiando seus projetos enquanto diretora do Museu (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003).

No ano em que Heloísa Alberto Torres assumiu a diretoria do Museu Nacional (1938) a Congregação do Museu foi extinta.⁷⁵ Os livros de Atas da Congregação deixaram de ser redigidos entre os anos de 1939 e 1956, exatamente o período em que Bertha Lutz se tornou a representante do Museu no Conselho de Fiscalização e Heloísa, a diretora do Museu. A inexistência desses registros dificultou a recuperação de informações sobre os anos em que elas ocuparam esses cargos. Esse período representou uma nova fase de existência do Museu, ao ter, pela primeira vez, uma mulher como sua diretora, o que se constituiu em um marco importante ao demonstrar que as instituições científicas começavam a conceder espaços e possibilidades para as cientistas mulheres.

No relatório do Museu de 1939 estão registrados os rendimentos pagos a cada cientista.⁷⁶ Entre os dezessete cientistas, quinze eram homens e duas eram mulheres, Bertha e Heloísa. Heloísa, como diretora, recebia o maior salário – 29.700\$000. Em segundo lugar vinham Alberto José de Sampaio e Bertha Maria Júlia Lutz, com um total de 27.600\$000 cada. Todos os demais – Paulo Baptista Roquette-Pinto, Manoel Baptista Leoni, Carlos Vianna Freire, Pedro Pinto Peixoto Velho, Paulo de Miranda Ribeiro, Ney Vidal, José Vidal, Gastão José de Sampaio, Raimundo Lopes da Cunha, Adolpho Ribeiro Catalão, Francisco Manna, João de Faria Lacerda, Roberto das Trinas Silveira, Eduardo May – receberam quantias inferiores a essas. Esses dados são importantes por demonstrarem que, em 1939, apesar da desigualdade de condições entre homens e mulheres, existiam mulheres cientistas que trabalhavam tanto quanto os homens e assumiam posições de grande prestígio na ciência, refletidas inclusive em seus vencimentos.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Para entender melhor esse assunto ver a tese: Ribeiro, Adélia Maria Miglievich. “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p.98.

⁷⁶ Livro de Relatórios do Museu Nacional, 1939. Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A aparente invisibilidade das mulheres nas ciências, sua posição inferior ou “falta de aptidão para o trabalho científico” podem ser desmistificadas também a partir desses dados. Também é importante ressaltar a diferença na quantidade de homens e mulheres atuando na ciência, nesse caso, no Museu Nacional do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1940, dado que comprova a existência de diferentes oportunidades e condições para as mulheres se tornarem cientistas nas primeiras décadas do século XX. No entanto, as conquistas dessas duas personagens, e possivelmente de muitas outras que ainda não tiveram suas trajetórias resgatadas, são capazes de demonstrar que o problema não era falta de capacidade, mas sim uma determinação cultural que mantinha as mulheres afastadas das instituições científicas e que começava a ser questionada.

As redes de apoio constituídas entre as mulheres nesse período (1920, 1930, 1940) foram fundamentais para consolidar seu ingresso nas instituições científicas. Bertha Lutz podia contar com o apoio do movimento feminista para a manutenção de sua autoridade científica e a influência que adquiriu através da militância facilitou sua atuação na ciência. Além disso, Bertha contou com a colaboração das mulheres que circulavam pelo meio científico da época, como Heloísa A. Torres, e de muitos homens solidários à causa feminista, além de seu evidente nome de família. Algumas cartas trocadas entre Heloísa Alberto Torres e Bertha Lutz registram a existência de uma relação de cumplicidade e cooperação entre as duas.⁷⁷ Através dessa correspondência é possível perceber que além de compartilharem interesses em relação ao trabalho na ciência, também compartilhavam preocupações relacionadas à luta das mulheres. Anos depois daquele desentendimento, aparentemente incomum entre elas (considerando a documentação pesquisada), em 11 de outubro de 1950 Bertha escreveu a Heloísa:

“Prezada D. Heloísa,

Atenciosos cumprimentos e votos de que a viagem tenha sido repousante e agradável a impressão da América do Norte tão boa como a minha.

Aqui tudo corre calmamente e não há grandes novidades. As eleições continuam sendo apuradas. O Sr. Getúlio Vargas tem uma maioria de mais ou menos 55% do total. A vice-presidência ainda é incerta, em face do vulto do voto mineiro ainda

não apurado e de ter a maioria do eleitorado nordestino votado contra o P.T.B. em relação à vice-presidência, salvo o Rio Grande no Norte, mas de Paraíba ao Maranhão. Elementos femininos no D.F. com grande votação, própria, só Lygia Lessa Bastos.⁷⁸

Venho solicitar a Sr^a. a bondade de me informar se seria possível a Sra. fazer o favor de trazer alguns acessórios fotográficos, encomenda do Gualter. Adquiriu um aparelho novo bom e precisa desses acessórios para fazer não só o trabalho dele mas as fotografias noturnas e de campo para os Anfíbios meus i.e. do Museu. Caso a Sr^a. possa trazer, não terá nenhum trabalho porque ele mandará a encomenda já paga ao lugar que a senhora indicar. Não será coisa muito trabalhosa. Será entretanto necessário, a Sra. ter a bondade de responder imediatamente para que ele tenha tempo de escrever para o fornecedor. Ele hesita em incomodar a Sr^a. e só o quer fazer para virem em mãos seguras do seu ponto de partida ao Rio. Peço muitas desculpas de importuna-la, mas conheço a sua boa vontade e creio que não dará incômodo maior. Esperando a gentileza de uma resposta a mim, diretamente ao Museu ou ao Gualter (1496 Avenida Atlântica), agradeço muito penhorada desde já.

Gualter recomenda-s muito e apresenta votos de uma viagem muito feliz.

A mui atenta.

Bertha Lutz”⁷⁹

Nesta carta Bertha Lutz informava Heloísa sobre a participação política das mulheres e sobre acontecimentos do cenário político brasileiro, dando garantias da eleição do presidente Getúlio Vargas que sempre as apoiava, o que leva a crer que Heloísa se interessava pelo tema. O sentimento pró-americano também sempre aparece evidente no discurso de Bertha Lutz.

⁷⁷ Agradecemos a Mariza Corrêa e Januária Mello as cópias da correspondência trocada entre Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres, depositada nos Arquivos da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT).

⁷⁸ A carioca Lygia Maria Lessa Bastos entrou na política aos 25 anos, quando foi eleita vereadora pela UDN, partido do qual foi uma das fundadoras. Cumpriu 10 mandatos consecutivos pela UDN e Arena. Parceira de Bertha Lutz em emendas ao Código Civil, presidente da comissão mista do divórcio — na época a única mulher em plenário —, Lygia é autora de projetos que permitiram a regulamentação da profissão de artista e a entrada das mulheres na Academia Brasileira de Letras (ABL), entre outras proposições importantes na área de educação.

⁷⁹ Correspondência entre Bertha e Heloísa - Arquivos da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT).

Bertha também pediu a Heloísa que lhe fizesse um favor, em nome de seu irmão, favor este que contribuiria para o melhoramento de seu trabalho no Museu.⁸⁰ A relação positiva estabelecida entre as duas contribuiu para que Bertha se mantivesse atuante na ciência e no movimento feminista. Em outra carta escrita por Bertha a Heloísa a amizade e a cooperação existente entre elas ficam mais explícitas:

“Stockolm, em 21 de abril de 1951

Minha ilustre e presada Diretora,

Muito cordiais saudações.

Já devia ter escrito antes mas tem sido uma luta e um viajar constante. A reunião correu muito bem, salvo as dificuldades decorrentes de factores esperados como sejam a luta constante entre a americana e a russa, definida pela Presidente francesa com a bella expressão: “Mais voyons tout de meme, nousne sommes pas ici pour expliquer comme c’est merveilleux chez nous et diabolique chez le voisin.”Algumas delegadas como a da Birmânia são muito hesitantes, outras como a da Pérsia tinham instruções de não irritar os soviets. Conseguiu-se algo, mas ficou muito para o ano próximo em que teremos a concorrência da “bela chilena” mais uma vez. Em 1953 a reunião será em New York [...].

O Museu de Berne está inteiramente modernizado com as bellas coleções Waterwyll da África cuja exposição foi conduzida por uma moça de 21 anos, depois de morto o pai por um leão que o estraçalhou. As maiores inovações são a colocação de vidros na frente das vitrines e dioramas obliquamente de cima para baixo aproximando de mais em mais os objetos. Com isso ficam cortadas as imagens refletidas. Creio que poderia ser aplicado também nas vitrines, pois noto muitas veses no nosso museu e em outros que a reflexão não permite ver bem os objetos em exposição [...].

A Dr^a. Hanna Rydh, arqueóloga que a Sr^a. e eu conhecemos há muitos anos no Brasil, foi nomeada há pouco pelo Rei para dirigir uma expedição à Índia onde farão escavações [...] Vae em novembro. Antes disso tem um congresso em Nápoles em Setembro. Agora embora um pouco hesitante está de malas quase feitas para ir ao Brasil, em visita a colônia escandinava que a convidou com a

⁸⁰ Gualter foi o fotógrafo de inúmeros trabalhos de Bertha Lutz.

esperança de encontrar ainda ali a Comissão Interamericana de Mulheres cuja reunião eu por meu lado gostaria de ver adiada por um ano, devido a crise que nela reina, em relação ao menos a representação do México e Santo Domingo.

Escrevi para Londres antes de organizar minha viagem por aqui e consentiram de boa vontade que chegue em maio lá. Penso fechar a Alemanha daqui uma semana e ver as coleções de Frankfurt e Munich. A maior está em Berlim, infelizmente na zona russa, onde não tenho a impressão de que uma brasileira seria muito bem vinda [...] Logo que conseguir outra máquina de escrever, embora ruim como esta, tornarei a dar notícias. Voltando a Dr^a. Rydh. Caso for ao Brasil disse que lhe escrevesse por via aérea a Sr^a. a quem deseja rever. Pedi a Maria Sabina e outras que se ocupem dela, porque no fundo é muito tímida, mas agradecerei também o que a Sr^a. puder fazer por ela. Além de arqueóloga é presidente da Aliança Internacional Feminina e muito esforçada pelo bem da mulher [...]

Sem mais no momento, subscrevo e mui grata por tudo inclusive pelo calorsinho reconfortante que me emprestou. A auxiliar e amiga de sempre, Bertha Lutz.”⁸¹

Os estudos sobre Heloísa Alberto Torres indicam que ela não se assumia publicamente como uma feminista, mas, pelo conteúdo das cartas que Bertha Lutz lhe escrevia é possível afirmar que ela também se preocupava com a situação das mulheres e compartilhava os ideais de emancipação feminina, ou então Bertha não perderia tempo contando-lhe sobre o congresso feminista de que havia participado ou pedindo-lhe que ajudasse uma cientista em viagem ao Brasil, ressaltando que esta era a presidente da Aliança Internacional Feminina e “muito esforçada pelo bem da mulher”.

Essa carta permite perceber como as redes formadas pelas mulheres foram responsáveis por facilitar a consolidação de carreiras de muitas cientistas. Através dos contatos estabelecidos pelo movimento feminista, Bertha Lutz conheceu muitas mulheres cientistas, que acabaram formando uma outra rede de apoio, específica daquelas que trabalhavam em ciências e que tinham interesses profissionais parecidos. Ao se ajudarem, facilitaram o desenvolvimento de seus trabalhos e contribuíram com a consolidação da

⁸¹ Essas cartas já foram citadas no artigo de LOPES, Maria Margaret. “Vencer Barreiras, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)”, pp. 203-233, publicado no livro *Ciência, Tecnologia e Gênero: Desvelando o Feminino na Construção do Conhecimento*, IAPAR, Londrina, 2006.

participação feminina nas ciências. As mulheres contaram com o auxílio de redes feministas e femininas de colaboração científica, além do aval de homens que apoiavam sua participação.

No texto *O Papel Educativo dos Museus Modernos* - relatório apresentado ao governo brasileiro após sua viagem, em 1932, aos Estados Unidos, durante a qual visitou 58 museus a fim de estudar a estrutura e organização dessas instituições -, Bertha informou que havia dado especial atenção aos museus especializados em fins educativos e aos museus de ciências, dada a sua especialização em ciências naturais no Museu Nacional, referindo-se “aos trabalhos clássicos das mais influentes personalidades de museus de então”, e como acontecia na maioria de seus trabalhos, ela incluiu neste relatório observações acerca da “mulher nos Museus”, e disse: “Um dos aspectos da atividade dos museus americanos que mais me interessou foi verificar como é grande o número de mulheres que nele exercem sua atividade [...]” (LOPES, 2006 c: 44).

Bertha enumerou as mulheres que ocupavam posições de liderança e se destacavam por seus trabalhos nessas instituições. Entre elas, a especialista em herpetologia do Museu Nacional de Washington, Doris Cochran, feminista também, que estabeleceu relações de cooperação científica não só com Bertha, mas também com Adolpho Lutz. A especialista em “tardes recreativas” para crianças do Museu de Providence, Mabel McCormick, a diretora do Museu de Crianças do Brooklin, Annie B. Gallup, as “senhoras docentes, instrutoras, pedagogas, psicólogas do Museu da Filadélfia, do Museu e Arte de Cleveland, de Saint-Louis, do Museu de Ciências de Buffalo, entre outras” (LOPES, 2006 c: 44).

Essa imbricação de diferentes círculos de relacionamento é característico da atuação de Bertha Lutz. Através do contato com as militantes do mundo todo, das viagens para congressos feministas, Bertha aproveitava para tornar possível a comunicação com outros ambientes científicos e com outras mulheres cientistas que também começavam a ingressar nas instituições de pesquisa de seus países e a ocupar um espaço até então dominado pelos homens. Bertha aproveitava essas viagens para se especializar cada vez mais, coletando informações que contribuíam para suas pesquisas e para o trabalho no Museu, colaborando com a administração de Heloísa no Museu Nacional, como é possível perceber na carta, e consolidando-se como uma das maiores especialistas de sua época em Museus.

Bertha Lutz nunca escondeu sua militância feminista, ao contrário, tornou-se conhecida publicamente por esta militância. Sua atuação na ciência está registrada em seus inúmeros artigos científicos, atas de reuniões do Museu, do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, do Conselho Florestal Federal, anais de congressos, pedidos ao CNPq, etc.

3.2) O Conselho procura sua institucionalização

A postura assumida por Bertha Lutz nas reuniões, registrada nas atas do Conselho, demonstra que ela não se intimidava por ser a única mulher presente e defendia o que achava ser o procedimento correto, não o que fosse agradar os outros membros. Essa postura pode ser vista como reflexo de sua larga experiência política na militância feminista e de sua atuação parlamentar, valorizando seu trabalho e ratificando sua credibilidade entre os conselheiros. Sua atuação no Conselho não foi explicitamente marcada por discriminação ou preconceito no que se pode constatar pela documentação; ao contrário, seus primeiros anos como conselheira marcaram o início de um longo período de dedicação e inserção em um grupo que trabalhou conjuntamente para fiscalizar e licenciar as expedições científicas que pretendiam explorar o território brasileiro, onde evidentemente estavam presentes todos os conflitos, disputas, defesas de interesses pessoais, científicos e políticos de uma comunidade que pensava sua atuação científica como neutra e objetiva.

Após o complicado processo do expedicionário Hans Krieg, Bertha começou a trabalhar na reforma do regulamento do Conselho, que continuava a ser debatida. Na reunião do dia 24 de janeiro de 1940, sugeriu que fossem modificados artigos que ainda não estavam em discussão. Na reunião seguinte Bertha apresentou, por escrito, algumas sugestões a serem estudadas para essa reforma.⁸²

Segundo Lisboa (2004), o presidente do CFEAB, Francisco de Assis Iglesias, considerava que o objetivo dessa reforma iniciada em 1939, após a exoneração do primeiro

⁸² Atas da 158ª e 159ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, pp. 110-115, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

grupo de conselheiros, era fixar novas finalidades ao Conselho e ajustá-lo à criação de novos órgãos de fiscalização cujas atribuições coincidiam com as dele.

Nos primeiros anos de funcionamento, desde 1933, o Conselho estava se estruturando, tentando consolidar suas ações e tornar efetivos o controle e a fiscalização das expedições. Nesses primeiros anos, as funções de fiscalizar e licenciar do Conselho foram discutidas e repensadas pelos conselheiros que mantinham discordâncias em relação ao modo como o órgão deveria seguir com suas atividades. Esse dissenso foi bem representado pelas palavras do conselheiro Renato de Almeida⁸³, que declarou que “o órgão desempenhava com mais facilidade a função licenciadora do que a função fiscalizadora” (GRUPIONI, 1998: 73). Essa discussão acabou dando origem a um estudo realizado por Bertha Lutz sobre as expedições licenciadas pelo Conselho, no qual ela analisou os processos guardados nos arquivos, referentes ao primeiro ano de atuação do órgão.

O objetivo do estudo era analisar as expedições já licenciadas e assim discutir as regras que deveriam ser traçadas para a orientação das expedições futuras. Bertha estudou os processos de licença do ano de 1933, primeiro ano de funcionamento do Conselho, focando três pontos principais que eram: os expedicionários, o licenciamento e a fiscalização. Quanto aos expedicionários, ela examinou a nacionalidade, categoria científica, especialidade e a região que desejavam percorrer. Sobre o licenciamento, foram verificados a regularidade dos pedidos e o parecer. E quanto à fiscalização, se todos os expedicionários licenciados nesse ano haviam apresentado o relatório exigido pelo Conselho, exames, arrolamento de espécimes, retirada de duplicatas e certificados de embarque.

Após analisar e descrever as expedições ocorridas, ela argumentou que “a praxe parece ter sido de conceder a licença sempre que se tratasse de expedição científica e não comercial”, e que “a função fiscalizadora parece ter sido desempenhada em dois casos apenas e somente quanto ao exame e arrolamento do material colhido e a permanência de duplicatas no Brasil”. Com as informações que reuniu, ela concluiu que “desde o início existem muitas falhas na fiscalização e muitos se opuseram à fiscalização das expedições.

⁸³ Representante do Ministério das Relações Exteriores.

O estudo da evolução gradual do Conselho virá, creio eu, não só evidenciá-los como indicar os meios de corrigi-los.”⁸⁴

Segundo Grupioni (1998), o resultado do estudo de Bertha Lutz é válido para o primeiro ano de atividades do CFE, mas não para os anos seguintes, nos quais começa a ocorrer uma fiscalização mais efetiva das expedições, com o Conselho acompanhando de perto suas diferentes fases e interferindo nelas. Esse estudo foi um dos esforços empreendidos por Bertha Lutz para melhorar o funcionamento do CFE e a fiscalização das expedições, elaborado em meio às discussões sobre a reforma do regimento do Conselho e frente à necessidade de reforçar sua função fiscalizadora. As modificações de 1941 acabariam incorporando essa necessidade.

O interesse de Bertha Lutz nesse assunto fez com que o presidente a designasse para integrar a nova comissão responsável por este projeto, formada no dia 9 de abril de 1940 por ela e pelos conselheiros Anyone Costa⁸⁵ e Flexa Ribeiro (representantes do Museu Histórico Nacional e da Escola Nacional de Belas Artes, respectivamente).⁸⁶ A reforma proposta por essa comissão foi lida por Bertha Lutz na reunião do dia 18 de junho de 1940, sugerindo alterações nos artigos relativos às expedições e à exportação de espécimes e foi aprovada por todos os outros conselheiros.⁸⁷ Tendo sido submetida ao Ministro da Agricultura, ela foi oficializada no dia 21 de janeiro de 1941, por meio dos decretos 6.734 e 6.735, nos quais foi aprovado o novo regulamento a que deveriam obedecer as expedições científicas e o novo regimento do órgão.⁸⁸

A mudança mais significativa dessa reforma estava na própria constituição do Conselho que passava a ter nove membros de diferentes institutos ao invés de sete, todos com direito a voto, e a indicação seria feita pelos chefes de repartição dos respectivos institutos.⁸⁹ Incluiu-se ao antigo corpo de representantes um do Ministério das Relações

⁸⁴ Livro com a relação das expedições e exportações, com os respectivos dados sobre cada uma, e informações sobre relatórios entregues ao Conselho por expedicionários. CFE.T.1.49, pp. 518-521, S/D, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁸⁵ João Anyone Costa era especialista em arqueologia brasileira e em cultura indígena, autor de vários livros como: “Introdução à Arqueologia brasileira – Etnografia e História” (1934), “Migrações e Cultura Indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil” (1939), e “Arqueologia Geral” (1936).

⁸⁶ Ata da 168ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 133, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁸⁷ Ata da 176ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p. 150, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁸⁸ Ata da 203ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, p. 13, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁸⁹ O presidente do CFEACB continuava sendo o Diretor do Serviço Florestal e os representantes seriam: um do Departamento Nacional da Produção Animal, um do Departamento Nacional de Produção Mineral, um do

Exteriores e um do Ministério da Fazenda. O novo regulamento estabeleceu novas normas e critérios a serem seguidos, reforçando sua função fiscalizadora (LISBOA, 2004). Bertha Lutz redigiu uma lista com todas as informações que deveriam constar no pedido de licença dos expedicionários, como, por exemplo, roteiros, planos e objetivos, e reforçou a necessidade de exigir que os expedicionários submetessem o material que coletassem à análise pelos delegados do Conselho e de que adquirissem o indispensável certificado de exportação assinado pelo presidente do Conselho.⁹⁰

As propostas de modificações no regulamento do Conselho foram constantes nesses primeiros anos em que Bertha trabalhou como conselheira, e surgiam de acordo com as mudanças políticas que aconteciam no Brasil e com as necessidades impostas pelo trabalho do Conselho. Por diversas vezes Bertha Lutz se envolveu nessas reformas e sugeriu mudanças visando melhorar o funcionamento do órgão. O novo regulamento de 1941, que Bertha Lutz ajudou a projetar, não era muito diferente do anterior, adquirindo um tom mais conciliador e menos impositivo no que se referia a partilha das coleções ou ao acompanhamento de técnicos brasileiros em missões estrangeiras, mas as prerrogativas do Conselho não sofreram grandes modificações (GRUPIONI, 1998).

Em abril de 1941, ela elaborou e apresentou um modelo de requerimento para o pedido de licença do CFE, o qual foi lido e aprovado pelo Conselho em reunião, e, posteriormente, encaminhado para impressão. Na reunião seguinte, comunicou que “tivera ocasião de redigir uma explicação para instruir os expedicionários sobre o modo de preencher o requerimento de licença, facilitando essa tarefa”, e propôs que isso fosse impresso e distribuído aos expedicionários, sugestão apoiada pelo presidente e aprovada pelos demais conselheiros.⁹¹ Ainda em 1941, Bertha traduziu para o inglês as principais normas do CFEACB para serem enviadas aos expedicionários estrangeiros.⁹²

Na reunião do dia 2 de julho de 1940, o presidente, Francisco de Assis Iglesias, não pôde comparecer a reunião e, pela primeira vez, por indicação do conselheiro Flexa Ribeiro

Museu Nacional, um do Museu Histórico Nacional, um do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, um da Escola Nacional de Belas Artes, um do Ministério das Relações Exteriores e um do Ministério da Fazenda (LISBOA, 2004).

⁹⁰ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rascunho das sugestões apresentadas para a reforma do regulamento do CFEACB por Bertha Lutz, 31-01-1940, BR.MN. BL.O.CFEA, n°6.

⁹¹ Ata da 213ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, p. 33, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

e aprovação de todos os demais, Bertha Lutz assumiu a presidência do Conselho e coordenou os trabalhos. No dia 6 de agosto de 1940, novamente a ausência do presidente se repetiu e, mais uma vez, Bertha Lutz assumiu a coordenação da reunião.⁹³

Na reunião seguinte, em 27 de agosto de 1940, o presidente comunicou aos conselheiros que não poderia comparecer à próxima reunião e, devido a isso, propôs que fosse eleito o novo vice-presidente, função que estava vaga desde a saída do Dr. Abelardo Bueno de Prado do Conselho. Bertha Lutz foi eleita vice-presidente por maioria dos votos, e agradeceu cordialmente ao presidente e aos conselheiros a sua eleição.⁹⁴

Em 1939 Bertha Lutz já trabalhava no Museu Nacional há vinte anos e havia consolidado uma carreira científica e política proeminente. O trabalho no Conselho de Fiscalização marcava uma nova fase de trabalho em sua vida, agora envolvida com um grupo responsável por decisões em torno da política científica do país; mas, mesmo assim, ela nunca deixou de se dedicar às pesquisas zoológicas em que trabalhava e nem ao movimento feminista. A década de 1940 foi um período promissor para Bertha Lutz nas ciências, desde que terminado seu mandato como deputada em 1937. Em carta escrita à Heloísa Alberto Torres, preocupada com as críticas ao seu trabalho, ela mesma disse que “Depois de 1940, publiquei entre 15 e 20 trabalhos zoológicos bem recebidos pelos colegas (31/5/1954)”⁹⁵, o que indica que essa deve ter sido uma fase de grande dedicação ao trabalho científico. Em menos de um ano atuando no Conselho de Fiscalização, ela já estava bastante adaptada ao grupo do Conselho e teve seu trabalho reconhecido ao ser eleita a nova vice-presidente.

Contudo, a posição de vice-presidente que Bertha havia conquistado não duraria muito em razão de mudanças ocorridas na forma de organização do CFEACB e às constantes ausências de Bertha Lutz às reuniões durante o ano de 1941, em consequência das excursões científicas aos Estados da Bahia e de São Paulo a fim de coletar dados para a organização do catálogo das coleções Adolpho Lutz. Segundo os registros do Museu Nacional, ela partiu em 5 de maio de 1941 e apresentou-se de volta à repartição em 4 de

⁹² Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rascunho dessa tradução, BR.MN. BL.O.CFEA, n°12.

⁹³ Atas da 178ª e 182ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p.153 e 159, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁹⁴ Ata da 185ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 2, p.176, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

setembro do mesmo ano.⁹⁶ Retornou antes às funções do CFEACB, pois esteve presente à reunião de 26 de agosto.⁹⁷

A função de vice-presidente havia sido estabelecida em 6 de agosto de 1936, para suprir eventuais ausências do presidente (LISBOA, 2004). No entanto, na reunião do dia 15 de julho de 1941, mais ou menos um ano depois de Bertha ter sido eleita vice-presidente, nem ela nem o presidente compareceram à reunião do Conselho. Então, os conselheiros propuseram que fosse escolhido alguém para assumir a função de presidente interino com autoridade para exercer todos os atos da referida função, pois, na verdade, a posição de vice-presidente não estava prevista no regimento do Conselho. Foi escolhido o conselheiro Flexa Ribeiro que, não podendo assumir, indicou Angyone Costa para assumir a presidência daquela sessão. Ficou resolvido que, a partir desse momento, na ausência do presidente, os conselheiros se revezariam na função de presidente interino.⁹⁸

De qualquer maneira, ter sido escolhida como vice-presidente demonstra que ela se integrou totalmente ao grupo do CFEACB, composto somente por homens, e que o fato de ela ser mulher não fez com que os conselheiros desvalorizassem seu trabalho.

Ao analisar a participação de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização é possível perceber que, em alguns casos, sua opinião esbarrava em entraves burocráticos ou limitações do regimento, como já foi mencionado no caso da análise dos espécimes coletados por Hans Krieg; essas situações incitavam calorosas discussões entre os conselheiros, além de evidenciar interesses e tendências políticas que influenciavam a opinião de cada membro. Como exemplo, podemos citar uma discussão ocorrida na reunião do dia 25 de março de 1941 por causa de um pedido de licença enviado ao Conselho pelo Professor Adolf Schneider⁹⁹, colaborador do Museu Nacional, que planejava empreender

⁹⁵ Correspondência entre Bertha e Heloísa - Arquivos da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT).

⁹⁶ MN. Arquivo. Assunto: Lutz, Bertha – Bahia – 1941. Bertha Maria Júlia Lutz. Naturalista classe “K”. Excursão. Em 05/11/1941.

⁹⁷ Ata da 233ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 13, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

⁹⁸ Essa parte não ficou muito clara, talvez as modificações ocorridas no regimento do CFE durante esse ano tenham incluído a exclusão da função de vice-presidente. Bertha foi eleita vice-presidente em 27 de agosto de 1940, antes da aprovação do novo regimento do Conselho em 21 de janeiro de 1941.

⁹⁹ Adolf Schneider (1881-1946), alemão, era professor, pesquisador e ornitólogo. Idealizou e chefiou a expedição do *Museum fur Naturkunde der Humboldt-Universitat zu Berlin* (Museu de Berlim) ao Brasil em 1939, em conjunto com o Instituto Oswaldo Cruz. Essa expedição foi autorizada pelo CFEACB em 26 de maio de 1939. Participaram dela, além do Prof. Schneider, sua esposa, Margaret Schneider, como taxidermista, e um assistente, o Dr. Helmut Sick, que depois do término dessa expedição continuaria a pesquisar sozinho no Brasil. Assim que chegou ao Brasil foi visitar o Museu Nacional e estabeleceu contato

uma expedição aos Estados de São Paulo e Mato Grosso, a fim de realizar estudos ornitológicos.¹⁰⁰

Já era o segundo pedido de licença de Adolf Schneider, que havia chegado ao Brasil em 1939 e estabelecido contato com o zoólogo do Museu Nacional, João Moojen de Oliveira, antes de iniciar sua expedição. Após retornar, inventariou e determinou cientificamente um grande número de material para ser depositado na coleção ornitológica do Museu. Schneider foi o principal organizador dessa coleção no início dos anos 1940, quando o acervo atingia cerca de 25.000 peles. Apesar de ter permanecido no Brasil após o término da expedição trabalhando no Museu Nacional, Schneider não enviou o relatório dessa primeira expedição ao CFEACB logo que retornou, tendo enviado uma carta datada de 2 de janeiro de 1941, um ano depois da realização da expedição, relatando sua excursão ao Espírito Santo e alegando como motivo do atraso problemas relativos à guerra.¹⁰¹

Os conselheiros decidiram negar a licença para a segunda expedição, alegando que o expedicionário havia apenas enumerado os Estados que iria visitar ao invés de apresentar um roteiro mais detalhado sobre que lugares sua expedição pretendia percorrer. Eles alegaram que o Professor Schneider deveria cumprir corretamente as exigências do Conselho antes de iniciar a expedição dando todas as informações necessárias conforme o regulamento exigia.

Bertha Lutz e Armando Dias¹⁰² sugeriram que o interessado completasse o cumprimento das exigências legais apenas reportando corretamente seu roteiro, sem que precisasse enviar um novo requerimento para que fosse julgado seu pedido de licença. Quando Bertha Lutz pediu que o plenário esclarecesse se o Dr. Schneider deveria requerer novamente a concessão de licença ou apenas satisfazer a exigência que faltava para obter a permissão já pleiteada, a maioria dos conselheiros decidiu por exigir um novo requerimento do expedicionário, pois “para firmar o novo regulamento era preciso colocá-lo em prática”

com o zoólogo da instituição, João Moojen de Oliveira, que o convidou a participar de uma excursão ao Tinguá, sopé da Serra do Mar – atualmente Reserva Biológica do Tinguá – nos dias 22 e 23 de julho de 1939, onde coletou os primeiros 20 exemplares de sua coleção ornitológica brasileira (PACHECO, BAUER, 1995).

¹⁰⁰ Ata da 211ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, pp. 29-31, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁰¹ Informações retiradas do artigo “Adolf Schneider (1881-1946) – Alguns dados sobre a vida e obra do chefe da expedição de 1939 do Museu de Ciências Naturais de Berlim que trouxe Helmut Sick para o Brasil”, de José Fernando Pacheco e Claudia Bauer, publicado no periódico *Atualidades Ornitológicas*, nº 65, seção – *Galleria Biographica*, junho de 1995.

¹⁰² Representante do Serviço Geográfico Militar.

e se abrissem exceção para um expedicionário teriam que abrir para todos. Bertha Lutz, Armando Dias e Flexa Ribeiro foram voto vencido, tendo sido aprovada a negação da licença para tal pedido, precisando o expedicionário entrar com novo requerimento na forma correta. A partir desse caso decidiu-se que todos os pedidos deveriam ser analisados pelo secretário antes de serem levados à reunião do Conselho para que ficasse assegurado que todas as formalidades estivessem preenchidas antes do pedido ser discutido pelos conselheiros.¹⁰³

Aparentemente, essa decisão visava consolidar o novo regulamento do Conselho e fazer com que todos os expedicionários respeitassem suas regras. Bertha Lutz defendeu que não seria necessário que o expedicionário enviasse novo requerimento, mas apenas completasse a parte que não estava bem esclarecida, em uma tentativa de facilitar o trabalho do pesquisador e de ultrapassar entraves burocráticos que podiam atrasar a realização da pesquisa. Além disso, o Prof. Schneider realizaria essa excursão a serviço do Museu Nacional e Bertha poderia facilitar a realização de sua pesquisa, considerando-se que, naquele momento, o Brasil passava por um processo de aversão aos pesquisadores alemães que atingiu seu ápice quando o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e apoio aos aliados e o Prof. Schneider vinha colaborando com o Museu Nacional desde que chegou ao Brasil. Os três conselheiros que argumentaram a favor da concessão da licença não conseguiram convencer os outros membros e a permissão para realizar a expedição só foi concedida depois que a diretoria do Museu Nacional se posicionou formalmente sobre a relevância do projeto Schneider.

Em março de 1942, uma comissão do CFEACB formada por Alberto Ruiz, representante do Ministério da Fazenda, e Armando Dias compareceria ao Museu Nacional para, “com a assistência técnica da Dr^a. Bertha Lutz”, examinar o material colhido pelo ornitólogo nessa expedição, que foi incorporado pelo Museu Nacional. A expedição do Dr. Schneider havia sido embargada pelo agravamento da guerra e porque o governo brasileiro havia se declarado inimigo da Alemanha.¹⁰⁴

As influências e situações políticas vigentes na época influenciavam nitidamente as decisões tomadas pelo Conselho. Havia uma quantidade significativa de expedicionários

¹⁰³ Ata da 211ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, pp. 29-31, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁰⁴ Ata da 268ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, pp. 47, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

alemães no Brasil, no início da década de 1940, no entanto, esse número decresceu com o avanço da segunda guerra mundial, momento em que o Conselho estabeleceu uma clara política de restrições a esses expedicionários.

“No relatório enviado ao Ministro da Agricultura sobre as atividades do ano de 1942, o Presidente do Conselho informa que o órgão havia decidido não conceder nenhuma licença aos súditos dos países que formavam o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em função da ruptura de relações do Brasil com esses países. Informa o presidente que no momento que essa deliberação foi tomada pelo Conselho não havia nenhum processo de licenciamento que se enquadrasse nessa categoria. Todavia, as três expedições cassadas nesse ano eram de expedicionários alemães” (GRUPIONI, 1998: 76).

Dessas três expedições, Bertha Lutz deu parecer em duas. A primeira foi a expedição realizada por Harst Klee e Heinrich Wenzel, empreendida na região do Rio Araguaia e na ilha do Bananal. A segunda foi a expedição do naturalista Helmut Sick. Nos dois casos os expedicionários realizaram suas expedições sem autorização do CFEACB, que acabou apreendendo o material coletado por eles. Bertha Lutz e o conselheiro Mário de Oliveira¹⁰⁵ formaram a comissão responsável por analisá-lo, por se tratar de material zoológico, área em que eram especialistas, e ficaram responsáveis por sugerir ao plenário a instituição oficial que o incorporaria.

Na análise do material do caso Harst Klee e Heinrich Wenzel, Bertha apresentou um parecer completo, identificando espécimes e a região da onde elas provinham. Através dessa identificação, conseguiu provar que os expedicionários haviam percorrido regiões não declaradas por eles no processo. Bertha disse aos conselheiros que o exame do material forneceu “informações geográficas úteis quanto à determinação da zona percorrida pelos expedicionários não-licenciados” e ainda destacou que no meio do material zoológico apreendido foi encontrado um macho de uma espécie nova de “*Atta*” (saúva), diferente de todos que estavam sendo estudados no gabinete de entomologia da Escola Nacional de

¹⁰⁵ Representante do Departamento Nacional de Produção Animal. Trabalhou no CFEACB entre os anos de 1939 e 1943.

Agronomia; assim, este exemplar seria de grande utilidade para os pesquisadores desta instituição.¹⁰⁶

Após o material apreendido ter sido encaminhado para a Escola Nacional de Agronomia, Bertha acompanhou a publicação da diagnose da nova espécie de formiga do gênero “*Atta*”, espécie goiana, descrita pelo entomologista Cincinato R. Gonçalves, proveniente do material confiscado pelo CFEACB dos expedicionários Harst Klee e Heinrich Wenzel, no “Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia”, volume 5, número 3, página 347; comunicou a boa nova aos conselheiros na reunião de 28 de setembro de 1943, dizendo que “a ação do CFEACB faz-se sentir não somente na coibição de abuso por parte de expedicionários não licenciados como também pelo aproveitamento do material coletado ilegalmente e apreendido pelo Conselho” e valorizando a atividade científica do pesquisador brasileiro.¹⁰⁷

No caso do expedicionário Helmut Sick, a licença para realizar expedição zoológica foi inicialmente concedida, mas, posteriormente, os conselheiros julgaram que as informações prestadas pelo cientista apresentavam discrepâncias e cassaram sua licença, apreendendo também todo o material coletado. No parecer de Bertha Lutz e Mário de Oliveira¹⁰⁸ sobre o material, eles argumentaram que o exame da numeração do material coletado despertou-lhes a desconfiança de que o expedicionário talvez tivesse colhido maior quantidade de material do que o que fora apreendido, e ofereceram-se para analisar mais profundamente essa questão, caso o Conselho os autorizasse. Também sugeriram a incorporação do material ao Museu Nacional, dada a sua natureza.¹⁰⁹

No segundo parecer deles sobre o caso, referente à segunda remessa de material apreendido do Sr. Helmut Sick, eles disseram que “A existência de peças botânicas [...] evidencia que o Sr. Sick dedicava-se a uma mais ampla coleta de material do que sabíamos até agora”, e sugeriram que esse material fosse encaminhado ao Jardim Botânico.¹¹⁰

No dossiê referente a esse caso ainda consta uma reportagem do Jornal *Correio da Noite*, de abril de 1942, onde aparece uma foto dos conselheiros Bertha Lutz e Mário de

¹⁰⁶ Atas da 291ª e 295ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, pp. 74 e 79, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁰⁷ Ata da 364ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.140, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁰⁸ Representante do Departamento Nacional de Produção Animal.

¹⁰⁹ Ata da 274ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.54, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

Oliveira com a seguinte legenda: “Dr^a. Bertha Lutz e Dr. Mário de Oliveira que tiveram destacada atuação nos trabalhos realizados”¹¹¹, o que evidencia que essas grandes apreensões de material e, principalmente, a presença de expedicionários alemães chamavam a atenção dos jornais da época, assim como o trabalho realizado pelo CFEACB.

No ano de 1943, com o agravamento da guerra, quase não existiram solicitações de licença para expedições. Com isso, os membros do Conselho aproveitaram as sessões para estudar modificações que pudessem facilitar seus trabalhos e formas de propiciar maior divulgação dos resultados das expedições licenciadas (GRUPIONI, 1998: 77).

3.3) O cotidiano do Conselho: o exercício da fiscalização

3.3.1) Pareceres e Relatórios

Ao ler os pareceres que Bertha Lutz redigia sobre os pedidos de licença é possível perceber que tanto as instituições das quais os pesquisadores vinham como o renome desses pesquisadores influenciavam na concessão das licenças para adentrar o território e coletar material científico no Brasil, o que demonstra uma postura condizente com o modelo meritocrático da ciência.

No caso do pedido de licença da Missão Científica do Instituto Geobiológico de Pequim chefiada pelos seus diretores, padres Teilhard de Chardin e Pierre Leroy, enviado ao CFEACB em 1941, Bertha Lutz concedeu um parecer que era praticamente um estudo sobre o famoso padre Teilhard de Chardin, pesquisador de grande renome. Em seu parecer informava aos conselheiros que:

“O reverendo Teilhard de Chardin, paleo-antropólogo, tem o seu nome associado a dois feitos muito significativos no domínio da pré-história humana, que são a descoberta do “Homem da Aurora” e do “Homem de Peking”. É membro do Museu Hoangho Tacho de Tientsin, ex-presidente da sociedade de geologia da França, do Instituto Internacional de Antropologia, autor de trabalhos científicos publicados em inúmeros periódicos, etc”.

¹¹⁰ Dossiê Helmut Sick, CFE.T.2.175, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹¹¹ Idem, p. 30.

Sobre o outro padre, Pierre Leroy, Bertha explicou que ele se dedicava ao estudo de hidrozoologia e comentou que “devem tentá-lo os problemas fascinantes da hydrobiologia brasileira, cujo estudo foi iniciado por Fritz Muller e Adolpho Lutz”, lembrando a obra de seu pai, como sempre fazia.¹¹²

Bertha Lutz deu parecer totalmente favorável à realização da expedição, considerando a reconhecida autoridade científica do requerente, e sugeriu que se respondesse ao Ministério das Relações Exteriores, demonstrando a boa vontade do Conselho em facilitar a realização desta expedição. Propôs, ainda, que o CFEACB enviasse para aquela Secretaria de Estado um exemplar do novo regulamento chamando atenção para os artigos que todos os expedicionários deveriam cumprir, referentes à entrega dos relatórios e partilha do material. Opinou também que se consultasse o Itamarati sobre a possibilidade de cooperação daquele Ministério para prestar o necessário auxílio àquela expedição. Quanto às conferências que os expedicionários pediam licença para realizar, ela achava que deveriam ser realizadas e que isso seria uma grande contribuição para a ciência brasileira.¹¹³

O parecer de Bertha foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros na sessão de 11 de fevereiro de 1941 e Angyone Costa¹¹⁴ ainda pediu a palavra para elogiar “o parecer altamente esclarecedor da Dr^a. Bertha Lutz, congratulando-se com a mesma por seu trabalho homogêneo, merecedor de acolhida entusiástica” e opinou para que o Conselho tomasse todas as providências possíveis para facilitar a vinda dessa expedição.¹¹⁵ Na reunião seguinte, informou-se que foram enviados ofícios às instituições interessadas e passíveis de cooperar com a missão de Pequim e o caso foi transferido para o conselheiro Renato Almeida, representante do Ministério das Relações Exteriores, para que intercedesse junto às autoridades no Itamarati.¹¹⁶

¹¹² Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cópia do Parecer, BR.MN. BL.O.CFEA, nº 19.

¹¹³ Ata da 205ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, p.16, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹¹⁴ Representante do Museu Histórico Nacional.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Ata da 206ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, p.19, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

Os interesses de Bertha Lutz como representante do CFEACB e os objetivos políticos, econômicos e científicos dos membros deste órgão refletem-se nos textos redigidos para justificar a concessão ou não da licença para realizar expedições. O posicionamento dos conselheiros quanto às questões discutidas nas reuniões direcionavam os objetivos e estratégias do CFEACB.

Outro caso em que Bertha Lutz deu parecer foi o pedido de licença do Diretor do Jardim Botânico de Nova York, Basset Maguire¹¹⁷, feito por intermédio da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, em 1944, para realizar expedição botânica no Estado do Pará. O expedicionário declarou em seu requerimento que desejava colecionar espécimes que apresentassem “interesse científico, econômico ou horticultural”. Bertha Lutz se mostrou favorável à concessão da licença, mas com certa desconfiança, e propôs que fosse concedida a licença sob algumas condições que enumerou:

“Quando chegar ao Brasil o Dr. Bassett Maguire deverá colocar-se em contato com o Delegado do nosso Conselho no Estado do Pará expondo-lhe o roteiro, os nomes dos outros expedicionários e demais informações que o Delegado solicitar [...] Terminada a expedição deverá procurá-lo novamente para exame do material colhido e obtenção da guia de exportação. Tratando-se da exportação de espécies de interesse econômico o material deverá ser examinado por técnicos no assunto nas condições previstas pelo regulamento deste Conselho. O técnico mais indicado parece ser o Diretor do Instituto Agrônomo (Ministério da Agricultura) no Pará que poderá dizer também da legalidade da exportação das espécies colhidas [...]”.

O parecer de Bertha Lutz foi elaborado com nítidas precauções quanto à proteção de recursos que poderiam se mostrar de grande valor para o Brasil, visto que o expedicionário intencionava colecionar sementes de plantas na Amazônia e levá-las para estudo nos Estados Unidos, e esse tipo de coleta envolvia muitos interesses econômicos. O parecer foi aprovado por todos os conselheiros.¹¹⁸

¹¹⁷ Basset Maguire (1904-1991) foi um importante botânico norte-americano. Organizou inúmeras expedições, descobriu novas espécies e contribuiu enormemente para o avanço dos estudos botânicos (Pesquisa Google).

¹¹⁸ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cópia do Parecer, BR.MN. BL.O.CFEA, nº26.

Um pedido de licença do Sr. Joseph Bailey, expedicionário norte-americano da Universidade de Michigan, chegou ao Conselho no dia 7 de janeiro de 1941. Ele solicitava autorização para realizar uma expedição e fazer coleta de material zoológico nos vales dos rios São Francisco, Amazonas e Paraná. O caso foi entregue a Bertha Lutz, que deu parecer favorável ao pedido e, assim, a licença foi concedida. Para justificar o parecer favorável, Bertha argumentou que “Tratando-se de uma instituição de reconhecido valor científico e de um naturalista com trabalhos publicados, merecedores do bom conceito em que são tidos pelos especialistas, sou do parecer que seja concedida a licença solicitada, de acordo com as últimas deliberações regulamentares”.¹¹⁹ A competência científica do expedicionário e da instituição que ele representava orientaram o posicionamento favorável de Bertha Lutz sobre a concessão da licença.

Porém, Joseph Bailey demorou muito para enviar o relatório de sua expedição e quando finalmente o enviou, Bertha Lutz escreveu uma carta indignada ao presidente do Conselho criticando a atitude do expedicionário e o relatório apresentado por ele. Ela disse que o relatório só havia sido apresentado “após repetida insistência junto ao expedicionário” e que o Sr. Bailey expressou seus agradecimentos às instituições científicas e aos naturalistas brasileiros pelas facilidades e ajuda que lhe proporcionaram, mas esqueceu-se de estender tais agradecimentos ao CFEACB que, “outorgando-lhe um passaporte científico, lhe permitiu circular livremente em nosso território, colecionar a nossa fauna e invocar o auxílio das autoridades brasileiras e dos cidadãos do Brasil.”¹²⁰

Quando comentou sobre os resultados e conclusões definitivas de sua expedição, o Sr. Bailey declarou que era impossível tê-los antes de ter sido estudado minuciosamente o material colhido. Bertha Lutz disse que esse era “uma observação sensata”, digna da atenção do Conselho, e que seria encontrada em muitos outros relatórios. Mas no fim do parecer sobre o relatório, Bertha demonstrou grande indignação frente à declaração do expedicionário de que “para agradecer as gentilezas de que foi alvo está colaborando com o Museu Nacional”, argumentando que, independente de estar colaborando com o Museu, o expedicionário:

¹¹⁹ Ata da 201ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 3, p.10, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

“não requereu prorrogação de licença para colecionar espécimes zoológicos e empreender expedições científicas no Brasil, não requereu tão pouco o exame do material indispensável para a obtenção do certificado de embarque de onde se conclue que em virtude da incumbência que lhe foi cometida por uma entidade científica nacional [...] o expedicionário se considera isento da fiscalização deste Conselho cujas obrigações fiscalizadoras não abrangem as expedições brasileiras oficiais. Não a mim, que nesta congregação represento precisamente o Instituto beneficiado por esta preciosa colaboração, mas sim ao plenário do Conselho compete pronunciar-se sobre os méritos dessa interpretação (10/2/1942)”.¹²¹

Em sua retórica, Bertha Lutz buscava manter um certo distanciamento do Museu Nacional, instituição que representava, talvez com o intuito de fazer valer a autoridade do Conselho de Fiscalização e demonstrar que seu objetivo não era apenas beneficiar o Museu. Bertha demonstrou indignação com o expedicionário estrangeiro que, segundo ela, se julgava isento da fiscalização do Conselho por estar colaborando diretamente com o Museu Nacional; e ela defendia que esse tipo de colaboração fosse sempre intermediada pelo CFEACB, independentemente de qual fosse a instituição científica brasileira com a qual o expedicionário estivesse trabalhando.

Como no episódio do caso Hans Krieg, ela tentou marcar a importância do CFEACB frente ao Museu Nacional. Enquanto o último era uma instituição amplamente e tradicionalmente conhecida em nível internacional, o Conselho ainda buscava reconhecimento entre os naturalistas que vinham excursionar no Brasil.

Apesar do Museu Nacional ser reconhecidamente uma instituição de pesquisa e o CFEACB uma instância reguladora, a idéia de que o Conselho deveria ir além de sua função fiscalizadora era freqüentemente discutida pelos conselheiros, e esse objetivo transparecia nas palavras e atitudes dos conselheiros. A indignação que Bertha Lutz demonstrou frente à atitude do expedicionário indica a existência de uma forte disputa institucional por espaços de atuação entre esses dois órgãos.

¹²⁰ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cópia do Parecer do Relatório, BR.MN.BL.O.CFEA, nº23.

¹²¹ Idem.

Esse relatório é o último documento que consta no dossiê do expedicionário Joseph Bailey, o que indica que as críticas de Bertha Lutz não resultaram em uma investigação maior sobre as atividades dele. Na reunião do dia 19 de fevereiro de 1942, o assunto voltou a ser discutido pelos conselheiros que formaram uma comissão para analisar o material colhido por ele e depositado no Museu Nacional. Bertha também integrou a comissão, mas, posteriormente, pediu para ser substituída por outro conselheiro. Ela ainda tentou insistir nessa discussão em algumas reuniões, mas o caso acabou sendo deixado de lado pelos conselheiros.¹²² A influência do Museu Nacional era muito grande e a autoridade do CFEACB ainda não era totalmente reconhecida, o que fazia com que as atribuições de fiscalização do Conselho encontrassem dificuldades para serem implantadas na prática. Com o passar dos anos, o CFEACB foi reformulando suas estratégias de ação através das inúmeras modificações em seu regulamento e buscando tornar suas funções de fiscalizar e licenciar mais efetivas.

A falta de relatórios referentes às expedições realizadas já vinha sendo discutida no Conselho há algum tempo. Bertha Lutz foi uma das conselheiras que mais insistiu nesse assunto. Na reunião de 22 de janeiro de 1942, por proposta dela, o presidente da sessão recomendou ao secretário que organizasse uma relação das expedições licenciadas em 1941 para apresentá-la ao plenário. Constatou-se, então, que nenhum dos expedicionários licenciados no ano de 1941 havia enviado o relatório das expedições exigido pelo Conselho; assim, Bertha propôs que a presidência oficiasse aos expedicionários por intermédio da embaixada de seus respectivos países, a fim de lhes solicitar o relatório e as duplicatas do material colhido.¹²³

O conselheiro Flexa Ribeiro propôs que fosse oficiado, primeiro, diretamente aos próprios expedicionários e, caso não respondessem, que o ofício fosse enviado por intermédio do Itamarati. Os conselheiros aprovaram essa proposta e Bertha Lutz ainda sugeriu que fosse registrado o endereço das pessoas licenciadas pelo Conselho e que fosse feita uma revisão geral das expedições anteriores a 1940. O Conselheiro Anníbal Alves Bastos, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral, julgou prematuro

¹²² Ata da 265ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.44, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹²³ Ata da 259ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.38, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

fazer o pedido de apresentação dos relatórios antes de solucionada a questão que vinha sendo discutida sobre até que ponto as repartições poderiam encampar os trabalhos de um técnico estrangeiro. No fim desta sessão, o presidente ordenou ao secretário que enviasse telegramas aos delegados do CFEACB e ofícios aos expedicionários, lembrando-os da necessidade de entregar os relatórios das expedições e de enviar o material colhido para análise.¹²⁴

Na reunião seguinte, o secretário apresentou a relação das expedições licenciadas de 1937 a 1940. Bertha Lutz propôs que fosse recomendada a apresentação de todos os relatórios que não haviam sido entregues pelos expedicionários licenciados nesse período e o Conselho aprovou essa proposta. Também foi resolvido que, a partir daquele momento, não poderia ser concedida nova licença ao expedicionário que deixasse de enviar o relatório das atividades desenvolvidas durante o último período de permanência no país.¹²⁵

Situações como a ocorrida no caso do expedicionário Joseph Bailey instigam uma reflexão maior sobre as disputas políticas que existiam entre diversos órgãos da federação por autonomia em relação às expedições científicas. Quando o CFEACB foi criado, a responsabilidade pelas expedições artísticas e científicas ficou em suas mãos; no entanto, os frutos provindos das atividades desse órgão, que exigia a permanência de duplicatas e proibia a saída de espécimes ou artefatos raros do Brasil, interessava a diversas instituições, que também passaram a interferir nesse processo.

O Conselho tinha como membros representantes dos principais institutos que tinham interesse nessas expedições. Mas, como nesse caso, algumas vezes o representante do próprio instituto acabava desconhecendo as atividades do expedicionário que colaborava com sua instituição e isso gerava conflitos. Especialmente como representante do Museu Nacional, instituto que mais foi beneficiado pelas atividades do Conselho, Bertha Lutz tentava colocar suas atribuições de representante do Conselho acima da ligação com o Museu, para garantir que os “interesses da ciência” e do país fossem priorizados, ao invés dos de uma única instituição, e para garantir sua própria autoridade como representante desse órgão. No entanto, a influência do Museu Nacional nesse processo era muito forte e

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Ata da 260ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.39, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

dissensos como esse marcaram sua atuação como representante desse instituto no Conselho de Fiscalização. Aparentemente, o CFEACB e o Museu Nacional disputavam autoridade sobre a fiscalização de algumas expedições, principalmente aquelas que interessavam ao Museu, e acontecimentos como aquele primeiro desentendimento ocorrido entre Bertha Lutz e Heloísa A. Torres e a indignação de Bertha frente à postura tomada pelo expedicionário Joseph Bailey, atuando sob a tutela do Museu Nacional, podem ser interpretados como reflexos dessa disputa institucional.

A luta do Conselho por autonomia científica e reconhecimento foi constante desde sua fundação. As discussões ocorridas em torno de seu regulamento nos primeiros anos de sua existência representam bem esses conflitos. Questionava-se a representatividade das instituições, a necessidade dos membros serem técnicos ou cientistas, os Ministérios a que o Conselho deveria ser subordinado, etc. O campo de ação do Conselho se estruturou em conflitos e disputas internas e externas. Seus primeiros anos de atuação foram marcados por reformas e disputas políticas que influenciaram sua estrutura, mas a constante troca de membros influenciava fortemente suas ações. “Os pareceres davam ensejo a longas e calorosas discussões” (GRUPIONI, 1998: 62), e reproduziam a interpretação de cada conselheiro quanto ao regulamento do Conselho. A composição nominal do Conselho direcionava os rumos que ele tomava, uma vez que seus membros freqüentemente discordavam em relação à interpretação de seu regulamento.

Quando o expedicionário Hugh Cutler, em companhia de sua esposa, Marian Cutler, pediu licença para coletar material botânico no Mato Grosso e na Amazônia, em novembro de 1941, Bertha Lutz deu parecer favorável, mas voltou a sugerir que se informasse aos expedicionários a necessidade de apresentar um relatório ao Conselho no final da expedição. Com isso, Bertha pretendia evitar confusões como a do caso de Joseph Bailey e fazer com que o Conselho conseguisse cumprir seus objetivos. Os relatórios eram tão importantes quanto a partilha do material coletado, pois eram fontes de informação sobre o patrimônio natural do Brasil, e muitas vezes incluíam informações desconhecidas pelos pesquisadores brasileiros.¹²⁶

¹²⁶ Ata da 244ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.23, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

Passado quase um ano da concessão da permissão, Bertha propôs que fosse avisado ao casal Cutler a proximidade do fim de sua licença e a necessidade de requisitar uma prorrogação desta para continuar a expedição. Também sugeriu que lembrassem a eles a indispensabilidade de apresentar o relatório e os espécimes colhidos ao Conselho. Sua sugestão foi aprovada por todos os conselheiros e Bertha ficou responsável por escrevê-los.

Em 13 de outubro de 1942, Bertha Lutz leu na reunião do Conselho a carta que recebera de Hugh Cutler relatando os resultados de sua expedição e agradecendo ao Conselho a licença concedida bem como as sugestões apresentadas. Em 16 de fevereiro de 1943, Bertha Lutz apresentou aos conselheiros uma outra carta que havia recebido do Sr. Cutler, na qual ele relatava o trabalho que havia realizado no Brasil e na Bolívia. O presidente, Francisco de Assis Iglesias, opinou que o CFEACB respondesse ao Sr. Cutler agradecendo e elogiando o relatório, e pedindo permissão para publicar este trabalho. A sugestão do presidente gerou uma discussão entre os conselheiros sobre a necessidade de pedir permissão ou não para os expedicionários a fim de publicar seus relatórios.¹²⁷

Os conselheiros se manifestaram sobre o assunto chegando à conclusão de que o Conselho tinha o direito de publicar estes trabalhos, mas era importante comunicar os expedicionários sobre isso. Bertha Lutz concordou que era mesmo importante comunicar os expedicionários sobre a publicação de seus trabalhos, e disse que no caso do Sr. Cutler, o Conselho poderia pedir para que ele mesmo fizesse um resumo de seu relatório em inglês para publicação. O presidente acatou a sugestão de Bertha Lutz, que ficou incumbida de escrever ao Sr. Cutler para pedir-lhe um resumo de seu relatório em inglês.¹²⁸

Ao responder a Bertha Lutz sobre a publicação de seu relatório, em 9 de setembro de 1943, Hugh Cutler disse que “teria muito prazer em que fosse impressa a tradução do seu relatório” e, além disso, informou-a sobre o trabalho que estava realizando, motivo pelo qual Bertha pediu para dar ciência da carta à seção de botânica do Serviço Florestal. O conselheiro Renato Almeida, representante do Ministério das Relações Exteriores, sugeriu que o relatório do Sr. Cutler fosse publicado em alguma revista científica brasileira. Bertha

¹²⁷ Atas da 311ª e 331ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, pp.94 e 111, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹²⁸ Ata da 331ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 111, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

sugeriu alguma revista do estado de São Paulo ou a Revista Brasileira de Biologia, e sua proposta foi aprovada por todos.¹²⁹ Bertha Lutz costumava estar sempre atenta aos casos em que dava parecer e se envolver com essas expedições, e isso fazia com que ela conseguisse bons resultados para o Conselho.

A intenção de publicar os relatórios de expedicionários foi discutida muitas vezes pelos conselheiros nesses primeiros anos da década de 1940. Os membros do Conselho queriam que os trabalhos dos expedicionários fossem publicados em periódicos científicos. Em julho de 1942, Bertha propôs que fosse solicitado a algumas repartições competentes que examinassem a possibilidade de reservar espaço em suas publicações para a divulgação das atividades exercidas pelo CFE, e sua proposta foi aprovada por unanimidade. A idéia de publicar esses trabalhos instigou os conselheiros a discutirem também a idéia de criar um periódico do próprio Conselho, onde fossem publicados seus trabalhos e os relatórios das expedições fiscalizadas e licenciadas pelo ele. Bertha ainda sugeriu a conveniência de ser incluída, nos orçamentos futuros, verba para que os membros do Conselho pudessem acompanhar as expedições, como determinava seu regulamento, proposta aprovada por unanimidade também.¹³⁰

No fim de 1943, o conselheiro Flexa Ribeiro levantou uma discussão sobre as funções do Conselho, argumentando que ele poderia ir além de sua função fiscalizadora através da criação de um arquivo, uma biblioteca, uma coleção de mapas e um mostruário de espécimes que pudessem auxiliar os expedicionários em suas viagens. O presidente, concordando com as sugestões do conselheiro, propôs que se formasse uma comissão para estudar essas alterações. Propôs, ainda, que fosse feito um anteprojeto de reforma do regimento que incluísse as idéias dos conselheiros sobre este assunto e demonstrasse como o Conselho poderia fazer mais do que simplesmente fiscalizar as expedições. Bertha Lutz e Alberto Ruiz foram designados para formar essa comissão que estudaria a nova reformulação do Conselho.¹³¹

O primeiro objetivo dessa reforma era organizar a documentação sobre as expedições em um arquivo que pudesse ser consultado pelos conselheiros e

¹²⁹ Ata da 360ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.138, Acervo do CFEACB, MAST-RJ

¹³⁰ Atas da 294ª e 295ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, pp. 78 e 79, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹³¹ Ata da 376ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.149, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

expedicionários, para facilitar e orientar seus trabalhos. Bertha Lutz e Alberto Ruiz sugeriram que nesse arquivo estivessem todos os requerimentos e licenças concedidas e todos os relatórios de expedições já realizadas. Sugeriram também a criação de um mostruário de espécimes e artefatos recolhidos pelas expedições já realizadas, visto que o Conselho não possuía nada das expedições concluídas; a criação de uma biblioteca com livros técnicos e de caráter especializado relacionados com as atribuições do Conselho, inclusive narrativas de viagens e expedições científicas ao Brasil; o lançamento de publicações periódicas com dados e pareceres das expedições; e, por último, a promoção de “expedições por parte do Conselho, pelos senhores conselheiros ou expedicionários, em colaboração com esse Conselho, a fim de explorar regiões desconhecidas e tomar conhecimento gradual das riquezas naturais do Brasil e das manifestações autóctones de sua gente.”¹³²

Essas sugestões foram apenas parcialmente realizadas pelo Conselho. Bertha Lutz e os outros conselheiros que participaram da elaboração desse projeto empenharam-se por vários anos, reunindo verbas para a compra de livros e cuidando, principalmente, da organização da biblioteca. A documentação indica que os conselheiros consolidaram a criação da biblioteca e do arquivo, no entanto, a publicação de um periódico próprio do Conselho de Fiscalização que transmitiria informações sobre as expedições licenciadas nunca se realizou, provavelmente por falta de recursos financeiros ou pela falta de informações, já que era comum os expedicionários não enviarem os relatórios de suas excursões; mas a idéia foi amplamente discutida pelos conselheiros, durante o ano de 1944, que chegaram até a escolher um nome para o periódico que seria “Resenha Informativa”.¹³³

3.3.2) Tecendo Redes

Enquanto esteve no Conselho de Fiscalização, a forma de trabalhar de Bertha Lutz foi semelhante a que Heloísa A. Torres desempenhou neste órgão. Corrêa (1997: 13) e Ribeiro (2000: 94) citam uma declaração de Charles Wagley¹³⁴, na qual ele diz que

¹³² Parecer apresentado pelos Conselheiros Bertha Lutz e Alberto Ruiz sobre a organização do arquivo e da biblioteca do Conselho, 1944, CFE.T.1.41, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹³³ Ata da 414ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.173, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹³⁴ Charles Wagley foi um grande antropólogo. Seus principais estudos foram realizados no Brasil e resultaram em inúmeras publicações sobre os índios Tapirape (1940, 1943) e Tenetehara (1949), com os quais conviveu durante meses; entre elas, os livros: *Welcome of Tears: The Tapirape Indians of Central*

“usando seu prestígio e sua ampla rede de amizades, Dona Heloísa guiava os pesquisadores visitantes através da intricada burocracia, que exigia o registro de estrangeiros e uma permissão especial para realizar expedições científicas no Brasil, além de vários outros documentos especiais”.

Bertha também procurava facilitar a vida dos expedicionários, e é possível perceber isso nas correspondências que ela lhes escrevia enviando instruções sobre o funcionamento do CFE, nas diversas vezes em que estabeleceu relações mais próximas com os expedicionários e nas tentativas de facilitar o andamento dos processos, como no caso já citado do expedicionário Adolf Schneider. É claro que, assim como Heloísa, Bertha costumava auxiliar os expedicionários que conhecia ou com os quais tivesse interesse em entrar em contato, e também era mais receptiva com os expedicionários de grande renome nas ciências. Aproximar-se pessoalmente dos expedicionários também trazia vantagens para ela, que, desse modo, aumentava suas redes de sociabilidade e de relações científicas.

Diferentemente de Heloísa, Bertha não protegia expedicionários sob a tutela do Museu Nacional, mesmo porque não era sua diretora e não tinha essa autoridade, mas estabelecia relações com esses pesquisadores de acordo com outros interesses. Mantinha contato pessoal com aqueles que vinham realizar pesquisas biológicas, e os ajudava a conseguir a licença do Conselho apontando o procedimento correto, agilizando o encaminhamento de seus pedidos e orientando-os da melhor maneira possível. Em contrapartida, esses expedicionários compartilhavam os resultados de suas pesquisas com ela e acabavam contribuindo com o seu trabalho também. Muitas vezes procuravam-na para pedir favores e esclarecimentos sobre o funcionamento do Conselho, mas também a ajudavam trazendo materiais, livros ou outros objetos solicitados por ela. Era um processo de colaboração mútua, mesmo que, algumas vezes, não tão equilibrado, como no caso de sua relação com o pesquisador Mulford Foster, que será citado adiante.

Para os cientistas estrangeiros, o Brasil era uma fonte inesgotável de pesquisa, embora estivesse ainda atrasado no desenvolvimento de estudos científicos. O material coletado aqui era comumente levado para análise no exterior e o conhecimento sobre o patrimônio ambiental brasileiro acabava sendo produzido em outros países. O CFEACB

Brazil (1977) e *The Tenetehara Indians of Brazil* (1949). Ele deu aulas de antropologia na Universidade de Columbia (EUA) de 1946 a 1971, e faleceu em novembro de 1991.

tentava amenizar esse processo ao obrigar os expedicionários a apresentarem relatórios e a partilharem o material que coletavam com instituições brasileiras, instituindo uma prática que contribuía com a produção de conhecimento nas instituições científicas brasileiras.

Por meio de seu trabalho no Conselho de Fiscalização, Bertha Lutz ampliou sua comunicação com cientistas de diversas partes do mundo, como já fazia antes através de seu trabalho no museu e escrevendo a vários cientistas a fim de recuperar trabalhos de seu pai.¹³⁵ A análise dos dossiês de processos em que ela deu parecer e das correspondências que mantinha com alguns expedicionários demonstram bem esse aspecto, como por exemplo, no caso já citado do expedicionário Hugh Cutler, com quem Bertha Lutz continuou se correspondendo mesmo após o fim de sua expedição. Em abril de 1943, um ano depois de Hugh Cutler ter terminado sua expedição no Brasil, Bertha Lutz comunicou aos conselheiros que recebera desse expedicionário espécimes de plantas colhidas por ele na Bolívia, e que havia entregado este material ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Ao dar parecer favorável a Christopher A.W. Sandeman, expedicionário inglês, que havia pedido licença para colher material botânico e tirar fotografias, Bertha Lutz também propôs que ele fosse informado de que deveria entregar as duplicatas do herbário ao Delegado do Conselho em Manaus e o relatório de viagem à embaixada do Brasil em Lima, para onde ele posteriormente se encaminharia. O parecer de Bertha foi aprovado por unanimidade.¹³⁶ O material colhido seria enviado “aos herbários do célebre Jardim Botânico Inglês de Kew Gardens e da Universidade de Oxford”.¹³⁷

Na reunião de 21 de julho de 1942, Bertha comunicou que Christopher Sandeman já havia remetido ao Conselho o material colhido até aquele momento na viagem. Na reunião seguinte, leu uma carta que o Sr. Sandeman havia lhe escrito a propósito desse material botânico, na qual o expedicionário prestava informações sobre os trechos do território nacional que já havia percorrido. O então presidente Alpheu Domingues¹³⁸, que havia

¹³⁵ Depois da morte de Adolpho Lutz, ao longo de 1941 e 1942, Bertha se correspondeu intensamente com outros pesquisadores de instituições nacionais e estrangeiras a fim de recolher cartas e trabalhos de seu pai que se encontravam espalhados para o arquivo que ela organizava (BENCHIMOL, SÁ, ANDRADE, GOMES; 2003).

¹³⁶ Ata da 287ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 70, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹³⁷ Dossiê CFE.T.2.192 – Christopher Sandeman, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹³⁸ Alpheu Domingues era agrônomo e acabara de assumir a chefia do Serviço Florestal. Como ditava o regimento do CFEACB, o diretor do Serviço Florestal seria também o presidente do CFEACB, por isso ocorreu a mudança.

assumido a presidência no lugar de Francisco Iglesias em abril desse mesmo ano, pediu a Bertha Lutz que analisasse o material. Bertha Lutz aceitou a tarefa, mas solicitou assistência de um técnico do Jardim Botânico.¹³⁹

Bertha realizou a análise do material coletado pelo Sr. Sandeman junto com mais dois naturalistas do Jardim Botânico¹⁴⁰, e descreveu na reunião do Conselho todas as fases do trabalho realizado, enfatizando seu conhecimento científico sobre o assunto, e enaltecendo a assistência dos técnicos do Jardim Botânico. Terminou especificando o material botânico examinado e sugerindo que as coleções liberadas para exportação fossem “guardadas em lata rotulada com o nome do expedicionário e do estabelecimento científico a que se destinavam”.¹⁴¹ Na reunião seguinte Bertha deu parecer sobre o relatório enviado por Sandeman, enfatizando que ele seria muito útil para os botânicos, não obstante a falta de certos detalhes, e aconselhou sua publicação assim que o Conselho possuísse seu anuário.¹⁴²

Na reunião de 27 de abril de 1943, Bertha comunicou aos conselheiros que recebera um cartão do expedicionário Sandeman, enviado por ele de Lima, onde coletava plantas de altitude, no qual se oferecia para enviar exemplares dessas plantas ao Conselho. Bertha disse aos conselheiros que as correspondências que recebia dos expedicionários demonstravam que eles haviam guardado boas impressões do Conselho, pois de outra forma não teriam se preocupado em remeter material científico quando já se encontravam fora de sua jurisdição.¹⁴³ Ao intermediar essas relações entre cientistas da sua área e o CFEACB, Bertha Lutz agregou novos conhecimentos e estabeleceu relações com inúmeros cientistas de diferentes instituições. Bertha falava fluentemente quatro línguas: português, inglês, francês e alemão, e isso certamente facilitou o estabelecimento de contatos internacionais e um acesso mais amplo e rápido a novas informações. Bertha aproveitava esse domínio de outras línguas para estabelecer redes de cooperação internacionais tanto no ambiente científico, como no movimento feminista. Sua ampla experiência internacional

¹³⁹ Ata da 295ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 79, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁴⁰ Geraldo Kuhlman e A. C. Brade.

¹⁴¹ Ata da 302ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 86, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁴² Ata da 303ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 87, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁴³ Ata da 341ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 121, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

(estudos, viagens a congressos e a museus, o fato de ser filha de pais estrangeiros, etc) também facilitou esse processo.

Em maio de 1943, Bertha Lutz recebeu outro postal de Christopher Sandeman, que ainda estava excursionando no Peru. No postal via-se a imagem de um batráquio, possivelmente do gênero *Atelopus* ou do *Phryniscus*, passeando sobre lava vulcânica nos Andes. Bertha levou o postal à reunião do Conselho para mostrá-lo aos conselheiros e, valendo-se de seus conhecimentos sobre o assunto, explicou a singularidade do fato, pois “os animais desse gênero costumam viver em locais úmidos, sendo interessante e raro ver um sobre lava vulcânica”. O presidente agradeceu-lhe pelas informações, louvando a apresentação feita.¹⁴⁴ Bertha gostava de expor seus conhecimentos em ciências naturais para os outros conselheiros nas reuniões e sempre que tinha oportunidade fazia algum comentário como esse sobre o material que chegava ao CFEACB.

Quando o expedicionário Jules Bucher pediu permissão para empreender uma expedição científica na região amazônica a fim de produzir um filme educativo a serviço da *Cia Louis de Rochemont Associates*, Bertha Lutz deu parecer favorável à concessão da licença. O filme seria sobre geografia tropical e o objetivo da Cia era exibi-lo em estabelecimentos de ensino primário nos EUA.¹⁴⁵ A expedição seria formada por Jules Bucher, diretor e operador cinematográfico, e pelo casal de fotógrafos Louis e Mary Schlivek.

Após a realização dessa expedição, Bertha Lutz recebeu uma carta do vice-presidente da *Cia Louis de Rochemont Associates*, John Wingerter, na qual ele agradecia-lhe pela ajuda concedida à equipe que filmou no Brasil: “[...] Mr. Bucher has been outspoken and unstinting in his praise of you and says that your kind assistance greatly facilitated his securing of the many credentials and documents required to photograph in the Amazon [...]”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Ata da 334ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 123, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁴⁵ Esse foi um dos trinta e seis filmes da série produzida pela Cia Louis de Rochemont Associates, todos com fins educacionais.

¹⁴⁶ Esta carta enviada a Bertha Lutz está no Dossiê CFE.T.2.255 – Jules Bucher - Acervo do CFEACB, MAST –RJ, e data de 24/01/1949. A expedição havia sido realizada em 1948.

Essas redes de cooperação científica contribuíam para o desenvolvimento de seu trabalho e eram uma característica marcante da atuação de Bertha Lutz. Nas atas das reuniões do CFEACB que foram pesquisadas (1939-1951), ela comunicava sobre essas trocas de correspondências com expedicionários mais vezes do que seus colegas. Sua grande experiência internacional e o domínio de línguas estrangeiras, citados acima, podem ser a razão disso. Bertha procurou aproveitar o espaço do CFEACB para reforçar sua autoridade e influência no ambiente científico.

Durante os anos em que trabalhou no Conselho Bertha se tornou amiga do casal de pesquisadores – Mulford Foster e Racine Foster¹⁴⁷ - que realizaram pelo menos três expedições ao Brasil¹⁴⁸. Eles eram botânicos de grande renome e, no ano de 1940, viriam ao Brasil a serviço do *Gray Herbarium* da Universidade de Harvard, uma das instituições botânicas mais bem conceituadas dos Estados Unidos. A primeira expedição deles, realizada em 1939, havia resultado em uma grande doação de espécimes para o Museu Nacional. Bertha Lutz foi a conselheira escolhida para analisar o novo pedido e, em 28 de maio de 1940, após analisar o requerimento de licença enviado pelo casal Foster, deu um parecer final favorável à realização da expedição, dizendo que:

“O Gray Herbarium da Universidade de Harvard solicita licença para uma expedição chefiada pelo Sr. Mulford Foster e sua esposa Sr^a. Racine Foster[...]

Informando o Conselho devo dizer que: Os expedicionários já realizaram uma primeira expedição com as mesmas finalidades [...] Fizeram a coleção de bromeliáceas maior e botanicamente mais profícua realizada há muitos decênios. Antecipando-se as exigências da lei, fizeram espontaneamente a doação de 117 duplicatas de plantas vivas, das quais 107 Bromeliáceas, assim como de 235 duplicatas de herbário de Bromeliáceas ao Museu Nacional. Esta coleção, muito

¹⁴⁷ Mulford B. Foster (1888-1978), botânico norte-americano especialista em bromeliáceas e outras plantas tropicais, foi um dos maiores coletores de bromélias de todos os tempos, tendo descoberto e catalogado 108 novas espécies. Foi o primeiro presidente e membro fundador da “Sociedade de Bromélias de São Francisco”. Sua esposa, Racine Foster (1910-1991), trabalhava como sua assistente e freqüentemente o acompanhava nas expedições científicas. Muitas das viagens que faziam eram patrocinadas pela Revista National Geographic, que publicava seus estudos e fotografias. Publicaram juntos o livro “*Brazil: Orchid of the Tropics*”, no qual descreveram suas aventuras e coletas de plantas durante as expedições, entre outras publicações. Pesquisa Google - <http://www.sfbromeliad.org/newsletters/News1004.pdf>.

maior do que a então existente naquele instituto, foi acompanhada de dados muito valiosos sobre a precedência, hábito, habitat, etc [...]

Assim sendo, sou do parecer que deve ser concedida a nova licença ora solicitada pela expedição Foster, patrocinada por uma das grandes instituições botânicas da Norte América.”¹⁴⁹

Nesse parecer fica explícita a admiração de Bertha Lutz pelo trabalho do casal de cientistas e pelo *Gray Herbarium*, que ela caracteriza como uma das grandes instituições da “Norte América”. O fato dos expedicionários terem seguido o procedimento correto e efetuado a partilha do material coletado com uma instituição científica brasileira na última expedição que realizaram proporcionou-lhes a confiança do Conselho, refletida nas palavras de Bertha Lutz, além de sua admiração pessoal.

Pelos pareceres dados por Bertha é possível identificar os motivos que faziam com que ela fosse favorável à concessão da licença. Nesse caso, em que a competência científica dos expedicionários já é conhecida publicamente, ela parece não ter tido nenhuma dúvida quanto à autorização da expedição, levando em conta que o casal Foster já possuía grande reputação na área das ciências botânicas e havia seguido corretamente todos os procedimentos exigidos pelo Conselho em sua primeira expedição. Seu trabalho de pesquisa e coleta de inúmeras espécies de bromélias brasileiras contribuiu para a identificação de espécimes desconhecidos da fauna nacional. O argumento principal de Bertha Lutz para a concessão dessa licença foi a competência científica dos pesquisadores.

Ela manteve contato com o casal de expedicionários após essa expedição de 1940, compartilhando informações científicas e ajudando-os com seus trabalhos no Brasil. Em 16 de agosto de 1948, o Dr. Mulford Foster escreveu a Bertha antes de realizar mais uma expedição ao Brasil:

“Dear Bertha,

Sometime ago I wrote to you about my proposed trip to Brazil. Time is flying fast and before I realize it, I will be on my way [...]

¹⁴⁸ No período recortado para essa pesquisa foram encontrados registros de três expedições realizadas por eles, mas é possível que tenham retornado ainda mais vezes.

¹⁴⁹ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cópia do parecer, BR.MN. BL.O.CFEA, n°9.

I have not yet learned if the industry of the Caroa (*Neoglaziovia variegata*)¹⁵⁰ is still going on in João Pessoa or in Pernambuco, although I have written a friend there. I am wondering if you would be able to obtain any information on this before I leave?

While I am in Brazil I will do some collecting, possibly only a few days at each stop, but I suppose I will have to have a Special Permit similar to that which you so kindly helped us to procure on our former trips. We have the form, etc, which was used before and I am wondering if I should go ahead and make the application? Altogether I will be about 45 days in Brazil but only a few days in Rio. At each point I will want to send a few things back by air, herbarium specimens, unpressed, and possibly a few plants.

I know that you are too busy and I hesitate to ask you about this, but possibly you can tell me the shortest cuts along this line.

By stopping only a few days in Rio I doubt if I can get in any collecting there at all although, I would love to go up on Gavea. Would you care to do it too?

Lyman Smith¹⁵¹ and Dr. Killip are going to Tucuman for the Botanical Congress. Will you go also? I will have to miss it I guess.

Please let me know if there is something I could get for you in the States. Racine is enclosing a tape measure in inches if you would like any underwear or such, so as to get our measurements.

Do you know the locations where the following philodendrons are growing?

P. Bipinnatifidum

P. Selloum

P. Cannafolium

Hoping to hear from you soon, I remain, with Kindest regards.

M. B. Foster.”¹⁵²

Nessa carta é possível perceber que, além de auxiliar o expedicionário a conseguir a licença do Conselho, Bertha também o ajudava em suas pesquisas de campo. Aqui fica

¹⁵⁰ Vegetação tipo Caatinga, comum de regiões semi-áridas.

¹⁵¹ Lyman Smith (1904-1997) também era especialista em bromeliáceas e freqüentemente trabalhava junto com Mulford e Racine Foster. Também trabalhou no Gray Herbarium da Universidade de Harvard.

¹⁵² Carta encontrada na documentação pessoal de Bertha Lutz que está no Fundo/Coleção da FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino) em fase de organização, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Cx. 10.

clara a cooperação científica entre Bertha Lutz e os expedicionários. Através do Conselho, assumindo um papel de colaboradora, Bertha enriqueceu seu trabalho e suas pesquisas, adquirindo conhecimento através de redes de sociabilidade que iam além do ambiente profissional, como nesse caso em que a carta sugere a existência de uma relação pessoal estreita. O trabalho no Conselho de Fiscalização proporcionou a Bertha Lutz um fluxo constante de novos conhecimentos e de informações que ela adquiria no contato com os expedicionários, mesmo que, aparentemente, essas relações fossem um pouco assimétricas, o que transparece nesse caso. Bertha Lutz acabou assumindo quase uma posição de assistente de pesquisa para o casal que explorava a biodiversidade brasileira e levava esse conhecimento para o exterior.¹⁵³

Através dessas pesquisas apoiadas pelo CFEACB, as instituições científicas brasileiras se beneficiavam ao incorporar novas espécies identificadas por expedicionários que, muitas vezes, provinham de regiões inexploradas, e Bertha Lutz acompanhava esse processo todo como membro do Conselho. Como é possível observar nessa carta, por vezes ela era convidada a acompanhar os expedicionários e participar das pesquisas de campo. E era exatamente esse tipo de imersão no trabalho científico que era problemático para as mulheres na primeira metade do século XX. O ingresso nas universidades já era uma possibilidade real, mas dar continuidade às pesquisas, conseguir um emprego, estabelecer redes de comunicação - principalmente redes que iam além do ambiente profissional - a conquista de posições mais altas dentro das instituições, que lhes facultassem a tomada de decisões, eram ainda difíceis para as mulheres. Nesse sentido, Bertha Lutz ultrapassou fronteiras de difícil acesso para as mulheres e se consolidou como uma importante personagem da ciência brasileira entre as décadas de 1930 e 1960.

Suas conquistas estiveram apoiadas em diversos fatores, entre eles, sua militância feminista e luta pela profissionalização das mulheres, a influência de seu pai, Adolpho Lutz, que além de emprestar-lhe o prestígio de seu nome também a estimulou a trabalhar em ciências, o apoio das redes de cooperação científica e, principalmente, sua dedicação ao trabalho.

¹⁵³ Na documentação pessoal de Bertha Lutz depositada no Fundo/Coleção da FBPF, em fase de organização, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Cx. 10, também encontramos uma carta de Racine Foster para Bertha Lutz.

Essas colaborações e solicitações para coleta de espécimes ocorriam porque Bertha tinha experiência em trabalho de campo, como ela mesma destacava em sua ficha funcional do Museu Nacional, onde definiu suas habilitações profissionais como “zoologia, botânica, inclusive trabalhos de laboratório e de campo, de excursão; organização de museus e suas atividades educacionais”.

Ela realizou inúmeras viagens de campo para coletar dados e espécimes para suas pesquisas. Às vezes ia acompanhada de seu assistente para pesquisas de campo, Joaquim Venâncio, e em outras era acompanhada por seu irmão, Gualter Lutz, que tirava fotografias para ela; porém, quando não podia ser acompanhada por nenhum deles, seguia viagem sozinha, como na excursão que realizou à Bahia, em maio de 1941, a fim de reunir dados para organização da coleção de Adolpho Lutz. Chegando lá, foi auxiliada por dois funcionários da Delegacia do Serviço de Febre Amarela, “o chefe dos mata-mosquitos, Eustachio Cardoso da Fé e o motorista Ismael, os quais se revelaram ótimos auxiliares” segundo ofício de agradecimento enviado pela diretora Heloísa ao Dr. Luiz Lessa, delegado do órgão na Bahia.¹⁵⁴

Em seu relatório sobre essa excursão, Bertha contou que durante sua estada na capital excursionou em várias direções, até a zona das cidades de São Félix e Cachoeira, nas margens do Rio Paraguassú. Entrou em contato com várias repartições e instituições científicas e pôde colecionar publicações periódicas que continham trabalhos de seu pai, os quais ela não conhecia. Chovia incessantemente, o que a obrigava a fazer a coleta de material científico durante ou nos intervalos da intempérie, e a malária, que assolava em todas as cercanias da capital, a obrigou a usar Atebrina como preventivo. Mesmo assim, ela relatou que conseguiu fazer uma coleção “relativamente boa de Batrachios Anuros” e encontrou também “2 espécies de Saurios, sendo uma delas um Geckonideo das grandes bromélias de restinga, provavelmente noturno e bastante curiosa”. Falou sobre a flora baiana da faixa que percorreu, julgando-a muito mais pobre em espécies do que a flora carioca-fluminense na mesma estação, e disse que tinha “a impressão de que as derrubadas e a devastação são muito antigas, datando provavelmente do período colonial”. No relatório ela explica detalhadamente seus passos, coletas, contatos e atividades. Este e inúmeros outros relatórios de campo sobre as excursões que realizou demonstram que Bertha Lutz

fazia pesquisas de campo e excursões científicas freqüentemente e que essa era uma parte muito importante de seu trabalho.

Para as mulheres, reconhecidas socialmente como pertencentes ao espaço privado da casa e do ambiente doméstico, a impossibilidade de realizar pesquisa de campo podia tornar-se um empecilho para a consolidação de carreiras científicas promissoras. Nesse sentido, Naomi Oreskes (1996) questiona se a objetividade é realmente o principal valor para entender a atuação das mulheres nas ciências, e argumenta que muitas realizaram trabalhos “objetivos”, mas foram desqualificadas pela ideologia do heroísmo científico. A imagem socialmente construída da ciência aventureira e exploratória contribuiu para a invisibilidade das mulheres cientistas, que não faziam parte dessa ciência heróica, pois mesmo após começarem a ingressar nas instituições científicas permaneceram restritas a certos espaços do trabalho científico que, de modo geral, não incluíam esse ambiente exterior do trabalho. O heroísmo científico parece ser um dos ideais que mais motivou os cientistas, mas esse ideal foi, de certa forma, negado às mulheres logo no início de sua participação em instituições científicas. Esse fato pode ter atrapalhado as aspirações de inúmeras mulheres que tentaram ingressar em carreiras científicas, mas certamente não atrapalhou Bertha Lutz e outras mulheres de sua geração.

Pamela Henson (2000) pesquisou a atuação feminina na pesquisa de campo através da trajetória da botânica norte-americana Agnes Chase, que excursionou sozinha pela América Latina, contando principalmente com o apoio dos contatos que estabeleceu na região, sem ter recebido nenhum apoio institucional ou governamental. A partir dessa análise, essa autora argumentou que as primeiras mulheres nas ciências de campo eram, muitas vezes, esposas, filhas ou irmãs de cientistas, pois ter um parente masculino trabalhando na área podia tornar possível às mulheres esse tipo de trabalho, extremamente difícil para uma mulher sozinha.

“Chase persistiu em seus esforços para realizar pesquisas de campo na América Latina sem nenhuma das vantagens ou apoio disponíveis a seus equivalentes masculinos. Talvez por causa disso, estabeleceu laços íntimos com colegas latino-

¹⁵⁴ MN. Arquivo. Assunto: LUTZ, Bertha – Bahia – 1941. Of. N° 528. 02/10/1941. “Agradecimento”.

americanos, mantendo uma viva rede de correspondentes, desfrutando de sua hospitalidade quando visitava a América” (HENSON, 2000: 197).

Bertha Lutz desempenhou esse tipo de atividade com muito êxito e teve a vantagem de contar com apoio institucional para isso, já que sempre excursionava a serviço do Museu Nacional. Mesmo assim, sua trajetória sugere algumas similaridades com a de Agnes Chase. Além de ambas praticarem pesquisas de campo frequentemente, também sabiam que a construção de laços com outros cientistas seria fundamental para prosseguirem em seus trabalhos; daí a dedicação à manutenção de correspondências com cientistas de diversas partes do mundo e a busca por estabelecer redes de apoio e de comunicação científica.

3.4) O campo e o meio-ambiente

No dia 18 de maio de 1943, pela primeira vez, Bertha Lutz expôs para os conselheiros os resultados de uma das excursões científicas que costumava realizar na Serra dos Órgãos. Ela mostrou aos conselheiros dois exemplares de cogumelos do gênero *Cordiceps*, que havia trazido da Serra, exibiu as fotografias tiradas e teceu comentários acerca da biologia deles. Justificou sua excitação com o assunto devido ao pequeno número de exemplares existentes desse tipo de cogumelos no mundo e à escassa bibliografia existente sobre eles.¹⁵⁵ Aparentemente, ela não publicou nenhum artigo específico sobre este assunto. A maioria de suas publicações acerca dessas excursões é referente aos anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) da região.

De acordo com os registros das excursões de Bertha Lutz no Museu Nacional¹⁵⁶, entre os anos de 1943 e 1946 ela teria feito sucessivas viagens a Teresópolis, principalmente ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e continuaria nos anos seguintes. Em 1947 foi também ao Parque Nacional do Itatiaia e seguiu para outras localidades no Rio de Janeiro e Minas Gerais, como Benfica/Juiz de Fora, Estação Experimental de Água Limpa, etc. Com as pesquisas que realizava nessas excursões, Bertha deu continuidade ao

¹⁵⁵ Ata da 334ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.123, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

trabalho de seu pai, e, com os resultados, publicou inúmeros artigos. Juntos, foram responsáveis pela formação de grande parte das coleções herpetológicas do Museu, ao lado do também pesquisador Alípio Miranda Ribeiro¹⁵⁷. A publicação de artigos científicos foi uma das principais bases de reconhecimento conquistadas por Bertha, assim como as inúmeras viagens que realizou ao campo e as participações em congressos, inclusive internacionais (LOPES e SOUZA, 2006 d).

A segunda excursão ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos relatada por Bertha Lutz aos seus companheiros do Conselho foi a realizada em fevereiro de 1944; ela contou que “teve oportunidade de observar a biologia de várias espécies interessantes de batráquios”. Ainda “teceu comentários a respeito, fazendo uma exposição completa sobre os fenômenos biológicos dos sapos e pererecas, exibindo alguns pequenos frascos contendo exemplares trazidos da excursão. Concluiu tecendo elogios à política de criação dos Parques Nacionais que possibilitou aos cientistas melhores campos para estudos biológicos”. Terminou agradecendo ao Diretor do Serviço Florestal e à direção do Parque por ter podido passar uns dias lá, elogiando-os pela atenção com que foi tratada. O presidente do CFEACB, que na época era João Augusto Falcão¹⁵⁸, disse ao fim da reunião que havia escutado “com atenção e interesse a agradável palestra da conselheira Bertha Lutz, sentindo-se satisfeito por ver que as finalidades dos Parques Nacionais vem sendo perfeitamente empreendidas”.¹⁵⁹

Nas atas do CFEACB estão registradas as inúmeras vezes que Bertha Lutz realizou exposições sobre sua área de conhecimento aos outros membros. Essa foi uma prática que caracterizou sua atuação como conselheira.

No fim de 1944, ao realizar mais uma exposição aos conselheiros sobre outra viagem que realizara ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Bertha Lutz informou que

¹⁵⁶ Museu Nacional. Fundo Bertha Lutz. “Organização de Registro de Excursões (1937-1945). Lutz, Bertha” 07/08/1945.

¹⁵⁷ Alípio Miranda Ribeiro nasceu em 1874. Aos 20 anos de idade ingressou no Museu Nacional e três anos depois foi nomeado naturalista auxiliar da instituição. Fez parte da Comissão Rondon, acompanhando o Marechal em sua primeira incursão nos sertões brasileiros (1908/1910), realizando importantes observações e coleta de materiais. Contribuiu decisivamente para a criação do primeiro serviço oceanográfico da América do Sul. Foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Ciências, tendo deixado mais de 150 publicações sobre vertebrados e invertebrados da fauna brasileira, além de outros títulos sobre ictiologia, herpetologia, ornitologia e mamalogia. Faleceu em 1939.

¹⁵⁸ João Augusto Falcão assumiu a diretoria do Serviço Florestal e a presidência do CFEACB em 13 de julho de 1943.

havia tido oportunidade de coletar diversos espécimes da flora brasileira para o Museu Nacional e disse que “se o Conselho dispusesse de uma sala onde pudesse guardar espécimes, teria feito uma segunda coleção para ele”, indicando que até então o projeto do mostruário de espécimes do CFEACB não havia se realizado.¹⁶⁰ Aproveitou a oportunidade para elogiar a política de criação dos Parques Nacionais por eles possibilitarem melhores campos de estudos biológicos aos cientistas e por ajudarem a conservar o meio ambiente.¹⁶¹

Em 1948, por ocasião da segunda Reunião Sul-Americana de Botânica, que aconteceria na Universidade de Tucumã, Argentina, Bertha recebeu cartas de vários cientistas americanos pedindo que lhes fossem facilitadas a realização de excursões e a coleta de material botânico no Brasil. Além disso, também gostariam de visitar o Jardim Botânico, o Museu Nacional, entre outros lugares. Entre os cientistas que escreveram estavam o Dr. Harold N. Moldenke, do Jardim Botânico de Nova York; Dr. Rose, da Academia de Ciências de São Francisco; Dr. Killip, do Museu Nacional de Washington DC e o já citado Dr. Lyman B. Smith, do Gray Herbarium de Cambridge. Todos eram cientistas de grande renome na área de botânica.

Na reunião do dia 21 de setembro de 1948 foi comunicado que os cientistas já haviam chegado ao Brasil e começado a visitar as dependências do Serviço Florestal. Permaneceram três dias no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, acompanhados por Bertha Lutz.

Na reunião de 13 de janeiro de 1943, o conselheiro Renato Almeida pediu a palavra para comunicar a morte do embaixador e estadista Melo Franco¹⁶² e homenageá-lo. Depois desse pronunciamento, Bertha Lutz pediu a palavra para dizer que “queria juntar as palavras do conselheiro Renato Almeida algumas mais que traduzissem a gratidão da mulher brasileira ao saudoso estadista, pois esta lhe devia a iniciativa de ser representada

¹⁵⁹ Ata da 380ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 151, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁶⁰ Ata da 427ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.182, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁶¹ Ata da 380ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 151, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁶² Afrânio Camorim Jacaúna de Otingi de Melo Franco (1870-1943) foi um diplomata e político brasileiro. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor em municípios do interior de Minas Gerais e, posteriormente, entrou para a carreira diplomática, tendo sido designado, já em 1896, segundo secretário de legação na embaixada de Montevideu (Uruguai). Seu segundo posto foi a capital belga, Bruxelas. Abandonou a carreira em 1902 candidatou-se e foi eleito deputado estadual em Minas Gerais e, em 1906, deputado federal, tendo sido reeleito para vários mandatos. Na Câmara dos Deputados foi atuante em comissões de assuntos internacionais e também foi um dos relatores do Código Civil Brasileiro. Em 1919, comandou a delegação do Brasil na primeira conferência internacional do Trabalho, realizada em Washington.

por uma delegada em todas as delegações brasileiras a congressos e conferências onde dava levar sua contribuição”.¹⁶³

Em 11 de abril de 1944, Bertha Lutz comunicou ao Conselho que havia sido convidada para representar o Brasil junto à Conferência Internacional do Trabalho, que se realizaria nos Estados Unidos, no dia 20 de abril, esclarecendo que por esse motivo deixaria de comparecer a algumas sessões do Conselho e gostaria que suas faltas fossem justificadas. Também explicou que desejava levar algum material científico da Coleção Adolpho Lutz e requisitou a licença do Conselho. Frente a esse pronunciamento, o conselheiro Renato Almeida¹⁶⁴ fez uma declaração dizendo que:

“O Conselho lamenta perder, por algumas sessões, o precioso concurso da conselheira Bertha Lutz, mas fica jubiloso por ver um de seus membros distinguido com tão honroso convite. Faz os melhores votos pelo êxito da missão de que se acha investida a conselheira Bertha Lutz, sabendo de antemão que sua atuação será das mais brilhantes, conforme tem sido verificado nos diversos certames a que tem comparecido a conselheira Bertha”.¹⁶⁵

A representação na Conferência Internacional do Trabalho foi um dos marcos mais importantes da atuação política de Bertha Lutz. Significou muito para a luta feminista em prol da profissionalização das mulheres no Brasil o fato do país ser representado por uma mulher numa conferência de importância mundial sobre trabalho. As palavras do conselheiro Renato Almeida demonstram que esse episódio também foi significativo para os membros do CFEACB, que acompanhavam sua trajetória de militância feminista desde que ingressou no órgão. Ela já havia representado o Brasil como delegada oficial no Congresso da Organização Internacional do Trabalho em 1919 (BESSE, 1999).

Bertha Lutz deixava transparecer seus ideais feministas entre os membros do CFEACB e entre cientistas com quem convivia. A divulgação de seu trabalho e de suas idéias nesses meios era importante, pois colaborava com a desconstrução da idéia de que as mulheres não eram aptas para o trabalho científico ou para realizar pesquisa de campo. As

¹⁶³ Ata da 326ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 107, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁶⁴ Representante do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁶⁵ Ata da 389ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.159, Acervo do CFEACB.

primeiras mulheres que ingressaram em instituições científicas abriram o caminho para que outras viessem.

Quando Bertha Lutz retornou dessa Conferência, novamente o conselheiro Renato Almeida falou em nome do Conselho, enaltecendo o trabalho da conselheira Bertha, dentro e fora do CFEACB, tecendo considerações sobre suas atividades na missão que acabava de desempenhar. No final da reunião, com a palavra, Bertha Lutz agradeceu ao Conselho as palavras de boas vindas e as expressões atenciosas com que foi recebida na sessão, primeira após regressar dos Estado Unidos. Aproveitou o momento para lembrar a necessidade de se fazer maior propaganda do Conselho nos círculos internacionais, aonde muitas pessoas ainda desconheciam as atividades deste órgão.¹⁶⁶ As reformas discutidas entre os conselheiros, as tentativas de criar meios de divulgação do órgão como a criação de um periódico próprio, por exemplo, tentavam diminuir essa falta de visibilidade que afligia o CFEACB.

No ano seguinte, Bertha Lutz ainda recebeu a missão de representar o Brasil em outra Conferência muito importante. Em 17 de abril de 1945, ela comunicou aos conselheiros que havia “sido nomeada por ato do Ex. Sr. Presidente da República, Delegada na Missão Brasileira à Conferência das Nações Unidas, a se reunir em 25 do corrente, na cidade de São Francisco, Estados Unidos”.¹⁶⁷

Depois de Bertha Lutz fazer esse comunicado, o conselheiro Renato Almeida pediu a palavra para “manifestar a satisfação com que todos recebiam a honrosa incumbência que o chefe do governo conferia a Sr^a. Bertha Lutz, como já havia acontecido em outras reuniões em que tomou parte, pôs em prova sua inteligência, sua cultura, sua capacidade de trabalho e seu amor pelo Brasil, contribuindo assim para a construção da paz futura”. Os conselheiros desejaram a Bertha “muito boa viagem e um triunfo na conferência”. O presidente também transmitiu votos de boa viagem e, falando em nome de todos os membros do Conselho “disse do contentamento de todos, ao terem conhecimento que um de seus membros ilustres fora designado para ocupar um destacado lugar na Conferência de São Francisco e que todos contavam que a conselheira Bertha Lutz naquela conferência continuasse a ser a mesma trabalhadora em bem da humanidade e do Brasil”. Bertha Lutz

¹⁶⁶ Ata da 411ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.171, Acervo do CFEACB.

agradeceu as palavras dos conselheiros e do presidente, prometendo que quando regressasse traria “aos seus ilustres companheiros sua impressão dessa Conferência e do que de útil ali se realizasse”. Despediu-se nesse momento de todos os colegas do CFEACB e ofereceu a eles seus préstimos naquela cidade.¹⁶⁷ Durante essa Conferência, Bertha Lutz foi uma das quatro mulheres que assinaram a carta de fundação da ONU. Sua atuação política foi tão expressiva e significativa que aparece constantemente nos documentos oficiais relativos a seu trabalho no CFEACB e no Museu Nacional. Na documentação oficial relativa à sua vida funcional do Museu, são descritos “assuntos relativos ao trabalho feminino e à legislação relativa à mulher” entre suas habilitações profissionais em zoologia, botânica, trabalhos de campo, organização de museus, etc. (LOPES; SOUZA; SOMBRIO, 2004).

Nessa mesma viagem ela recebeu o “título de Doutora *honoris causa* em Direito, concedido pela *Miss College* da Califórnia”, e foi convidada a receber o mesmo título da *University of Southern California*, mas não pôde ir recebê-lo por coincidir a data proposta com um momento decisivo para emendas brasileiras à Constituição das Nações Unidas na Conferência de São Francisco, do qual Bertha fez questão de participar.¹⁶⁹

Quando retornou às sessões do Conselho, em 16 de outubro de 1945, após ter passado seis meses sem comparecer às reuniões, Bertha Lutz chegou atrasada à sala das sessões e foi saudada com entusiasmo por seus companheiros.

"O Presidente Renato Almeida transmite a conselheira Bertha Lutz os votos de boas-vindas do Conselho e diz da satisfação que todos sentiam pelo seu regresso ao país. Pede a palavra o conselheiro Angyone Costa que, depois de se referir a atuação da conselheira Bertha Lutz naqueles países, o que fez com bastante brilho, conforme soube através da imprensa, diz que o Presidente traduziu perfeitamente em suas palavras o sentimento do CFEACB pelo regresso da conselheira Bertha Lutz ao convívio de seus colegas”.

¹⁶⁷ Ata da 454ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.199-200, Acervo do CFEACB.

¹⁶⁸ Ata da 454ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, pp. 199-200, Acervo do CFEACB.

¹⁶⁹ MN. Arquivo. Assunto: Lutz, Bertha. Assentamentos particulares. Classe 121. Carta de Bertha a Heloísa Alberto Torres, diretora. Sobre: “dignidades honoríficas concedidas outorgadas por universidades estrangeiras” 17/07/1947.

Bertha agradeceu as manifestações de carinho de seus colegas e prometeu fazer uma exposição sobre visitas que havia feito a inúmeros municípios nos Estados Unidos e no Canadá.¹⁷⁰

Na reunião de 8 de maio de 1951, Bertha foi saudada pelos conselheiros durante a reunião por ter sido honrada com o título “Woman of America”, “a mulher mais distinta da Américas em 1950”. O conselheiro Flexa Ribeiro disse “estar muito feliz”, e que havia tomado parte “na campanha em prol da mulher patrocinada por Bertha Lutz”.¹⁷¹ Flexa Ribeiro já havia demonstrado que era solidário a causa das feministas quando, na reunião do dia 13 de agosto de 1948, comunicou como “fato de grande relevância artístico-cultural” a realização do concurso pra provimento da cátedra de Desenho Artístico dessa escola, que havia sido vencido por uma mulher, a pintora Georgina Albuquerque. A participação de Bertha no CFEACB esteve permeada por suas ideologias políticas e isso se refletia em seu trabalho e em seus discursos, o que também influenciava o grupo e as ações do Conselho.¹⁷²

No segundo semestre de 1946, Bertha Lutz havia realizado mais uma viagem aos Estados Unidos, aonde sempre aproveitava sua estada para estudar e se informar sobre as novidades referentes às suas áreas de atuação. Quando retornou, ela contou aos conselheiros que tivera oportunidade de visitar importantes centros científicos, sobretudo em Chicago e Washington, e prometeu fazer uma exposição sobre os Parques Nacionais que havia visitado naquele país.¹⁷³

Na reunião do dia 30 de setembro desse mesmo ano, Bertha fez a exposição que havia prometido sobre os Parques Nacionais, que foi registrada no livro de atas do Conselho:

"Disse existirem perto de 30 desses parques, dos quais conhece seis. A convenção que lhe ofertou o prêmio pelas emendas a Carta das Nações Unidas em São Francisco, realizou-se em Esler's Park, aldeia no interior do Parque Nacional das Montanhas Rochosas. A seguir esteve em Yellowstone Park. O primeiro se acha no

¹⁷⁰ Ata da 485ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, pp. 20-21, Acervo do CFEACB.

¹⁷¹ Ata da 885ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 6, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁷² Ata da 325ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p.106, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁷³ Ata da 550ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, p. 65, Acervo do CFEACB.

coração das montanhas rochosas no "Continental Divide", o divisor de águas entre o oceano pacífico e o Golfo do México. O segundo é uma antiga região vulcânica. O primeiro exhibe as maiores serranias e panoramas maravilhosos. O segundo possui caldeirões de lama fervendo, grandes bacias de geysers e fontes térmicas com terraços calcáreos monumentais. Um outro, como aliás todos os Parques Nacionais americanos possuem serviço organizado para instruir o público sobre as belezas e patrimônio naturais de seu país. Organiza-se um sistema de estradas e trilhas, um serviço de naturalistas e guias, e pequenos museus localizados em diversos pontos dos Parques. Todos os dias no verão há passeios-palestra em que um naturalista explica a flora, fauna e fenômenos geológicos. Aproveita o ensejo para pregar o amor a natureza e despertar a curiosidade científica e o amor patriótico a terra. A noite fazem-se palestras com cinema ou projeções em anfiteatros ao ar livre ou na sede dos pequenos museus. Vendem-se folhetos de divulgação nas sedes. Os museus são múltiplos e simples, mas representam um grande esforço de síntese, mostrando em largos traços a evolução geológica e as particularidades ecológicas da flora e fauna da região. A diretriz mestra é de consertar a natureza tal qual ela é. Nada se destrói, nada se cria de artificial. O povo já está educado, não arranca as plantas nem destrói os animais. Estes vivem em plena liberdade, vendo-se ursos, veados, búfalos e outras espécies menores nos Parques. Antigamente era permitido alimentar os animais. Agora aconselha-se que não os alimente, principalmente os ursos, porque houve acidentes e mesmo tragédias já que acabada a festa, mal satisfeitos, agrediam os visitantes para obterem maior quantidade de víveres ou bombons. Em todos os Parques há acampamentos, hotéis e pequenas cabanas que se podem alugar. Os hotéis exploram as linhas de ônibus dentro dos Parques e cobram diárias elevadas. As cabanas e os acampamentos estão ao alcance de qualquer balsa. Não se fazem grandes cabanas coletivas. Este sistema de Parque protege o patrimônio natural dos Estados Unidos conservando-o intacto para as gerações futuras e tornando apenas alguns pontos mais cênicos e acessíveis. O lema desses serviços poderia ser o dos velhos romanos "*Quieta non movere*": deixar as coisas quietas em paz." ¹⁷⁴

¹⁷⁴ Ata da 555ª reunião, CFE.T.1.11, Livro 5, p. 69, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

É importante ressaltar um outro aspecto da trajetória de Bertha Lutz, perceptível neste discurso e também nas cartas escritas a Heloísa, citadas anteriormente: seu “americanismo”. Bertha buscava inspiração para sua militância feminista, para seu trabalho em ciências e para a formulação de políticas científicas nos Estados Unidos, aonde encontrava o respaldo necessário para essas atividades. Nesse país, realizou estudos sobre museus, estabeleceu contatos com cientistas (muitos através do CFEACB, como já foi dito) e com feministas importantes, nas quais encontrou inspiração para sua militância. Em diversos documentos é possível perceber sua admiração por esse país.

Sua admiração pelo sistema de Parques Nacionais norte-americanos fica explícita nesse discurso. Segundo ela, esses Parques poderiam estimular o interesse das pessoas pelas ciências e pela proteção da natureza: “Todos os dias no verão há passeios-palestra em que um naturalista explica a flora, fauna e fenômenos geológicos. Aproveita o ensejo para pregar o amor à natureza e despertar a curiosidade científica e o amor patriótico a terra”.

A criação dos três primeiros Parques Nacionais, no Brasil, ocorreu entre os anos de 1935-1939, em um contexto de sensibilização mundial com a necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos, iniciada nos Estados Unidos com a criação do *Yellowstone National Park* em 1872, que Bertha conheceu nessa última viagem, em 1945. Os movimentos ecológicos se fortaleceram no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Os três primeiros Parques Nacionais brasileiros foram o do Itatiaia, da Serra dos Órgãos e de Iguaçu. Estes primeiros Parques eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Entre 1940 e 1958, não houve a criação de novas unidades de conservação no Brasil, até que em 1959 foram criados outros três Parques: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra.¹⁷⁵

Bertha Lutz acompanhou contemporaneamente a criação dos primeiros Parques Nacionais brasileiros e, estando inserida em um dos grupos responsáveis por formular políticas de proteção ao meio ambiente, participou ativamente dessas discussões. Sua formação em ciências naturais fazia com que ela dedicasse atenção especial a essas políticas, inclusive utilizando esses ambientes para realizar suas pesquisas.

¹⁷⁵ Informações encontradas no endereço eletrônico <http://www.ambientebrasil.com.br>

No caso do pedido de licença do expedicionário Alphone Richard Hoge, chefe da expedição científica que o Instituto Butantã realizava na Serra do Roncador em 1949, o parecer de Bertha Lutz demonstra suas preocupações em relação à ecologia e à proteção das matas brasileiras, um dos assuntos que ela promovia e discutia com mais entusiasmo no CFEACB.

Quando esse pedido de licença chegou ao Conselho, a expedição já havia ocorrido, assim, Bertha Lutz pediu para que fosse enviado o relatório da expedição. Após ter sido enviado o relatório, ela teceu inúmeros elogios à expedição, dizendo que:

“O relatório é deveras interessante, principalmente de dois pontos de vista: primeiro quanto aos dados ecológicos referentes à separação da zona de cerrado da zona de floresta, ilustrado por um excelente mapa da região da Serra do Roncador; segundo quanto às informações referentes à derrubada da mata por elementos mercenários, movidos pela simples aspiração do lucro, sem a menor compreensão do patrimônio sagrado que esbanjam e subtraem ao gozo das gerações futuras. É mais uma confirmação do que venho repetindo, há anos, perante este douto Conselho: cada naturalista ou expedicionário que percorre qualquer região brasileira, em qualquer Estado da federação, regressa profundamente alarmado pela destruição. Creio que está mais que chegado o momento de agirmos junto ao executivo, ao parlamento e mesmo ao público, pela imprensa e junto ao povo, ao menos pelo rádio e mesmo através da televisão no sentido de salvaguardar.”¹⁷⁶

Aproveitou as observações feitas por essa expedição para militar, como interlocutora do Conselho de Fiscalização, pela causa do meio ambiente, deixando registrada nos documentos do CFEACB a situação de destruição em que as matas brasileiras já se encontravam nesse período, suas preocupações e sugestões de estratégias de ação que poderiam ser tomadas pelo Conselho.

Por estar sempre envolvida em causas relativas às ciências naturais, Bertha Lutz ficou responsável por alguns dos processos que chegaram ao Conselho, relativos à indústria

¹⁷⁶ Parecer de Bertha Lutz sobre o relatório da expedição chefiada por A. R. Hoge, 03/04/1951, Dossiê CFE.T.2.265 – A. R. HOGE, Instituto Butantã, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

de objetos fabricados com asas de borboletas, que era uma atividade muito comum na primeira metade do século XX.

O envolvimento de Bertha Lutz com o assunto já havia começado em outubro de 1943, quando o presidente do Conselho de Fiscalização a designou junto com Renato Almeida e Flexa Ribeiro para representar o órgão em uma conferência sobre "Migração de borboletas", proferida por um cientista inglês que se encontrava no Brasil chamado Dr. Willians.¹⁷⁷

Depois de assistir à conferência, Bertha Lutz disse aos conselheiros que havia achado o tema muito interessante e que o entomologista em questão havia conseguido agradar todo o público com suas palavras. Ao terminar sua palestra, ele pediu a colaboração dos serviços técnicos brasileiros para realizar seus estudos. Bertha comunicou esse pedido ao CFEACB que se mostrou disponível a ajudar o pesquisador. Como naturalista, ela se interessava especialmente pelos assuntos relacionados à botânica e zoologia que apareciam no Conselho, e, freqüentemente, ficava responsável pelo parecer desses processos.¹⁷⁸

Dois anos depois disso, na reunião de 5 de fevereiro de 1946, chegou ao Conselho um pedido da Comissão de Caça e Pesca, solicitando que esses dois órgãos estudassem juntos uma questão que há algum tempo era problemática para a Comissão, e cuja responsabilidade cabia aos dois órgãos. O assunto em questão era a exportação de objetos enfeitados com asas de borboletas. Devido à sua especialidade em ciências naturais e ao envolvimento anterior com o assunto, o caso foi entregue a Bertha Lutz.¹⁷⁹

Na reunião seguinte, chegou ao Conselho um pedido de licença do Dr. Emílio Thomsen Júnior, médico, solicitando permissão para caçar borboletas como colecionador e curioso de assuntos científicos. No mesmo dia chegou também um ofício do Diretor Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior e do Sr. Ministro da Agricultura pedindo informações a respeito da situação que se encontrava a indústria nacional de curiosidades ornamentadas com asas de borboletas. Esses dois documentos também foram entregues a

¹⁷⁷ Ata da 366ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p. 141, Acervo do CFEACB.

¹⁷⁸ Ata da 367ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 4, p. 142, Acervo do CFEACB.

¹⁷⁹ Ata da 508ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, p. 33, Acervo do CFEACB.

Bertha Lutz, que ficou responsável por estudar o assunto e elaborar um parecer para o Conselho de Comércio Exterior.¹⁸⁰

Quanto ao caso do Dr. Thomsen, Bertha Lutz disse que, após consultar o Conselho de Caça, considerar que o Dr. Thomsen residia no Rio de Janeiro e que seu objetivo não era realizar uma expedição e sim caçar por lazer, o assunto não cabia ao Conselho de Fiscalização, mas ao próprio Conselho de Caça. Sendo assim, Bertha recomendou que isso fosse comunicado ao requerente e que o processo enviado ao CFEACB fosse arquivado.¹⁸¹

Sobre a solicitação do Conselho de Comércio Exterior para que elaborasse um parecer em relação à indústria de objetos fabricados com asas de borboletas, Bertha Lutz estudou o assunto junto ao Conselho de Caça e redigiu um relatório detalhado, enfocando os diversos universos envolvidos nessa atividade, e dando sua opinião.¹⁸²

O Conselho de Comércio Exterior havia solicitado que representantes do Conselho de Caça e do Conselho de Fiscalização dessem seus pareceres sobre essa atividade devido aos constantes pedidos de favores e isenções para exportação desses objetos, feitos por membros das indústrias responsáveis por sua fabricação.

No processo de investigação sobre essa atividade, Bertha Lutz participou de uma reunião onde estavam presentes membros do Conselho de Caça e pessoas envolvidas com a indústria dos objetos. Depois de escutá-las, ela redigiu seu parecer considerando dois pontos de vista – o da matéria-prima, ou seja, dos seres vivos usados para esse fim, e o das pessoas envolvidas nessas atividades.¹⁸³

A partir dessa reunião, Bertha Lutz conseguiu reunir informações variadas sobre o assunto e começou a redigir seu parecer. No início, apresentou informações mais técnicas explicando quais espécies de borboletas eram usadas para fabricar os objetos, de que lugares provinham esses espécimes, do que elas se alimentavam, se eram espécies raras ou não, etc. Depois, Bertha constatou que as borboletas eram apanhadas por crianças, geralmente filhos de colonos estrangeiros (alemães, húngaros, russos, poloneses, etc), sem

¹⁸⁰ Ata da 509ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, p. 34, Acervo do CFEACB.

¹⁸¹ Ata da 514ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, p. 40, Acervo do CFEACB.

¹⁸² Cópia do parecer encontrada entre os documentos de Bertha Lutz no Fundo/Coleção da FBPF, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cx. 10.

¹⁸³ Idem.

nenhuma discriminação. Elas simplesmente apanhavam todas as borboletas que apareciam, “facto este muito sério do ponto de vista da proteção das borboletas do Brasil”.¹⁸⁴

Depois de coletadas, as borboletas eram vendidas por essas famílias e por comerciantes locais sem nenhum critério estabelecido de remuneração, sendo trocadas muitas vezes por alimentos, o que implicava em um problema social maior ainda. Bertha observou que: “O apanhador que atenta de modo indiscriminado contra a nossa fauna nem sequer recebe remuneração justa”. Assim, as asas eram vendidas aos fabricantes dos objetos que estabeleciam os preços da matéria-prima e classificavam esse material, mantendo uma exploração sistemática dos coletores de borboletas e do meio-ambiente.¹⁸⁵

Esses fabricantes ainda se queixavam do aparecimento eventual de compradores norte-americanos que pagavam valores maiores aos coletores e escolhiam as asas e espécies que queriam levar, ficando com a matéria-prima de melhor qualidade. Eles alegavam ao Conselho de Comércio Exterior que isto era um atentado à indústria brasileira; porém, segundo o parecer de Bertha Lutz, essa indústria já existia na Europa há mais de cinquenta anos e havia sido introduzida no Brasil por colonos estrangeiros, não consistindo em uma prática brasileira. Ela ainda argumentou que:

“Embora muito desejosos de afastar o concorrente estrangeiro, os comerciantes que estavam reunidos no Conselho de Caça não mostraram o menor interesse pelo sistema verdadeiramente iníquo e estranho à toda legislação trabalhista e econômica do Brasil moderno, de pagamento de pequenos caçadores. Também parecem totalmente indiferentes à sorte das borboletas brasileiras e das essências florestais usadas para confeccionar os objetos ornamentados com as asas de lepidópteros”.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Frase do parecer de Bertha Lutz. Cópia do parecer encontrada entre os documentos de Bertha Lutz no Fundo/Coleção da FBPF, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cx. 10.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Citação do parecer de Bertha Lutz. Cópia do parecer encontrada entre os documentos de Bertha Lutz no Fundo/Coleção da FBPF, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cx. 10.

O Conselho de Caça tinha dificuldades em encontrar um meio prático de fiscalizar a caça indiscriminada de borboletas e sugeria que se estabelecessem períodos de caça ou que se delimitasse a caça a borboletas às do sexo masculino e a espécies determinadas, mas Bertha apontou que sem um instrumento de fiscalização eficiente essas medidas seriam inócuas; a caça de borboletas continuaria acontecendo sem critérios de seleção e contribuindo para a destruição da fauna brasileira, e os comerciantes continuariam explorando os trabalhadores pobres. Os representantes do Conselho de Caça se posicionaram contra a proibição da exportação que os comerciantes locais queriam impor aos estrangeiros, mas Bertha Lutz tinha outro ponto de vista e o explicou detalhadamente em seu parecer.

Primeiro ela esclareceu que não concordava com o argumento de que se tratava de uma indústria verdadeiramente brasileira e propôs que fosse feita uma reflexão maior sobre essa questão, sendo que essas atividades também eram exercidas em outros países latino-americanos e nos Estados Unidos explicitamente. Em seu parecer ela escreveu – “sendo os objetos fabricados com o sacrifício de insetos tão gentis e lindos como são as borboletas, geralmente repudiados pelas pessoas de sensibilidade mais fina e de gosto estético mais evoluído, na América do Norte os objetos fabricados são comumente expostos nas vitrines de pequenas casas nos bairros mais próximos dos portos do mar”.¹⁸⁷

Bertha Lutz também defendeu a idéia de que era dever:

“daqueles que se dedicam ao estudo das ciências naturais chamar a atenção dos demais brasileiros para o descaso e os perigos deste comércio para o nosso patrimônio natural [...] Ora, quando se percorre o interior do Brasil, em missão científica, volta-se sempre com o coração amargurado pela devastação sistemática e brutal a que se procede em todos os pontos do território nacional. Na marcha em que seguimos, muito breve ficarão muito empobrecidas nossa flora e a nossa fauna e o nosso próprio clima será alterado para pior”.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

A partir das informações que reuniu, ela ainda descobriu que para fabricar os objetos, os comerciantes também utilizavam como matéria-prima grandes quantidades de Araucária e outras madeiras de lei, “sobreviventes de um grande grupo de plantas primitivas hoje quase todas elas extintas”. A extração das árvores e a caça das borboletas eram realizadas sem nenhuma preocupação com sua restauração ou conservação.¹⁸⁹

Quanto ao fato de que a caça de borboletas sustentava famílias menos abastadas, Bertha Lutz argumentou que esse trabalho era realizado, na maioria das vezes, por crianças e que o país não deveria apoiar o trabalho infantil, visto que este era um dos maiores problemas dos países latino-americanos. Quanto ao comércio dos objetos, ela expressou a opinião de que “se desaparecesse a indústria não haveria prejuízo maior. Ficariam poupadas numerosas árvores e borboletas hoje submetidas umas à derrubada e outras à destruição”.¹⁹⁰

Finalmente, Bertha Lutz se pronunciou contrariamente à manutenção da exportação livre e impune de asas de borboletas brasileiras. Opinou pela denegação de qualquer auxílio a essa indústria, argumentando que esta se baseia na “destruição da nossa fauna de lepidópteros e na derrubada inútil de essências florestais”, e que os coletores estão sujeitos à exploração dos fabricantes dos objetos, recebendo muitas vezes a “remuneração em mantimentos, o que é contrário ao progresso social e à legislação protetora do trabalho no Brasil”. Reforçou que a indústria não era propriamente nacional e por isso não merecia proteção especial do governo e que o Conselho de Caça não possuía meios adequados de fiscalizar a coleta de borboletas e proteger as espécies raras. Ainda disse que esses objetos “fabricados sobre moldes estrangeiros dão uma idéia falsa e pouco lisonjeira da capacidade artística espontânea do povo do Brasil”.¹⁹¹

Como medidas para solucionar esse problema, Bertha Lutz sugeriu que o Ministério da Agricultura fosse dotado de um corpo de guardas para a proteção eficaz da flora e da fauna brasileira nas principais zonas de exploração do país, e que, com auxílio da Alfândega, impedissem a exportação das asas de borboletas. Também sugeriu que o

¹⁸⁹ Frase do parecer de Bertha Lutz. Cópia do parecer encontrada entre os documentos de Bertha Lutz no Fundo/Coleção da FBPF, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cx. 10.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

Governo brasileiro solicitasse o auxílio do governo norte-americano e das demais repúblicas para que proibissem a entrada dessa matéria-prima em seus países, “a semelhança da proibição que já existe de importar plumagens de pássaros para fins ornamentaes”. Ainda sugeriu que fosse enviado um grupo de naturalistas ao local aonde essas atividades eram praticadas para analisar esse problema mais a fundo e fazer um exame maior sobre a situação da indústria e do comércio desses objetos.¹⁹²

Na reunião do dia 12 de março de 1946, depois desse parecer ter sido apresentado aos conselheiros, o conselheiro Renato Almeida elogiou o trabalho de Bertha Lutz sob vários aspectos e concluiu sua fala dizendo que “já que o Conselho de Comércio Exterior havia dado ao Conselho a oportunidade de se pronunciar sobre tão relevante assunto, este parecer deveria ser divulgado, depois de aprovado, nos jornais e pelos delegados do CFEACB nos Estados do Brasil”. Os conselheiros também recomendaram que o parecer fosse encaminhado ao Ministro da Agricultura.¹⁹³ Na reunião seguinte, Bertha entregou as notas que havia preparado para divulgar seu parecer nos jornais ao conselheiro responsável por preparar a notícia.

Em 2 de abril de 1946 o conselheiro Renato Almeida apresentou a notícia que seria divulgada sobre o parecer de Bertha Lutz relativo ao comércio de asas de borboletas, elaborado a partir dos subsídios fornecidos por ela, e cujo resumo foi transcrito na ata por deliberação unânime dos conselheiros:

"O Ministro da Agricultura mandou ouvir o CFEACB sobre o comércio de asas de borboletas e de objetos fabricados com elas pela industria de curiosidades. A naturalista daquele instituto, dedicada aos estudos de nosso patrimônio natural, fez um parecer demorado e cuidadoso que, apresentado aos seus colegas, mereceu aprovação unânime. - O CFEACB, sob a presidência do Dr. Pimentel Gomes, debateu o assunto, por várias sessões, deliberando afinal aprovar o parecer, para recomendar ao governo a necessidade de pôr termo ao comércio de asas de borboletas, abolindo-o ou ao menos regulamentando-o de modo severo e tornando efetiva a sua fiscalização. Entre as medidas lembradas para realizar esse fim, o

¹⁹² Todas essas citações foram retiradas do parecer redigido por Bertha Lutz. Cópia do parecer encontrada entre os documentos de Bertha Lutz no Fundo/Coleção da FBPF, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, cx. 10. Ata da 515ª reunião do CFEACB. CFE.T.1.11, Livro 5, p. 40, Acervo do CFEACB.

parecer preconiza a formação de uma guarda policial semelhante a do Canadá, que possa de fato impelir a devastação da fauna e da flora e que aplique as leis sem favores nem isenções; a proibição da exportação de asas de borboletas e a elaboração de um convênio continental e internacional proibindo a entrada em todos os países de objetos dessa natureza, á semelhança da proibição de entrada de plumagens de pássaros em chapéus, já existentes em vários países".¹⁹⁴

No fim do ano de 1946, o conselheiro Alberto Ruiz propôs que o Conselho remetesse um ofício à Inspetoria da Alfândega do Rio de Janeiro, declarando que para exportar material fabricado com asas de borboletas seria preciso visto do Conselho de Caça e Pesca, e não do Conselho de Fiscalização. Após longa discussão, o assunto foi posto em votação e os conselheiros decidiram enviar o ofício. Bertha Lutz votou contrariamente a essa decisão e justificou seu voto dizendo que, como representante do Museu Nacional, estava no CFEACB para defender o patrimônio ambiental brasileiro e achava que o Conselho também deveria ser responsável por esse assunto. Com a aprovação deste ofício, a responsabilidade sobre o assunto passou a ser somente do Conselho de Caça, a contragosto de Bertha Lutz, mas sua contribuição à causa das borboletas já havia sido muito significativa. A divulgação do estudo que ela realizou levou esse problema ao conhecimento da população, visando à sensibilização de um maior número de pessoas em relação a esse assunto e colaborando com a proteção da natureza no Brasil.

Embora o Conselho tenha aprovado a propaganda como ação prática, ele abriu mão da responsabilidade frente ao problema, deixando a critério do Conselho de Caça a fiscalização da indústria que fabricava os objetos, mesmo com a opinião divergente da conselheira Bertha Lutz, que, de certa forma, teve seu parecer desautorizado pelos outros membros.

Bertha não foi a única mulher a marcar sua presença no Conselho. Heloísa já havia participado do órgão antes dela e, após a saída de Bertha Lutz, em 1956, mais mulheres atuaram como conselheiras.¹⁹⁵ Algumas outras mulheres apareceram na documentação

¹⁹⁴ Ata da 519ª reunião, transcrição da minuta do parecer de Bertha Lutz redigida por Renato Almeida e Bertha Lutz para os jornais, CFE.T.1.11, Livro 5, p.44, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

¹⁹⁵ Em 1956, Nair de Moraes Carvalho ingressou como representante do Museu Nacional; em 1962, Ruth Maris Baião, ingressou como representante do Ministério das Relações Exteriores; em 1964, Lúcia Olinto de Oliveira, também do Ministério das Relações Exteriores, e Maria Heloísa Fenelon Costa, que atuou no

analisada, entre os anos de 1939 e 1951, realizando excursões científicas no Brasil. A participação dessas expedicionárias será analisada a seguir.

3.5) O aparecimento das expedicionárias

Entre os anos de 1939 e 1951, a quantidade de expedicionários homens que aparecem na documentação é bem maior que o número de expedicionárias mulheres, mas ainda assim, pudemos constatar a participação de várias mulheres nas expedições científicas que vieram ao Brasil nesse período, registradas pelo Conselho de Fiscalização. A forma como o nome dessas mulheres aparece varia. Algumas requisitavam suas licenças sozinhas, usando seus próprios nomes, ou vinham como parte de uma equipe profissional. Outras eram esposas de expedicionários que trabalhavam junto com seus maridos como pesquisadoras ou assistentes e compartilhavam da licença adquirida por eles, sendo esse o caso mais comum na documentação analisada.

Na reunião do Conselho de Fiscalização do dia 10 de setembro de 1940, Bertha Lutz, como vice-presidente em exercício, informou que havia recebido um cartão do segundo secretário da Embaixada dos Estados Unidos, remetendo cópia do expediente enviado ao Ministério das Relações Exteriores sobre a vinda da professora de astronomia do Mount Holyoke College¹⁹⁶, a Sr^a. Alice Hall Farnsworth, como membro da expedição científica chefiada pelo Dr. Charles Hugh Smiley¹⁹⁷.

Logo após essa reunião, no dia 13 de setembro de 1940, Bertha Lutz escreveu aos interventores de Pernambuco e da Paraíba, Dr. Agamennon de Magalhães e Dr. Ruy

CFEACB como suplente do Museu Nacional; em 1966, Maria Martha Barbosa, ingressou como representante do Museu Nacional. Em 1946, Maria Stella de Novaes Augusto Ruschi se tornou delegada do CFEACB no Estado do Espírito Santo (LISBOA, 2004).

¹⁹⁶ A química e educadora Mary Lyon fundou o Mount Holyoke College (então intitulado Mount Holyoke Female Seminary) em 1837, como uma instituição de ensino superior somente para mulheres, promovendo duas grandes inovações na educação que era fornecida às mulheres até então: pré-requisitos rigorosos de entrada e um currículo livre de ensino doméstico, se destacando no ensino de ciências naturais. Tornou-se referência em educação feminina nos EUA e formou inúmeras profissionais.

¹⁹⁷ Charles Hugh Smiley (1903-1977), professor de astronomia, obteve seu Ph.d. em matemática em Berkeley, 1927. Foi promovido a professor titular de astronomia da Universidade de Brown, EUA, em 1945, aonde já era chefe do Departamento de Astronomia desde 1938. Liderou quatorze expedições para observar eclipses solares - Peru, Canadá, Brasil, Tailândia, Paquistão e EUA. Sua esposa, Margaret Kendall Holbrook, dava aulas de astronomia em Wellesley Hill antes de se casar com ele.

Carneiro, respectivamente, alertando-os sobre as expedições astronômicas que seguiriam para o Nordeste do Brasil e pedindo para que eles colaborassem com estas comitivas:

“[...] tenho a honra de chamar a atenção de V. Ex. para as expedições astronômicas norte-americanas que ora se acham no Nordeste do Brasil [...] com o intuito de fazer observações sobre o eclipse total do Sol.

Este Conselho concedeu licença a essas expedições organizadas respectivamente: pela National Geographic Society e chefiada pelo Dr. Irvin Gardner; pelo Museu Americano de História Natural chefiada pelo Dr. Charles H. Federer, pelas Universidades Brown e Mount Holyoke composta do Prof. Charles H. Smiley, sua esposa e um assistente, assim como pela notável cientista Dr^a. Alice Hall Farnsworth, catedrática de astronomia.

Tratando-se de cientistas de notório saber e de instituições que gozam do mais alto conceito no meio científico mundial [...] a acolhida e as impressões que levarem do nosso meio terão forçosamente a mais ampla difusão e publicidade no seu país.

Como vice-presidente do CFEACB, atualmente em exercício, e como brasileira ciosa pelo renome do Brasil no exterior, entrego as expedições referidas aos cuidados de V. Ex., certa de que assim fazendo terão os cientistas que as perfazem o ensejo de levar da proverbial gentileza e hospitalidade nordestina a mais grata das impressões, contribuindo a atuação de V. Ex. poderosamente para o estreitamento das boas relações entre o Brasil e a grande República Septentrional.

Antecipadamente, agradecendo a V. Ex, em nome do CFE e pessoalmente as atenções que dispensar as expedições referidas, mantenho-me à disposição de V. Ex., no Museu Nacional, no Conselho e nesta Capital.”¹⁹⁸

Bertha Lutz destacou o nome da cientista Alice H. Farnsworth, professora de astronomia, ao caracterizá-la como uma “notável cientista”. Dentre todos os cientistas que compunham a expedição, ela fez questão de destacar o nome dessa cientista, qualificando de forma positiva a mulher da expedição e ajudando a construir sua aceitação.

A Dr^a. Alice Hall Farnsworth se graduou no Mount Holyoke College em 1916 e obteve seu Ph.D, em 1920, pela Universidade de Chicago. Nesse mesmo ano ela começou a

ensinar astronomia na faculdade em que se graduou e em 1936 conquistou uma cadeira em seu departamento, aonde trabalhou até 1957, quando se aposentou (ROSSITER, 1984). Ao destacar seu nome, Bertha Lutz deixa transparecer características do seu feminismo e do feminismo típico da época que sempre ressaltava quando uma mulher ocupava uma posição de destaque, demonstrando admiração por essa cientista, por seu trabalho e por suas conquistas.

Margareth Rossiter (1984) incluiu o nome da Dr^a. Alice Hall Farnsworth ao traçar um quadro das mais notáveis cientistas mulheres das sete maiores Universidades Femininas norte-americanas até 1940. O nome da Dr^a. Farnsworth aparece como uma importante astrônoma do Mount Holyoke College, instituição de ensino superior exclusiva para mulheres.

As mulheres conseguiram um espaço importante na astronomia nos Estados Unidos, sendo este um dos campos no qual, inicialmente, elas mais encontraram oportunidades de empregos. Isso pode ser atribuído em parte à influência positiva de Maria Mitchell, que, segundo Rossiter (1984: 12), foi “certamente a cientista mulher mais importante na América no século XIX”, importante astrônoma que, em 1847, calculou a posição de um novo cometa e o observou atravessar o céu, tendo ganhado por isso a medalha de ouro que o Rei da Dinamarca havia prometido para quem realizasse essa descoberta. Foi também a primeira mulher eleita membro da Academia de Artes e Ciências e da Associação Americana para o Progresso da Ciência nos Estados Unidos.¹⁹⁹

A Dr^a. Alice Farnsworth foi a primeira expedicionária com nome próprio²⁰⁰ encontrada na documentação pesquisada. Nessa mesma carta é descrita a vinda do “Prof. Charles H. Smiley, sua esposa e um assistente”, de modo que não fica claro se a esposa faz parte da equipe ou se vem apenas acompanhando seu marido. Por outras fontes foi possível descobrir que Margaret Kendall Holbrook, esposa de Charles H. Smiley, dava aulas de

¹⁹⁸ Fundo Bertha Lutz, Museu Nacional do Rio de Janeiro, BR.MN.BL.O.CFEA, n° 10.

¹⁹⁹ Existem muitas referências sobre as mulheres na astronomia. O artigo “Mulheres na Astronomia”, de Ronaldo Mourão (2007), faz uma síntese sobre esse assunto e aponta inúmeras mulheres que participaram desse ramo das ciências. Esse texto pode ser encontrado na página da internet: <http://www.portaldoastronomo.org/cronica.php?id=77>.

²⁰⁰ Ou seja, as mulheres que não usavam o nome do marido. Essa discussão sobre o “nome próprio” é levantada por: Corrêa, Mariza. “Antropólogas e Antropologia”, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.

astronomia em Wellesley Hill antes de se casar com ele, no entanto, seu nome não é nem mencionado no dossiê relativo à expedição.²⁰¹ Para os expedicionários homens essa dúvida não existe. Eles sempre requisitavam as licenças em seus próprios nomes ou no nome da instituição que representavam. No caso dos dois serem pesquisadores, a licença sempre era requisitada no nome do marido.

A Dr^a. Alice Farnsworth veio ao Brasil como parte de um time profissional, mas seu nome próprio já era conhecido entre cientistas e astrônomos. Ela era uma cientista de grande reputação naquela época, por isso Bertha Lutz fez questão de destacar seu nome, que também aparece destacado na obra de Rossiter (1984).

Mariza Corrêa (2003: 25) analisou trajetórias de pesquisadoras que colaboraram com o trabalho de seus maridos, mas ao adotarem seus sobrenomes acabaram ficando “sujeitas à desapareição, já que seu nome próprio é o nome de outrem”, e, muitas vezes, não tiveram seus nomes associados às pesquisas que ajudaram a concretizar. Um dos exemplos citados pela autora é o caso de Dina Lévi-Strauss, esposa de Claude Lévi-Strauss, que participou das pesquisas de campo realizadas por seu marido, mas acabou esquecida frente à tamanha notoriedade adquirida por ele. Segundo Corrêa (2003: 22):

“Todas estiveram no campo e parecem ter sido auxiliares de pesquisa inestimáveis, segundo os relatos de seus próprios maridos. Só em poucos casos, no entanto, deixaram esse papel de auxiliares [...]”.

Ao serem assim renomeadas essas mulheres tornam-se assim esposas em primeiro lugar – e são assim também consideradas.”

Ao analisar o período entre os anos finais do século XIX e os anos 1940 do século XX, Corrêa (2003) ainda argumenta que nesse período era raro existir alguma mulher em busca de renome. O mais freqüente eram mesmo as esposas de pesquisadores se tornarem pesquisadoras também, já que as mulheres sozinhas encontravam dificuldades para realizar

²⁰¹ http://www.brown.edu/Administration/News_Bureau/Databases/Encyclopedia/search.php?serial=S0220

qualquer pesquisa de campo, pois sua reputação poderia ser facilmente deturpada, como no caso de Emília Snethlage, citado pela autora.

Emília Snethlage estudou história natural em Berlim, Jena e Freiburg e obteve o título de Doutora em Ciências em 1904, conseguindo assim tornar-se assistente de zoologia do Museu de Berlim, onde trabalhava com o ornitólogo Anton Reichenow. Veio para o Brasil no ano seguinte a convite de Emilio Goeldi para trabalhar como ornitóloga no Pará. Em 1907 passou de auxiliar a chefe da seção de zoologia do Museu Goeldi, assumindo a direção do Museu em 1914, após a morte do antigo diretor, Jacques Huber, cargo do qual foi afastada quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1917. Em 1919, recomposta a situação internacional, ela recuperou o cargo de diretora, mas permaneceu na função por pouco tempo. Em 1921 apareceram denúncias em jornais que a acusavam de desviar parte da alimentação destinada aos animais, a fim de distribuí-la aos funcionários mais pobres. Exonerada do cargo, Emília aceitou o convite do então diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, para ir trabalhar no Museu Nacional do Rio de Janeiro, para onde foi em 1922 (CORRÊA, 2003).

Apesar do pioneirismo do Museu Goeldi “em abrir as portas para o ingresso da mulher nas atividades de nível superior e no serviço público”, a análise da trajetória da Dr^a. Emília demonstra a fragilidade de seu cargo de diretora e a suscetibilidade de seu nome a críticas e difamação. Quase não existem registros dos cinco anos em que atuou como diretora, com exceção do escândalo. “Os únicos eventos mencionados nesse período são uma acusação de incúria administrativa – mesclada não por acaso, a denúncias de que mulheres de vida duvidosa visitavam o museu sem menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (CORRÊA, 2003: 95).

“As possibilidades que se ofereciam às mulheres estrangeiras que desejassem levá-la adiante naquele tempo estavam assim reduzidas: ou elas faziam parte de um time profissional com seus maridos, ou corriam o risco de serem malvistas pelos pesquisadores locais, em sua maioria homens. No caso das pesquisadoras locais, havia ainda uma terceira possibilidade: elas poderiam herdar o renome do pai, junto

com seu nome, como no caso de Heloísa Alberto Torres, ou Dona Heloísa, como era mais conhecida” (CORRÊA, 2003: 24).

E como Bertha Lutz, que também herdou o renome de seu pai, fato que a ajudou a se consolidar no meio científico. Trabalhou com ele em suas pesquisas e parte de seu trabalho científico consistiu em organizar as coleções dele após sua morte, ocorrida em 6 de outubro de 1940. “Seus projetos incluíam a construção de um Museu para abrigar as coleções de Adolpho Lutz, assim como a publicação de toda sua obra e de uma biografia” (BENCHIMOL; SÁ; et al, 2003: 203). Apesar da ligação profissional com seu pai e do trabalho que desenvolveu junto com ele, auxiliando-o em suas pesquisas, Bertha também desenvolveu um trabalho próprio e autêntico, tendo concretizado um legado científico importante, inclusive na institucionalização da política científica brasileira, como tentamos demonstrar nessa pesquisa. Apesar do risco de serem malvistas pelos cientistas homens da época e da necessidade de se apoiar em redes de solidariedade ou familiares, fossem eles irmãos, pais ou maridos, mais mulheres do que estamos acostumados a imaginar consolidaram carreiras científicas na primeira metade do século XX.

Como exemplo para o caso brasileiro, também podemos citar a engenheira e feminista Carmem Portinho, que foi casada por um curto período com o irmão de Bertha, Gualter Lutz, e também foi casada com o arquiteto Afonso Eduardo Reidy, mas nunca assinava o sobrenome de seus maridos, tendo se firmado como cientista com seu nome próprio. Carmem foi a terceira mulher brasileira a se formar em engenharia civil na Escola Politécnica da Antiga Universidade do Brasil, em 1925. Participou da fundação da União Universitária Feminina junto com Bertha Lutz em 1919 e também era membro da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Deu aulas no Colégio Pedro II em 1925, quando ainda era estudante do último ano de engenharia e o colégio ainda era exclusivo para meninos. Foi nomeada engenheira-auxiliar da prefeitura do então Distrito Federal em 1926 e, mais tarde, uma das pessoas responsáveis pela introdução do conceito de habitação

popular no Brasil. Participou da construção do Museu de Arte Moderna (MAM) e na década de 1960 foi diretora da Escola de Desenho Industrial (ESDI).²⁰²

Entre os anos de 1939 e 1951 algumas mulheres aparecem requisitando licença para realizar expedições nos registros do Conselho de Fiscalização. Esses pedidos aparecem em número menor do que os pedidos feitos por homens, mas, ainda assim, é importante destacar os nomes dessas mulheres que ficaram registrados na documentação do CFEACB e, com isso, mapear minimamente a participação feminina em expedições científicas no Brasil, realizando pesquisa de campo e, a partir desses dados, tentar compreender como se deu essa participação.²⁰³ A proposta deste trabalho não é analisar a trajetória de cada uma dessas mulheres a fundo, somente identificá-las e marcar sua presença nesse ambiente. Espera-se, assim, levantar dados que possam ajudar a entender melhor como as mulheres se inseriram nas carreiras científicas.

A atuação dessas mulheres abre uma possibilidade para afirmarmos que, em alguns casos, elas conseguiam se livrar dessa determinação de gênero nas ciências e concretizar carreiras em ciências. Apesar das dificuldades que enfrentavam, muitas mulheres encontraram estratégias que possibilitaram sua inserção nas ciências.

Nesse período (1939-1951), além da Dr^a. Alice Farnsworth, que veio com uma equipe de astrônomos, apareceram nomes de outras cinco mulheres requisitando licença para realizarem expedições na documentação do Conselho: Wanda Hanke da Áustria, em 8 de outubro de 1940, Alice Sumner Penha dos Estados Unidos, em 11 de dezembro de 1941, Maria Alice Fonseca Moura, brasileira, em 15 de dezembro de 1942, Wanda de Roycewicz, escritora e pintora polonesa, em 6 de junho de 1944 e Dr^a. Ani Patin, inglesa, que teve seu pedido de licença intermediado pelo Instituto Oswaldo Cruz em 11 de julho de 1950. Ainda consta a vinda de uma expedicionária argentina em 15 de janeiro de 1946, Maria Rezemik,

²⁰² Informações retiradas da entrevista que Carmem Portinho concedeu a Vera Rita da Costa, na revista *Ciência Hoje*, publicada em novembro de 1995.

²⁰³ Como não foi investigada toda a documentação do CFEACB, não tenho estatísticas quantitativas suficientes para traçar um quadro geral sobre isso.

que veio acompanhada por um expedicionário iugoslavo, Tibor Sekely, e realizaram uma expedição sem licença do CFEACB.²⁰⁴

Também apareceram nomes de esposas de expedicionários²⁰⁵ que colaboravam com as pesquisas de seus maridos ou trabalhavam como suas assistentes: a já citada, Racine Foster, esposa do Dr. Mulford Foster; Sr^a Marian Cutler, esposa do expedicionário Hugh Cutler, em expedição de 11 de outubro de 1941; Sr^a. Frances Herkovits, esposa do Dr. Herkovits, ambos antropólogos, também em 1941; Sr^a Czeslawa Tomski, esposa de Ryszard Tomski, em 1947; Sr^a Betty Evans, esposa de Clifford Evans, em 1948; Sr^a Jeanne Georgine Raymonde Rysenaer Roos, esposa de Liévn-Marcel Roos em 1949 e Sr^a Kaethe Schmidt, esposa de Oswald Schmidt, em 1946 e 1952.²⁰⁶

Todas essas mulheres excursionaram no território brasileiro nas décadas de 1940 e 1950, realizando atividades artísticas ou científicas e contribuindo, assim, para a produção de conhecimento científico. Com algumas delas, Bertha Lutz estreitou relações e colaborou com o avanço de suas pesquisas; por exemplo, no caso já citado da Sr^a Racine Foster, com quem Bertha também se correspondia, e no caso de Maria Alice Fonseca de Moura.²⁰⁷

Maria Alice Fonseca de Moura era brasileira e trabalhava como professora, tendo se formado na Escola Normal Oficial de Campinas. Além disso, era bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Na

²⁰⁴ Nas atas do CFEACB ainda aparecem evidências de uma pintora suíça chamada Anita Guide, que teria excursionado pelo Amazonas realizando pinturas e entrado em contato com diferentes tribos indígenas daquela região, sem ter requisitado licença ao Conselho. A pintora havia aparecido em uma notícia de um jornal local e essa reportagem chegou às mãos do conselheiro Flexa Ribeiro. O caso foi entregue a Bertha Lutz, que se comunicou com a embaixada da Suíça a respeito da pintora, ficando combinado que a mesma compareceria à reunião do CFEACB do dia 21/05/1946, o que, entretanto, não se verificou. Atas da 521^o e 528^o reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 5, pp. 46-50, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

²⁰⁵ Nem todos os nomes das esposas assistentes ou pesquisadoras aparecem nas descrições dos dossiês do Inventário do Arquivo do CFEACB. Para encontrar as expedicionárias nesse período (1939-1951) foram pesquisadas as atas do CFEACB, os dossiês que continham nomes de mulheres em sua descrição no Inventário do arquivo do CFEACB e os dossiês em que Bertha Lutz deu parecer.

²⁰⁶ Nas atas do CFEACB apareceram também referências sobre uma possível expedição que seria realizada pela Sr^a. Fawcet, em 1946, em busca de seu marido, Coronel Fawcet, desaparecido em expedição realizada no Estado do Mato Grosso em 1925. Como a Sr^a. Fawcet vinha apenas em busca de seu marido, essa expedição não pode ser descrita como uma expedição de caráter científico. De qualquer modo, no dossiê referente à expedição constam poucos documentos que dão a entender que a expedição nunca ocorreu.

²⁰⁷ Foram pesquisadas as atas entre os anos de 1939 e 1951 e os processos em que Bertha Lutz deu parecer. Essas são as mulheres que aparecem nessa documentação restrita. Aumentando-se o período e os dossiês pesquisados talvez aparecessem ainda mais mulheres trabalhando em expedições científicas.

época em que requisitou a licença ao CFEACB era aluna de doutorado em Antropologia Física na mesma faculdade. Também era feminista e amiga pessoal de Bertha Lutz.

No dia 15 de dezembro de 1942, Maria Alice Fonseca de Moura enviou um pedido de amparo à sua pesquisa e pedia esclarecimentos quanto à necessidade de licença para realizar uma expedição. A expedição era individual, a propósito de uma tese de doutoramento sobre etnografia. Maria Alice pretendia ir a região de Dourados, no Mato Grosso, para tomar medidas antropométricas de índios Terenos e Caiuás. Os conselheiros julgaram necessário ela requisitar a licença pelos meios formais e, feito isso, a licença foi concedida.²⁰⁸

Nessa expedição, ela realizou uma pesquisa antropológica a partir de mensurações antropométricas, máscaras em gesso e observações de aspectos sociais e culturais das referidas tribos indígenas. Foi acompanhada de um auxiliar, o Sr. Arnaldo Salazar Pessoa, que era seu secretário e a ajudou a reunir objetos e instrumentos indígenas.²⁰⁹

Alguns meses depois, na reunião do dia 2 de março de 1943, Bertha Lutz comunicou ter recebido dessa expedicionária alguns batráquios para estudo e enalteceu o interesse tomado por ela no tocante aos pedidos feitos pelo Conselho de Fiscalização. No dia 30 de março desse mesmo ano, Maria Alice Fonseca Moura compareceu à sessão do Conselho para apresentar pessoalmente seu relatório. O presidente pediu para Bertha Lutz introduzi-la na sala das sessões do Conselho. A expedicionária disse que a licença concedida pelo Conselho havia facilitado muito seu trabalho e agradeceu pessoalmente aos conselheiros Angyone Costa²¹⁰, Renato Almeida²¹¹ e Bertha Lutz por sua ajuda. Em setembro do mesmo ano, Bertha Lutz comunicou aos conselheiros que Maria Alice F. Moura se encontrava no local novamente e pedia permissão para comparecer à sala das sessões para convidá-los a examinarem o material trazido por ela do Mato Grosso. Bertha Lutz introduziu a visitante na sala e o Conselho marcou um dia para realizar a análise do material.²¹²

²⁰⁸ Ata da 323ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 103, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

²⁰⁹ Dossiê CFE.T.2.196 – Maria Alice Fonseca de Moura, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

²¹⁰ Representante do Museu Histórico Nacional.

²¹¹ Representante do Ministério das Relações Exteriores.

²¹² Atas da 333ª e 334ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 113, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

Na reunião do dia 5 de outubro de 1943, quando o caso da Sr^a. Maria Alice voltou a ser discutido, Bertha Lutz ressaltou a sua gentileza em lhe trazer material zoológico (batráquios) da viagem, material este muito interessante sob o ponto de vista da distribuição geográfica das duas espécies recebidas. Maria Alice também havia trazido anotações sobre seu trabalho etnológico com os índios do Mato Grosso para Flexa Ribeiro, que também tinha interesse no assunto.²¹³

Mesmo não sendo da área de ciências naturais, Maria Alice coletou e trouxe material de pesquisa para Bertha Lutz. Isso evidencia que elas estabeleceram uma relação de cooperação, onde Bertha a ajudou a conseguir a licença do Conselho, o que facilitou a realização de sua expedição, e ela trouxe para Bertha Lutz material para seus estudos científicos.

Na documentação analisada, situações como essa quase não acontecem. Esse episódio e as inúmeras correspondências trocadas com pesquisadores licenciados pelo Conselho demonstram que Bertha se importava em estabelecer relações mais próximas com alguns expedicionários, e, principalmente, como a presença feminina nas instituições científicas foi importante para que outras mulheres pudessem ingressar nessas instituições também. Ao se apoiarem, as mulheres abriram caminho para que outras viessem.

Os batráquios que Maria Alice F. Moura trouxe ainda foram tema de uma palestra proferida por Bertha Lutz aos conselheiros. Após uma exposição feita pelo conselheiro Aníbal Alves Bastos, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral, sobre sua especialidade - divisões fisiográficas do estado do Mato Grosso - em uma sessão do Conselho, o presidente propôs aos outros conselheiros que fizessem também exposições sobre suas especialidades, já que a palestra proferida pelo conselheiro Aníbal Bastos havia sido uma das sessões mais interessantes que o CFE já tivera.²¹⁴ Quando o presidente fez essa sugestão, Bertha Lutz foi a única conselheira que se manifestou prometendo fazer uma pequena nota sobre os batráquios recebidos de Maria Alice Fonseca Moura e, em outra ocasião, sobre outros da coleção do Museu Nacional.

Na reunião seguinte, Bertha leu a nota que prometera trazer sobre os batráquios enviados por Maria Alice F. Moura, “fazendo demarcadas e interessantes considerações

²¹³ Ata da 364ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 140, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

²¹⁴ Ata da 333ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 113, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

científicas sobre o assunto, sob atenção geral dos conselheiros”. Terminada essa palestra o presidente parabenizou Bertha Lutz pela interessante explanação feita e ouvida com agrado por todos os conselheiros presentes.²¹⁵ Bertha Lutz demonstrou ter gostado muito da sugestão do presidente, pois ainda faria inúmeras outras exposições sobre temas relacionados às suas pesquisas em reuniões do Conselho, as quais serão comentadas mais adiante.

Bertha Lutz também estabeleceu relações mais próximas com a expedicionária Alice Sumner Penha, que solicitou prorrogação de sua licença obtida no ano de 1941 por intermédio de Bertha, enviando-lhe o requerimento diretamente.²¹⁶

Alice Sumner Penha era geóloga, norte-americana, e veio sozinha ao Brasil; era a única responsável pela expedição que tinha como objetivo estudar e fotografar as principais minas de pedras preciosas nos Estados de Minas Gerais e Bahia. A expedicionária também pretendia reunir material para estudo microscópico e para a realização de conferências em universidade dos Estados Unidos. Sua visita ao país foi noticiada pelos jornais *Diário da Noite*, *O Jornal* e *Diário de Pernambuco*. O título da notícia publicada no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, era “Vem ao Brasil uma expedição chefiada por uma mulher”, e informava que o Conselho de Fiscalização havia recebido, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, um pedido da embaixada dos Estados Unidos para permitir que entrasse no Brasil a expedição realizada pela Sr^a. Alice Penha, que desejava estudar “nossa riqueza mineral”.²¹⁷

A licença foi concedida em 19 de dezembro de 1941 com o parecer favorável do conselheiro Anníbal Alves Bastos, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral. Depois de um ano, a expedicionária requisitou a prorrogação de sua licença, por mais um ano, através de uma carta enviada a Bertha Lutz.

Bertha leu a carta de Alice Penha na reunião do Conselho, “prestando as informações necessárias” sobre o requerimento da licença, que foi entregue ao mesmo

²¹⁵ Ata da 334ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.113, Acervo do CFEACB, MAST-RJ, (11-03-1943).

²¹⁶ Ata da 277ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.58, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

²¹⁷ Dossiê CFE.T.2.186 – Alice Sumner Penha, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

conselheiro para dar parecer. Anníbal Bastos deu parecer favorável à concessão da licença que foi aprovada pelo CFEACB.²¹⁸

As outras expedicionárias que vieram ao Brasil como chefes de suas expedições nesse período (1939-1951) foram Wanda Hanke, Wanda de Roycewicz e Ani Patin.

Wanda Hanke, austríaca, formada em medicina, filosofia e direito pela Universidade de Munique, enviou um pedido de licença ao CFEACB em setembro de 1940, no qual pedia autorização para realizar expedição a fim de estudar tribos indígenas na Ilha do Bananal e na região do Rio Araguaia. Na carta que enviou ao Conselho, ela informava que a expedição seria feita em caráter individual e deveria durar dois anos. Levaria material de caçar cobras, lacraias e insetos, que lhe seria fornecido pelo Instituto Butantã. Do material colhido a maior parte seria oferecida ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e o restante ao Instituto Butantã e ao Museu da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Ela também desejava oferecer material ao Museu de La Plata.²¹⁹

Esse pedido foi previamente negado pelo Conselho por não ter sido feito por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Depois disso, o caso não volta a aparecer nas atas do Conselho e o dossiê sobre Wanda Hanke também não fornece mais informações sobre suas expedições no Brasil, porém, seu nome é citado em estudos sobre lingüística e etnologia indígena, não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina, o que indica que ela conseguiu realizar suas pesquisas. Por exemplo, nos estudos sobre a língua caingangue seu nome é destacado e também em estudos sobre os índios chacobó.²²⁰

Wanda de Roycewicz, escritora e pintora polonesa, pediu licença para vir sozinha ao Brasil pintar e escrever sobre índios em Corumbá, Cuiabá e São Lourenço, em junho de

²¹⁸ Ata da 277ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p.58, Acervo do CFEACB, MAST-RJ (28-04-1942).

²¹⁹ Dossiê CFE.T.2.170 – Wanda Hanke, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

²²⁰ “Nos anos 1940 surgem trabalhos mais acurados, ainda que menos volumosos, na linha da lingüística histórico-comparativa assinados por Mansur Guérios (1942 e 1945). Na seqüência dele merecem registro os estudos de Wanda Hanke, tanto do Xokleng (HANKE, 1947) como do Kaingang norte-paranaense (HANKE, 1950).” Pesquisa Google - http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_caingangue, referências: *Wilmar R. D’Angelis – lingüista*, (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, SP – Brasil) e *Juracilda Veiga – antropóloga* (Kamuri - Núcleo de Cultura, Educação, Etnodesenvolvimento e Ação Ambiental). Ela também foi citada no artigo de Miguel Alberto Bartolomé, “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”, *Mana*, vol. 12, nº 1, Rio de Janeiro, abr. 2006: “Quando, em 1952, a etnógrafa viajante Wanda Hanke visitou os chacobó, caçadores e coletores [...] habitantes das florestas do oriente boliviano [...]”.

1944. Sua licença foi concedida, mas o relatório de sua expedição não consta de seu dossiê do CFEACB. Não foram encontradas maiores informações sobre esta expedicionária.

Ani Patin teve seu pedido de licença intermediado pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) em julho de 1950. O então diretor do Instituto, Olímpio Oliveira Ribeiro da Fonseca, oficiou ao presidente do CFEACB dizendo que: “estando o IOC interessado na realização de estudos sobre grupos sanguíneos de índios brasileiros, venho solicitar a esse Conselho a necessária autorização para que possam entrar em contato com os indígenas do Rio Koluene a especialista inglesa Sr^a. Dr^a. Ani Patin, o Dr. Pedro Clóvis Junqueira e um auxiliar [...]”.²²¹

O então presidente do CFEACB, João Vasconcelos Sobrinho, respondeu o ofício do diretor do IOC dizendo que havia encaminhado seu pedido ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visto tratar-se de assunto daquele órgão. Como não foi preenchido o requerimento de solicitação da licença, o dossiê não traz maiores informações sobre essa cientista. O processo foi encaminhado ao órgão responsável pelas relações com populações indígenas.

Em janeiro de 1946, uma notícia do jornal *O Globo* tornava pública a realização de uma expedição não-licenciada pelo CFEACB e empreendida por dois expedicionários: a fotógrafa argentina Maria Resnik e o jornalista iugoslavo Tibor Sekelj. O título da notícia era “Um explorador iugoslavo no Brasil Central”, e seguia dizendo que “estive na redação o explorador iugoslavo Tibor, acompanhado da senhorita Maria Resnik, argentina, que o segue em suas aventuras como fotógrafa”. Acabavam de voltar da expedição que haviam realizado na região do Xingu, no Brasil central, onde estudaram a vida e os costumes dos xavantes e outros indígenas da região do Mato Grosso. Os expedicionários não possuíam autorização do CFEACB nem do SPI para realizar tal expedição. O presidente do Conselho oficiou ao expedicionário, convocando-o a prestar esclarecimentos e informando-lhe que a falta de licença para expedições científicas constituía grave transgressão às leis do país. Os expedicionários não compareceram à reunião e o processo não teve continuidade.

Ainda excursionaram pelo Brasil algumas esposas de expedicionários que trabalhavam como suas auxiliares e/ou pesquisadoras. Para encontrar seus nomes e definir

²²¹ Não fica claro se a expedicionária era funcionária do Instituto Oswaldo Cruz ou se estava realizando pesquisas em colaboração com o Instituto.

sua participação é preciso analisar mais a fundo cada dossiê, pois seus nomes geralmente ficam obscurecidos frente à notoriedade dada aos nomes de seus maridos, o que corrobora o argumento apresentado por Mariza Corrêa (2003) de que, ao adotarem o nome do marido, essas mulheres têm seus nomes sujeitos à desapareição, pois sua participação sempre tem menor destaque na documentação e nas publicações sobre as pesquisas que realizavam. Por exemplo, no caso de Racine Foster (citado acima), apesar de ter acompanhado seu marido na maioria das expedições que realizava e de atuar como sua incansável assistente, no inventário do CFEACB a descrição do dossiê referente às expedições realizadas por eles está assim: “Documentos sobre as expedições de estudos do botânico Mulford B. Foster (EUA) sobre a flora brasileira em 1939, 1940 e 1948 [...]”.

Em fontes recentes sobre os estudos de bromeliáceas, área em que eram especialistas, ela é apontada como uma cientista tão competente quanto seu marido. No jornal da Sociedade de Bromélias de São Francisco²²² de outubro de 2004, aparece a seguinte informação sobre Mulford Foster:

“The legend of this incredibly talented, intrepid naturalist-explorer is intertwined with that of other important bromeliad legends: his wife Racine and his friend, Lyman B. Smith [...] What this legendary people had and have in common is their dedication to advance knowledge about bromeliads and enthusiastically making converts to the joys of growing them.”

O atual reconhecimento de sua participação nas pesquisas demonstra sua importante participação no estudo dessa área do conhecimento científico, mas a posição que seu nome ocupa nos registros históricos demonstra um pouco da leitura que seus contemporâneos faziam de sua presença naquele meio e das condições que permitiram que ela praticasse ciências, viajasse em expedições e atuasse em pesquisas de campo. Sua condição de esposa e auxiliar, portanto, de cientista em segundo plano, explicita “expectativas sociais sobre mulheres em geral e mostra, por contraste, a quebra dessas expectativas”, implícita na atuação de mulheres que não se enquadram na categoria das esposas (CORRÊA, 2003: 31).

²²² <http://www.sfbromeliad.org/newsletters/News1004.pdf>

Como contra exemplo, podemos observar o caso da fotógrafa argentina Maria Resnik que viajava acompanhada de um expedicionário, mas usava seu próprio nome, que acabou sendo mencionado em todas as instâncias que se referiram à expedição que realizavam juntos: jornais, Conselho de Fiscalização e o SPI. Não sabemos se ela e o expedicionário Tibor Sekelj eram um casal, mas o fato de usar seu nome próprio fez com que ele fosse mencionado sempre. No inventário do CFEACB, o resumo do dossiê de sua expedição está assim: “Documentos sobre a expedição não-licenciada de Tibor Sekelji (Iugoslávia) e Maria Resnik (Argentina) para estudar a vida e os costumes indígenas nos estados de Mato Grosso e Goiás”. A manutenção de um nome próprio fez com que Maria Resnik se destacasse na documentação e despertasse a atenção de seus contemporâneos. Também podemos citar a expedicionária Alice Sumner Penha que recebeu atenção da mídia da época, e teve sua viagem ao Brasil retratada pelos jornais sob o título de “Vem ao Brasil uma expedição chefiada por uma mulher”.

A Sr^a Marian Cutler, norte americana, esposa do expedicionário Hugh Cutler, Doutor em Filosofia e associado de pesquisas do Museu Botânico do Harvard College, também veio ao Brasil em 1941 e 1942 e, segundo o requerimento de licença do CFEACB, trabalhou como fotógrafa na expedição que seu marido realizou a fim de estudar e coletar espécimes botânicos e sementes para estudos citológicos. O pedido do casal foi analisado por Bertha Lutz que deu parecer favorável à concessão da licença. Aparentemente, ela não participou mais a fundo dos estudos científicos realizados por seu marido, visto que o relatório da expedição é assinado apenas por ele.²²³

A Sr^a. Frances Herkovits, esposa do Dr. Herkovits, ambos antropólogos, veio ao Brasil em 1941 para, junto com seu marido, estudar grupos afro-americanos e os processos de aculturação a que esses indivíduos foram sujeitos pelo contato com influências francesas, inglesas, portuguesas, espanholas e holandesas no “novo mundo”. No relatório apresentado pelo casal após a expedição fica clara a grande participação da Sr^a. Frances Herkovits na pesquisa. Uma parte desse estudo, realizado principalmente na Bahia, referia-se à “posição econômica da mulher negra”.²²⁴

²²³ Dossiê CFE.T.2.182 – Hugh Cutler e Marian Cutler, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

²²⁴ Dossiê CFE.T.2.181, Melville J. Herkovits, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

O relatório do casal Herkovits ainda incluía informações relativas às pesquisas sobre etnologia indígena que haviam realizado no Brasil. O estudo foi muito elogiado pela qualidade das informações reunidas e, além do relatório, eles haviam gravado um disco com vozes indígenas e remeteram uma cópia deste trabalho ao Conselho. Esse material era de grande interesse às instituições científicas brasileiras e, sendo assim, o conselheiro Renato Almeida²²⁵, responsável pelo processo, propôs que fossem enviadas cópias do relatório e das gravações a instituições científicas que pudessem aproveitá-las, apresentando prontamente uma lista dessas instituições na reunião do CFEACB. Não estando o Museu Nacional incluído nas instituições sugeridas pelo conselheiro, Bertha Lutz pediu para que o conselheiro o incluísse na lista dos estabelecimentos que seriam contemplados com os discos gravados pelos expedicionários, e sugeriu ainda que fosse realizada uma audição pública com este material, o que foi aprovado por Renato Almeida e pelos demais conselheiros.²²⁶

Em 1947 a Sr^a Czeslawa Tomski veio ao Brasil acompanhando seu marido, Ryszard Tomski, que enviou ao CFEACB um pedido para exportar animais vivos para zoológicos europeus. Na carta ele dizia que era zoólogo, de nacionalidade polonesa, e que exercia a profissão de “zoo-technico” e “zoo-psychologo” (*sic*). Dizia também que havia chegado ao Brasil no dia 24 de março daquele mesmo ano, junto com sua esposa, que era sua “assistente nos trabalhos de zootechnica”. Bertha Lutz, responsável por analisar o processo, foi contra a concessão dessa licença por ter a desconfiança de que se tratava de empreendimento puramente comercial, com finalidade de lucro apenas, sem nenhuma natureza científica. Disse ainda: “não creio tampouco que os jardins zoológicos da Europa estejam no momento atual, de crise, em condições de fazerem despesas [...] para aquisição de novos animais” e opinou pela negação da licença considerando que era “indesejável a exportação sistemática de animais brasileiros para a Europa”, sugerindo que se comunicasse tal decisão ao Conselho de Caça e Pesca. O parecer de Bertha foi aprovado pelos conselheiros e a licença foi negada.²²⁷

²²⁵ Representante do Ministério das Relações Exteriores.

²²⁶ Ata da 348ª reunião do CFEACB, CFE.T.1.11, Livro 4, p. 127, Acervo do CFEACB, MAST-RJ.

²²⁷ Dossiê CFE.T.2.245 – Ryszard Tomski, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

Os arqueólogos da Universidade de Columbia (EUA), Betty Evans e Clifford Evans²²⁸ começaram a trabalhar no Brasil em agosto de 1948, realizando excursões e pesquisas científicas em jazidas da Amazônia e da faixa litorânea do Brasil, em colaboração com o Museu Nacional que ficaria com parte das coleções feitas pelo casal. Durante a realização de suas pesquisas no país, encontraram uma urna pré-colombiana da cerâmica indígena de Marajó em ótimo estado de conservação, que foi doada ao Museu Emílio Goeldi.²²⁹

Em 1952, a Sr^a Kaethe Schmidt veio ao Brasil junto com seu marido, Oswald Schmidt. Juntos realizaram uma expedição científica a fim de fazer um filme sobre plantas e animais brasileiros. O casal já havia realizado uma primeira expedição com o mesmo fim em 1946, e tendo procedido “com máxima correção”, obedecendo à legislação vigente e apresentando o relatório de atividades ao CFEACB, Bertha Lutz deu parecer favorável à realização dessa segunda expedição.²³⁰

A Sr^a Jeanne Georgine Raymonde Rysenaer Roos acompanhou seu marido, Liévin-Marcel Roos, cinegrafista belga, na expedição que fez ao Brasil entre os anos de 1949 e 1951, a fim de realizar filmagens com fins educativos e coletar material científico. O expedicionário requisitou a renovação de sua licença duas vezes, visto que a duração da licença concedida pelo CFEACB era de apenas um ano. Nos dois primeiros pedidos, Jeanne Georgine não aparece como membro participante da expedição, apenas como acompanhante de Marcel Roos. Somente no último pedido de renovação é que ela é apontada como assistente de seu marido. Bertha Lutz, responsável por analisar os pedidos do Sr. Roos, escreveu no parecer relativo ao último pedido de renovação:

“Sr. Presidente do Conselho,

O Sr. Marcel Lieven Roos, cinegrafista, Belga, já várias vezes licenciado por este Conselho, requer mais uma licença por um ano, para várias unidades federativas.

²²⁸ Ilustre casal de arqueólogos, realizaram inúmeras pesquisas juntos e seus estudos no Brasil resultaram na publicação do livro “Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon”, em 1957. É importante dizer que, na documentação do CFEACB, o casal é citado como Clifford Evans e Betty Evans, mas em várias publicações deles, inclusive o livro citado acima, ela utiliza seu nome de solteira – Betty J. Megger – e é uma arqueóloga amplamente reconhecida, assim como seu marido.

²²⁹ Dossiê CFE.T.2.251 – Clifford Evans e Betty Evans, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

²³⁰ Dossiê CFE.T.2.266 – Kaethe Schmidt e Oswald Schmidt, Acervo do CFEACB, MAST –RJ.

O requerimento vem devidamente instruído do relatório da expedição anterior e responde aos requisitos exigidos pelo nosso regulamento. Faltam apenas os anexos a que se refere na carta que acompanha o regulamento, como sejam fotocópia da autorização do Serviço de Proteção aos Índios, comunicação do Instituto Butantan e Atestado do Instituto Adolpho Lutz.

O requerimento apresenta as seguintes diferenças para com os requerimentos anteriores: Desta vez a Sr^a. Roos, deverá fazer parte da expedição, **no papel clássico de assistente do marido...** e o casal Roos se propõe a coletar “material indígena, borboletas e peles” para os museus belgas. Não sei qual a utilidade que poderão ter as peles sem os crânios e acho que seria útil solicitar ao Sr. Roos que nos envie um documento da parte de um desses museus [...] Atendidas essas medidas e ficando claro que o material se destina a instituições científicas belgas, poderá ser concedida a licença.”²³¹

Nesse parecer Bertha trata com ironia a posição de “assistente” frequentemente ocupada pelas esposas dos expedicionários, deixando transparecer características de seu feminismo nos documentos do Conselho de Fiscalização. Algumas dessas esposas que acompanhavam seus maridos parecem ter assumido simplesmente uma função de assistentes, sem maiores incursões no trabalho científico, mas em alguns casos podemos perceber uma verdadeira atuação como cientistas e pesquisadoras por parte das esposas, e uma participação importante na realização dessas expedições, como no caso de Racine Foster, especialista em bromeliáceas, Frances Herkovitz, antropóloga, e Betty Evans, arqueóloga, que eram especialistas em ciências e foram co-autoras frequentes nos relatórios e trabalhos providos das expedições no Brasil. Faziam parte de um time profissional com seus maridos e construíram carreiras em ciências, mas ao adotarem seus nomes e trabalharem nas mesmas pesquisas, submeteram-se a uma associação constante à figura de seus maridos, tornando difícil se desvencilharem do papel de auxiliares.

As esposas de cientistas já foram objeto de análise de autores como Schiebinger (2001) e Henson (2000) que consideraram que essa era uma condição que poderia tornar possível a participação das mulheres nas ciências, pois se trabalhassem junto com seus

²³¹ Parecer de Bertha Lutz, 08/01/1952. Dossiê CFE.T.2.262 – Liévin-Marcel Roos, Acervo do CFEACB, MAST –RJ. Grifo próprio.

maridos poderiam conquistar algum espaço nesse meio, o que era muito mais difícil para uma mulher sozinha. Em contrapartida, estudos como o de Mariza Corrêa (2003; op. cit, pp.100-102) buscaram demonstrar como essa condição de “esposa de cientista” e a conseqüente perda do nome próprio contribuíram com o esquecimento das trajetórias dessas mulheres. Apesar de trabalharem conjuntamente e, muitas vezes, tanto quanto seus maridos, o reconhecimento era creditado somente aos homens. No início do século XX muitas pesquisadoras encontravam-se nessa situação. Adotaram o nome do marido ao casar, tornando-se muito difícil redescobrir essas mulheres com seus nomes próprios.

No entanto, é possível considerar a participação dessas mulheres nas ciências compreendendo que esse era um dos caminhos possíveis na época para as mulheres ingressarem em carreiras científicas, e através do resgate de suas participações em processos de desenvolvimento científico, como as expedições, torna-se possível reconstruir minimamente suas trajetórias. Não se trata de corrigir uma injustiça histórica, mas sim de compreender como implicações de gênero delinearam a trajetória que as próprias ciências seguiram e quais estratégias e comportamentos foram adotados pelas mulheres que buscaram se inserir nas ciências.

Algumas mulheres buscaram construir seus próprios nomes, mesmo com os empecilhos sociais e dificuldades que encontravam para se inserir no meio científico. As estratégias que adotaram para alcançar tal objetivo devem ser consideradas e problematizadas na busca por reconstituir cenários de produção científica de outros períodos. Inúmeros documentos relativos às instituições científicas contêm nomes de mulheres que participaram de alguma forma desse processo. Encontrar essas mulheres é o primeiro passo para compreender melhor as relações entre gênero e ciências no passado.

Considerações Finais

No Conselho de Fiscalização, Bertha Lutz participou de processos decisórios importantes no âmbito da política científica nacional, em um momento em que o Estado brasileiro buscava definir parâmetros para promover o desenvolvimento das ciências no país. Bertha permaneceu no CFEACB até o ano de 1956, tendo consolidado uma participação bastante significativa e independente do nome de seu pai. O envolvimento

com a política científica levou-a a ingressar logo em seguida no Conselho Florestal Federal (CFF), no qual continuou empenhando-se pela fiscalização dos processos de destruição indiscriminada de recursos ambientais e pela proteção do patrimônio natural brasileiro.

Segundo Lisboa (2004), até 1956 os integrantes do CFEACB atuaram não só como representantes do governo brasileiro, mas também em defesa de seus interesses específicos, que consistiam em: “garantir espaço político e a proteção de seu objeto de trabalho – os vestígios materiais para suas pesquisas”. Com a criação de novas instâncias de poder ligadas ao desenvolvimento científico no país, como o CNPq, em 1951, a estrutura e a organização das atividades científicas começaram a se modificar, assim como a relação das instituições brasileiras com grupos de pesquisadores estrangeiros no país. Aos poucos, o Conselho foi perdendo sua autoridade e influência, e depois de 1956 assumiu um papel mais burocrático.

As expedições eram consideradas um tipo de atividade científica importante na primeira metade do século XX, mas, a partir da década de 1950, as universidades passaram a ser os principais locais de produção científica e iniciaram uma nova fase de institucionalização das ciências que ofuscou a importância dos museus e dos institutos históricos, “criando um novo padrão no conhecimento e na pesquisa científica no Brasil”. Assim, a formação de coleções passou a ocupar um lugar secundário, acompanhando as mudanças na estrutura de produção do conhecimento científico e no próprio contexto político do país (GRUPIONI, 1998: 250).

O Conselho de Fiscalização foi extinto em 1968, pelo Decreto nº 62.203, de 31 de janeiro desse ano, e suas atividades passaram a ser desempenhadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela preservação do patrimônio, e pelo CNPq, que passou a centralizar as atividades de pesquisa e desenvolvimento científico no Brasil e assumiu a responsabilidade pelo controle de pesquisadores estrangeiros no país (GRUPIONI, 1998).

A análise de aspectos da trajetória de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização contribuiu para um melhor entendimento sobre as condições que influenciaram o ingresso de mulheres nos meios científicos na primeira metade do século XX, no Brasil, e quais as estratégias, características, dificuldades e conquistas envolvidas nesse processo. Completamente bem relacionada, fluente em várias línguas, especialista em ciências

naturais, militante feminista, funcionária pública, solteira e sem filhos, Bertha se destacava em um contexto que contava com muitas mulheres ainda não tão autônomas, mas certamente não era a única a desafiar os padrões tradicionais do gênero feminino, e seu perfil era característico de diversas mulheres de sua geração – feministas, solteiras, profissionais e comumente submetidas a preconceitos de gênero, mas também socialmente privilegiadas, já que faziam parte de diferentes elites sociais e tiveram acesso à educação e recursos que não eram colocados à disposição de toda a população.

Todas essas mulheres vivenciaram, na primeira metade do século XX, uma revolução quanto aos lugares sociais que ocupavam. O estudo das experiências individuais dessas personagens ajuda a quebrar idéias fixas quanto ao seu posicionamento subordinado na sociedade e a compreender as múltiplas formas em que o gênero influencia trajetórias de vida e processos sociais.

Como membro do Conselho de Fiscalização, Bertha Lutz se envolveu diretamente em questões importantes da política científica brasileira da época e teve a oportunidade de incorporar suas opiniões à elaboração dessas políticas, colaborando com o desenvolvimento das instituições científicas nacionais, com a preservação do patrimônio e com a criação da legislação de proteção ambiental brasileira. O trabalho do Conselho de Fiscalização contribuiu para o incremento das coleções de museus e outras instituições científicas, especialmente o Museu Nacional que, na época, era a maior instituição científica oficial brasileiro. Como representante do Museu Nacional no Conselho, Bertha garantiu a esse instituto a aquisição de bens materiais fundamentais para o seu desenvolvimento.

Além disso, a participação no Conselho permitiu a Bertha Lutz ampliar sua rede de contatos internacionais e acompanhar inúmeros trabalhos que eram realizados no Brasil por pesquisadores estrangeiros, o que garantia a ela e ao Museu Nacional a aquisição de novos dados e informações importantes para o desenvolvimento de pesquisas.

O CFEACB não concretizou o objetivo, idealizado por vários conselheiros, de promover o desenvolvimento de pesquisas científicas e ultrapassar suas funções fiscalizadora e licenciadora. A existência desse órgão insere-se na história das ciências brasileiras representando modos e processos pelos quais as ciências são produzidas e demonstrando como objetivos políticos e sociais influenciam a produção do conhecimento, aspectos fundamentais para se entender a produção científica.

Outro aspecto importante que observamos através da análise da trajetória de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização foram as relações estabelecidas entre este órgão e outros institutos, particularmente o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que em alguns momentos se mostraram pacíficas e cooperativas, e em outros, conflituosas. Como Grupioni (1998) já havia concluído, os conflitos apareciam quando o Conselho exercia sua função fiscalizadora e se interpunha entre os expedicionários e os institutos oficiais, o que evidencia uma disputa constante pelo controle da realização de expedições científicas. O CFEACB e o Museu Nacional disputavam autoridade sobre a fiscalização de algumas expedições que interessavam ou estavam ligadas ao Museu.

Com a criação do CFEACB, a responsabilidade pela fiscalização de expedições passou a ser centralizada por este órgão; entretanto, o Museu Nacional, que ainda ocupava a posição de principal instituto científico oficial do país reivindicava direitos sobre a atuação de alguns expedicionários que trabalhavam sob sua tutela e sobre algumas coleções apreendidas, e acabava entrando em conflito com o CFEACB que buscava impor a autoridade que o governo havia lhe atribuído sobre todas as expedições científicas.

A documentação oficial do Conselho de Fiscalização não deixa transparecer muitos traços de implicações de gênero em seu cotidiano. Bertha Lutz parecia agir de maneira totalmente confortável entre os conselheiros que a tratavam respeitosamente. Algumas situações registradas pelo órgão permitiram uma problematização maior sobre a presença de mulheres realizando atividades científicas naquele período, como a situação das esposas de expedicionários e a conseqüente perda de seus nomes próprios, ou o destaque fornecido às mulheres que excursionavam sozinhas pelo Brasil. Mas a principal discriminação de gênero que pudemos constatar estava mesmo no acesso aos lugares de produção científica, evidenciado ainda no baixo número de mulheres, em relação ao número de homens, que aparece nessa documentação, fruto de divisões sociais profundas entre aspectos, espaços e atividades culturalmente reconhecidas como femininas e masculinas.

No entanto, quanto mais se exploram documentos relativos às ciências, mais mulheres aparecem exercendo inúmeros tipos de atividades e consolidando participações importantes na produção do conhecimento científico. Esses dados são importantes para que possamos compreender melhor a construção de relações sociais hierárquicas e para que, ao encontrar as mulheres que exerceram práticas científicas nos mais diversos períodos

históricos, essas trajetórias contribuíam para uma maior identificação das ciências com o que é tido como feminino.

Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres parecem ter constituído uma linha de atuação no Conselho de Fiscalização. Como cientistas, pesquisadoras e representantes do Museu Nacional, elas colaboravam com muitos expedicionários e tinham o poder de facilitar o acesso às permissões e licenças necessárias para percorrer o território brasileiro. Obviamente, agiam de acordo com interesses próprios e das instituições que defendiam, esperando com isso construir laços que levassem à cooperação científica. Desse modo, consolidaram suas carreiras com muito sucesso, sendo criticadas e elogiadas por seus contemporâneos em um período ambíguo tanto em relação à participação das mulheres no mundo público, quanto ao desenvolvimento das ciências no país. Ambíguo porque a participação das mulheres em espaços profissionais se fazia necessária frente ao aumento da produção e à crescente economia de mercado, mas atravancada pelos vestígios do patriarcalismo e de fortes tradições morais, e porque o desenvolvimento das ciências estava fortemente ligado ao contexto nacionalista da época, o que levou o governo a criar medidas de proteção aos recursos, territórios, informações e instituições científicas nacionais, ao mesmo tempo em que a comunidade científica voltava-se para ideais de ciência europeus e norte-americanos, esforçando-se para alcançar uma internacionalização capaz de impulsionar o crescimento da produção científica no país.

O trabalho político que Bertha desempenhou se desenvolveu tanto no âmbito do feminismo como das ciências e de forma indissociada. Ao longo do terceiro capítulo, acompanhamos vários momentos em que Bertha Lutz levou seu feminismo para dentro do CFEACB. Entretanto, os debates atuais sobre as influências políticas, econômicas e sociais que fatalmente atingem as ciências não estavam presentes naquela época e nem no discurso de Bertha Lutz.

É nítida a incorporação de Bertha Lutz em um ideal científico que admitia uma concepção de ciência neutra, universal pura e racional. Sua defesa aos “interesses puramente científicos” e sua concepção tradicional de “Ciência” ficam explícitos ao analisar seus discursos e seu trabalho no Conselho de Fiscalização.

A orientação feminista, assumida publicamente durante toda sua vida e responsável por grande parte de seus méritos, parece não ter provocado em Bertha Lutz o anseio de

criticar pressupostos como a neutralidade ou objetividades das ciências, características hoje sistematicamente contestadas por feministas que vêem na ciência uma instituição que se constituiu sob princípios masculinos e reproduziu aspectos da divisão social de gênero, adquirindo características que até hoje dificultam a participação das mulheres nas ciências. Bertha Lutz construiu sua carreira disputando espaços com homens e mulheres em um ambiente que considerava consensual a neutralidade das ciências, e, conseqüentemente, ela também pensava desse modo.

Os movimentos feministas iniciados na segunda metade do século XIX tiveram importância fundamental no processo de profissionalização das mulheres e, conseqüentemente, contribuíram para a participação feminina nas instituições científicas. O movimento feminista pode não ter provocado inicialmente mudanças radicais na condição das mulheres cientistas, mas assegurou-lhes direitos civis e políticos fundamentais, e pressionou a opinião pública a aceitar a participação feminina em espaços públicos, influenciando mudanças sociais efetivas nos papéis de gênero. Além disso, foi sob a influência do feminismo que começaram a aparecer estudos sobre a condição subordinada das mulheres nas instituições científicas e análises de gênero nas ciências.

O caso de Bertha Lutz e de suas contemporâneas feministas é um exemplo de resistência às relações hierárquicas determinadas pelo gênero, não só na forma do movimento feminista que confrontava diretamente a sociedade com suas reivindicações, mas também em seus esforços e conquistas profissionais e educacionais. O processo de educação feminina se deu lentamente e o processo de inserção das mulheres nas instituições científicas assumiu inúmeras formas e características no decorrer dos anos, sendo impossível identificar um único momento de quebra de padrões ou revolução.

No final do século XIX, os governantes começaram a permitir o ingresso de mulheres em instituições de ensino superior e a criar instituições voltadas à educação feminina, no Brasil. O movimento feminista da década de 1920, no qual Bertha Lutz se inseriu, abriu novos caminhos e possibilidades para as mulheres, que continuaram enfrentando dificuldades nas décadas seguintes. A presença de mulheres na formulação de políticas também era uma prática inovadora das feministas dessa geração. O movimento feminista de década de 1970 influenciou mais uma vez a situação das mulheres nas instituições científicas, desta vez produzindo uma discussão acadêmica própria sobre a

influência do gênero na formação dos indivíduos e na sociedade em geral, mas até os dias de hoje encontramos nítidas divisões de gênero em ambientes profissionais e educacionais.

Bertha não era uma exceção, ou uma cientista incomum em sua época, e apesar de existirem mais homens do que mulheres atuando em ciências nesse período, também estava longe de ser a única. Ela era uma cientista normal, parte de uma geração. Seu próprio entendimento da prática científica era considerar as ciências neutras, concepção comum ao pensamento científico da época. Bertha Lutz se inseriu nesse ambiente científico com todas as ambigüidades características desse meio, sendo respeitada mesmo quando não concordavam com suas opiniões.

Sua completa inserção no trabalho e no ambiente científico indica que ela foi aceita pela comunidade científica do período, e que se dedicou ao desenvolvimento de suas pesquisas científicas, consolidando seu espaço na história da ciência brasileira. Isso se deve a inúmeros fatores, entre eles, o trabalho científico e sua dedicação às pesquisas, a construção de redes de cooperação científica fortes e duradouras, seu envolvimento com a consolidação de políticas científicas, a influência e o renome de seu pai, o apoio de sua mãe e a participação no movimento feminista.

A trajetória de Bertha Lutz abriu caminhos para que outras mulheres ingressassem nas ciências, pois além de estar presente em uma instituição científica pública e conquistar seu espaço, ela lutou para estender tais direitos a todas as mulheres. Sua participação facilitou a aceitação das mulheres nesse ambiente, fazendo valer toda a sua luta feminista.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca; FERREIRA, Luiz Otávio; SÁ, Magali Romero. “Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch”, em *Cadernos Pagu* (23), pp. 355-387, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”, em *Cadernos Pagu* (27), pp. 213-254, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, julho-dezembro de 2006.

ALVES, Branca Moreira. “Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil - 1919/1932, fatos e ideologia”, *Dissertação de Mestrado*. IUPERJ, 1977.

ALVES, José Jerônimo. “As ciências na Academia e as Expectativas de Progresso e Modernização: Brasil – 1916-1929”, em *Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)*, org. de Maria Amélia Dantes, Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2001.

BENCHIMOL, Jaime; SÁ, Magali R.; ANDRADE, M. M.; e GOMES, V. L.C. “Bertha Lutz e a Construção da Memória de Adolpho Lutz”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 10 (1), pp. 203-50, jan-abr. 2003.

BERG, Anne-Jorunn e LIE, Merete. “Feminism and Construtivism: Do Artifacts Have Gender?”, in *Science, Technology, & Human Values*, Vol. 20, n. 3, Summer, pp. 332-351, 1995.

BESSE, Susan. “Modernizando a Desigualdade – Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil – 1914-1940”, Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, EDUSP, São Paulo, 1999.

BURKE, Peter. “O Que é História Cultural?”, Tradução de Sérgio Goes de Paula, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2005.

CORRÊA, Mariza. “Dona Heloísa e a pesquisa de campo”, *Revista de Antropologia*, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, vol. 40, nº 1, 1997.

CORRÊA, Mariza. “Antropólogas e Antropologia”, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (organizadores). “Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia”, Editora CAMPUS, Rio de Janeiro, 1997.

CHUVA, Márcia. “Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)”, Niterói; UFF – Tese de Doutorado, 1998.

DANTES, Maria Amélia. “Fases da Implantação da Ciência no Brasil”, em *Quipu – Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*, vol. 5, n° 2, maio-agosto de 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. “Nas Margens – Três mulheres do século XVII”, tradução: Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

DICKENSON, John. “Marianne North: uma naturalista do século dezenove o Brasil?”, em *Cadernos Pagu* (15), pp. 145-164, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

FOX KELLER, Evelyn. “Reflexiones sobre Género y Ciencia”, Tradução de Ana Sánchez, IVEI, Edicions Alfons el Magnànim, Valencia, 1989.

FOX KELLER, Evelyn. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”, em *Cadernos Pagu* (27), pp. 13-34, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, julho-dezembro de 2006.

FRANCO, José Luiz de Andrade. “A primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional”, em *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n° 26, pp. 77-96, 2000.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. “Alberto José Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza”, em *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n°33, pp. 129-159, 2005.

GAMA, William Nazaré Guimarães. “O Papel do Estado na regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 1990: O Caso do INPA”, Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2004.

GARCIA, Marta I. G.; SEDEÑO, Eulália, P. “Ciência, Tecnologia e Gênero”, em *Ciência, Tecnologia e Gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*, org. SANTOS, L. W. et all; IAPAR, Londrina, pp. 31-76, 2006.

GOLINSKI, Jan. “The Care of the Self and the Masculine Birth of Science”, *History of Science*, Cambridge, England, 2002.

GRUPIONI, L. D. B. “Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil”, Editora HUCITEC, ANPOCS, São Paulo, 1998.

HAHNER, June. “Emancipação do Sexo Feminino – A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940”, EDUNISC, Florianópolis, SC, 2003.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, em *Cadernos Pagu* (5), PAGU/UNICAMP, Campinas, pp. 07-41, 1995.

HENSON, Pamela. “A Invasão da Arcádia: As Cientistas no Campo na América Latina, 1900-1950”, em *Cadernos Pagu* (15), PAGU/UNICAMP, Campinas, pp. 165-197, 2000.

JORDANOVA, Ludmilla. “Sexual Visions. Images of Gender in Science and Medicine Between the Eighteenth and Twentieth Centuries”, London: Harvester Wheatsheaf, 1989.

KUHN, Thomas. “A Estrutura das Revoluções Científicas”, The University of Chicago Press, 2ª edição, 1978.

LISBOA, Araci Gomes. “O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: Ciência, Patrimônio e Controle”, Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2004.

LONGINO, H.; KOHLSTEDT, S. G. “The Women, Gender and Science Question – What do Research on Women in Science and Research on Gender and Science have to do with Each Other?”, *Osiris*, Vol. 12 – *Women, Gender and Science*, pp. 3-15, New York, 1997.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas Ciências: Refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil; em *Cadernos Pagu* (15) – *Gênero, Ciências, História*, PAGU/UNICAMP, Campinas, pp. 345-368, 2000.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia; SOMBRIO, Mariana; “A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)”, Revista Gênero, em *Revista Gênero*, Volume 5, número 1, Niterói, 2º semestre, pp. 97-109, 2004.

LOPES, Margaret; COSTA, M. C. “Problematizando Ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências”, em *Gênero nas fronteiras do Sul*, PAGU/UNICAMP, org. Maria Lygia Quartim de Moraes, Campinas, pp. 75-85, 2005.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia. “La trayectoria política-científica de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). Contribuciones para los estudios de Género y Ciencias e para la crítica de la construcción de la “invisibilidad” de las mujeres”, em *Anais do IV Congresso Internacional de la Asociación Universitária de Estudios de Las Mujeres (AUDEM)*, Palma de Mallorca, 2005.

LOPES, Margaret. “Vencer Barreiras, Até Quando? Aspectos da Trajetória Científico-Política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)”, em *Ciência, Tecnologia e Gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*, org. SANTOS, L. W. et al; IAPAR, Londrina, pp. 203-233, 2006 a.

LOPES, Margaret. “Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade”, em *Cadernos Pagu* (27), pp. 35-61, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, julho-dezembro de 2006 b.

LOPES, Margaret. “Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais”, em *Musas – Revista brasileira de Museus e Museologia*, n° 2, pp. 41-47, 2006 c.

LOPES, Margaret; SOUZA, Lia. “Mulheres nas ciências naturais: produção científica de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), a partir da década de 1940”, *Anais do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, SC, 2006 d.

LOPES, Margaret; SOUZA, Lia. “Pelos mulheres nas ciências”, em *Revista Nossa História*, ano 3, n° 30, Rio de Janeiro, abril de 2006 e.

MAHLACK, Paula. “Mapping Gender Differences in Scientific Careers in Social and Bibliometric Space”, in *Science, technology, & Human Values*. Vol. 26, n. 2, Spring, pp. 167-190, 2001.

MASSARANI, L. e MOREIRA, I. C. “A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20”, em *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 7, n° 3, pp. 627-651, 2001.

MERTON, R. K. Os Imperativos Institucionais da Ciência. In: J. D. Deus (org), *A Crítica da Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MICELI, Sérgio. “O Conselho Nacional de Educação: Esboço de análise de um aparelho do Estado”, em *E Revolução de 30 – Seminário Internacional*, Ed. UNB, Brasília, pp.401-429, 1982.

MOTT, Maria Lúcia. “Maria Renotte, uma médica paulista no início do século”, em *Médicis: cultura, ciência e saúde*, ano 2, nº 7, nov/dez de 2000.

ORESQUES, Naomi. “Objectivity and Women in Science”, em *Osiris*, Vol. 11 – *Science in the Field*, New York, pp. 87-113, 1996.

OSADA, Neide M. “Fazendo Gênero nas Ciências – uma análise das relações de gênero nas ciências na produção do conhecimento do projeto genoma da FAPESP”, Dissertação de Mestrado, DPCT – IG – Unicamp, Campinas, 2006.

PERROT, Michelle. “Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros”, Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. “Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência”, em *Cadernos Pagu (4) – Fazendo História das Mulheres*, Organização: Leila Mezan Algranti, PAGU/UNICAMP, Campinas, 1995.

PERROT, Michelle. “As mulheres ou os silêncios da história”, tradução: Viviane Ribeiro, Bauru, SP, EDUSC, 2005.

PESTRE, Dominique. Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências: Novas Definições, Novos Objetos, Novas Abordagens. Cadernos IG/UNICAMP, Volume 6, Número 1, Campinas, 1996.

PSCITELLI, Adriana. “Reflexões em torno do Gênero e Feminismo”, em “Poéticas e políticas feministas”, Organização de Cláudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt, Editora Mulheres, Florianópolis, pp. 43-66, 2004.

RAGO, Elisabeth. “Médicas brasileiras no século XIX”, em *Cadernos Pagu (15)*, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, pp. 199-225, 2000.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

ROSSITER, Margaret. “Women Scientists in America – Struggles and Strategies to 1940”, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E., Y. “Para Iniciar o Debate Sobre o Feminino na Relação Ciência-Sociedade”, em *Ciência, Tecnologia e Gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*, org. SANTOS, L. W. et al; IAPAR, Londrina, pp. 1-31, 2006.

SCHIEBINGER, Londa. “Creating Sustainable Science”, *Osiris*, Vol. 12 – *Women, Gender and Science*, pp. 201-217, New York, 1997.

SCHIEBINGER, Londa. “O feminismo mudou a ciência?”, EDUSC, Bauru, São Paulo, 2001.

SCOTT, Joan W. “Gender and Politics of History”, Columbia University Press, New York, Oxford, 1988.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. “Desconstruindo Gênero em Ciência e Tecnologia.” *Cadernos Pagu (10) – Gênero, Ciência e Tecnologia*, pp. 7-20, PAGU/UNICAMP, Campinas, SP, 1998.

SOHIET, Rachel. “Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937”, Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1974.

SOHIET, Rachel. “História das Mulheres”, em *Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia*, (org.) CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R., Editora CAMPUS, Rio de Janeiro, 1997.

THÉBAUD, Françoise. “História das Mulheres, História do Gênero e Feminismo: O Exemplo da França”, em *Poéticas e Políticas Feministas*, pp. 67-80, Organização: Cláudia de Lima Costa e Simone Pereira Schimdt, Editora Mulheres, 2004.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. “A Construção Social da Produção Científica por Mulheres”, em *Cadernos Pagu (10)*, PAGU/UNICAMP, Campinas, pp. 309-344, 1998.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, Maria V. “No que o mundo da ciência difere dos outros mundos?”, Revista eletrônica ComCiência, *Mulheres na Ciência*, nº 50, <http://www.comciencia.br>, SBPC/Labjor, Dez/Jan, 2003.

VELHO, Léa. Prefácio da coletânea de Artigos - Ciência, Tecnologia e Gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento, (org.) SANTOS, L. W. et al; IAPAR, Londrina, 2006.

Fontes Primárias

I - Documentos consultados no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MN – Arquivo).

Fundo Bertha Lutz – CFEA:

BR MN BL. O. CFEA - N° 1 – Regimento Interno do CFEACB

BR MN BL. O. CFEA - N° 2 – Decreto-Lei n° 1210, que aprova e baixa o Código de Caça

BR MN BL. O. CFEA - N° 3 – Exigências para coleta legal de animais vivos, com base no Código de Caça e Pesca

BR MN BL. O. CFEA - N° 4 – Carta de Mulford e Racine Foster para Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 5 – Expedição Hans Krieg, Parecer e Correspondências

BR MN BL. O. CFEA - N° 6 – Propostas para o regulamento do CFEACB

BR MN BL. O. CFEA - N° 7 – Carta de Theo Xanthaky para Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 8 – Telegrama do Presidente do CFEACB para Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 9 – Parecer sobre o pedido de licença do casal Foster

BR MN BL. O. CFEA - N° 10 – Carta de Bertha Lutz para Agamenon Magalhães

BR MN BL. O. CFEA - N° 11 – Carta de Bertha Lutz para Rui Carneiro

BR MN BL. O. CFEA - N° 12 – Folheto sobre o funcionamento do CFEACB

BR MN BL. O. CFEA - N° 13 – Texto solicitando sugestões para melhorar a Relação entre o CFEACB e Instituições de História Natural dos países liberais

BR MN BL. O. CFEA - N° 14 – Decreto n° 6734, que aprova regulamento para expedições no Brasil

BR MN BL. O. CFEA - N° 15 – Extrato do decreto sobre expedições

BR MN BL. O. CFEA - N° 16 – Formulário para pedido de licença do CFEACB

BR MN BL. O. CFEA - N° 17 – Requerimento incompleto solicitando licença

BR MN BL. O. CFEA - N° 18 – Instruções para os delegados do CFEACB

BR MN BL. O. CFEA - N° 19 – Parecer sobre o pedido de licença dos padres Teilhard de Chardin e Pierre Leroy

BR MN BL. O. CFEA - N° 20 – Discurso de Armando Carvalho Dias

BR MN BL. O. CFEA - N° 21 – Certificado de exportação concedido a Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 22 – Parecer sobre expedição não-licenciada de Horst Klee e Heinrich Wenzel

BR MN BL. O. CFEA - N° 23 – Parecer do relatório de Joseph Bailey

BR MN BL. O. CFEA - N° 24 – Carta de Hugh Cutler para Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 25 – Carta de Bertha Lutz solicitando licença para exportar batráquios

BR MN BL. O. CFEA - N° 26 – Parecer do pedido de licença de Basset Maguire

BR MN BL. O. CFEA - N° 27 – Documentos referentes a reforma do CFEACB (Criação de Arquivo e Biblioteca)

BR MN BL. O. CFEA - N° 28 – Carta de Bertha Lutz para João Falcão

BR MN BL. O. CFEA - N° 29 – Rascunho de carta de Bertha Lutz sobre problemas relativos a preservação de riquezas naturais

BR MN BL. O. CFEA - N° 30 – Requerimento de Helena Constance Palmatary solicitando licença

BR MN BL. O. CFEA - N° 31 – Carta de Gustavo M. O. Castro para Bertha Lutz

BR MN BL. O. CFEA - N° 32 – Carta de Bertha Lutz para Felisberto de Camargo

BR MN BL. O. CFEA - N° 33 – Carta de Bertha Lutz para João de Vasconcelos Sobrinho

BR MN BL. O. CFEA - N° 34 – Parecer do pedido de exportação de material de Hans Dietschy

BR MN BL. O. CFEA - N° 35 – Parecer do pedido de licença de Herbert Millirow

BR MN BL. O. CFEA - N° 36 - Ofício de congratulações do CFEACB enviado a Bertha Lutz

Documentos do Fundo Bertha Lutz (MN - Arquivo) que ainda não estavam organizados:

- Relatório relativo ao ano de 1925. MN. **09/01/1926**

- Ofício 556. Min. da Educação e Saúde Pública. MN. R.J. Arquivo. **23/12/1931.**

-Assunto: LUTZ, Bertha Maria Julia. Assentamentos particulares. Classe 121. [1941-1977].

- Fichas de “declaração de família dos funcionários do Museu Nacional” [dados pessoais e funcionais]. Bertha Lutz, naturalista “L”, 194(1).
- Certidão de Nascimento. Cópia. Em 01/12/1941.
- Carta de Bertha a Heloisa A. Torres, Diretora do MN. Sobre “dignidades honoríficas outorgadas por universidades estrangeiras”. **17/07/1947.**
- Ofício nº 219. Heloísa Alberto Torres, diretora, ao Chefe da Pagadoria do Ministério da Fazenda. Vencimentos (procuração). Pieri como procurador de Bertha Lutz para fins de pagamento de vencimentos. **22/03/1952.**
- Ofício nº 496. De Heloísa A. Torres, diretora, ao Chefe da Pagadoria do Ministério da Fazenda. Vencimentos (procuração). José Pieri como procurador de Bertha Lutz para fins de pagamento de vencimentos. **09/09/1953.**
- Of. nº 2. José Candido de Melo Carvalho, Presidente da Congregação, a Bertha Lutz, **07/03/1958.**
- Of. nº 1278. Luiz de Castro Faria, diretor do MN, ao Chefe da Pagadoria do Ministério da Fazenda. Vencimentos (procuração). Prof. Gualter Adolpho Lutz, como procurador de BL para fins de pagamento de vencimentos. **01/12/1964.**
- Carta de Bertha à Heloisa, em **29/04/1941.** anotação: “Vide Ofício 187, de **30/04/1941**”. Bertha solicitando fazer uma excursão a “alguns estados”, imprescindível a seu propósito de organizar as pesquisas e coleções de Adolpho Lutz.
- Of. nº 187. **30/04/1941.** Heloísa A. Torres ao Diretor Geral do Departamento de Administração, Sr. Dr. Bittencourt Fernandes de Sá, solicitando uma passagem de ida e volta, 1ª. classe, “deste porto para o de São Salvador, naquele Estado”, para Bertha Lutz, naturalista L.
- Of. nº 189. **02/05/1941.** Heloísa A Torres (HAT) ao Diretor da Divisão do Pessoal, Sr. Dr. Orlando Gomes Calaza, solicitando ajuda de custo e diárias à excursão de Bertha Lutz (BL).
- Of. nº 220. **16/05/1941.** Heloísa A. Torres ao Diretor da Divisão do Pessoal, Sr. Dr. Orlando Gomes Calaza, informando os objetivos da excursão de Bertha Lutz.

- Of. nº 288. **14/06/1941**. Heloisa A. Torres ao Diretor do Departamento de Administração, Ministério da Educação e Saúde, solicitando uma passagem de ida e volta a S.Paulo, ao Prático de Laboratório E – Joaquim Venâncio Fernandes, para ali se encontrar com Berta Lutz.
- Of. nº 420. **18/08/1941**. “Diárias para Excursão”. Heloísa A. Torres ao Diretor da Divisão do Pessoal, Ministério da Educação e Saúde, Sr. Dr. Orlando Gomes Calaza, solicitando providências para que sejam empenhadas diárias relativas a mais 83 dias.
- Relatório de Bertha Lutz referente à excursão à Bahia. Em **20/08/1941**. Museu Nacional. Prot. nº 836. Livro 9. Fls. 246. Em 23 de dezembro de 1941.
- BERTHA MARIA JULIA LUTZ. Naturalista “K”. Excursão. Em **05/11/1941**.
- Of. nº 482. **17/09/1941**. “Diárias para Excursão”. Heloísa A. Torres comunica ao Diretor da Divisão do Pessoal, Ministério da Educação e Saúde – Sr. Dr. Orlando Gomes Calaza – que Bertha Lutz, naturalista L com exercício neste Museu (MN), permaneceu 112 dias em excursão.
- Heloisa A. Torres, diretora do Museu Nacional, à Divisão de Botânica. Em **23/set./1941**. Sobre o envio de material botânico, por Bertha Lutz, ao MN, Divisão de Botânica.
- Of. nº 528. **02/10/1941**. “Agradecimento”. Heloísa A. Torres ao Sr. Dr. Luiz Lessa, Delegado do Serviço da Febre Amarela. Salvador-Bahia.
- Boletim do Pessoal no. 2, **06/01/1942**. “Folha de pagamento de diárias concedidas ao naturalista L, doutora Bertha Maria Julia Lutz, do Museu Nacional, por ter se afastado desta capital no período de 5 de maio a 24 de agosto (112 diárias)...”.
- Ofício MN. nº 293. Heloisa Alberto Torres, diretora do MN ao Diretor do Departamento de Zoologia do Museu Paulista. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo, Brasil. [Apresentando a Dr^a. Bertha Lutz naturalista do MN, a qual desejaria estudar a coleção de batráquios daquele departamento], **16/06/1941**.
- Carta de Bertha Lutz a Heloísa Alberto Torres. São Paulo, **03/07/1941**.
- Carta de Heloísa Torres a Bertha Lutz. Rio de Janeiro, **08/07/1941**.
- Bertha Maria Julia Lutz, Naturalista – classe ‘L’, matrícula no. 215.109. Em **05/11/1941**. Museu Nacional. Universidade do Brasil. [Q.P. Museu Nacional. Comissões: 1926 – BL. reassume o cargo de “Secretário” do qual achava-se afastado; 1927 – BL. designada para

servir em comissão (01/02/27-31/10/1930) como Assistente da Seção de Botânica do Jardim Botânico. Reassume o cargo a 1º. de nov. 1930].

- Relatório sobre “Excursão realizada no Estado Rio (Teresópolis), a fim de fazer observações sobre batráquios e coletar material, pelo seguinte naturalista : Bertha Maria Julia Lutz”, 1943.

- Of. nº 517. “Diárias”. **24/06/1943.**

- Of. nº 518. “Pedido de passagem”. **24/06/1943**

- Relatório de Excursão à Teresópolis em junho/julho, por Bertha Lutz, Naturalista L. **28/08/1943.**

- “Excursão realizada em Teresópolis [jan.-fev./44] pelo naturalista Bertha Maria Julia Lutz, a fim de coletar material herpetológico e fazer observações no Parque Nacional”.

- Of. nº 44 “Requisição de transporte”. Em **18/01/1944.**

- Of. nº 46 “Requisição de transporte”. Em **18/01/1944.**

- Of. nº 49. “Pedido de passagem”. Em **18/01/1944.**

- Portaria n. 6, **18/01/1944.** HAT.

- Of. nº 57. “Diárias”. Em **20/01/1944.**

- Manuscrito. Bertha a Heloísa A. Torres, Museu Nacional. Em **fev./1944.** Prot. No. 179, Livro 10, em 07/02/1944. Arquite-se em 08/02/1944.

- Bertha Lutz a Heloísa Alberto Torres. Prot. N. 361, livro 10, fls. 155v. [protocolado] em 15/03/1944. Com anotação de **23/02/1944.**

- Relatório de Excursão ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis. 21 de janeiro a 2 de fevereiro. Rio de Janeiro, **24/02/1944.**

- Of. nº 295 “Material de Laboratório”. Heloisa A. Torres ao Sr. Administrador do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis. Em **31/03/1944.**

- Assunto: LUTZ, Bertha. Organização de registro de Excursões (1937-1945). nº 708, Dir. Heloisa Alberto Torres. **07/08/1945.**

-Assunto: LUTZ, Bertha. Excursão a Mato Grosso –1945. Prot.: 2080/45. Arquivo **16/11/45.**

Livros do Arquivo Geral do Museu Nacional:

BR MN MN.DR PE, ASS. 5 – Registro dos assentamentos dos empregados do Museu Nacional. Livro dos funcionários, número 3.

BR MN MN.DR - Livro de Relatórios do Museu Nacional, 1938-1940. Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

II - Documentos consultados no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST – Arquivo), Rio de Janeiro.

Acervo do CFEACB:

Inventário/Sumário do MAST – Dossiês consultados:

Série 1: Sobre a estrutura e funcionamento do Conselho

CFE.T.1.01 – Modificações no Regulamento do Conselho.

CFE.T.1.11 – Livros de atas das reuniões do Conselho - livros 2,3,4,5,6; de 1938 até 1955, (Leitura das atas do período em que Bertha Lutz permaneceu no CFEACB).

CFE.T.1.17 – Relatórios anuais das atividades do Conselho, incluindo informações sobre seu histórico, os conselheiros representantes, delegados e sub-delegados, material recolhido pelo Conselho.

CFE.T.1.19 – Ofícios pedindo a divulgação de informações do Conselho em jornais.

CFE.T.1.33 – Boletins de frequência dos membros do Conselho.

CFE.T.1.39 – Documentos sobre assuntos diversos, destacando expedições, exportações, filmagens, eventos, ciência e tecnologia, inclui recortes de jornais e publicações.

CFE.T.1.41 – Documentos sobre o parecer apresentado pelos Conselheiros Bertha Lutz e Alberto Ruiz sobre a organização do arquivo da biblioteca do Conselho.

CFE.T.1.42 – Documentos sobre adiantamentos para compra de livros, estudos e despesas de viagens dos membros do Conselho.

CFE.T.1.49 – Livro com a relação das expedições e exportações, com os respectivos dados sobre cada uma, e informações de relatórios entregues ao Conselho pelos expedicionários.

CFE.T.1.56 – Publicações sobre o regimento do Serviço Florestal e Código Florestal do Departamento Nacional de Produção Vegetal.

Série 2: Processos em que Bertha Lutz deu parecer e expedições que incluem mulheres pesquisadoras, entre 1939 e 1951

CFE.T.2.097 – Documentos sobre expedição e pedido de licença de Adolf Schneider.

CFE.T.2.100 – Documentos sobre o pedido de licença de Hans Krieg.

CFE.T.2.145 – Documentos sobre os estudos botânicos do Dr. Mulford Foster.

CFE.T.2.170 – Documentos sobre o pedido de licença de Wanda Hanke para realizar estudos etnográficos.

CFE.T.2.173 – Documentos sobre a expedição zoológica de Joseph Bailey.

CFE.T.2.174 – Documentos sobre a vinda dos padres franceses Teilhard de Chardin e Pierre Leroy.

CFE.T.2.175 – Documentos sobre a expedição do ornitólogo Helmut Sick.

CFE.T.2.181 – Documentos sobre a expedição Melville Herskovits.

CFE.T.2.182 – Documentos sobre a expedição de Hugh Cutler e Marian Cutler.

CFE.T.2.184 – Documentos sobre a expedição não licenciada dos zoólogos Horst Klee e Heinrich Wenzel.

CFE.T.2.186 – Documentos sobre a expedição de Alice Summer Penha para realizar estudos mineralógicos.

CFE.T.2.192 – Documentos sobre a expedição botânica de Chistopher Sandeman.

CFE.T.2.196 – Documentos sobre a expedição etnológica de Maria Alice Fonseca de Moura.

CFE.T.2.206 – Documentos sobre o pedido de licença de Basset Maguire.

CFE.T.2.207 – Guias de exportação de material zoológico por Bertha Lutz.

CFE.T.2.208 - Documentos sobre o pedido de licença de Wanda de Roycewicz.

CFE.T.2.216 – Documentos sobre a expedição não licenciada de Tibor Sekelj e Maria Resnik.

CFE.T.2.217 – Correspondência sobre o pedido de licença de Emílio Thomsen Júnior.

CFE.T.2.219 – Documentos sobre a proibição do comércio de asas de borboletas.

CFE.T.2.230 – Correspondência sobre a vinda da Sr^a. Fawcet.

CFE.T.2.245 – Documentos sobre o pedido de licença de Ryszard Tomski.

CFE.T.2.251 – Correspondência sobre a expedição arqueológica de Clifford e Betty Evans na Amazônia.

CFE.T.2.255 – Documentos sobre o pedido de licença de Jules Bucher.
CFE.T.2.256 – Documentos sobre o pedido de licença de Miguel Angel Palácios.
CFE.T.2.262 – Documentos sobre o pedido de licença de Liévin Marcel Roos.
CFE.T.2.266 – Documentos sobre pedido de licença e prorrogação da expedição de Oswald Karl Schmidt e Kate Schmidt.
CFE.T.2.265 – Documentos sobre a expedição científica Butantan chefiada por Alphone Richard Hoge.
CFE.T.2.273 – Documentos sobre o pedido de licença o Inst. Oswaldo Cruz para que Ani Patin e Pedro Clóvis Junqueira realizem estudos em grupos indígenas.
CFE.T.2.306 – Documentos sobre a expedição etnográfica de Hans Dietschy.
CFE.T.2.319 – Documentos sobre a expedição de Herbert E. Millirow.

III – Documentos consultados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:

Fundo/Coleção: Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (Em fase de Organização)

Código: Q0 Natureza Jurídica: Privada Datas-limite: 1902 a 1979

Relação de caixas do fundo:

Arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino / **Série Bertha Lutz** / Q0 (antigo AP 46)

Cx. 10

Pacote 2 - Atividades na Ciência – até 1923 e em ordem alfabética de procedência e assuntos (Cartas, ofícios, relatórios, textos, rascunhos, etc).

Pacote 3 - Correspondência particular passiva – ordem alfabética de assuntos e procedência.

Cx. 11

Produção Intelectual de Bertha Lutz – ordem alfabética por espécie (artigos, textos, relatórios, panfletos, etc).

Cx. 83

Pacote 3 - “História – Movimento Feminino no Brasil”.

Documentos sobre a atuação de Bertha Lutz no movimento feminista, como presidente da FBPF (Cartas, ofícios, textos, panfletos, projetos, etc).

VI - Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT), Itaboraí - RJ

Arquivo Heloisa Alberto Torres (HAT) - Pasta “Bertha Lutz”.

- cartas e documentos anexos de 23, 28 e 31/05/1954
- relatório de 31/12/1955.

V – Centro de Memória da Unicamp, Campinas – SP

Acervo do Senador Adolpho Gordo:

- Correspondência trocada entre o Senador e Bertha Lutz sobre o voto feminino
- Recortes de jornais sobre o movimento feminista e a luta pelo voto feminino.